RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2008

Rentipar Financeira - SGPS, S.A.

e

Rentipar - Grupo Financeiro Consolidado

Rentipar Financeira - SGPS, S.A.

Sede Social: Avenida Barbosa du Bocage, 85 – 5° - 1050 030 Lisboa

Número único de Matricula e Pessoa Colectiva 502 176 881

Capital Social: 45.000.000 Euros

ÍNDICE

⇨ Mensagem do Presidente

I - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1 - Conjuntura Internacional
2 - Conjuntura Nacional
3 - Sistema Financeiro
3.1 – Situação Global
3.2 - Mercado de Retalho e de Empresas
3.3 – Mercados Monetário e Cambial
3.4 – Mercado de Obrigações
3.5 – Mercado de Acções

II - ACTIVIDADE DA RENTIPAR FINANCEIRA SGPS, S.A. E DAS SUAS PARTICIPADAS EM 2008

II.1 - Rentipar Financeira, SGPS, S.A.
II.2 - Banif – Grupo Financeiro
2.1 – Sociedades Holding
2.1.1- Banif, SGPS, S.A.
2.1.2 – Banif Comercial, SGPS, S.A.
2.1.3 – Banif Investimentos, SGPS, S.A

2.2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

2.2.1 - Recursos Humanos
2.2.2 – Operativa e Tecnologia
2.2.3 - Controlo dos Riscos de Actividade
2.2.4 – Compliance
2.2.5 - Auditoria
2.2.6 - Imagem e Comunicação

2.3 – BANCA COMERCIAL

2.3.1 - Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.
2.3.2 - Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.
2.3.3 - Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.
2.3.4 -Banif Rent, Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A.
2.3.5 - Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
2.3.6 - Banif International Bank, Ltd
2.3.7 - Banif Finance (USA) Corp.
2.3.8 - Banif Financial Services, Inc
2.3.9 - Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
2.3.10 - Finab – Internacional Corporate Management Services, Ltd
2.3.11 – Banca Pueyo, S.A.
2.3.12 – Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.
2.3.13 – Banif Bank (Malta), Ltd.

2.4 - BANCA DE INVESTIMENTO

2.4.1 – Banif – Banco de Investimento, S.A.
2.4.2 - Banif Securities, Inc.
2.4.3 - Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.
2.4.4 - Banco de la Pequeña Y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)

2.5 - SEGUROS

2.5.1 - Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

2.6 - OUTRAS ACTIVIDADES

2.6.1 - Banif Imobiliária, S.A.
2.6.2 - Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

II.3 - Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A.
II.4 - Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A.
II.5 - Finpro, SGPS, S.A.

III – ANÁLISE ÀS CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

III.1 - Contas Individuais
1.1 - Balanço
1.2 - Demonstração de Resultados

III.2 - Contas Consolidadas
2.1 – Balanço Consolidado
2.2 - Demonstração de Resultados Consolidada

IV – ANÁLISE DE RISCOS
V - FACTOS RELEVANTES
VI – PERSPECTIVAS FUTURAS
VII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
VIII – NOTAS FINAIS

⇨ Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

Durante o ano 2008, o sistema financeiro foi justamente colocado no centro das atenções e da reflexão de todos os sectores da sociedade, à medida que sucessivos eventos foram progressivamente obrigando os agentes económicos e as autoridades dos diversos países a repensar os seus modelos de desenvolvimento e a sua política económica.

A situação difícil em que, subitamente, se encontraram algumas das maiores instituições financeiras mundiais levou à perda da confiança dos agentes económicos, provocou quedas generalizadas nos mercados financeiros e paralisou os mercados monetários interbancários, dificultando o acesso ao crédito, ameaçando o desenvolvimento e a estabilidade da economia de uma forma sem precedentes.

Foi neste enquadramento macroeconómico de grande turbulência, com particular impacto no sector financeiro, que conduzimos a nossa actividade durante o exercício transacto, a qual se traduziu em resultados que, apesar da adversidade da conjuntura e dos substanciais investimentos efectuados, demonstram a solidez e a consistência do nosso projecto de criação de valor.

Durante o ano 2008, a Rentipar Financeira obteve um Cash Flow consolidado de 154,9 milhões de euros e um Resultado Líquido consolidado de 27,091 milhões de euros, tendo o Activo Líquido atingido 13.011,6 milhões de euros.

Além dos resultados do exercício, são também dignos de registo os ambiciosos investimentos realizados na rede de distribuição do Grupo, os quais nos permitem contar, no final de 2008, com 622 pontos de venda, dos quais 332 no Continente, 117 nas Regiões Autónomas e 173 no estrangeiro.

Em 15 de Janeiro de 2008, o Banif celebrou vinte anos de existência e assinalou o aniversário com a atribuição de um prémio especial aos seus trabalhadores, o qual materializa o apreço que todos eles nos merecem, bem como o reconhecimento da sua importância e da sua contribuição para os sucessos alcançados nestas duas décadas.

O aniversário do Banif foi o momento escolhido para a adopção de uma nova imagem corporativa, comum a todas as empresas, cuja divulgação pública foi suportada pela maior campanha publicitária alguma vez promovida pelo Grupo e pela reconversão do *layout* de todos os seus pontos de venda, iniciativas das quais resultaram níveis de notoriedade e de visibilidade nunca antes alcançados.

Ao nível da banca comercial, a fim de adequar as estruturas existentes às crescentes exigências da actividade bancária, foram implementadas medidas transversais de reorganização e racionalização, entre as quais se destaca a fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores no Banif – Banco Internacional do Funchal, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009, por via da qual o Grupo passou a dispor de um banco comercial mais forte, apto a tirar partido das sinergias decorrentes do processo de concentração.

Neste sentido, o Banif – Banco Internacional do Funchal alargou significativamente a sua rede comercial, concretizando em 2008 a abertura de 51 Agências e preparando a abertura de mais 20 durante o exercício de 2009, medidas que, juntamente com o aumento da variedade de produtos financeiros disponibilizados, permitiu aumentar a base de clientes activos e o número de produtos por cliente, com o consequente crescimento da quota de mercado.

No que se refere à banca de investimento e à actividade seguradora, foram tomadas as medidas de capitalização e reorganização necessárias para a adaptação das estruturas existentes à actual realidade económica e às presentes condições do mercado.

No plano internacional, foi consolidada e reforçada a posição em entidades consideradas estratégicas, do que são exemplos a aquisição de 25% do Banif – Banco de Investimento (Brasil), em virtude da qual detemos agora a totalidade do capital social daquela instituição bancária e o reforço da participação no Banco Caboverdiano de Negócios que nos conferem cerca de 52% do respectivo capital social e direitos de voto.

Consciente das necessidades de capital decorrentes da actual conjuntura económica e do próprio crescimento da sua actividade, o Banif – Grupo Financeiro levou a cabo importantes medidas de capitalização das suas empresas. Além da Banif - SGPS, que aumentou o seu capital social de 250 para 350 milhões de euros aumentaram também o seu capital a Banif - Investimentos, SGPS, de 8,75 para 10 milhões de euros, o Banif – Banco de Investimento, de 30 para 40 milhões de euros, a Companhia de Seguros Açoreana, de 36,25 para 57,25 milhões de euros, o Banif Bank (Malta), de 15 para 25 milhões de euros, e o próprio Banif – Banco Internacional do Funchal, de 240 para 290 milhões de euros. No referido aumento de capital da Banif – SGPS a Rentípar Financeira, em termos globais, investiu 70 milhões de euros nessa operação.

Toda esta intensa actividade, concertada e dirigida a objectivos concretos de crescimento e reorganização, tem merecido o reconhecimento das mais diversas entidades.

O Banif – Banco Internacional do Funchal tem visto a sua solidez e estabilidade reconhecidas não só por entidades especializadas, como as agências de *rating*, as quais, não obstante o agudizar da conjuntura económica e a generalizada falta de confiança dos mercados, mantiveram todas as notações atribuídas à instituição, mas também pela generalidade da opinião pública, auscultada através de sondagem da Aximage, divulgada pela comunicação social no início de Dezembro, onde surge como o quarto banco nacional *"com maior capacidade para resistir à crise financeira internacional"*.

Iniciamos a terceira década de existência do Grupo Rentipar conscientes de que os anos que se avizinham colocarão grandes exigências e importantes desafios, a que estarão sujeitos todos os agentes económicos, em particular aqueles que integram o sector financeiro.

Temos, igualmente, a consciência de que somos depositários de grandes expectativas, por parte dos nossos Clientes, Colaboradores, Bancos e de todos os demais *Stakeholders*.

Contamos, para o Futuro, como no Passado, com o valor dos nossos princípios, o rigor da nossa estratégia, a dedicação dos nossos Colaboradores e a confiança dos nossos Clientes para continuarmos a desenvolver este nosso gratificante projecto de criação e distribuição de valor.

HORÁCIO DA SILVA ROQUE
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmos. Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei e com os Estatutos da Sociedade, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas individuais e consolidadas da Rentipar Financeira – SGPS, S.A. ("Rentipar Financeira"), relativos ao exercício de 2008.

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

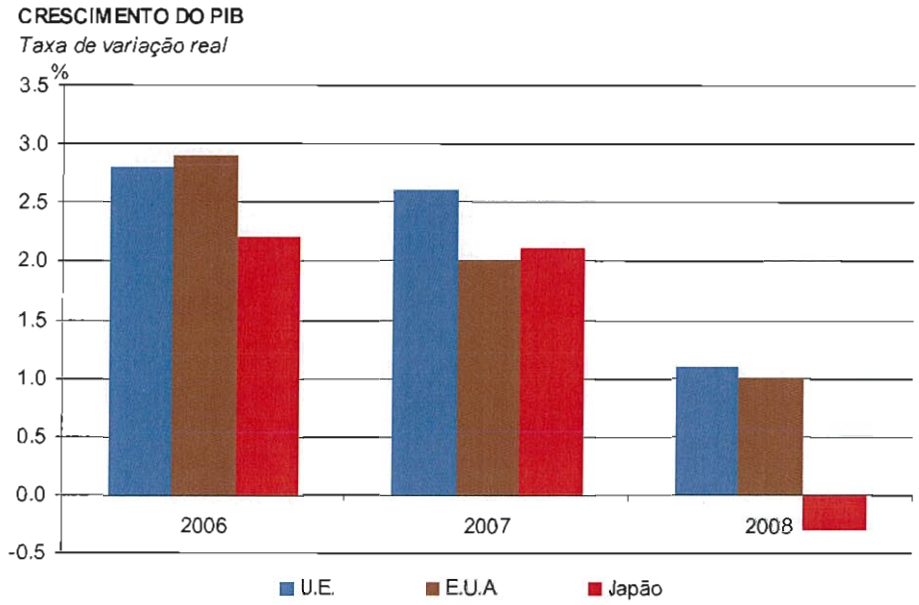
1. Conjuntura Internacional

O **ano de 2008** ficou marcado pela eclosão daquela que é já considerada a mais grave crise financeira e económica desde meados do século XX. Apesar de um início de ano ainda relativamente robusto em termos de crescimento, os sinais de debilidade no sector financeiro apareceram logo em Março, quando a Reserva Federal americana foi obrigada a intervir no banco de investimento Bear Steams, forçando a sua compra pelo banco J.P. Morgan. A deterioração já visível nos mercados financeiros – o FMI estimou em cerca de 2,200 mil milhões de dólares o total de perdas associadas à crise do "*subprime*" - viria a atingir um pico crítico em Setembro, na sequência da falência do banco de investimento Lehman Brothers. Este evento provocou uma redução abrupta nos níveis de confiança dos investidores, que se viria a traduzir em quedas generalizadas nos mercados financeiros – 2008 terá sido o pior ano para os mercados americanos desde 1931 - e na total paralisação dos mercados monetários interbancários. A partir daí, a sucessão de eventos foi vertiginosa: nos Estados Unidos, o Governo apresentou um plano de intervenção no sistema financeiro, centrado na compra de activos problemáticos mas que rapidamente evoluiu para intervenções directas nos capitais dos bancos; além das várias injecções de liquidez por parte de vários bancos centrais, registou-se um corte de taxa inédito, concertado entre seis bancos centrais, incluindo a Reserva Federal e o Banco Central Europeu (BCE), em Outubro; montaram-se programas de apoio público à recapitalização de alguns bancos europeus, nomeadamente no Reino Unido e no Benelux.

A intensidade da crise não tardou em reflectir-se na economia real, assistindo-se a uma deterioração significativa dos níveis de confiança para mínimos históricos nos dois lados do Atlântico; nos Estados Unidos, a economia perdeu cerca de 1,9 milhões de empregos apenas no 4.º trimestre. As crescentes preocupações com um potencial cenário de deflação, provocado primeiro pela forte queda dos preços das matérias-primas e agravado pela contracção da procura, levaram a Reserva Federal a reduzir a sua taxa de 2,00% em Setembro para um intervalo entre 0,00% e 0,25% em Dezembro e a optar por medidas de política monetária alternativas, focadas na expansão do seu balanço através da compra de activos. Na Europa, o BCE viria igualmente a cortar a *refi rate* de 4,25% para 2,50% no mesmo período, um movimento acompanhado por várias outras autoridades monetárias, nomeadamente o Reino Unido. Neste contexto, as perspectivas para o andamento da economia global foram revistas em baixa com bastante frequência, sobretudo a partir de Setembro. O FMI considera que a economia global registou um forte abrandamento, sincronizado pela primeira vez em 2008 desde a 2.ª Grande Guerra Mundial, estimando um crescimento de 3,75% face a 5,00% em 2007. Neste contexto, foram anunciados vários pacotes fiscais em todo o mundo, destacando-se aquele apresentado pela União Europeia, estimado em 200 mil milhões de euros, equivalente a cerca de 1,5% do PIB da União Europeia.

O comportamento das matérias-primas foi outro factor marcante de 2008, com o petróleo a atingir máximos históricos ligeiramente acima dos 140 dólares por barril, em Junho, mas registando uma inversão abrupta a partir do Verão até fechar o ano perto dos 40 dólares. A implosão da crise financeira, que obrigou muitos investidores a desfazer as suas carteiras pressionando os preços dos

activos, e as expectativas de um forte abrandamento na procura do lado da economia real justificaram o extremismo desta inversão de tendência. Outro aspecto a reter de 2008 foi a acentuada depreciação do Dólar durante a primeira metade do ano, atingindo um mínimo de 1,5991 contra o Euro, justificada pela divergência de expectativas quanto ao andamento das políticas monetárias dos dois blocos, mas também por alguma correlação com o preço do petróleo.

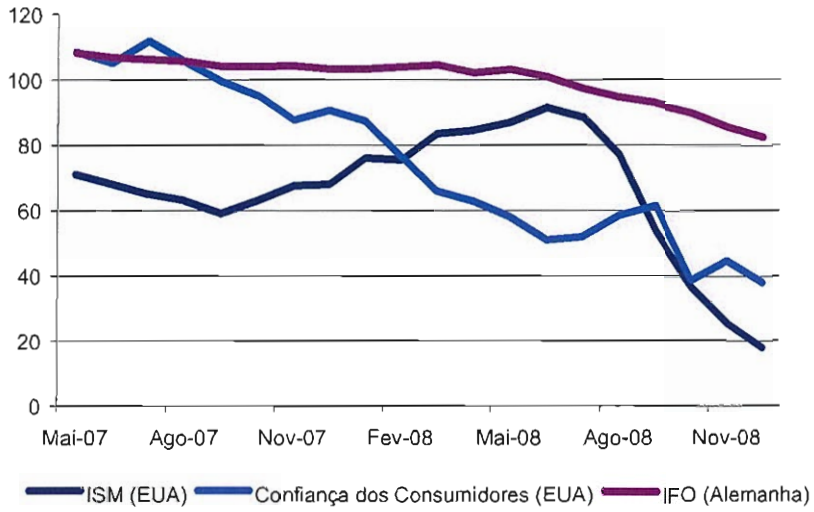


Fonte: FMI.

Estima-se que a economia americana tenha registado um crescimento de 1,1% em 2008, ligeiramente abaixo do nível de 2,0% observado em 2007. No entanto, esse diferencial esconde um perfil intra-anual muito distinto, já que a economia fechou a primeira metade do ano a crescer cerca de 2,8% em termos homólogos mas terá registado, de acordo com o consenso de mercado, uma queda de 4,35% no último trimestre do ano. Até meados do ano, a evolução do mercado imobiliário mantinha-se como o grande foco de preocupação, devido ao elevado stock de casas por vender e à queda persistente dos preços, que se reflectiu em maus desempenhos de todos os indicadores associados, nomeadamente os do sector da construção. Neste contexto, a Reserva Federal cortou a sua taxa de referência em 3 pontos percentuais até Abril, incluindo um corte extraordinário entre reuniões de 75 pontos base logo em Janeiro.

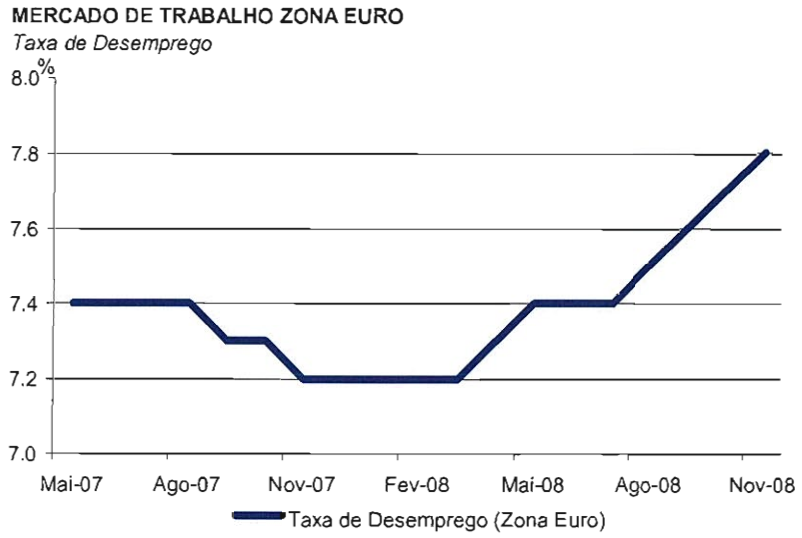
Com o agravamento da crise financeira a partir de Setembro, os principais índices de confiança, quer de consumidores, quer das empresas, atingiram mínimos históricos (desde o início das respectivas séries estatísticas, em meados do século XX) e acentuou-se a subida da taxa de desemprego, que chegou a 7,2% em Dezembro face a 4,9% em Janeiro. Do lado dos preços, a taxa de inflação homóloga atingiu um pico em 5,7% em Julho, que reflectiu essencialmente a subida do preço do petróleo, mas inverteu rapidamente a tendência, fechando o ano em 0,1%.

ÍNDICES DE CONFIANÇA



Para a **Zona Euro**, o FMI estima um crescimento de 1,0% em 2008, implicando uma forte desaceleração face ao ritmo de 2,6% registado em 2007. Embora o padrão de abrandamento tenha sido generalizado, as economias espanhola e irlandesa iniciaram o ano já em clara trajectória descendente, devido aos problemas estruturais nos sectores de imobiliário e construção. A França, a Itália e a Alemanha seriam as seguintes a dar sinais de abrandamento, levando o bloco europeu a desacelerar de um ritmo de crescimento homólogo de 2,1% no 1.º trimestre para 0,6% no 3.º trimestre, ao mesmo tempo que a taxa de desemprego foi subindo gradualmente, de 7,2% para 7,7% (dados de Outubro). Apesar deste contexto, a taxa de inflação harmonizada da União Europeia elevou-se substancialmente acima do objectivo de 2% estabelecido pelo BCE – 4,0% em Junho – devido à subida dos preços das matérias-primas, levando o banco central a manter um discurso muito conservador, que viria a resultar numa subida de 25 pontos base da *refi rate* em Julho.

O agravamento das condições no sector financeiro a partir de Setembro ditou uma deterioração substancial do ambiente macroeconómico na parte final do ano, com a maioria dos indicadores de confiança a cair para mínimos históricos - o índice IFO, que mede a confiança dos empresários alemães, desceu aos níveis de início dos anos 90, por altura da reunificação alemã. As vendas a retalho e a produção industrial aceleraram igualmente o ritmo de queda homóloga que já vinham registando desde meados do ano. Com este enquadramento, o BCE viria a inverter a trajectória das taxas, reduzindo a *refi rate* em três momentos, um dos quais um corte extraordinário entre reuniões em concertação com outros bancos centrais em Outubro, para 2,5%. De referir que, para lá das movimentações na taxa de referência, o BCE se manteve presente nos mercados monetários interbancários ao longo de todo o ano, actuando como contraparte preferencial dos bancos nos seus processos de financiamento, já que o mercado de obrigações de médio prazo se manteve praticamente encerrado durante 2008. Os crescentes sinais de recessão levariam também a maioria dos governos europeus a apresentar planos de estímulo fiscal, ao consumo e ao investimento, enquadrados numa proposta da Comissão Europeia que previu o dispêndio de 200 mil milhões de euros, equivalente a cerca de 1,5% do PIB da União Europeia.



Fonte: FMI

Estima-se que a **economia japonesa** tenha registado uma contracção de 0,3% em 2008, que compara com um crescimento de 2,4% em 2007, embora o padrão intra-anual denote uma desaceleração muito acentuada na 2.ª metade do ano. Com efeito, o PIB chegou a crescer acima de 3% em termos homólogos no 1.º trimestre, suportado pelo consumo privado e pelas exportações. No entanto, a forte apreciação do Iene face ao Dólar durante a primeira metade do ano, que reduziu a atractividade das exportações japonesas, e a eclosão da crise financeira internacional durante o Verão, acabariam por levar a economia à recessão na parte final de 2008. Neste contexto, vários indicadores económicos, com destaque para os índices de confiança e de produção industrial, registaram comportamentos semelhantes aos da recessão de 2001, levando o Banco do Japão a cortar a sua taxa de referência em 20 pontos base, de 0,5% para 0,3%, apesar de a inflação ter batido um máximo de 15 anos (2,2%) durante o 3.º trimestre.

As principais **economias asiáticas** terão registado um crescimento de 7,8% em 2008, ligeiramente abaixo do ritmo registado no ano anterior (10,0%), reflectindo a desaceleração quer da China – estima-se que o PIB tenha crescido 9,0%, abaixo do nível de 13,0% registado em 2007 - quer da Índia, cuja economia terá crescido cerca de 7,3% face a 9,3% em 2007. A desaceleração do comércio global – o FMI estima que o ritmo de crescimento das trocas globais tenha abrandado de 7,2% para 4,2% e que o crescimento das exportações das economias emergentes e em desenvolvimento tenha desacelerado de 9,6% para 5,6% - afectou o desempenho daquelas economias. Deve ser sublinhado, contudo, que o menor grau de sofisticação dos respectivos sistemas financeiros contribuiu para mitigar o impacto da crise financeira internacional e que a reacção atempada das autoridades – o Governo chinês apresentou um ambicioso plano de estímulo orçamental no 4.º trimestre – deverá dar algum suporte à procura interna.

Estima-se que a **América Latina** tenha registado um crescimento de 3,8% em 2008, o que compara com 5,0% em 2007, com a taxa de inflação a atingir 5,7% face a 5,4% em 2007. A procura doméstica continuou a ser o grande motor de crescimento do bloco latino-americano, beneficiando do baixo nível de taxas de juro e do aumento do crédito ao consumo, enquanto que o crescimento económico mundial, especialmente da procura da China, assim como o comportamento favorável dos preços das matérias-primas, beneficiaram o sector exportador.

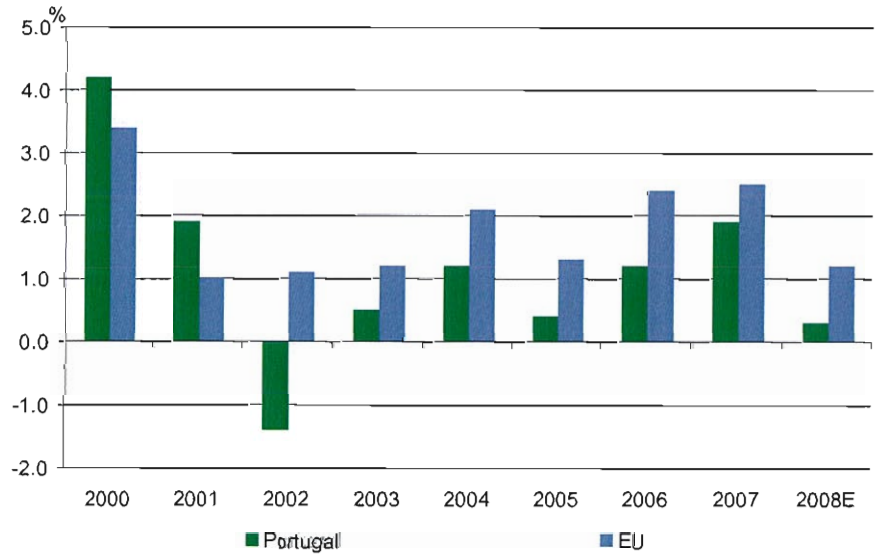
A **economia brasileira** terá crescido a uma taxa anualizada de 4,8% em 2008, abaixo dos 5,7% registados no ano anterior, mas ainda assim um nível robusto. A economia beneficiou da forte expansão da procura interna (consumo das famílias, investimento e gastos do governo) estimulada

pelo crescimento do rendimento disponível, pelo baixo nível de desemprego e pela expansão do crédito ao consumo. O dinamismo das componentes do investimento, resultado do baixo nível de taxas de juro no ano anterior, e o forte crescimento das exportações explicam igualmente a boa performance da economia brasileira. O bom andamento da economia e a melhoria estrutural nas contas externas acabariam por levar a agência de rating Standard&Poors a subir a notação de risco da dívida de longo prazo em moeda externa do país para a categoria de Investment Grade em Maio, uma decisão há muito desejada pelas autoridades brasileiras. No que diz respeito ao índice de preços no consumidor, a inflação subiu 5,9%, ficando acima dos 4,5% registados em 2007. Perante um cenário de crescimento económico acima do potencial, o Banco Central do Brasil decidiu iniciar um ciclo de subida de taxas, aumentando a taxa SELIC para 13,75%, 250 pontos base acima do nível observado no início do ano. Contudo, a forte deterioração das condições externas e incertezas quanto à recuperação económica, a partir da crise financeira mundial deflagrada em Setembro de 2008, levariam o Banco Central a interromper essa estratégia. Neste contexto, o Real inverteu o movimento de apreciação face ao Dólar que vinha apresentando até meados do 3.º trimestre de 2008 e acabou por registar uma desvalorização de quase 40%, encerrando o ano em R$ 2,32/US$ face a R$ 1,79/US$ no início do ano e R$ 1,59/US$ em Julho de 2008. O forte incremento nos níveis de aversão ao risco por parte dos investidores internacionais reflectiu-se também no alargamento do spread do principal referencial de risco Brasil (o índice EMBI+) para um nível idêntico ao registado em finais de 2003: 428 pontos base face a 220 pontos base no início de 2008.

2. *Conjuntura Nacional*

De acordo com o Banco de Portugal, a **economia portuguesa** terá crescido cerca de 0,3% em 2008, bastante abaixo do nível de 1,9% registado em 2007 e interrompendo o ciclo de aceleração observado desde meados de 2006. À semelhança da envolvente externa, as condições económicas ter-se-ão agravado particularmente no último trimestre do ano, levando o Banco de Portugal a rever em baixa para 0,3% uma estimativa que se situava em 1,2% a meio de Junho.

CRESCIMENTO DO PIB
Taxa de variação real



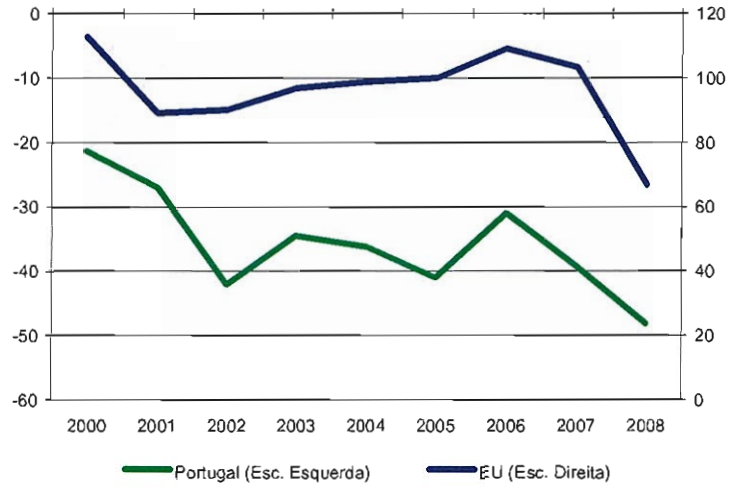
Fonte: Dados de Portugal pelo Banco de Portugal e da União Europeia pelo FMI.

O comportamento ligeiramente positivo da economia portuguesa ao longo de 2008 ter-se-á ficado a dever à procura doméstica, sobretudo à rubrica de consumo privado, que terá aumentado cerca de 1,4%, enquanto o consumo público se manteve praticamente inalterado, registando uma taxa de

variação homóloga de 0,2%. A formação bruta de capital fixo terá caído 0,8% em 2008, reflectindo uma forte desaceleração da procura externa na segunda metade do ano e uma deterioração acentuada nos níveis de confiança das empresas, sobretudo no segmento da indústria transformadora.

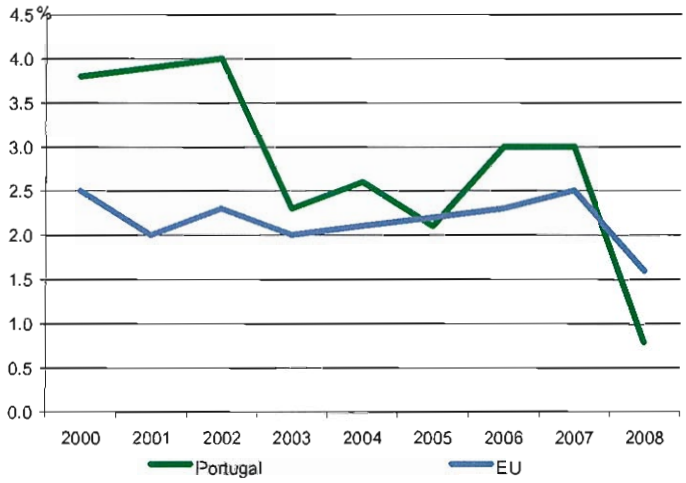
Do lado da procura externa, as exportações líquidas apresentaram um contributo para o crescimento da economia negativo em 0,8%, que reflecte o maior crescimento das importações (2,4%) face ao das exportações (0,6%). Em resultado, o saldo da balança comercial ter-se-á deteriorado para 8,0% do PIB face a 6,9% em 2007, embora deva ser sublinhado que o agravamento é parcialmente explicado pelo saldo da balança energética, devido ao aumento dos preços do petróleo em 2008 (o valor médio do ano subiu de 73 dólares para 99 dólares).

CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES
Índice



A evolução da inflação ao longo de 2008 acabou por reflectir os dois grandes factores marcantes do ano: na primeira metade, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) chegou a atingir 3,4% em Junho, reflectindo o pico nos preços do petróleo. Na segunda metade de 2008, a inversão abrupta do preço do petróleo associado à forte e rápida deterioração das condições económicas terá levado a taxa de inflação a fechar o ano em cerca de 1,0%.

INFLAÇÃO
Índice de Preços Harmonizado



3. *Sistema Financeiro*

3.1 Situação Global

O ano de 2008 foi um ano particularmente difícil para o sector financeiro. A crise do "subprime" – crédito hipotecário de alto risco – originou uma turbulência financeira sem precedentes e pôs em questão a viabilidade dos modelos do negócio bancário assentes na desintermediação de risco e na dependência dos mercados de dívida por grosso, sobretudo atendendo à quase paralisação dos canais de financiamento interbancários. A instabilidade no sector viria a resultar em intervenções governamentais nos Estados Unidos e na Europa, com o objectivo de restaurar a qualidade dos activos de balanço e recapitalizar os bancos, na sequência de novas exigências regulamentares relativamente a rácios de capital. Portugal não foi excepção a este padrão: o Banco de Portugal passou a recomendar um rácio mínimo de 8% para os Fundos Próprios de Base a partir de Setembro de 2009, face a 6% anteriormente, o que levou o Governo português a disponibilizar cerca de 4 mil milhões de euros para a recapitalização dos bancos, juntamente com 20 mil milhões de euros de garantias para o financiamento de médio prazo dos bancos portugueses. Ao nível da política monetária, a rápida propagação da crise financeira à economia real, particularmente visível no 4.º trimestre, resultou numa inversão abrupta do ciclo de taxas de juro na Europa – depois de ter subido a sua taxa de referência em 25 pontos base para 4,25% em Julho, o Banco Central Europeu viria a reduzi-la para 2,5% em Dezembro.

No que diz respeito aos grandes agregados da demonstração de resultados, observou-se uma queda generalizada das principais rubricas de receita. Quanto à margem financeira, o seu comportamento foi beneficiado, por um lado, pela subida generalizada dos spreads cobrados, a que acresceu a forte subida das taxas Euribor durante o ano em reflexo das tensões nos mercados monetários. No entanto, os custos de financiamento aumentaram substancialmente, já que a paralisação dos mercados monetários levou a generalidade dos bancos a financiar-se directamente junto do Banco Central Europeu, por um lado, e a oferecer taxas de depósito bastante mais atractivas, de forma a aumentar o peso dos depósitos face a outras alternativas de financiamento. Enquanto as receitas de operações financeiras foram largamente prejudicadas pelas quedas dos mercados de acções e obrigações, as comissões sofreram também reduções decorrentes do menor volume de crédito concedido e da redução dos volumes transaccionados em mercado e dos activos sob gestão. Finalmente, a conjuntura de abrandamento económico associada à subida muito acentuada das taxas Euribor levou a um aumento dos níveis de incumprimento de crédito, com reflexos no custo de risco. Relativamente aos agregados de balanço, merece destaque a desaceleração de crescimento do volume de crédito concedido para 7,1% em 2008 e a redução nas carteiras de títulos, reflectindo não apenas a perda de valor explicada pelas quedas nos principais mercados de activos mas também uma intenção deliberada de redução dos activos ponderados de risco, com vista ao controlo de consumo de capital.

3.2 Mercado de Retalho e de Empresas

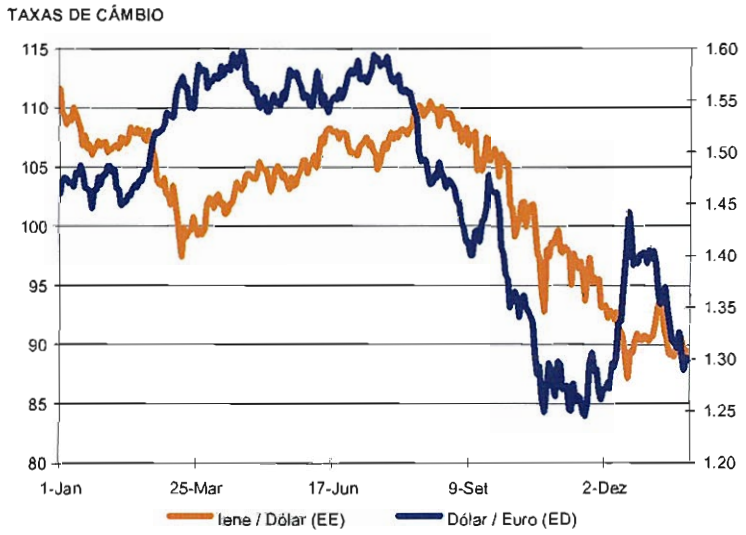
As dificuldades no acesso ao financiamento de dívida por grosso e a pressão sobre a rentabilidade decorrente da redução das receitas levou a generalidade dos bancos a reavaliar as suas políticas de preços durante o ano de 2008. Neste contexto, o ano evidenciou uma tendência de subida sustentada e progressiva das taxas activas praticadas pelos bancos em todos os segmentos de crédito embora a acentuada queda das taxas Euribor na parte final do ano tenha mitigado significativamente essa tendência. Assim, a taxa aplicada aos novos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras para operações até 1 milhão de euros fechou o ano em 7,24%, estável face a Dezembro de 2007, embora tendo registado um pico de 8,08% em Outubro. No segmento dos particulares, o diferencial nos novos empréstimos à habitação caiu cerca de 22 pontos base para 4,96%, face a 5,18% em Dezembro de 2007, embora a taxa tenha atingido um pico de 5,76% em Setembro. O segmento de crédito pessoal foi o único onde a taxa de remuneração aumentou durante o ano de 2008 face ao fecho de 2007 (9,91% face a 9,59%) embora, mais uma vez, o pico tenha sido atingido Novembro (10,53%).

No que respeita às taxas passivas praticadas pelas instituições bancárias, o segmento empresarial viu a sua taxa de remuneração passar de 4,81% no fim de 2007 para 3,71% um ano depois, enquanto no segmento dos particulares a queda foi inferior, de 4,06% para 3,71% no mesmo período. Importa ter em conta que, neste segundo caso, o movimento de subida manteve-se apesar da descida das taxas Euribor, implicando uma redução da margem de intermediação.

Quanto a volumes, o crédito global aumentou cerca de 7,1% face ao ano anterior, com o segmento de particulares a denotar uma clara desaceleração. Assim, o crédito hipotecário aumentou cerca de 4,3% em termos homólogos em Dezembro, face a 8,5% no final de 2007, enquanto o crédito ao consumo subiu 6,1% no mesmo período, que compara com um crescimento de 11,3% no ano de 2007. Do lado das empresas, o abrandamento foi marginal, com o segmento a apresentar um crescimento homólogo de 10,6% face a 11,2% em 2007.

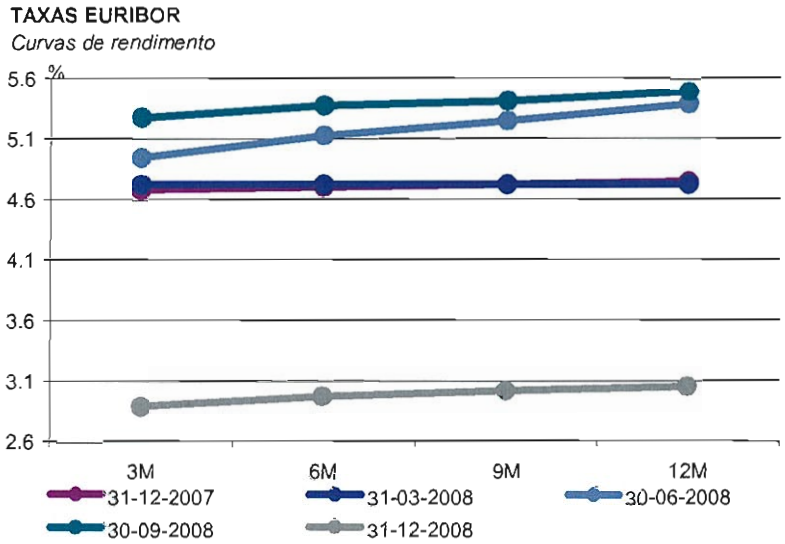
3.3 Mercados Monetário e Cambial

No que respeita aos **mercados cambiais**, 2008 caracterizou-se pela elevada volatilidade em torno do dólar, que registou novos mínimos históricos contra o Euro (1,5991) e o Iene (87,24) em meados do ano. A divergência de discursos entre as autoridades monetárias – enquanto a Reserva Federal iniciou um ciclo agressivo de descida de taxas logo em Janeiro, o Banco Central Europeu continuou a mostrar-se preocupado com pressões inflacionistas e chegou a subir a sua taxa ainda em Julho – justificou grande parte desse comportamento. A rapidez do movimento de depreciação acabou por gerar alguma pressão técnica, permitindo ao dólar fechar o ano nos 1,39 dólares contra o euro, o que representa uma perda anual de apenas 5%. A rápida deterioração das condições macroeconómicas levou o Banco Central Europeu a cortar a refi rate por três vezes no último trimestre do ano, reduzindo o diferencial para a fed funds da Reserva Federal e amenizando igualmente a pressão sobre o dólar.



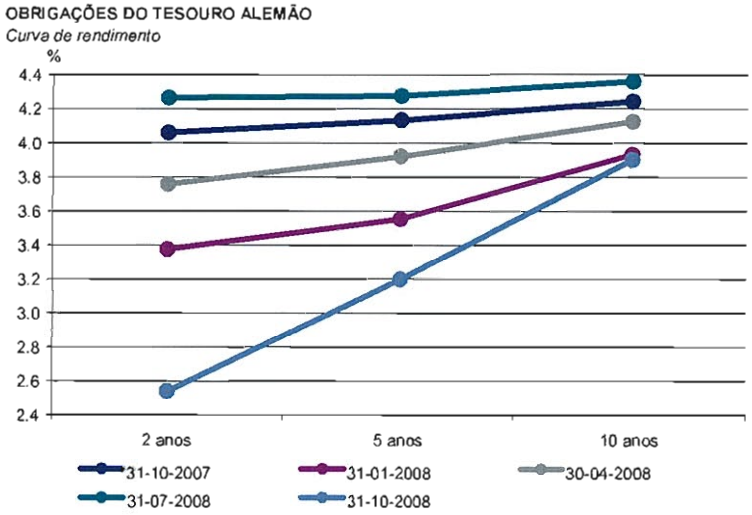
O mercado monetário interbancário continuou a apresentar um comportamento deficiente em 2008 apesar das várias intervenções do Banco Central Europeu, já que a persistência de um diferencial entre as taxas Euribor e a taxa de referência num patamar elevado em termos históricos desincentivou o recurso por parte dos bancos a este canal de financiamento. A falência do banco de investimento Lehman Brothers em Setembro agravou ainda mais esse contexto, implicando uma paralisação quase total do mercado e levando as taxas **Euribor** a bater máximos – assim, a taxa a 12 meses atingiu 5,526% no início de Outubro, uma subida de 78 pontos base desde o início do ano e representando um diferencial de 127 pontos base face à taxa do Banco Central Europeu. O corte cumulativo de 175 pontos base implementado pelo BCE até ao final de 2008 viria a produzir efeitos expressivos nas taxas Euribor – a taxa a 12 meses situava-se a 3,05% a 31 de Dezembro – embora os volumes no mercado

monetário se tenham mantido anormalmente baixos e concentrados em operações de curtíssimo prazo.
Assim, para o conjunto do ano, a taxa a 3 meses viria a cair 179 pontos base, para 2,89%; a taxa a seis meses reduziu-se em 174 pontos base para 2,97% e a taxa a doze meses caiu 170 pontos base.



3.4 Mercado de Obrigações

A curva de rendimento das obrigações soberanas nos Estados Unidos começou por reflectir, na primeira metade do ano, a rápida descida da taxa da Reserva Federal, de 4,25% para 2,0%, com as maturidades entre os 2 e os 5 anos a reagirem de forma mais acentuada, o que resultou num aumento da inclinação da curva. No entanto, a partir de Setembro, a redução drástica da fed funds rate para o intervalo 0,00% – 0,25% provocou uma translação descendente da curva de rendimentos, com as taxas de rentabilidade a dois anos e dez anos a descer para 0,75% e 2,08%, respectivamente. É importante sublinhar que a opção da Reserva Federal de descer a sua taxa para 0% foi acompanhada de outras medidas de política monetária centradas essencialmente na compra de activos em mercado, implicando portanto uma expansão do balanço do banco central. No conjunto do ano, observou-se um aumento do diferencial entre as rendibilidades a dois e dez anos de 98 pontos base para 133, a que não serão alheias as preocupações dos investidores com o aumento esperado para a oferta de dívida soberana tendo em conta a dimensão dos pacotes fiscais entretanto anunciados.



Na **Europa**, as taxas de rendibilidade das obrigações soberanas alemãs mantiveram-se razoavelmente inalteradas durante a primeira metade do ano, reflectindo alguma apreensão dos investidores quanto às perspectivas macroeconómicas tendo em conta o discurso particularmente vigilante do Banco Central Europeu sobre a inflação. No entanto, a alteração do rumo de política a partir de Setembro, produziu uma translação descendente da curva, ligeiramente mais acentuada nas maturidades mais curtas. Assim, para o conjunto do ano, e à semelhança dos Estados Unidos, o diferencial entre as taxas de juro das maturidades de 2 e 10 anos aumentou de 34 pontos base para 119 pontos base, com a perspectiva de oferta acrescida de dívida pública a pesar nas maturidades mais longas. A maior agressividade da política monetária conduzida pela Reserva Federal levou a que o diferencial entre a rentabilidade das obrigações a 10 anos nos EUA e Alemanha passasse de -29 pontos base para -87 pontos base.

A curva de rendimentos portuguesa acompanhou a tendência dos movimentos do bloco Euro ao longo de 2008, com a rendibilidade da Obrigação do Tesouro a 10 anos a cair de 4,54% para 3,93%. No entanto, a perspectiva de deterioração das contas públicas devido aos pacotes orçamentais acabou por ditar um alargamento do diferencial face à obrigação de referência alemã no prazo a 10 anos de 24 pontos base no fim de 2007 para 102 pontos base a 31 de Dezembro de 2008. Este movimento deve ser enquadrado num contexto de alargamento generalizado: a Grécia viu o seu diferencial aumentar de 33 pontos base em Dezembro de 2007 para 227 pontos básicos no fim de 2008, a Espanha de 13 para 86 e a Itália de 35 para 143.

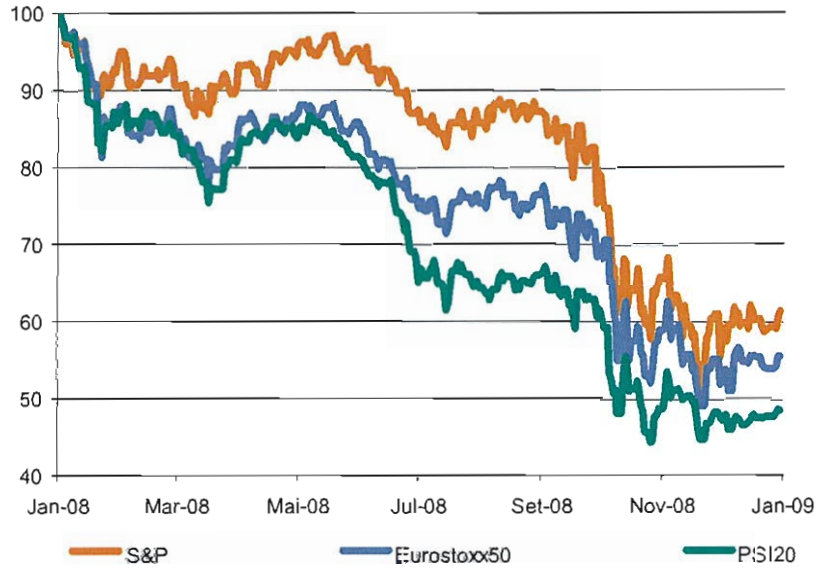
3.5 Mercado de Acções

O mercado português de acções registou em 2008 o pior desempenho da sua história, tendo registado uma queda de 51,3%. Este comportamento ficou a dever-se a uma combinação variada de factores, dos quais se destaca a conjuntura de correcção generalizada – os mercados americanos registaram o seu pior ano desde 1931 e o índice VIX atingiu máximos históricos a 80,86 – agravada pela condição periférica e pelos baixos níveis de liquidez do mercado português. Com efeito, o volume total transaccionado no mercado português (PSI20) registou uma queda de 30%, de 81 mil milhões de euros para 55 mil milhões de euros. A venda forçada de activos por parte de investidores mais alavancados em conjunto com a saída de muitos investidores estrangeiros constituiu igualmente um factor de pressão sobre as cotações. As empresas de pendor mais cíclico, reflectindo as expectativas de recessão económica, por um lado, e os bancos, devido à crise financeira, por outro, apresentaram as maiores quedas do mercado. Apesar das condições adversas, merecem destaque os aumentos de capital efectuados pelo Millennium BCP (1,3 mil milhões de euros), pelo BPI (400 milhões de euros) e pela Banif-SGPS (100 milhões de euros).

Quanto aos restantes mercados, o índice Eurostoxx50 registou uma perda de 44,3%, o DAX caiu 40,4% e o IBEX 39,4%. Do lado dos mercados americanos, as perdas atingiram os 39,3% para o S&P e 34,7% para o Dow Jones. Embora tenham conseguido permanecer relativamente imunes à tendência de correcção nos mercados desenvolvidos durante grande parte de 2008, as bolsas de mercados emergentes acabariam o ano com perdas igualmente substanciais - o Hang Seng (Hong Kong) caiu 48,3% enquanto o Bovespa (Brasil) perdeu 41,2% - na sequência da falência da Lehman Brothers e da forte subida nos níveis de aversão ao risco que se lhe seguiu.

Em termos intra-anuais, os mercados sofreram dois grandes momentos de correcção: um, logo no início do ano, à medida que as expectativas dos investidores começaram a apontar para um cenário de recessão em vez de abrandamento económico global, e o segundo, em Setembro, quando a crise no sector financeiro se agudizou, na sequência da falência da Lehman Brothers. A intervenção das autoridades governamentais e monetárias a partir de Outubro, com o corte concertado de taxas entre vários bancos centrais e o anúncio de pacotes de intervenção no sector financeiro, viria a permitir uma recuperação ligeira dos mercados em Novembro.

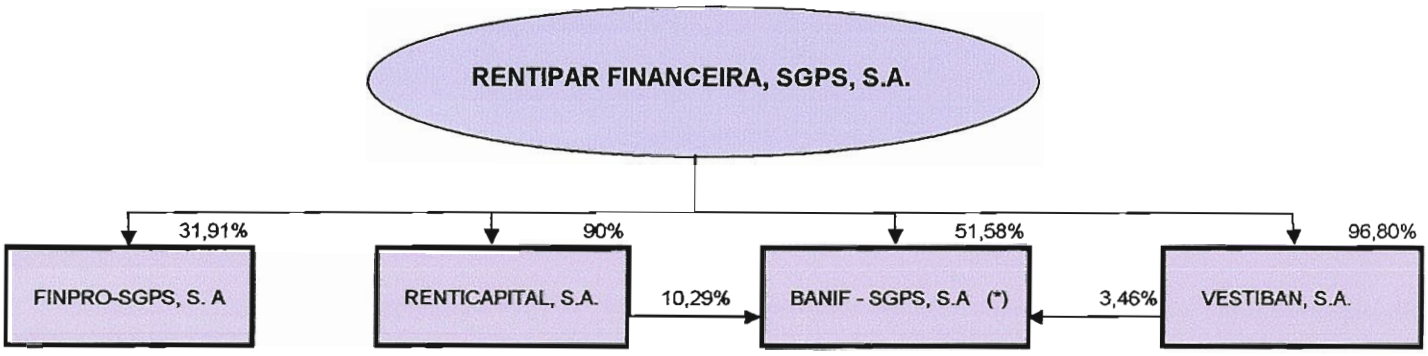
MERCADOS ACCIONISTAS



II. ACTIVIDADE DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E DAS SUAS PARTICIPADAS EM 2008

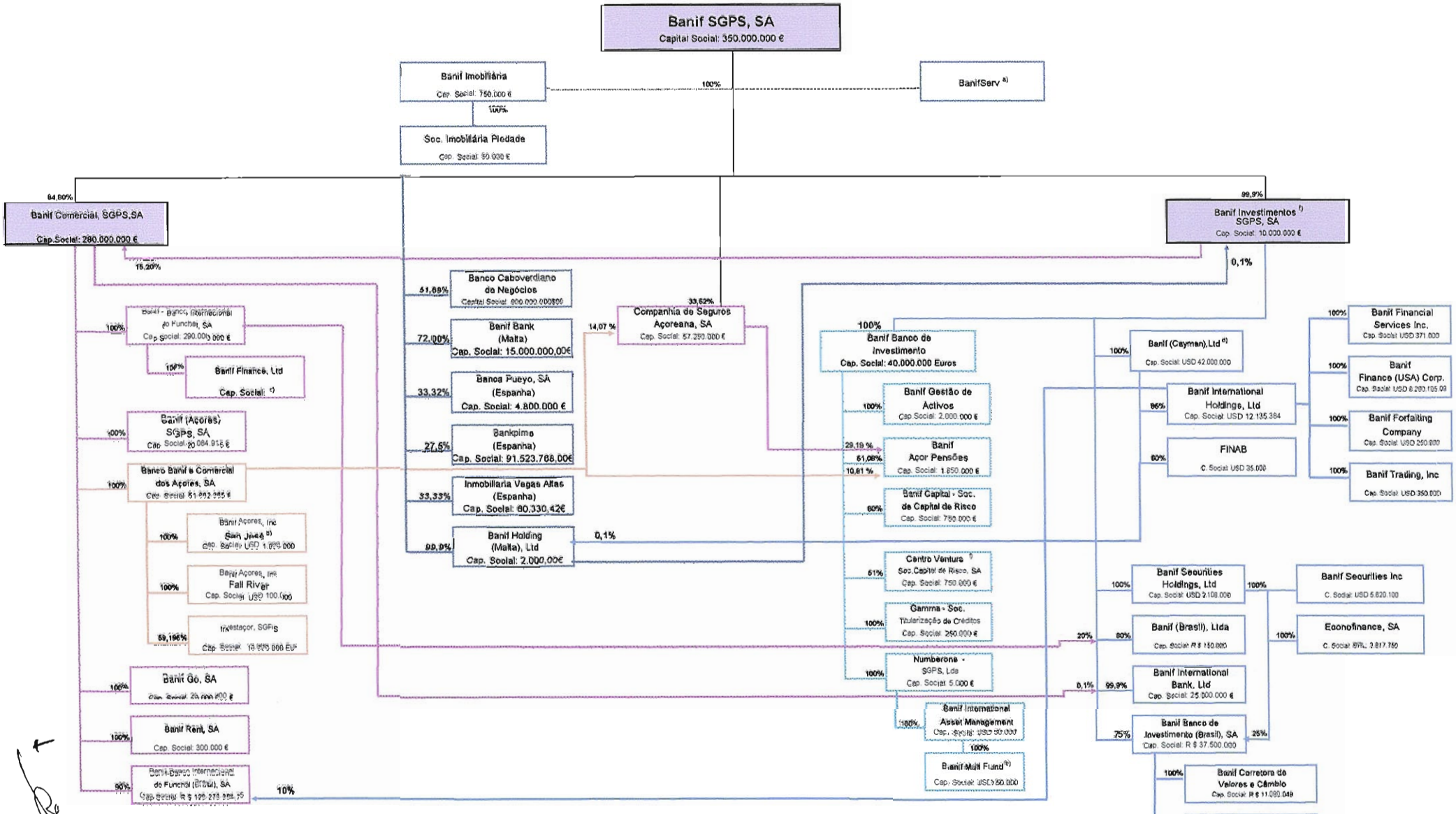
Apresenta-se seguidamente o diagrama de participações financeiras detidas pela Rentipar Financeira em 31 de Dezembro de 2008.

Diagrama em 31 de Dezembro de 2008



(*) Ver diagrama anexo

GRUPO BANIF
DIAGRAMA DE PARTICIPAÇÕES
em 31/12/2008



a) Em virtude de ser um ACE, a sua localização no diagrama pode ser reequacionada face à legislação dos ACE.

b) Capital Social Realizado USD 100

c) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 1.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de USD 1 e acções preferenciais sem voto: 35.000 acções-USD 0,01/acção e 145.000 acções-EUR 0,01/acção.

d) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 26.000.000 de acções ordinárias de valor nominal USD 1 e 16.000.000 de acções preferenciais sem voto, do valor nominal de USD 1.

e) Capital Social Realizado USD 100.

f) A percentagem de controlo de capital votante, por parte da Banif SGPS, é de 100%, sendo o capital social constituído por: 1.998.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 5,00 e 2.000 acções preferenciais sem voto de valor nominal unitário de EUR 5,00.

II.1. – RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

Durante o exercício de 2008, a Rentipar Financeira prosseguiu em particular a sua política de concentração, desenvolvimento e rentabilização dos investimentos no sector financeiro potenciado pelo aproveitamento das sinergias entre as empresas participadas, sendo de destacar os seguintes factos:

— A participação no aumento do capital social da Banif – SGPS, S.A., de 250 milhões para 350 milhões de Euros, tendo a Rentipar Financeira, a Renticapital e a Vestiban subscrito e realizado acções nos montantes de 60 milhões, 12 milhões e 3 milhões de euros, respectivamente. A Banif – SGPS, S.A. é a *holding* do denominado Banif Grupo Financeiro, o qual inclui várias sociedades que actuam no sector financeiro e de seguros, cuja estrutura e composição se encontra mencionada no diagrama apresentado;

— Para além da participação na operação de aumento de capital social, acima descrita, a Rentipar Financeira reforçou a participação detida na Banif – SGPS, S.A., através da aquisição de 4.761.016 acções representativas de 1,36% do capital social daquela entidade, investimento que ascendeu a 9,3 milhões de euros;

— A Rentipar Financeira é o maior accionista da Banif – SGPS, S.A., detendo directamente com referência a 31/12/2008, 51,58% do seu capital social e sendo-lhe imputáveis, nos termos do artº 20º do Código de Valores Mobiliários, 65,95% dos direitos de voto nesta sociedade;

— Reforço da participação no capital social da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A., investimento que ascendeu a 538 milhões de euros. Em 31/12/2008 a Rentipar Financeira detinha 96,8% do capital desta entidade, que por sua vez detém 3,46% do capital da Banif – SGPS, S.A.;

— Manutenção da participação de 90% do capital da Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A. Esta entidade detinha 10,29% do capital social da Banif – SGPS, S.A., no final de 2008;

— Emissão, em Dezembro de 2008, de um empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros, cujo reembolso está previsto ocorrer em duas prestações em 30 de Dezembro 2011 e 30 de Dezembro de 2012 colocado no mercado nacional e internacional. Reembolso do empréstimo obrigacionista emitido em 2006, no montante inicial de 40 milhões de euros, em 2008 e em Janeiro de 2009;

— Manutenção da participação no capital social da Finpro, SGPS, S.A.. A Rentipar Financeira no final de 2008, detinha 31,91% do capital desta entidade sendo o seu maior accionista individual. A Finpro está vocacionada para investimentos na área das infra-estruturas e "private equity";

— Concessão de apoios financeiros às empresas participadas, através de operações de suprimentos e de tesouraria, remuneradas, e prestações suplementares, não remuneradas, as quais permitiram em 2008 a obtenção de proveitos financeiros de 4,119 milhões de euros, contra 1,193 milhões de euros em 2007;

— Recebimento de dividendos da Banif – SGPS, S.A. em 2008, no montante de 18,4 milhões de euros, contra um montante de 14,4 milhões de euros, recebidos em 2007;

— Manutenção e actualização de um sítio na *Internet* com informação sobre o Grupo Rentipar - www.rentipar.pt.

II.2 BANIF – GRUPO FINANCEIRO

2.1 SOCIEDADES *HOLDING*

2.1.1 Banif SGPS, SA

Durante o ano 2008 a sociedade centrou a sua actividade na gestão das suas participações financeiras, complementada com a gestão da sua tesouraria e com a definição e dinamização de estratégias a serem implementadas nas diferentes sociedades do Banif - Grupo Financeiro, em termos que se concretizam no capítulo 2 "Actividade Corporativa".

No que se refere especificamente à gestão das suas participações financeiras e tesouraria, destaca-se a amortização, junto do accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA, do montante de 50 milhões de euros, de um financiamento, junto deste accionista, para apoio de tesouraria. Após a amortização, o endividamento a que se refere o dito empréstimo ficou reduzido a 15 milhões de euros. A Banif SGPS obteve ainda dois outros financiamentos, ambos junto do Banif, nos montantes de 100 e 30 milhões de euros, respectivamente, tendo ainda liquidado o financiamento obtido no exercício anterior, junto do Banif Açores, no montante de 10 milhões de euros.

No ano de 2008, a sociedade procedeu ao aumento do seu capital social em 100 milhões de euros, o qual passou de 250 milhões de euros para 350 milhões de euros. O referido aumento de capital foi concretizado através da incorporação de reservas de prémios de emissão, no montante de 50 milhões de euros, da qual resultou a emissão de 50 milhões de novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada, cabendo a cada accionista uma nova acção por cada cinco detidas, e através de oferta pública de subscrição de 50 milhões de novas acções ordinárias, escriturais e nominativas reservada a accionistas no exercício do direito de preferência, ao preço de 2 euros por acção e cabendo a cada accionista uma nova acção por cada cinco detidas.

Os financiamentos obtidos destinaram-se a sustentar o crescimento da actividade do Banif – Grupo Financeiro, quer no reforço de participações financeiras em instituições de crédito nacionais e internacionais, quer ainda na constituição de novas filiais e no reforço dos fundos próprios de diferentes sociedades do Grupo, nomeadamente da Banif Comercial, SGPS, SA e da Banif Investimentos – SGPS, SA, a quem concedeu prestações acessórias/suplementares de capital nos montantes de 18 milhões de euros e 10 milhões de euros, respectivamente.

A sociedade acompanhou o aumento de capital social de 8,75 milhões de euros para 10 milhões de euros da sua participada Banif Investimentos – SGPS, SA, através da conversão de suprimentos no valor de 1,24 milhões de euros e os restantes 10 mil euros por subscrição da participada Banif (Holding) Malta, Limited.

Durante o ano de 2008, a sociedade investiu cerca de 1,7 milhões de euros no Banco Caboverdiano de Negócios, SA (BCN). Este investimento consubstanciou-se na compra de 35.000 acções desta instituição, da qual passou a Banif SGPS a deter 357.000 acções, correspondentes a 51,0% do seu capital social e respectivos direitos de voto e na participação do respectivo aumento de capital, o qual passou de 700.000.000 CVE para 900.000.000 CVE. Em consequência do referido aumento de capital, foram emitidas 200.000 novas acções, tendo estas sido integralmente subscritas pelos accionistas e cabendo à Banif SGPS um lote de 108.182 acções. Deste modo, a Banif SGPS detinha, em 31 de Dezembro de 2008, 465.182 acções do BCN, correspondentes a 51,69% do seu capital social e respectivos direitos de voto.

Na sequência da constituição, em 2007, do Banif Bank (Malta) PLC, a sociedade subscreveu e realizou o montante de 1,8 milhões de euros, em Janeiro de 2008, após a concretização da operação de aumento do capital social daquele banco para 25 milhões de euros, dos quais se encontram realizados 15 milhões de euros, passando a deter 72% do capital social daquele banco, sendo o restante detido por parceiros locais.

Durante o ano de 2008, a sociedade adquiriu 571.951 acções próprias, representativas de 0,16% do seu capital social, ainda detidas pela sociedade no final do exercício, num conjunto de operações que representou um investimento de 0,8 milhões de euros,

A sociedade adquiriu, durante o ano de 2008, 2.210.821 acções do Finibanco Holding, SA, pelo valor de 8,2 milhões de euros, passando a deter 11.119.874 acções representativas de 9,67% do capital social daquela entidade.

A Banif SGPS adquiriu ainda 7.739 acções da Zon TV Cabo Madeirense, SA pelo valor aproximado de 0,86 milhões de euros, passando a deter 97.147 acções representativas de 16,19% do capital social desta sociedade.

Foram também adquiridas, ao Banif Açores, 66.000 acções representativas de 10% do capital social da Zon TV Cabo Açoreana, pelo valor de 5,9 milhões de euros.

A sociedade subscreveu 2.197.034 acções da CSA pelo montante de 7.060.345 euros, provenientes do aumento de capital social desta Companhia de 36.250.000 euros para 57.250.000 euros.

A sociedade concedeu ainda financiamentos, a título de suprimentos, à CSA, no montante de 2,4 milhões de euros e à sociedade Banif Imobiliária, SA no valor de 24 milhões de euros, ficando esta última com um endividamento junto da Banif SGPS no valor global de 61,3 milhões de euros.

A sociedade emitiu, em 15 de Julho de 2008, um novo empréstimo obrigacionista no montante de 50 milhões de euros, com vencimento em 15 de Julho de 2011, tendo, em 15 de Dezembro de 2008, liquidado o empréstimo obrigacionista no montante de 70 milhões de euros, que se vencera naquela data.

A Sociedade recebeu dividendos das suas participadas no montante global de 42,8 milhões de euros e colocou à disposição dos seus accionistas dividendos no valor de 37,5 milhões de euros, traduzidos num dividendo por acção de € 0,15. A Banif SGPS recebeu ainda dividendos da Finibanco Holding, SA, no valor de 0,8 milhões de euros, da Banca Pueyo, SA no valor de 0,3 milhões de euros, da sociedade Inmobiliária Vegas Altas, SA, no valor de 0,1 milhões de euros e da Zon Cabo TV Madeirense, SA, no valor de 0,8 milhões de euros.

Atendendo à especificidade da actividade das sociedades gestoras de participações sociais, as quais, por si só, não geram resultados susceptíveis de serem distribuídos, bem como à cadeia de participações existentes no Banif – Grupo Financeiro e à necessidade de se assegurar uma adequada remuneração aos seus accionistas, a sociedade Banif SGPS, SA, continuou a utilizar o mecanismo de apropriação de resultados consagrado no parágrafo 30 da IAS 18, conjugado com o parágrafo 33 da IAS 37, em virtude de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes e ainda de acordo com a carta circular 18/DSB/2004 do Banco de Portugal, tendo reconhecido como resultados o valor de 37,7 milhões de euros proveniente das suas sociedades directamente participadas, Banif Comercial, SGPS, SA e Banif Investimentos, SGPS, SA. Este mecanismo de apropriação de resultados foi aplicado na cadeia de participações do Banif – Grupo Financeiro.

No que se refere aos principais indicadores e ao nível das contas individuais, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade ascendia a 695.813 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008, enquanto no final de 2007 atingia o montante de 642.581 milhares de euros, o que representa um crescimento de 8,7%. Em 2008 a sociedade obteve um Resultado Líquido de 29.719 milhares de euros, contra 44.879 milhares de euros em 2007, o que traduz um decréscimo de 33,8%, elevando-se, no final de 2008, os seus capitais próprios a 480.565 milhares de euros, enquanto, no final de 2007, este agregado atingia o valor de 411.149 milhares de euros.

A sociedade não dispunha, no final de 2008, de um quadro de pessoal próprio.

2.1.2 Banif Comercial, SGPS, S.A.

A actividade da *sub-holding* Banif Comercial consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade da banca comercial e crédito especializado.

A sociedade obteve, junto da sua accionista Banif SGPS prestações acessórias suplementares de capital no montante de 25,0 milhões de euros, sendo utilizados, apenas, 18,0 milhões de euros.

A sociedade comprou ao Banif 4.016.983 acções representativas de 100% do capital social da sociedade Banif (Açores), SGPS, SA, pelo valor de 20,7 milhões de euros e converteu as prestações acessórias/suplementares de capital no montante de 50 milhões de euros, concedidas em 2007 à sociedade participada Banif, no aumento de capital desta instituição de crédito, que passou de € 240.000.000,00 para € 290.000.000,00.

Ao nível das participações internacionais, a sociedade subscreveu e realizou o aumento de capital social do Banif (Brasil), no montante de BRL 45.100.990,29, com o contra-valor de 18,4 milhões de euros.

A sociedade recebeu dividendos das participadas no montante global de 25,0 milhões de euros, tendo pago dividendos aos seus accionistas no valor de 23,5 milhões de euros.

Atendendo à especificidade das sociedades gestoras de participações sociais, as quais, por si só, não geram resultados susceptíveis de serem distribuídos, bem como à cadeia de participações existentes no Banif – Grupo Financeiro e à necessidade de se assegurar uma adequada remuneração aos seus accionistas, a Banif Comercial continuou a utilizar o mecanismo de apropriação de resultados consagrado no parágrafo 30 da IAS 18, conjugado com o parágrafo 33 da IAS 37, em virtude de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes e ainda de acordo com a carta circular 18/DSB/2004 do Banco de Portugal, tendo reconhecido como resultados o valor de 6,8 milhões de euros proveniente da sua participada, Banif Açores. Este mecanismo de apropriação de resultados foi aplicado na cadeia de participações do Banif – Grupo Financeiro.

No que se refere aos principais indicadores relativos ao exercício de 2008, o Activo Líquido da sociedade atingiu o valor de 455,1 milhões de euros contra 442,8 milhões de euros no ano anterior, tendo sido obtido um Resultado Líquido de 6,8 milhões de euros, contra 26,3 milhões de euros em 2007.

Os Capitais Próprios da sociedade ascendiam, em 31 de Dezembro de 2008, a 401,4 milhões de euros enquanto no final de 2007, atingiam o valor de 409,9 milhões de euros.

A sociedade não dispunha, no final de 2008, de um quadro de pessoal próprio.

2.1.3 Banif Investimentos - SGPS, SA

A actividade da *sub-holding* Banif Investimentos consistiu fundamentalmente na gestão das suas participações sociais, as quais estão predominantemente ligadas às áreas do mercado de capitais e da gestão de activos, nacionais e internacionais.

A sociedade obteve junto do seu accionista Banif SGPS, prestações acessórias/suplementares de capital no montante de 10 milhões de euros.

A sociedade procedeu ao aumento de capital social em 1,25 milhões de euros, passando de 8,75 milhões de euros para 10 milhões de euros, através de conversão de suprimentos no valor de 1,24 milhões de euros que tinham sido obtidos junto do seu accionista Banif SGPS e pela entrada de um

novo accionista, Banif Holding Malta, Ltd, com o valor de 10 mil euros, representativos de 0,1% do capital social da sociedade.

A sociedade recebeu dividendos das suas participadas no valor global de 30,7 milhões de euros e pagou dividendos ao seu accionista no valor de 18,4 milhões de euros.

Atendendo à especificidade das sociedades gestoras de participações sociais, as quais, por si só, não geram resultados susceptíveis de serem distribuídos, bem como à cadeia de participações existentes no Banif – Grupo Financeiro e à necessidade de se assegurar uma adequada remuneração aos seus accionistas, a Banif Investimentos, continuou a utilizar o mecanismo de apropriação de resultados consagrado no parágrafo 30 da IAS 18, conjugado com o parágrafo 33 da IAS 37, em virtude de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes e ainda de acordo com a carta circular 18/DSB/2004 do Banco de Portugal, tendo reconhecido como resultados os montantes de 28,3 milhões de reais e de 5,4 milhões de euros proveniente das suas participadas, Banif BI (Brasil) e da Banif Comercial, respectivamente. Este mecanismo de apropriação de resultados foi aplicado na cadeia de participações do Banif – Grupo Financeiro.

No que se refere aos principais indicadores, o Activo Líquido da sociedade elevava-se a 162,6 milhões de euros no final de 2008, contra 165,8 milhões de euros no final de 2007, tendo sido apurado um Resultado Líquido de 7,4 milhões de euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2007, havia sido obtido um Resultado Líquido de 18,8 milhões de euros. Os Capitais Próprios da sociedade ascendiam, em 31 de Dezembro de 2008, a 39,5 milhões de euros contra 41,4 milhões de euros no final de 2007.

A sociedade não dispunha, no final de 2008, de um quadro de pessoal próprio.

2.2 ACTIVIDADE CORPORATIVA

2.2.1 Recursos Humanos

Os Recursos Humanos Corporativos iniciaram a sua actividade em Setembro de 2008, com o recrutamento do Adjunto do Responsável de Recursos Humanos Corporativos. Com o objectivo de estruturar e activar este novo órgão do Grupo, foi elaborado e aprovado o Estatuto Orgânico e Funcional dos Recursos Humanos Corporativos.

Para estabelecer as prioridades de actuação foi elaborado, conjuntamente com os Órgãos de Recursos Humanos das Empresas Participadas, o plano de acção para o último trimestre de 2008 e para o ano de 2009, o qual apresenta um plano global de projectos, assim como um cronograma e um orçamento de suporte. Deste plano, salientam-se pela sua importância, os projectos "Gestão de Talentos" e "Cultura e Valores do Grupo Banif", os quais pretendem, por um lado, criar sinergias e potenciar o talento interno, e por outro, reforçar o sentimento de pertença e afiliação ao Grupo Banif.

No final de 2008, o quadro de pessoal das empresas do Banif – Grupo Financeiro era composto por 4.626 empregados, contra 4.412 no final de 2007.

Em relação aos "ratios" de idade e de formação superior, que importa monitorar constantemente numa perspectiva de equilíbrio do quadro de pessoal e do seu potencial, foi possível manter os 37 anos de idade média, tendo a percentagem dos empregados com formação superior subido de 48% para 51%.

No âmbito da formação, manteve-se o grande esforço de formação interna, com formadores internos e externos, que se traduziu em mais de 62.000 horas de formação - 29 horas por empregado – em termos similares ao que foi feito em 2007, com um volume total de 61.151 horas - 30 horas por empregado.

Em 2008, reforçou-se, também, a formação via *e-learning*, tendo-se registado cerca de 2.170 participações em acções de Branqueamento de Capitais e Métodos de Prevenção, de Conhecimento da Nota Euro e, integrada no projecto de Certificação do Atendimento Comercial, a acção "*Banif 4Client*".

Visando monitorar o clima social, foi feita nova Análise de Satisfação no Trabalho, em Outubro/Novembro, tendo-se concluído que os resultados de 2008, quando comparados com os de 2006, revelam uma evolução positiva nos principais indicadores dos inquéritos. Com efeito, aumentou: a taxa de participação no inquérito de 65% em 2006 para 75% em 2008; o índice global de satisfação de 58% para 62,2% e a resposta positiva à "*Top of mind question*" de 67% para 68,2%.
Sendo positiva a evolução do clima, importa continuar a desenvolver acções que potenciem o aumento dos níveis de satisfação dos empregados, sobretudo nas áreas com resultados percebidos como menos positivos, como sejam a área de comunicação inter-órgãos e das retribuições.

2.2.2 Operativa e Tecnologia

O ano de 2008, em termos das infra-estruturas tecnológicas, ficou marcado pelo projecto de fusão, entre o Banif Açores e o Banif, e pela continuidade na aposta do reforço da qualidade e dos níveis de serviços das aplicações, serviços e infra-estruturas dos edifícios centrais.

No âmbito da Qualidade, obteve-se, em 2008, a Certificação da SGS nas áreas do Crédito Pessoal e do Atendimento nas Agências, alargando para 6 os processos certificados, evidenciando que o Sistema de Gestão da Qualidade está concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos das Normas ISO de referência, demonstrando aptidão para atingir os objectivos e realizar as políticas do Banif.

A Certificação obtida incrementou o grau de eficácia e de eficiência das áreas e processos certificados e contribuiu decisivamente para uma maior consciencialização e responsabilização de todos os profissionais do Banco. Esta consciencialização difundida pelo Banif - Grupo Financeiro, Clientes e Parceiros, insere-se na estratégia de Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito da Organização, num quadro de franco desenvolvimento do Grupo, destaca-se, face à sua relevância e impactos, o esforço efectuado no projecto de fusão dos bancos comerciais, que culminou na incorporação do Banif Açores no Banif e que contemplou, entre outros aspectos, a unificação dos sistemas de informação e de todos os processos de suporte à actividade, a continuação do processo de integração de serviços de Ponta Delgada em Lisboa, designadamente os referentes a letras, livranças e UTR,s e ainda a formação dada ao colaboradores do Banif Açores em Ponta Delgada, relativamente aos sistemas e procedimentos do Banif.

Ainda no que se refere a medidas tomadas, durante o exercício de 2008, com particular relevância na actividade operativa, destacam-se os projectos de integração da contratação do crédito à habitação na DEO e da avaliação de imóveis na Direcção de Crédito Imobiliário (DCRI), a preparação, em colaboração com os auditores externos e com o Banco de Investimento, de diversas operações de securitização de crédito imobiliário e a colocação em *outsourcing* das fichas de assinaturas dos processos de abertura de conta.

2.2.3 Controlo dos Riscos de Actividade

O Grupo Banif reconhece, desde há muito, a importância da gestão dos riscos na sua actividade, garantindo que o desenvolvimento dos seus negócios se encontra suportado numa cultura de risco assumida por toda a organização, constituindo um pilar importante para a implementação das

estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração, alinhadas com as orientações emanadas pelos Órgãos de Supervisão.

O Grupo tem vindo a promover, ao longo dos últimos anos, diversos projectos com vista ao progressivo aperfeiçoamento das práticas de gestão e monitorização dos riscos, considerando a cadência e complexidade evolutiva dos riscos a que o Grupo se encontra exposto e a prioridade da sua implementação.

Em 2008, o Grupo implementou, no âmbito do novo Modelo de Governação, a função de Risco Corporativo, formalizando assim a constituição de um órgão central para a gestão de riscos, dando assim continuidade a muitos dos projectos que vinham a ser desenvolvidos no enquadramento do Programa Basileia II.

2.2.4 Compliance

No exercício de 2008, de acordo com os princípios delineados pelo Conselho de Administração para a reconfiguração do modelo de governo do Grupo, foi formalmente constituído o órgão de *Compliance* Corporativo que, no quadro do Centro Corporativo do Grupo, consolida a dimensão corporativa da função *compliance.* contribuindo para o alinhamento daquele modelo com as recomendações e melhores práticas de conduta, reforçando a transparência, o rigor, o controlo de riscos e a sustentabilidade do Grupo.

Neste contexto, foram submetidas à apreciação do Conselho de Administração, e por este aprovadas, as propostas relativas ao Estatuto Orgânico e Funcional do órgão de *Compliance* Corporativo, ao respectivo Plano de Acção para 2008 e ao Estatuto da Função *Compliance* no Banif – Grupo Financeiro.

2.2.5 Auditoria

O novo modelo de governação contemplou a criação do Órgão de Auditoria Interna Corporativa (AIC), cujo início de implementação, verificado ainda em 2008, traduziu-se essencialmente na formulação das suas bases organizacionais e participação na elaboração do relatório de controlo interno.

Integrado no Centro Corporativo do Banif - Grupo Financeiro, a AIC, segundo o seu Estatuto Orgânico e Funcional, detém as seguintes atribuições principais:

- Assessorar o Conselho de Administração em matérias relacionadas com a Auditoria Interna, nomeadamente no que respeita à definição e implementação da respectiva estratégia e política no universo do Grupo.
- Coordenar a elaboração e a implementação do Programa anual de Auditoria Interna, para todo o Grupo.
- Acompanhar as actividades do Grupo na área da auditoria interna e executar directamente ou coordenar a subcontratação das acções de auditoria nas entidades do Grupo que não disponham de Órgão de Auditoria Interna próprio.
- Garantir o reporte consolidado da auditoria interna do Grupo aos respectivos Órgãos Sociais e às Entidades de Supervisão.

Este estatuto vai ao encontro das exigências previstas no Aviso 5/2008, do Banco de Portugal, o qual estabelece, nomeadamente, que os requisitos definidos de controlo interno devem ser garantidos em termos globais, considerando toda a actividade do Grupo.

Tais atribuições impuseram a realização de diagnósticos prévios do sistema de informação e comunicação existentes e do "estado de arte" das auditorias individuais, com a consequente avaliação dos ajustamentos necessários à luz do aludido Aviso nº 5/2008, num processo que terá a sua

continuidade e aprofundamento em 2009, na esfera do Grupo, incluindo as filiais e outras estruturas no estrangeiro.

2.2.6 Imagem e Comunicação

No ano de 2008, a Função Imagem Corporativa efectuou a gestão da marca do Banif – Grupo Financeiro e, nesse pressuposto, assegurou o cumprimento, por todas as empresas do Grupo, das normas estabelecidas nesta matéria.

No âmbito do projecto de *rebranding*, a Função Imagem Corporativa coordenou e geriu todas as acções que envolviam o Banif – Grupo Financeiro, o que garantiu que no dia 15 de Janeiro, data do 20.º aniversário, todas as empresas do Grupo apresentassem já integralmente implementada a nova imagem corporativa que adoptou de forma transversal um novo símbolo – Centauro -, cor –Indigo- e uma nova assinatura – "A força de acreditar".
Com a implementação da nova imagem, um projecto global orçado em cerca de 20 milhões de euros, registou-se um aumento significativo das Notoriedades Expontânea e Total, na ordem dos 9 e 18 pontos percentuais respectivamente, face ao ano anterior.

Ainda neste contexto, e de acordo com o plano previamente estabelecido para as comemorações do 20.º aniversário, destaca-se a execução de um conjunto de iniciativas: o envio de *mailing* e da *newsletter* Banifactos especial a todos os Colaboradores do Grupo, a produção de um novo filme corporativo, a apresentação do *rebranding* à comunicação social e quadros directivos do Banif - Grupo Financeiro, que decorreu a 14 de Janeiro, no Convento do Carmo, em Lisboa, a Conferência de Jordi Pujol e o espectáculo "Cantar Max", estes últimos realizados no Funchal, a 15 de Janeiro, data do aniversário do Grupo.

Internacionalmente, o Grupo foi distinguido pela Standard & Poor's, ao fazer parte da "S&P Global Challengers List", que inclui as 300 empresas de média dimensão, cotadas em bolsa, com potencial para concorrerem com as grandes do mercado mundial. Esta distinção é ainda mais relevante, pelo facto do Banif – Grupo Financeiro ter sido o único grupo financeiro ibérico a consegui-lo nos últimos dois anos.

O ano de 2008 ficou ainda marcado por importantes manifestações de reconhecimento, em termos de qualidade de serviço, tendo o Banif sido considerado o 4.º Banco a operar em Portugal com a melhor qualidade no atendimento, num estudo de *Mystery Shopping* realizado todos os anos por auditores independentes. Registe-se ainda o facto de no referido estudo, o Banif ter sido o único Banco português com presença entre os cinco melhores classificados.

Relativamente ao *site* do Banif – Grupo Financeiro, para além do *rebranding*, foram desenvolvidas novas áreas de conteúdos (Sustentabilidade e Ciclo de Conferências), actualizadas todas as informações referentes à relação com os investidores (indicadores financeiros, relatórios e contas, dividendos, assembleia geral, etc) e disponibilizados todos os comunicados efectuados ao mercado, bem como o *clipping* de notícias sobre o Grupo.

2.3 BANCA COMERCIAL

2.3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

Na sequência do que tem sido a actuação estratégica da Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (DCRAM) nos últimos anos, a actividade desta direcção em 2008 foi estruturada em dois

vectores: manutenção do crescimento do negócio e consolidação da posição de liderança alcançada no mercado regional.

Apesar do contexto macroeconómico desfavorável, intensificou-se a já forte concorrência sentida ao nível do sector bancário na região, tendo a DCRAM continuado a revelar o dinamismo da sua estrutura comercial, que se reflectiu nas principais rubricas do balanço.

A corroborar esta afirmação, sublinhe-se o aumento da base de Clientes (+ 8.084 novos Clientes) e o desempenho das unidades de negócio (retalho, *private* e empresas) na prestação de um serviço de qualidade e diferenciado, proporcionando um acréscimo de valor à carteira, nomeadamente através do aumento do número médio de produtos por Cliente e da sua consequente fidelização.

O crédito concedido a Clientes registou um crescimento de 7,4% em 2008. Para este resultado, contribuíram os acréscimos no volume das carteiras de crédito ao consumo (+5,2%) e de crédito imobiliário (+8,5%). Tais crescimentos foram inferiores aos do ano transacto, fruto da verificada desaceleração do investimento e consumo público e privado.

Fruto da conjuntura e da acentuada redução das margens, a variação da contribuição financeira total cresceu, de 2007 para 2008, apenas 0,3%. Relativamente ao comissionamento, e após um forte crescimento em 2007, a cobrança de comissões aumentou apenas 1,6% em 2008.

Actividade Comercial no Continente

a. Negócio no Segmento de Empresas e Médio/Alto de Particulares

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento. Para além destas unidades de negócio integra o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere o negócio de *Factoring* e *Confirming* do Banco.

A actividade desenvolvida pela DEP em 2008 centrou-se no acompanhamento e controlo do negócio face à conjuntura macroeconómica desfavorável, implementando medidas que permitiram reagir de forma eficaz aos desafios financeiros que surgiram.

Desta forma, o recurso a políticas de gestão e de seguimento do negócio rigorosas e eficientes permitiram que, apesar da referida conjuntura, se registasse um crescimento das principais rubricas do Balanço, face ao ano anterior. Em 2008, o crédito concedido a Clientes da DEP atingiu os 3.421 milhões de euros e os recursos de clientes 1.020 milhões de euros.

a.1 Negócio no Segmento de Empresas

O ano de 2008, que correspondeu ao primeiro ano de funcionamento pleno do Modelo aprovado no âmbito do Projecto Empresas*2, iniciou-se com enfoque nos 3 grandes Objectivos que resultaram do referido Projecto: aumentar a base de Clientes, reforçar o envolvimento com os Clientes de Bom Risco e reforçar a oferta de produtos estratégicos.

No que respeita ao modelo organizacional, a grande alteração processada foi a extinção do conceito de Equipas de Serviço ao Cliente. A gestão das Carteiras de Clientes deixou de ser efectuada por uma Equipa constituída por 2 elementos, para passar a ser directamente assegurada por um Gestor especializado. Paralelamente, cada Centro passou a deter uma equipa de elementos direccionada à execução de tarefas de apoio à actividade comercial.

Por outro lado e tendo em vista assegurar a correcta segmentação do negócio (Clientes com Facturação superior a 2 milhões de euros), processaram-se fluxos de migração de Clientes para outras áreas do Banco, como o segmento de particulares e o de retalho. Verificou-se, assim, um decréscimo da carteira de Clientes (-9%) face ao exercício anterior.

A rubrica de Crédito concedido a Clientes registou um crescimento assinalável face ao ano anterior (+26%), ao contrário da rubrica Recursos de Clientes de Balanço (-19%). Esta diminuição foi influenciada pelas transferências processadas para outros segmentos, nomeadamente para o segmento privado.

Rubrica	Variação 08/07
Recursos	-19%
Crédito	+26%
Contribuição Financeira Total	+17%
Base de Clientes	-9%

Actividade do Núcleo de Factoring

Em 2008, a actividade desenvolvida pela área de *Factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores, registou um crescimento assinalável.

As variações positivas, em relação a 2007, registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo médio de antecipações, cifraram-se em 19% e 40%, respectivamente, atingindo no final de 2008 um valor de 386 milhões de euros e 91 milhões de euros.

a.2 Negócio no Segmento de Particulares de Médio-Alto Rendimento

O ano de 2008 da Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP Privado) foi marcado pelo arranque do Projecto de Reestruturação da Rede Comercial. Foram alocados Gestores Privados aos Centros de Empresa, sendo que actualmente todos os Centros de Empresa da DEP têm um Gestor Privado em permanência.

O reforço da equipa comercial privada, estruturada em 21 equipas comerciais, e a consequente articulação da sua actividade com a área de empresas, contribuiu para o aumento da base de Clientes deste segmento. Este crescimento tem sido ainda potenciado pelo Programa Banif Privado.

A rubrica "Recursos de Clientes" apresentou um acréscimo de +23% para um total de 685 milhões de euros, reflectindo quer a captação de novos recursos, quer os fluxos de Clientes recebidos da DEP Empresas. Ainda fruto da conjuntura económica e financeira, a captação de recursos através de produtos de investimento registou um ligeiro decréscimo (-6%) face a 2007. Por outro lado, a evolução do crédito concedido a Particulares foi positiva face ao ano anterior, registando um acréscimo de 26%.

Rubrica	Variação 08/07
Recursos	+23%
Crédito	+26%
Contribuição Financeira Total	-105%
Base de Clientes	+53%

b. Negócio no Segmento de Retalho

A Rede de Agências no Continente, através da respectiva Direcção (DRA) consolidou o enfoque comercial na captação de recursos, na colocação de produtos estratégicos e na prestação de serviços no seu segmento alvo: particulares, pequenas empresas e profissionais liberais.

Assumindo uma cada vez mais forte atitude multiproduto na venda, a DRA reforçou o seu papel como canal principal da comercialização dos produtos estratégicos da Banca Comercial (Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário, Conta Gestão de Tesouraria e Cartões), mantendo uma posição de destaque na captação de recursos e na colocação de produtos de outras empresas do Grupo.

A DRA terminou o ano com uma Rede de 242 Agências, após a abertura de 50 novos postos de venda desde o início do ano. Em pouco mais de 3 anos, o Banco duplicou a sua Rede de Agências no Continente, tendo aberto a Agência ducentésima em 20 de Maio - Caldas/Ameiros.

Com o Programa de Gestão de Clientes no Continente, traçou-se para 2008 um objectivo muito ambicioso quanto à captação de Clientes e colocação de produtos: 50.750 novos Clientes activos e 120.000 produtos, em termos de acréscimo líquido, e um rácio de 2,30 produtos por Cliente activo.

A DRA terminou o ano ligeiramente abaixo desses referidos objectivos, captando 50.000 novos Clientes activos e colocando, em termos líquidos cerca de mais 100.000 produtos.

c. Contas de Depósitos e Produtos de Poupança

No âmbito da gestão dos produtos de passivo efectuada pela Direcção de Produtos de Retalho (DPR) e do processo de *rebranding* do Banif – Grupo Financeiro assistiu-se, no decurso de 2008, à revitalização da oferta dirigida ao segmento de Clientes Particulares.

Com o objectivo de promover a captação de recursos a partir da disponibilização de um amplo leque de soluções de poupança, desenvolveram-se produtos e campanhas que, simultaneamente, contribuíram para alavancar a notoriedade da nova imagem institucional do Banco.

No global, o montante de Recursos de Clientes captados a partir das iniciativas realizadas, cifrou-se em 72 milhões de euros.

d. Crédito Imobiliário

A estratégia comercial do Banco em 2008, no que respeita ao Crédito Imobiliário, ficou marcada pelo aprofundamento de algumas linhas mestras, a saber: oferta de produtos competitivos e ajustados às necessidades dos clientes, flexibilidade e celeridade de resposta ao cliente e aposta em nichos de mercado.

Pese embora a conjuntura económica desfavorável, em particular no negócio imobiliário, o ano encerrou com um crescimento da carteira de Crédito Imobiliário de 12,7%, ou seja, um aumento de 271,8 milhões de Euros, reforçando-se, nesta medida, a posição competitiva do Banif no Crédito Imobiliário.

O saldo da carteira de Crédito Imobiliário, incluindo a carteira securitizada, que no início do ano representava 2.147,1 milhões de euros (Continente: 1.709,8 milhões de euros e Madeira: 437,3 milhões de euros) correspondentes a 37.200 contratos, ascendeu, no final de 2008, a 2.418,9 milhões de euros (Continente: 1.943,1 milhões de euros e Madeira: 475,8 milhões de euros) correspondentes a, aproximadamente, 40.384 contratos.

No final do exercício, o total da carteira securitizada sob gestão do Banif ascendia a 1.167,4 milhões de euros.

A produção de contratos novos totalizou 475,9 milhões de euros, tendo-se obtido indicadores bastante positivos: cobertura média de 72% no rácio *loan-to-value* para uma exposição média por cliente de 100,6 milhares de euros, com um prazo médio mutuado de 30 anos e uma média de idades de 42 anos.

e. Crédito ao Consumo

e.1 Cartões de Pagamento

O crescimento da carteira de cartões de crédito do Banif foi de 13% para um total de 91.707 cartões emitidos, o que correspondeu a um aumento de cerca de 8 milhões de euros no crédito concedido em cartões. Por seu turno, a carteira de cartões de débito cresceu cerca de 19%, atingindo-se, no final de 2008, 254.654 cartões em circulação.

Os proveitos decorrentes da actividade de cartões, em 2008, ascenderam a cerca de 12 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 37% face a 2007, com especial destaque para as comissões cobradas, num total de 4,9 milhões de euros.

Após ter sido o primeiro Banco na Península Ibérica a introduzir, em 2005, o chip nos seus cartões, garantindo maior segurança na sua utilização, o Banif volta a inovar através do lançamento de cartões adaptados às necessidades especiais dos Clientes.

e.2 Crédito Pessoal

A diversidade e a adequação da oferta de produtos de crédito ao consumo, ao perfil e ao relacionamento dos Clientes com o Banco, conduziram ao crescimento sustentado de produto no ano de 2008.

Para este crescimento contribuiu a manutenção do portfólio de produtos com taxa indexada ou fixa e a prática de bonificações para targets específicos, dos quais se destacam o Crédito Pessoal Imo, o Crédito Pessoal 100% Garantido e o Crédito Pessoal Protocolos, dirigidos a Clientes detentores de Crédito Habitação, Aplicações Financeiras ou beneficiários de Protocolos Ordenado, respectivamente.

No final do ano em apreciação, a carteira de Crédito Pessoal ascendia a 215 milhões de euros, correspondentes a 30.798 contratos.

f. Crédito Especializado - Crédito a Pequenos Negócios

A expansão da rede de distribuição do Banco, resultante da abertura de novas agências em todo o território nacional, o processo de rebranding do Banif – Grupo Financeiro, bem como a evolução da conjuntura económica no período, promoveram o reajustamento da estratégia de abordagem ao mercado empresarial.

Neste âmbito, iniciou-se em 2008 a implementação de uma proposta de valor específica para o segmento Pequenos Negócios, nomeadamente, para Micro e Pequenas Empresas, Empresários em Nome Individual e Profissionais Liberais.

g. Crédito Vencido

No ano de 2008, o crédito em incumprimento (sem crédito titularizado) do Banif, atingiu 136,5 milhões de euros, face a 108,3 milhões de euros em 2007, representando uma variação de +26% entre ambos os exercícios. O crédito afecto a contencioso (sem crédito titularizado) ascendeu, em 2008, a 108,3 milhões de euros, sendo que em 2007 ascendia a 87,1 milhões de euros, o que se traduz numa variação de +24,4%.

Os recebimentos totais (capital, juros e encargos) realizados no âmbito da recuperação de créditos, registaram, no ano de 2008, o valor de 59,5 milhões de euros, face a 38 milhões de euros no exercício anterior, o que significou uma variação positiva de 56,7%. Os juros e encargos recuperados ascenderam a 9,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 40% relativamente a 2007, ano em que aquele valor foi de 6,9 milhões de euros.

No ano de 2008, de acordo com as normas do Banco de Portugal, as provisões constituídas para riscos específicos de crédito (crédito, juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa) atingiram 95,1 milhões de euros e as provisões totais (risco específico e riscos gerais de crédito) ascenderam ao montante de 153 milhões de euros, excluindo crédito securitizado. No ano anterior as mesmas rúbricas registaram, respectivamente, 82,1 milhões de euros e 134,1 milhões de euros, o que corresponde um incremento de 15,8% e 14,1%. As provisões totais representavam, no final do ano em análise, 112,1% do crédito vencido total.

O rácio de crédito vencido/crédito total, no final de 2008, ascendeu a 2,1%, registando um agravamento de 30 basis points, face ao final do ano 2007, quando era de 1,8%.

h. Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

h.1 Actividade de Call Center e Banca Electrónica

Nas acções de outbound realizadas durante o ano de 2008 das quais se destacam o Crédito Pessoal, a Conta de Gestão de Tesouraria e os Cartões de Crédito, as taxas médias de subscrição sofreram um acréscimo face ao ano anterior de, respectivamente, 6, 7 e 30 pontos percentuais, atingindo os 77%, 32% e 82% em 2008.

O lançamento da nova imagem do Banif - Grupo Financeiro, no início de 2008, e a uniformização do serviço Banif@st nos Bancos Banif e Banif Açores, permitiu a reformulação de alguns conteúdos na informação disponibilizada e simplificar a utilização do Serviço de Banca Electrónica, através da optimização da navegação no canal Internet.

Em termos quantitativos, foram alcançados crescimentos significativos face ao ano anterior. Globalmente, mais de 76% dos Clientes do Banco já aderiram ao serviço Banif@st e a percentagem de Clientes que o utilizam regularmente é, actualmente, superior a 17%. O número de entradas nos diversos canais associados ao serviço cresceu 34%, face a igual período de 2007, o que originou um crescimento de 44% nas transacções realizadas. A par destes valores os proveitos gerados aumentaram 40%.

h.2 Canais Agenciados

A Direcção de Canais Agenciados (DCA) coordena a actividade dos promotores de negócio externos ao Banco, os quais continuam a representar um importante contributo, nomeadamente na colocação de produtos de crédito considerados estratégicos e na captação de recursos. Este canal apresenta também um importante meio para a captação de novas contas.

A Rede de Canais Agenciados representou um contributo para o negócio, no período em análise, de 237 milhões de euros no crédito estratégico e de 100 milhões de euros nos recursos captados.

Face à estratégia definida, o crescimento dos recursos captados, via Rede de Canais Agenciados, aumentou 40,6% face ao ano anterior.No que diz respeito ao crédito estratégico, este apresentou um crescimento de 8% relativamente a 2007, em linha com os objectivos inicialmente propostos para a DCA,

h.3 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos

A Direcção de Meios de Pagamento (DMP) concluiu, no inicio de 2008, a execução de todas as tarefas inerentes ao "*rebranding*" em todas as suas áreas de intervenção (Cartões, ATM's e POS), continuou a estratégia de aumento da qualidade de serviço aos Clientes e da rendibilidade do negócio.

De Julho a Dezembro de 2008 decorreram os trabalhos preparatórios da fusão do Banif Açores no Banif. Este processo, foi estruturado em 4 grandes áreas de intervenção: Estratégia de Implementação, Meios Técnicos, Processos de Negócio e Recursos Humanos.

A DMP, durante o ano 2008, desenvolveu, em colaboração com a DME, os trabalhos preparatórios para lançamento, no primeiro semestre de 2009;

- do processo de segmentação de Clientes, com vista a disponibilizar às Unidades de Negócio meios para uma melhor adequação da oferta aos diversos Clientes, contribuindo assim para uma melhor qualidade de serviços e uma maior satisfação destes;
- de novos produtos e novas funcionalidades nos cartões de crédito Banif.

No que se refere à rede de Caixas Automáticos, em 2008 verificou-se um aumento significativo na quota de mercado do Banif, a qual passou de 2,55% em 2007 para 3,08% em 2008.

O forte crescimento do número de Agências permitiu ao Banco atingir 413 ATM's instalados, registando, paralelamente, um aumento dos proveitos na ordem dos 22%, em termos absolutos.

Por seu turno, no que se refere aos Terminais de Pagamento Automático, o Banco registava, no final do ano de 2008, 3.572 equipamentos em que é banco de apoio, correspondentes a uma quota de mercado de 1,76%. Os proveitos associados aos Terminais de Pagamento Automático registaram um aumento na ordem dos 7%, face ao ano anterior.

i. Protocolos e Cross-Selling

No ano de 2008, o Gabinete de Protocolos e *Cross-Selling* imprimiu um maior dinamismo na utilização dos "Protocolos" como importante alavanca de captação de novos clientes para o Banco.

Foi dado especial ênfase aos denominados "Protocolos Ordenado", protocolos celebrados pelas Redes Comerciais com empresas, associações e instituições diversas, conferindo vantagens especiais aos respectivos trabalhadores, na condição de os seus salários serem domiciliados no Banco. Assim, e como resultado desse enfoque, no Programa de Captação de Clientes de 2008, cerca de 17% dos novos clientes foram angariados via Protocolos.

Na área do *Cross-Selling* envolvendo as empresas do Grupo, prosseguiu-se com o objectivo de disponibilizar aos Clientes toda a panóplia de produtos e serviços que satisfaçam as suas necessidades de ordem financeira e de preservação do seu património.

j. Marketing Estratégico

A actividade de marketing estratégico na área da banca comercial foi desenvolvida essencialmente pela Direcção de Marketing Estratégico do Banif (DME), a qual, além da actividade desenvolvida no âmbito do próprio Banco, apoiou igualmente o Banif Açores e a Banif Go.

Actividade Financeira

A Direcção Financeira do Banif manteve como principal função a gestão integrada dos activos e passivos do Banif e do Banif Açores, assegurando a intervenção deste e de algumas empresas do Banif - Grupo Financeiro nos mercados monetário e cambial, a coordenação da actividade dos Bancos com outras instituições financeiras nacionais e estrangeiras e, ainda, o apoio às Direcções Comerciais e de Produtos na sua área de actuação.

O ano de 2008 foi fortemente marcado pelos reflexos da crise do *subprime* que já afectara os mercados em 2007, a qual continuou a provocar problemas de liquidez e falta de confiança no sistema financeiro.

No Banif, os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se num resultado negativo de 4,5 milhões de euros em 2008, contra um resultado de 7,6 milhões de euros em 2007. No Banif Açores, os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se num resultado positivo de 5,22 milhões de euros em 2008, contra um resultado positivo de 2,86 milhões de euros em 2007.

Os valores apurados resultam principalmente de perdas com a reavaliação da carteira de títulos de investimento.

A liquidez do Banco mostrou alguma estabilidade, com o respectivo rácio de liquidez à vista a situar-se nos 105,3% no final do ano de 2008, face a 94,9% em 2007.

Actividade Internacional

Em termos de negócio internacional, e durante o ano de 2008, o Banif continuou a privilegiar a expansão das operações internacionais, em especial *trade finance,* com destaque para as operações de risco *corporate* brasileiro, até 3 anos, originadas pelo Banif (Brasil), cuja exposição no final do ano era de 37,4 milhões de dólares no curto prazo e de 50,5 milhões de dólares no médio prazo (*Tradeinvest Program*).

Também é de destacar, adicionalmente, a aposta em Londres, onde o Banco abriu, em Outubro de 2007, uma Sucursal de banca comercial e outra para a banca de investimento. O grosso do negócio passa pelas actividades de *Trade Finance* (mercado secundário, com especialização em risco *corporate* brasileiro e interbancário com países CEE & CIS, Médio Oriente e África), pela oferta de soluções em *Real Estate Finance* (*mortgage and lending*) e pelo relacionamento com a comunidade portuguesa residente no Reino Unido.

O Banif reforçou a sua presença na Venezuela em Julho de 2008 com a inauguração de novas instalações do escritório de representação naquele país, sito em La Castellana, a sul da capital Caracas. Esta aposta do Banif irá servir também para fortalecer a posição do Banco junto da comunidade emigrante portuguesa na Venezuela, uma das mais expressivas neste país, à semelhança de igual posição assumida junto da comunidade emigrante portuguesa nos Estados Unidos da América, Canadá e África do Sul.

No final de 2008, o Banif - Grupo Financeiro apresentava uma cobertura geográfica composta por 517 pontos de venda, dos quais 68 no estrangeiro, com posições de liderança na Madeira e nos Açores e com presença física internacional já em 14 países.

Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, relativas aos períodos em análise, foram preparadas em consonância com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das áreas seguintes:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, tendo o Banco de Portugal mantido a obrigatoriedade de constituição de provisões regulamentares nos termos do Aviso nº 3/95;
- Benefícios dos empregados, devido ao estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis, devendo os mesmos serem mantidos ao custo histórico.

Contudo, para efeitos da análise do desempenho económico, e da respectiva comparabilidade internacional, bem como do contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais apropriado o uso de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif-SGPS, empresa-mãe do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas.

Para este efeito, foram preparados elementos contabilísticos pró-forma, em base IAS/IFRS, e respectivos indicadores, apresentados no quadro no final desta análise, que são directamente comparáveis nos períodos em causa e que reflectem adequadamente o contributo do Banif para as contas consolidadas do Banif – Grupo Financeiro.

A análise daqueles elementos contabilísticos e dos seus principais indicadores permite evidenciar o desempenho do Banco no tocante à actividade do exercício de 2008 do qual se destaca:

- O Lucro Líquido elevou-se a 23,6 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2008, uma diminuição de 50,4% face a 2007;
- Os Capitais Próprios atingiram 386,7 milhões de euros, mais 2,8% do que em 2007 e, como consequência,
- A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) atingiu 6,18% em 2008 que compara com 14% em 2007.

Como consequência dos fortes investimentos realizados durante o ano de 2008, o rácio "*Cost to Incorre*" sofreu um impacto desfavorável de 8,2 p.p. quando comparado com o ano anterior, tendo passado de 62,42%, no final e 2007, para 70,62% no final de 2008.

O Rácio de Solvabilidade, em contas IAS/IFRS, e determinado de acordo com as *Core Criteria* de Basileia, situava-se em 9,65% no final de 2008 (10,58% em finais de 2007), enquanto o rácio *Tier I* atingiu 5,78% (6,36% em Dezembro de 2007). Para o mesmo período, este rácio, calculado numa base consolidada do Banif e Banif Finance Ltd, entidade controlada pelo Banif e vocacionada para a emissão de dívida, em contas IAS/IFRS, situava-se em 11,83% (13,29% em Dezembro de 2007), enquanto o rácio *Tier I* atingiu 7,85% (7,70% em Dezembro de 2007).

Para o período em análise e como resultado do Lucro Líquido obtido pelo Banco em base IAS/IFRS, de 23,5 milhões de euros, e do aumento verificado ao nível da base de capital, registou-se um ROE de 6,18% (14,0% em 2007) e um ROA de 0,27% (0,66% em 2007), ambos calculados a valores médios dos Capitais Próprios e dos Activos do Banco.

Para todos estes resultados e *performances* tem contribuído o bom nome que o Banif tem vindo a construir no mercado, o histórico e a experiência obtidos com operações passadas e, também, as suas notações de rating "Moody's" de A2 (no longo prazo) e P-1 (no curto prazo).

A agência "Fitch" manteve as notações de BBB+ e F2, respectivamente, no longo e no curto prazo e, em Março de 2008, aumentou o *support rating* de 4 para 3 e o *support floor* de B+ para BB, o que revelou um reforço da solidez e posição do banco, apesar da crise sentida nos mercados financeiros.

A Banif SGPS foi distinguida também pela Standard and Poor's (S&P), uma das mais conceituadas agências de rating a nível mundial, nos "S&P Global Challengers Class of 2008" pelo segundo ano consecutivo.

Banif - Banco Internacional do Funchal SA - Indicadores Financeiros (IAS/IFRS)

Milhares de euros

	31-Dez-08	31-Dez-07	Variação Absoluta	Variação %
Balanço				
Activo Líquido	9.542.302	7.776.292	1.766.010	22,7%
Crédito s/ Clientes (Bruto)	7.836.573	6.493.937	1.342.636	20,7%
Recursos de Clientes (incluindo Resp. Representadas por Titulos)	5.706.539	4.732.506	974.033	20,6%
Capitais Próprios	386.729	376.107	10.622	2,8%

	31-Dez-08	31-Dez-07	Variação Absoluta	Variação %
Demonstração de Resultados				
Margem Financeira	172.796	157.070	15.726	10,0%
Lucro de Operações Financeiras	(5.407)	6.956	(12.363)	-177,7%
Outros Proveitos Líquidos	72.354	66.390	5.964	9,0%
Produto Bancário	239.743	230.416	9.327	4,0%
Custos Administrativos	(159.212)	(134.777)	(24.435)	18,1%
Cash-Flow	80.531	95.639	(15.108)	-15,8%
Amortizações do exercício	(10.089)	(9.044)	(1.045)	11,6%
Provisões / Imparidade	(42.739)	(23.030)	(19.709)	85,6%
Resultados antes de Impostos	27.703	63.565	(35.862)	-56,4%
Impostos	(4.127)	(15.997)	11.870	-74,2%
Resultado do Exercício	23.576	47.568	(23.992)	-50,4%

	31-Dez-08	31-Dez-07	Variação Absoluta	Variação %
Outros Indicadores				
Imparidade de crédito/Crédito Total	2,53%	2,48%		
Resultados antes de Impostos /Activo Líquido Médio	0,32%	0,88%		
Produto Bancário /Activo Líquido médio	2,77%	3,19%		
Resultados antes de Impostos /Capitais Próprios Médios	7,26%	18,71%		
Cost to Income	70,62%	62,42%		
Custos com o Pessoal / Produto Bancário	31,37%	32,64%		
ROE	6,18%	14,00%		
ROA	0,27%	0,66%		
Rácio de Solvabilidade (*Core Criteria* de Basileia)	9,65%	10,58%		
Tier 1 (*Core Criteria* de Basileia)	5,78%	6,36%		
Nº de empregados	2.162	1.996	166	8,3%
N º de Agências Bancárias	279	228	51	22,4%

	31-Dez-08	31-Dez-07	Variação Absoluta	Variação %
Outros Indicadores conforme Instrução n.º16/2004 do Banco de Portugal				
Crédito em Incumprimento / Crédito Total	1,80%	1,84%		
Crédito em Incumprimento Líquido / Crédito Total Líquido	0,57%	0,55%		
Provisões para Crédito / Crédito em Incumprimento	218,77%	237,80%		
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	9,25%	10,18%		
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base	4,83%	5,60%		

2.3.2 Banco Banif e Comercial dos Açores, SA

Na sequência da nova denominação, por ocasião do vigésimo aniversário do Banif, com a uniformização das marcas do Grupo, o BBCA alterou a sua comunicação exterior para Banif Açores. Tal como sucedeu a todo o Banif – Grupo Financeiro, foram também adoptados, desde 15 de Janeiro, novo símbolo, nova cor e nova assinatura.

Ao longo do ano, a actividade comercial do Banif Açores foi marcada por diversas iniciativas institucionais e comerciais.

Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

Em termos da actividade comercial, uma conjuntura marcada pela falta de liquidez no sistema financeiro impôs novas prioridades, nomeadamente na atenção ao Crédito Vencido, na sustentação e captação de Recursos e na maior selectividade na concessão de novo Crédito. Ainda assim, foram maioritariamente superados os principais objectivos anuais e alcançados elevados niveis globais de realização de muitos objectivos estratégicos.

No âmbito da actividade comercial, deu-se continuidade à política de campanhas permanentes, com o objectivo de contribuir, quer para o cumprimento dos objectivos de carteira, quer para o Programa de Gestão de Clientes.

Síntese da Actividade e Resultados do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.

O Activo Líquido do Banif Açores, em base IAS/IFRS, subiu 17,2% no exercício de 2008, ascendendo a 2.025 milhões de euros em 31 de Dezembro.

O Crédito sobre Clientes continua a ser o activo com maior exposição, representando cerca de 79% do total do Activo Líquido, contra 85% no ano anterior. No final de 2008, o saldo do Crédito sobre Clientes, ascendia a 1.594 milhões de euros, mais 8,5% do que um ano antes, correspondendo a um aumento de 124 milhões de euros. No exercício de 2008, a subida no crédito a empresas foi de 9,9%, contra 7,4% no crédito a particulares. Mesmo assim, o segmento de particulares continua a representar a maioria do saldo do crédito concedido, com 58,3% do total, menos 0,6% absolutos do que no ano anterior. Dentro do crédito a particulares, o crédito imobiliário representa 72% do crédito concedido a este segmento, sendo que 57% do seu saldo se encontra titularizado.

Em consequência da degradação da situação económico financeira, o indicador Imparidade de Crédito/Crédito Total passou de 1,1% em 2007 para 1,2% no exercício findo. A evolução do Crédito com Incumprimento no Crédito Total também foi penalizada, passando de 1,3% em 2007 para 1,6% em 2008.

Os Recursos Totais, em 31 de Dezembro de 2008, ascendiam a 1.164 milhões de euros, representando uma subida de 1,8% face ao final de 2007. Os Depósitos de Clientes subiram 4,2% relativamente ao ano anterior, enquanto os Recursos fora de Balanço, que incluem Produtos Estruturados, unidades de participação em Fundos e PPR's, apresentaram uma redução de 12,2%. Esta redução é explicada pela instabilidade dos mercados financeiros, que motivou, como alternativa, a procura de produtos de poupança com rendimento fixo, como é o caso dos Depósitos a Prazo, os quais, no período em análise, registaram uma subida de 11,1%. Neste contexto, o peso dos Recursos fora de Balanço, que em 2007 representavam 14,7% dos Recursos Totais, passou para 12,6% em 2008.

(em milhares de euros)	**2008**	**2007**	**Variação**
Recursos Totais	1.164.229	1.143.635	1,8%
Depósitos de Clientes	1.016.629	975.593	4,2%
à ordem	285.970	318.088	(10,1%)
a prazo e poupança	730.659	657.505	11,1%
Recursos fora de Balanço	147.600	168.042	(12,2%)

Em 2008 e relativamente a 2007, o Produto Bancário diminuiu 1%. As principais causas desta redução foram o aumento do custo do *funding*, em consequência da crise de liquidez que se assistiu a partir do final do 3.º trimestre de 2008, com impacto negativo na Margem Financeira, e as perdas verificadas na carteira de justo valor que o Banif Açores detinha, devido à instabilidade nos mercados financeiros.

O indicador *Cost to Income* passa de 56,1% em 2007 para 68,5% no ano findo devido, por um lado, à contracção do Produto Bancário, como já referido, e por outro, ao aumento dos Gastos Gerais Administrativos, nomeadamente os relacionados com o processo de fusão no Banif, e os Gastos com Pessoal, que incluem os custos com reformas antecipadas efectuadas em 2008, que ascenderam a cerca de 2,5 milhões de euros.

O Resultado Líquido, em base IAS/IFRS, ascendeu a 9.406 milhares de euros, -31,3% do que no final de 2007, proporcionando uma rentabilidade dos capitais próprios, medida pelo ROE, de 10,1%.

Até final de 2008 manteve-se o diferendo que opõe o Banco Banif e Comercial dos Açores à decisão da Comissão Europeia relativo à adaptação do Sistema Fiscal às Especificidades da Região Autónoma dos Açores, que excluiu o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores. Em 2008, o Banco prosseguiu com a constituição de provisões relativas à diferença de taxas, pelo que não há exposição a qualquer contingência nesta matéria.

Banco Banif e Comercial dos Açores, SA – Indicadores Financeiros (IAS/IFRS)

Expresso em Milhares de euros

Balanço	**31-Dez-08**	**31-Dez-07**	**Variação**	
			Absoluta	**%**
Activo Líquido	2.025.046	1.728.194	296.852	17,2%
Crédito s/ Clientes (Bruto)	1.594.400	1.469.807	124.593	8,5%
Depósitos de Clientes	1.016.629	975.593	41.036	4,2%
Capitais Próprios	91.411	94.993	-3.582	-3,8%

Demonstração Resultados	31-Dez-08	31-Dez-07	**Variação**	
			Absoluta	**%**
Margem Financeira	38.648	41.950	-3.302	-7,9%
Lucro Operações Financeiras	5.217	2.859	2.358	82,5%
Outros Proveitos Líquidos	11.736	11.289	447	4,0%
Produto Bancário	55.601	56.098	-497	-0,9%
Custos Administrativos	35.956	29.402	6.554	22,3%
Cash Flow	19.645	26.695	-7.050	-26,4%
Amortizações do exercício	2.110	2.068	42	2,0%
Provisões / Imparidade	5.718	6.988	-1.270	-18,2%
Resultados antes de impostos	11.818	17.640	-5.822	-33,0%
Impostos	2.412	3.953	-1.541	-39,0%
Resultados Líquidos	9.406	13.687	-4.281	-31,3%

Expresso em Milhares de Euros

Outros Indicadores	31-Dez-08	31-Dez-07	Variação Absoluta	Variação %
Imparidade de Crédito / Crédito Total	1,2%	1,1%		
Resultados antes Impostos / Activo Líquido Médio	0,6%	1,1%		
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	3,0%	3,5%		
Resultados antes Impostos /Capitais Próprios Médios	12,7%	19,4%		
Cost to income	68,5%	56,1%		
Custos Pessoal / Produto Bancário	37,7%	31,1%		
ROE	10,1%	15,0%		
ROA	0,5%	0,8%		
Rácio de Solvabilidade (*Core Criteria* de Basileia)	10,54%	10,39%		
Tier 1 (*Core Criteria* de Basileia)	6,06%	6,10%		
Nº empregados	383	405	-22	-5,4%
Nº de Agências	51	49	2	4,1%

Outros Indicadores conforme Instrução nº. 16/2004 do Banco de Portugal	31-Dez-08	31-Dez-07	Variação Absoluta	Variação %
Crédito com incumprimento / crédito total	1,6%	1,3%		
Crédito com incumprimento líquido / crédito total líquido	0,7%	0,6%		
Provisões para crédito / Crédito com Incumprimento	112,3%	116,6%		

2.3.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Produção e Carteira

A produção global no exercício de 2008, foi de 219,3 milhões de euros, dos quais, 162,4 milhões de euros referentes a contratos de locação financeira mobiliária, 38,5 milhões de euros a contratos de locação financeira imobiliária e 18,4milhões de euros relativos a contratos de crédito.

Em relação ao exercício anterior, verificou-se um decréscimo de 7,5% da produção global da empresa. Em termos parcelares, há a referir que, em relação ao mesmo período, a locação financeira mobiliária decresceu 7,2%, a locação financeira imobiliária cresceu 28,8% e os contratos de crédito decresceram 42,9%.

As redes de distribuição do Banif e do Banif Açores contribuíram com 58% para a produção de *leasing* mobiliário e foram a principal origem da produção de *leasing* imobiliário, com 96%. No que concerne ao crédito auto, as delegações da empresa foram responsáveis pela totalidade das operações concretizadas (100%).

A carteira de crédito, antes de provisões, em 31 de Dezembro de 2008, ascendia a 595,3 milhões de euros, o que significa um crescimento de 9,6% relativamente a 31 de Dezembro de 2007.

Conta de Exploração

A margem financeira teve uma quebra de cerca de 14,8%, em relação a 2007, que foi motivada pelo aumento da concorrência, através do preço, junto dos clientes de melhor risco e, pela evolução muito desfavorável dos custos de refinanciamento da actividade.

O *Cost to Income*, relação entre custos operativos e o produto bancário, teve um acréscimo relevante, reflexo da quebra na margem financeira, tendo passado de 30,5% em 2007, para 34,6% em 2008.

O resultado líquido registou um decréscimo acentuado de 53,6%, em relação ao ano anterior, atingindo o valor de 2.546 milhares de euros, provocado essencialmente pela quebra da margem financeira e do reforço significativo do valor da imparidade associada ao crédito a clientes.
O *cash-flow* gerado no montante de 10.118 milhares de euros, representou um decréscimo de 11,2% face a 2007.

Em 31 de Dezembro de 2008, o número de colaboradores da sociedade era de 69.

Números significativos (base IAS/IFRS) *Em Milhares de Euros*

	31.12.2008	31.12.2007	Variação %
Activo líquido	598.024	546.012	+9,53%
Crédito Total	584.518	538.021	+8,64%
Capitais Próprios	47.872	46.326	+3,34%
Margem Financeira	10.886	12.778	-14,81%
Produção global	219.329	237.205	-7,54%
Cash-Flow	10.118	11.394	-11,20%
Resultado líquido	2.546	5.486	-53,59%
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	2,65%	3,24%	-18,17%
Cost to Income	34,58%	30,50%	+13,38%
Custos Pessoal/Produto Bancário	17,72%	13,82%	+28,27%
ROE	5,41%	11,76%	-54,02%
ROA	0,45%	1,09%	-59,18%
N.º de Empregados	69	75	-8,00%
RAI/Activo Líquido Médio	0,63%	1,49%	-57,91%
RAI/Capitais Próprios Médios	7,64%	16,11%	-52,59%
Rácio Solvabilidade	9,82%	8,18%	+20,05%
Crédito Vencido/Crédito Total	6,90%	6,01%	+14,81%
Crédito c/ incumprimento/ Crédito Total	8,90%	7,26%	+22,59%
Crédito c/ incumprimento/ Crédito Total Liq.	5,82%	4,62%	+25,97%
Imparidade/Crédito Vencido	49,15%	43,81%	+12,20%

2.3.4 Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA.

Em 2008 foram celebrados 2.650 novos contratos (1.775 no ano anterior) num investimento total de 42 milhões de euros, o que se traduziu num crescimento de 49% face a 2007.

No final de 2008 a frota total sob gestão era de 3.732 veículos (2.606 no final de 2007), o que representa um acréscimo de 43%.

Do total dos veículos sob gestão, 2.482 (67%) incluem serviços (manutenção, pneus, viatura de substituição e seguro Açoreana) o que representa um acréscimo de 41% face a 2007.

O resultado líquido do exercício de 2008 foi de 45 milhares de euros o que representa um acréscimo de 246% face aos 13 milhares de euros de 2007 (valores em base IAS/IFRS).

Apesar da crise instalada a nível mundial, em particular no sector automóvel, e das previsões de declínio do crescimento económico para os próximos anos, os resultados alcançados, os projectos em curso e as estratégias já traçadas permitem encarar com prudente optimismo o ano de 2009.

A 31 de Dezembro de 2008, o número de colaboradores da sociedade era de 20.

Números significativos (base IAS/IFRS)

(Milhares de Euros)

	2008	2007	Var.
Produção - nº Contratos	2.650	1.775	49%
Produção – Investimento	42.075	28.800	46%
Frota sob gestão	3.732	2.606	43%
EBITDA	10.640	4.591	132%
Activo	83.666	51.312	63%
Capitais Próprios	157	144	9%
Resultado Líquido	45	13	246%
Nº empregados	20	15	33%

2.3.5 Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

No decurso do exercício de 2008, o volume de activos do Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd apresentou um crescimento de aproximadamente 19%, tendo passado de 640 milhões de dólares no final de 2007, para 761 milhões de dólares no final de 2008.

Este acréscimo do volume de activos é essencialmente explicado pela variação registada nas rubricas de "Crédito a Clientes" e "Outros Activos", que sofreram um crescimento de cerca de 63 milhões de dólares e 23 milhões de dólares, respectivamente, face a 2007.

A variação registada na rubrica de "Crédito a Clientes" é essencialmente explicada pela concretização de novas operações de *trade finance* de curto prazo, financiamento de projectos imobiliários e outros financiamentos de tesouraria.

Adicionalmente, verificou-se também, neste período, um acréscimo no valor da participação na BIH de cerca de 3 milhões de dólares, em resultado do aumento de capital efectuado por esta entidade no 3.º trimestre de 2008. A percentagem de participação do Banif (Cayman) na BIH, manteve-se, no entanto, inalterada, correspondendo, à data de 31 de Dezembro de 2008, a 85%.

No que respeita ao passivo do Banif (Cayman), verificou-se, por um lado, a manutenção do volume da carteira de depósitos de outras instituições de crédito, que ascendia a cerca de 199 milhões de dólares no final de 2008, bem como um ligeiro decréscimo da carteira de depósitos de clientes, que passou de 166 milhões de dólares no final de 2007, para 157 milhões de dólares no final de 2008.

No exercício de 2008, o Banif (Cayman) viria a apresentar um resultado líquido de 451 mil dólares. Esta situação evidencia uma quebra no resultado de cerca de 90% face ao exercício de 2007, em que ascendeu a cerca de 4,6 milhões de dólares.

Esta deterioração do resultado é essencialmente explicada pela contribuição da rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados", que passou a assumir um valor negativo de 6,7 milhões de dólares, quando no ano anterior se cifrou em 2,1 milhões de dólares positivos, em resultado da crise verificada ao nível dos mercados financeiros em 2008.

À data de 31 de Dezembro de 2008, para além da participação acima referida na BIH, o Banco continuava a deter uma participação de 60% no capital da FINAB, sociedade de gestão e incorporação de empresas, sediada também nas Ilhas Caimão.

Valores expressos em milhares de dólares

	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	761.020	640.252	+19%
Crédito Concedido	363.808	300.778	+21%
Depósito de Clientes	157.347	165.608	-5%
Capitais Próprios	48.984	53.067	-8%
Resultado Líquido	451	4.634	-90%

Em 31 de Dezembro de 2008: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,3917Dólares (USD)

2.3.6 Banif International Bank, Ltd

O Banif International Bank, Ltd (BIB) desenvolve a sua actividade há cerca de quatro anos, desde a sua constituição e autorização pelo Banco Central das Bahamas. O capital social deste banco é detido pela Banif Investimentos em 99,9%, e pela Banif Comercial em 0,1%.

No decurso do exercício de 2008, verificou-se um decréscimo do volume de activos do BIB, que passou de cerca de 979 milhões de dólares em 31 de Dezembro de 2007, para cerca de 675 milhões de dólares em 31 de Dezembro de 2008.

Este decréscimo de aproximadamente 31% no volume de activos do BIB, resulta essencialmente da quebra verificada ao nível da rubrica "Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito", que registou um decréscimo de 40% face a 2007. Pese embora o comportamento da referida rubrica, é de salientar o crescimento verificado na rubrica de "Crédito a Clientes", que registou um aumento de cerca de 19% face a 2007. À data de 31 de Dezembro de 2008, o montante de crédito concedido correspondia a 158 milhões de dólares, face aos 133 milhões de dólares registados no final de 2007.

No que diz respeito ao Passivo do BIB, as principais variações ocorridas face a 2007 foram registadas nas rubricas de "Recursos em Instituições de Crédito" e "Responsabilidades Representadas por Títulos". No final de 2008, a carteira de depósitos de outras instituições de crédito ascendia a 150 milhões de dólares, o que evidenciava uma redução de 62% face a 2007. No que respeita à rubrica de "Responsabilidades Representadas por Títulos", a quebra verificada foi de cerca de 56% face a 2007.

No final de 2008, a carteira de depósitos de clientes ascendia a 435 milhões de dólares, o que evidencia um ligeiro decréscimo de 1% face ao final de 2007, em que o volume de depósitos de clientes ascendia a 438 milhões de dólares.

A margem financeira do BIB aumentou no exercício de 2008 cerca de 50%, cifrando-se em cerca de 7 milhões de dólares em 2008.

No entanto, o BIB encerrou o exercício de 2008 com um resultado líquido de apenas 6 mil dólares, devido a um aumento significativo dos custos com pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Provisões.

Valores expressos em milhares de dólares

	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	675.067	978.889	-31%
Carteira de Crédito	158.215	133.291	19%
Depósitos de Cliente	434.803	437.993	-1%
Capitais Próprios	35.125	37.147	-5%
Resultado Líquido	6	106	-94%

Em 31 de Dezembro de 2008: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,3917Dólares (USD)

2.3.7 Banif Finance (USA) Corp.

A Banif Finance (USA), Corp. (BFUSA), anteriormente designada Banif Mortgage Company, é uma instituição de crédito hipotecário licenciada no Estado da Florida, cuja actividade principal consiste na concessão de crédito imobiliário para habitação e comércio e na concessão de financiamentos ao comércio internacional, a importadores e exportadores com sede nas Américas.
No que diz respeito ao crédito imobiliário, a BFUSA não só financia a compra e/ou construção de habitação própria ou para investimento a Clientes do Banif – Grupo Financeiro, mas também financia a compra e/ou construção de imóveis comerciais a Clientes institucionais. Todas as operações de crédito imobiliário são fundamentadas numa análise de crédito e/ou de viabilidade de projecto, para além de uma avaliação feita por uma firma independente especializada. Todos os projectos imobiliários financiados pela BFUSA estão garantidos por hipoteca sobre o activo financiado.

Durante o ano de 2008, um ano difícil para os mercados imobiliário e financeiro norte-americanos, a BFUSA financiou um montante total de USD 119 milhões. Em 31 de Dezembro de 2008, a carteira de crédito da BFUSA situava-se em USD 237 milhões.

No ano em apreciação, a empresa registou um total de 159 operações de financiamento, o que se traduziu num total de operações aprovadas no montante de USD 74 milhões, contra USD 151 milhões em 2007. A taxa média ponderada da carteira diminuiu para 7,28% que compara com 8,40% no ano anterior.

As comissões levadas a resultados pela BFUSA durante o exercício de 2008 ascenderam a USD 897 milhares, contra USD 890 milhares em 2007.

Os proveitos totais, em 2008, ascenderam a USD 10,9 milhões, contra USD 11,7 milhões em 2007. O lucro líquido diminuiu de USD 1.350 milhares em 2007 para USD 20 milhares em 2008 em resultado do aumento das provisões contabilizadas durante 2008.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores

Expresso em milhares de dólares

	2008	2007	Variação 2008/2007 %
Activo Líquido	244,082	100,049	+144%
Capitais Próprios	9,030	8,480	+7%
Proveitos Totais	10,870	11,708	-7%
Lucro Líquido	20	1,366	-99%

2.3.8 Banif Financial Services, Inc.

A Banif Financial Services, Inc. (BFS) é uma sociedade registada no Estado da Flórida, que fornece aos seus Clientes serviços de aconselhamento ao investimento. Como entidade regulada pelo Governo e sob a jurisdição do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFS segue todos os procedimentos operacionais, códigos de ética e políticas anti-branqueamento de capitais a que está sujeita, assim reduzindo os riscos legais e operacionais da actividade.

No final de 2008, o Banif – Private Wealth Management (Américas) contava com um total de 542 Clientes e um total de activos sob gestão de USD 144 milhões.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores

Expresso em milhares de dólares

	2008	2007	Variação 2008/2007 %
Activo Líquido	358	452	-21%
Capitais Próprios	353	351	+1%
Proveitos Totais	631	483	+31%
Lucro Líquido	3	22	-88%

2.3.9 Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA

Em 2008, o Banif-Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. cresceu a um ritmo considerável, fomentado pela forte expansão do mercado doméstico brasileiro, liderado pelo "*agro business*" e pela forte expansão dos preços das *commodities* muito importante no contexto das principais exportações brasileiras.

No final de 2008, O Banif (Brasil) ocupava a 45.ª posição no *ranking* dos bancos brasileiros, segundo classificação do Banco Central do Brasil, participando com destaque da selectiva lista desta entidade e do Ministério da Fazenda, dos " Cinquenta Maiores Bancos Brasileiros".

Durante o exercício de 2008, o Banco manteve a tendência de expansão das operações de crédito comercial, financiamento imobiliário, tesouraria, câmbio e de comércio externo, com empresas de médio e grande porte. Porém, a novidade estratégica e que vinha sendo estudada com muito entusiasmo, foi a criação da Financeira Banif, que ocorreu no início do ano e dotou o Banif (Brasil) da capacidade de competir no mercado de bens de consumo, com empréstimos pulverizados e de excelentes margens de rendibilidade.

O Banco inaugurará, no primeiro semestre do ano de 2009, a Agência Brasília (Distrito Federal) e a Agência Centro (São Paulo), devendo inaugurar, no segundo semestre, a Agência de Santana (São Paulo) e a Agência de Joinville (Santa Catarina). A Financeira Banif expandiu-se rapidamente durante o ano de 2008, estabelecendo oito escritórios nas principais cidades do Estado de São Paulo e em estratégicas capitais de estados brasileiros, principalmente no Nordeste do país onde o Banif (Brasil) tinha pouca representação. Importa ainda mencionar que o Banif (Brasil) já dispõe de um representante residente em Recife (Pernambuco), que cobre o Nordeste brasileiro, incluindo Fortaleza (Ceará), zona que tem recebido enorme investimento português.

As operações de crédito comercial atingiram, em 31 de Dezembro de 2008, o montante de R$.833.2 milhões crescendo 51,3% no período quando comparadas com os R$ 550,8 milhões registados no final de 2007.

A liquidez no mercado brasileiro foi negativamente afetada no final do ano com a crise de confiança mundial, com sensível redução do investimento estrangeiro, deflagrando forte competição pelo cliente, sendo que os importantes *players* do mercado lutaram para expandir as suas carteiras e, apesar da sinalização latente de queda nas taxas de juros no exterior, no país, o mercado interbancário apresentou grande competitividade na captação dos recursos, com aumento sensível dos *spreads*.

O ambicioso programa de investimentos com a expansão da rede de Agências e Escritórios que, no final de 2008, já integrava vinte pontos de venda em todo o Brasil, o forte investimento na diversificação dos produtos, de que é exemplo o lançamento da Financeira Banif, e o desenvolvimento dos cartões de débito e crédito sob a bandeira da VISA, foram alguns dos investimentos que impactaram nos resultados finais do Banif (Brasil), atentos os montantes dispendidos.

Apesar da instabilidade dos mercados no segundo semestre, refletida no aumento dos custos financeiros associados à liquidez necessária à actividade e a necessidade de manter a estratégia de crescimento e expansão indispensável para criar um banco de retalho com relevância e futuro neste importante mercado mundial que é o Brasil, a instituição conseguiu uma razoável *performance* também em termos de rentabilidade, atingindo um resultado líquido positivo de R$.4,7 milhões.

Valores em Milhares de Reais

	2008	**2007**	**Variação %**
Activo Líquido	1.384.597	860.875	60.8%
Crédito Líquido	833.196	550.750	51.3%
Depósitos	452.186	453.963	-0,4%
Capitais Próprios	133.045	84.835	56.8%
Produto Bancário	65.589	61.349	6.9%
Cash-Flow	18.898	19.663	-3.9%
Resultado Líquido	4.737	10.090	-53.1%
Pontos de Venda	20	9	144%
Número de Colaboradores	284	251	13.1

Em 31-12-2008: 1 Euro equivalente a Reais 3,23815
Em 31-12-2007: 1 Euro equivalente a Reais 2,60859

2.3.10 Finab – International Corporate Management Services, Ltd

A Finab é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman, participada em 60% pelo Banif (Cayman), que presta serviços referentes à formação e incorporação de sociedades.

No ano de 2008 registou-se um aumento significativo na actividade desta sociedade, relativamente ao exercício de 2007, resultado da continuidade do esforço na venda dos produtos e servicos da Finab, bem como das alianças com empresas intermediárias, como a *Gobal Access Investments*/Cayman, a Global Consultants/Hong Kong e a UBS/New York.

Em resultado deste esforço, a Finab aumentou a sua carteira de clientes em aproximadamente 100 Sociedades, o que se traduziu num acréscimo de 15% em relação ao final de 2007. O número de sociedades representadas pela Finab era, no final de 2008, de 475, ascendendo a 519 mil dólares o montante recebido por comissões cobradas.

2.3.11 Banca Pueyo, SA

A Banca Pueyo, SA contava, em finais de 2008, com 82 agências bancárias nas Comunidades Autónomas da Estremadura, Madrid e Sevilha.

A Banca Pueyo, SA desenvolve a actividade típica de um banco comercial destinado a clientes de retalho, abrangendo não só os produtos típicos bancários, contas correntes e de depósitos, depósitos a prazo, contratos de crédito e de *leasing*, mas também outros, como os depósitos e a intermediação de valores mobiliários e ainda a comercialização de seguros de diferentes ramos, de fundos de investimento e planos de pensões.

A Banca Pueyo, SA é a sociedade-mãe de um grupo de empresas, entre as quais se encontram, como mais significativas, uma sociedade gestora de fundos de pensões - Pueyo Pensiones EGFP, S.A. - e uma sociedade agente de seguros – Pueyo Mediación OBSV, S.A.-.

O exercício de 2007 permitiu à Banca Pueyo, SA a consolidação da sua rede de agências, através da abertura de quatro agências novas, três na província de Badajoz e uma na de Cáceres. A este respeito, é ainda de destacar a abertura da primeira agência específicamente vocacionada para empresas, no parque empresarial "El Prado", em Mérida.

A actividade do sector bancário, em 2008, esteve marcada pela crise económica internacional e pela falta de liquidez do sistema financeiro. Estas circunstâncias provocaram uma elevada procura de recursos financeiros de clientes e uma subida da remuneração dos depósitos. Por este motivo, um dos principais objectivos da Banca Pueyo, S.A. durante todo o ano de 2008 foi o de conseguir um crescimento equilibrado entre crédito e recursos de clientes, de modo a não fazer depender o seu crescimento de outro tipo de recursos, mantendo os seus excelentes rácios de liquidez.

Desta política, resultou um crescimento muito equilibrado de 7,72% no crédito concedido e de 6,77% nos depósitos de clientes. Estes números permitem à Banca Pueyo, SA iniciar o exercício de 2009 em óptimas condições de liquidez, com vista a atingir os objectivos propostos para o mesmo.

O crédito a clientes atingiu, em 31 de Dezembro de 2008, o montante de 618 milhões de euros. Deste valor, 68% está coberto por garantias reais, quase exclusivamente hipotecárias.

Os depósitos de clientes atingiram o montante de 744 milhões de euros.

Todos estes dados de crescimento estão acompanhados de um rácio de crédito vencido de 0,851% sobre o total da carteira de crédito, muito abaixo da média do sector em Espanha, com uma cobertura por provisões de 283,28%.
Quanto a resultados, o Grupo Banca Pueyo obteve, em 2008, um lucro líquido de 9,2 milhões de euros, o que representa um aumento de 0,41% em relação ao resultado do exercício anterior. A este respeito, destaca-se ainda a importante melhoria do rácio de *cost-to-income*, que se situa em 42,93%, melhorando em 2,95% o registado no ano anterior.

			Milhares de Euros
	2008	**2007**	**Variação %**
Activo Líquido	840.251	790.016	+22,36%
Crédito Concedido Bruto	618.243	573.912	+7,72%
Depósitos de Clientes	744.034	696.865	+6,77%
Capitais Próprios	70.970	63.128	+12,42%
Margem Financeira	28.538	31.109	-8,26%
Produto da Actividade	14.661	16.282	-9,96%
Resultado Líquido	9.201	9.163	+0,41%
ROA	1,12	1,26	----
ROE	12,96	14,71	---
Crédito Vencido/Crédito Total	0,76	0,46	----
Cost to Income	42,93	44,24	----
Número de Agências	81	77	+5,19%
Número de Empregados	222	212	+4,72%

2.3.12 Banco Caboverdiano de Negócios, SA

O Banif – Grupo Financeiro está presente em Cabo Verde através do BCN – Banco Caboverdiano de Negócios, onde detém uma participação accionista de 51,7% e o controlo de gestão. O BCN expandiu a sua Rede de Agências durante o ano de 2008, de 8 para 18 Agências, tendo em vista a cobertura integral do Arquipélago.

O BCN obteve, no exercício de 2008, resultados líquidos de 104.000 contos CVE (cerca de 944.000 Euros), o que corresponde a uma duplicação do resultado líquido obtido em 2007 (crescimento de 104%).

O BCN tem atingido níveis elevados de crescimento da sua base de proveitos, tanto na margem financeira como na margem complementar, sem descurar o controlo da base de custos operacionais (nomeadamente, de pessoal), o que explica a evolução positiva do indicador de *cost-to-income* de 77,9% em 2007 para 67,1% em 2008.

O rácio de solvabilidade do BCN situa-se em 12%, beneficiando do aumento de capital realizado no 4.º trimestre de 2008 no valor de 200.000 contos CVE (cerca de 1,8 milhões de euros).

O rácio de crédito vencido em 2008 situa-se em 2,8%, mantendo-se em nível semelhante ao observado em 2007.

O BCN possui cerca de 25.000 clientes, dos quais 17.500 são activos, o que corresponde a uma taxa de actividade de 70%.

Em termos de volumes, a carteira de crédito bruto situa-se em 8,3 milhões de contos CVE (cerca de 75 milhões de euros), tendo esta apresentado um crescimento de 65% face ao ano anterior. A carteira de Depósitos de Clientes situa-se em 7,5 milhões de contos CVE (cerca de 68 milhões de euros), e apresentou um crescimento de 34% face ao ano de 2007.

A quota de mercado do BCN é de 12% e 8%, em termos de crédito e recursos, respectivamente.

A Rede de Agências passou de 8 para 18 no decurso de 2008, com a inauguração das Agências de Monte Sossego (em S. Vicente), Santa Maria (no Sal), S. Filipe (no Fogo), Ribeira Grande e Ponta do Sol (em Santo Antão), Terra Branca, Fazenda e Achada de Santo António/BCN *Private* na Cidade da Praia e Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos no interior da Ilha de Santiago. O BCN está presente em 6 das 9 ilhas do arquipélago, tendo passado a deter uma rede física em linha com a dos seus principais concorrentes, ganhando uma dimensão nacional.

Por fim, é de destacar a alteração da estrutura accionista verificada no decurso de 2008, aquando do processo de aumento de capital, pela qual o Banif – Grupo Financeiro passou a deter 51,69% do capital do BCN.

Milhares de Euros

	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	97.209	62.764	55%
Crédito Concedido Bruto	74.957	45.431	65%
Depósitos de Clientes	68.352	51.211	33%
Capitais Próprios	9.404	6.242	51%
Margem Financeira	3.972	2.584	54%
Produto da Actividade	5.425	3.517	54%
***Cash Flow* de Exploração**	2.469	1.211	104%
Resultado Líquido	944	463	104%
ROA	1,0%	0,7%	----
ROE	10,0%	7,4%	----
Crédito Vencido / Crédito Total	2,80%	2,70%	----
Cost to Income	67,10%	77,90%	----
Número de Agências	18	8	125%
Número de Empregados	110	85	29%

NOTA: cotação em 31 Dez de 2007 = 31 Dez 2008 (currency peg existente)
1 € = 110,265 CVE

2.3.13 Banif Bank (Malta), Ltd

O Banif (Malta) iniciou oficialmente as suas operações comerciais, no mercado bancário local, em 21 de Janeiro de 2008, após intensos meses de trabalho de preparação e implementação.

As operações iniciaram-se com a abertura da primeira Agência, no coração de St Julian's. Em linha com a estratégia de crescimento do banco, durante o ano, foram inauguradas mais três Agências, uma em Qormi, integrada no complexo comercial PAVI, uma em San Gwann e a terceira em St.Paul's Bay.

Aquando da abertura da segunda Agência, o banco participou, com enorme êxito, na feira "*Malta International Trade Fair*", onde obteve uma assinalável notoriedade por parte do público.

Em linha com estas acções, o Banif (Malta) aumentou os seus recursos humanos, de forma a suportar o crescimento do negócio, assegurando um nível adequado de serviço no *back-office*. No final do ano, o banco contava já com 79 colaboradores.

Durante o exercício de 2008, o Banif (Malta) gerou apenas uma margem financeira de 552 milhares de euros. O valor líquido de serviços e comissões atingiu 60 milhares de euros. No total, estes proveitos permitiram cobrir apenas 11,8% da base dos custos operacionais (na sua grande maioria relacionados com investimentos relativos à implementação deste novo banco), os quais, incluindo a depreciação dos activos fixos e a amortização dos activos intangíveis, atingiram os 5,3 milhões de euros (dos quais 33% apenas representam custos com pessoal).

Em linha com o crescimento do crédito concedido, registado durante o período em análise, o Banif (Malta) iniciou a constituição de uma provisão colectiva para imparidade, de acordo com a política de provisionamento adoptada. No final do exercício, o valor desta provisão ascendia a 149 milhares de euros.

Os resultados do exercício, antes de impostos, traduziram-se, assim, numa perda de 4,816 milhões de euros. Tomando em consideração esta perda e a possibilidade de a vir a contrabalançar, para efeitos fiscais, com ganhos futuros nos próximos anos, foi registado um crédito fiscal diferido de 1,664 milhões de euros, de que resultou um prejuízo do exercício de 3,156 milhões de euros.

O total de activos, no final do período em análise, ascendia a 32,7 milhões de euros. A maior componente destes activos diz respeito a aplicações interbancárias, que ascendiam a 11,7 milhões de euros. Os Investimentos em activos imobilizados e activos liquidos intangíveis, antes de imparidade e amortizações, atingiram, no final do ano 4,876 milhões de euros.

		Milhares de Euros
	2008	**2007**
Activo Líquido	34.307	8.477
Crédito Concedido Bruto	11.664	-
Depósitos de Clientes	22.178	2
Capital Social	15.000	9.000
Margem Financeira	552	-
Crédito Vencido / Total Crédito	0,00%	-
Produto da Actividade	625	219
Resultados Liquidos	- 3.156	- 1.226
ROA	-9,2%	-20.92%
ROE	-29,72%	-22.66%
Cost to Income	870,72%	904,11%
Número de Agências	4	-
Número de Empregados	79	18

2.4. BANCA DE INVESTIMENTO

2.4.1 Banif – Banco de Investimento, SA

No cômputo global, e apesar da adversidade da conjuntura económica e financeira, o ano saldou-se por um desempenho positivo do Banif - Banco de Investimento, S.A. (Banco de Investimento) com o produto bancário a crescer de 16,0 para 20,8 milhões de euros permitindo que o resultado líquido chegasse a 1,28 milhões de euros, 35% acima do ano anterior.

Em termos do conjunto de empresas da banca de investimento o produto bancário cresceu de 24,2 para 31,3 milhões de euros elevando o resultado líquido de 1,33 para 3,04 milhões de euros. Desta forma, o *ROE* cresceu para 5,42% e o *Cost-to-Income* desceu para cerca de 77%.

À semelhança do que se passou na generalidade do sector, também o Banif Grupo Financeiro foi forçado a gerir dinamicamente o seu posicionamento estratégico na banca de investimento em face das alterações de enquadramento comentadas no capítulo sobre o ambiente macroeconómico.

Assim, mantendo o seu foco estratégico em Portugal, Espanha e Brasil, o Grupo iniciou, na segunda metade do exercício, um processo de redução da capacidade instalada nos Estados Unidos e no Reino Unido, como reflexo directo das dificuldades de enquadramento sentidas nesses mercados.

O Banco de Investimento manteve o seu papel nuclear na arquitectura do Banif - Grupo Financeiro, desenvolvendo directamente as actividades de Mercado de Capitais (vendas, carteira própria, estruturação, securitização), *Advisory & Structured Finance*, *Corporate Banking*, Crédito e *Private Banking* e indirectamente, através das suas participadas, as actividades de gestão de fundos de investimento (mobiliários, imobiliários e de pensões) e de capital de risco.

O exercício de 2008 caracterizou-se também por uma maior morosidade na carteira de crédito, acompanhada pelo crescimento das provisões (que reflecte, paralelamente e na sua maior parte, uma provisão específica para a exposição em risco de contraparte sobre o banco norte-americano Lehman Brothers de 2.158 milhares de euros).

Expresso em milhares de euros

Contas Individuais	***31-12-2008***	***31-12-2007***	***Variação %***
Activo Líquido	931.446	672.997	+38,4%
Capitais Próprios	45.436	36.227	+25,4%
Produto Bancário	20.806	16.001	+30,0%
Cash-Flow	6.142	1.947	+215,4%
Resultado do Exercício	1.277	946	+35,0%
ROA	0,16%	0,14%	-
ROE	2,81%	2,61%	-
Cost-to-Income	74,58%	92,88%	-
Rácio de Solvabilidade	11,30%	9,20%	-

Expresso em milhares de euros

Contas Consolidadas	*31-12-2008*	*31-12-2007*	*Variação %*
Activo Líquido	927.345	673.516	+37,7%
Capitais Próprios	56.115	45.135	+24,3%
Produto Bancário	31.264	24.213	+29,1%
Cash-Flow	8.278	3.624	+128,4%
Resultado do Exercício	3.043	1.327	+129,2%
ROA	0,38%	0,20%	
ROE	5,42%	2,98%	-
Cost-to-Income	76,78%	88,90%	-

Os principais elementos caracterizadores do desempenho do Banco de Investimento em 2008, por actividade, foram os seguintes:

a. Corporate Finance

Para o Banco de Investimento, 2008 foi o ano de afirmação como *player* de relevo na assessoria financeira em processos de Fusões & Aquisições em Portugal. Este ano foi também de estabilização e consolidação da equipa da Direcção de *Corporate Finance,* que se traduziu positivamente, não só no incremento expressivo do número de projectos em que a Direcção esteve envolvida, mas sobretudo na melhoria da qualidade do trabalho executado e no cumprimento mais rigoroso dos prazos de execução acordados com os clientes.

b. Project Finance

Durante o ano de 2008, a Direcção de *Project Finance* viu consolidado o seu posicionamento como área de negócio estratégica do Banco de Investimento, por via da estruturação e tomada firme de importantes operações de financiamento estruturado e da prestação de relevantes assessorias financeiras a clientes de referência no desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas e *Project Finance* para projectos de infra-estruturas e de energias renováveis.

c. Mercado de Capitais

c.1 Mercado Primário de Dívida

No decorrer do ano de 2008, e não obstante a conjuntura adversa que se viveu, o Banco manteve actividade na área de Mercado de Capitais – Dívida ao nível de anos anteriores, tendo participado na estruturação e colocação de 11 transacções em mercado primário, num montante total de cerca de 537 milhões de euros.

No âmbito do Programa de *Asset Backed Securities* do *Trade Invest Limited* e *Euro Invest Limited*, no qual o Banco actua como *arranger*, foram efectuadas diversas emissões que totalizaram um montante global de cerca de 71 milhões de euros.

No segmento de produtos estruturados, refere-se a colocação privada de duas emissões do Banif (Cayman), num montante de cerca de 10 milhões de euros, indexadas à *performance* de um cabaz de acções do sector financeiro e a risco de crédito de um cabaz de entidades brasileiras. De salientar que se constatou uma menor receptividade dos investidores para este tipo de instrumentos financeiros, essencialmente por uma maior aversão ao risco associado ao ambiente instável vivido nos mercados.

No âmbito da política de captação de recursos para o Banif Grupo Financeiro, foram efectuadas diversas operações nomeadamente: uma emissão de obrigações de caixa subordinadas para o Banif no montante de 25 milhões de euros, uma emissão de acções preferenciais perpétuas para o Banif Finance Ltd. no montante de 25 milhões de euros e uma emissão de obrigações da Banif SGPS no montante de 50 milhões de euros através do lançamento de uma Oferta Pública de Distribuição para o público em geral. De referir, igualmente, a liderança e estruturação de uma emissão de obrigações, por via de uma Oferta Pública de Distribuição para o público em geral, para a Rentipar Financeira SGPS, S.A. no montante de 100 milhões de euros.

No respeitante ao mercado primário de dívida internacional para emitentes brasileiros, refira-se que, no 1.º semestre e aproveitando uma "janela" de mercado, o Banco de Investimento foi convidado a assumir o estatuto de *Co-Manager* de uma emissão do Banco Industrial e Comercial, S.A. ("BIC Banco") no montante de 130 milhões de dólares, tendo também participado na qualidade de *Joint-Lead Manager* no âmbito de uma reabertura de outra emissão deste mesmo emitente no montante de 50 milhões de dólares. De salientar, ainda, o envolvimento do Banco de Investimento como *Co-Manager* no sindicato de uma emissão do Banco Pine, S.A. no montante de 150 milhões de dólares.

c.2 Mercado Primário de Acções

No segmento de Mercado de Capitais - Acções (primário), o Banco de Investimento foi convidado a assumir o estatuto de *Co-Manager* do sindicato de colocação na oferta de retalho do IPO da EDP Renováveis, S.A.. Refira-se ainda a liderança conjunta da operação de colocação de 50 milhões de acções da Banif SGPS integrada na operação de aumento de capital social desta última, de 250 milhões de euros para 350 milhões de euros.

c.3 Securitização

Conforme mencionado anteriormente, 2008 foi marcado por uma crise financeira sem precedentes, a qual afectou significativamente as instituições financeiras ao nível da sua capacidade de captação de recursos no mercado de capitais e monetário. Num contexto de enorme volatilidade e apreensão por parte dos agentes económicos, o Banco Central Europeu desempenhou um papel determinante, disponibilizando liquidez ao mercado, contra a absorção de obrigações Titularizadas que respeitassem os critérios definidos. O Grupo Banif seguiu a prática de mercado durante o ano de 2008, tendo Titularizado cerca de 1.300 milhões de euros de créditos imobiliários, através da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("Gamma").

No total, as operações de Titularização do Banif - Grupo Financeiro ascendiam, em 31 de Dezembro, a aproximadamente 1.550 milhões de euros, dos quais 1.320 milhões de euros correspondem a obrigações emitidas pela Gamma.

Nesta mesma data, a Gamma registava um activo líquido total individual de 1.463 milhões de euros, capitais próprios de 1,7 milhões de euros e um resultado líquido de 51,1 milhares de euros:

Expresso em milhares de euros

	31/12/2008	***31/12/2007***	***Variação %***
Activo Líquido	1.462.994	146.503	898,6%
Capitais Próprios	1.757	596	194,7%
Resultado do Exercício	51	17	196,4%

c.4 Carteira Própria

Ao longo de 2008, observou-se uma tendência generalizada de desvalorização de grande parte dos activos financeiros, um aumento da volatilidade dos principais índices de acções e dívida e uma redução substancial do nível de liquidez do sistema financeiro. Este conjunto adverso de factores foi agravado em Setembro, na sequência da falência do banco de investimento *Lehman Brothers.* Neste contexto, o Banco de Investimento adoptou um perfil conservador na tomada de posições para a carteira própria, nomeadamente anulando a exposição a acções e limitando o posicionamento da componente de dívida corporativa e estruturada a um investimento de carácter mais permanente.

c.5 Carteira de Vendas de Obrigações

No segmento de mercado secundário, o volume de títulos transaccionados rondou os 2,5 mil milhões de euros, um valor inferior ao registado no ano anterior devido à conjuntura desfavorável vivida no sector da dívida em geral. Tendo presente que a intermediação da dívida brasileira é um dos negócios de referência do Banco de Investimento, o *upgrade* da notação de *rating* da República Federativa do Brasil para o estatuto de *Investment Grade* pela agência de *rating Standard&Poors* constituiu um factor positivo na abertura de novas contas de clientes e, consequentemente, no alargamento da base de investidores, quer domésticos, quer internacionais.

c.6 Mercado Secundário de Acções

A perda de confiança dos investidores fez de 2008 um ano particularmente negativo para as bolsas mundiais. A Euronext Lisboa não foi excepção, tendo registado uma redução no valor transaccionado de cerca de 45% e visto o seu índice de referência, PSI20, perder mais de 50%.

Esta conjuntura adversa afectou particularmente a área de intermediação de acções, que sofreu uma queda significativa no volume de negócios de cerca de 28%, porém aquém da descida evidenciada pela Euronext Lisboa (-45%). Apesar deste enquadramento, o Banco de Investimento manteve um forte empenho no suporte/consolidação do negócio de acções Ibéricas, em Portugal e no estrangeiro, através das mais variadas iniciativas.

d. Crédito

A carteira de crédito do Banco aumentou durante o ano de 207 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2007, para 262 milhões de euros no final de 2008, cerca de +27%. Parte substancial deste aumento deriva da concretização de várias operações de *corporate* e *project finance*.

Face à depreciação acentuada dos mercados accionistas, assistiu-se à liquidação da maior parte dos empréstimos para aquisição de títulos. A respectiva carteira assume agora valores pouco expressivos.

Também as perspectivas mais desfavoráveis para o mercado imobiliário, levaram a que a Direcção de Crédito tenha sido mais selectiva na proposta de novos investimentos e centrado a sua actuação no apoio aos actuais clientes e aos Fundos de Investimento Imobiliário geridos pela Banif Gestão de Activos.

e. Gestão de Activos

A actividade de gestão de activos foi desenvolvida pelo Banco de Investimento, na gestão de patrimónios de Clientes particulares e institucionais, pela Banif Gestão de Activos, nos fundos de investimento mobiliário e imobiliário e pela Banif Açor Pensões, nos fundos de pensões.

Em 31 de Dezembro de 2008 a Área de Gestão de Activos em Portugal administrava um volume total de activos de 1.860,5 milhões de euros, que compara com 1.408,0 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007, o que consubstancia um acréscimo de 32,1%. O grande contributo para esta evolução extremamente positiva resultou do mandato atribuído em Setembro pela Companhia de Seguros Açoreana para a gestão dos seus activos mobiliários.

f. Corporate Clients

A Direcção de *Corporate Clients* tem como missão a originação proactiva de negócios junto de empresas, outras entidades e organismos públicos, promovendo as soluções financeiras de todas as áreas de produto do Banco de Investimento e estabelecendo relações de confiança e de médio prazo com os clientes, contribuindo para o reforço da dimensão e posição competitiva do Banif - Grupo Financeiro.

g. Private Equity

A Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. é, actualmente, a principal sociedade de capital de risco do Banco de Investimento e o veículo fundamental para concretizar a sua actividade de *Private Equity*. No final do ano de 2008, a Banif Capital geria dois Fundos de Capital de Risco, num valor total de capital de 9 milhões de euros: o Fundo de Capital de Risco CAPVEN – Banif Capital e o Fundo de Capital de Risco Madeira Capital.

Durante o ano de 2008 verificou-se um abrandamento da actividade de *Private Equity*, registando-se a tomada de uma participação no valor de 33,4%, através do Fundo de Capital de Risco CAPVEN, na Astrocolor – Impressores Internacionais, S.A., empresa da área de impressão.

h. Direcção Internacional

A Direcção Internacional foi criada em 2008 e tem como missão potenciar a actividade internacional do Banco de Investimento, replicando as suas competências em mercados internacionais e catalizando a capacidade de criação de valor pela presença internacional do Banif - Grupo Financeiro. Esta Direcção desenvolve a sua actividade actuando como *Cross Border Sponsor* de transacções das diferentes áreas do banco, bem como da Banif Gestão de Activos, estabelecendo e aprofundando o relacionamento com instituições financeiras internacionais (tais como fundos soberanos e de pensões, bancos multilaterais de desenvolvimento, fundos de *private equity* e *hedge funds*), com o objectivo de aumentar a capacidade de sindicação de transacções de *Project e Leverage Finance* e diversificar as fontes de financiamento do Banif – Grupo Financeiro.

2.4.2 Banif Securities, Inc.

Ao longo do ano de 2008, a Banif Securities,Inc., sociedade de corretagem especializada na negociação de acções e de títulos de dívida de emitentes latino-americanos, foi fortemente afectada por condições adversas de mercado, registando um prejuízo de 3,1 milhões de dólares.

Neste sentido, tendo em consideração que há uma forte probabilidade do actual ciclo económico recessivo se dilatar no tempo e de provocar alterações estruturais e profundas no negócio de intermediação, entendeu-se que seria adequado implementar um plano de reestruturação para esta unidade de negócio.
Esta iniciativa será centrada, no plano operacional, na redução de custos, na diminuição de efectivos e na concentração das operações no escritório de Miami (descontinuando a presença em Nova Iorque). No plano estratégico, pretende-se dar início a uma total integração desta empresa no universo do Banif BI (Brasil), abrangendo não só a gestão como também a própria estrutura accionista.

2.4.3. Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA

No início do ano, o Grupo chegou a acordo com a "Argon - Administração e Participações" e adquiriu os restantes 25% do capital social do Banif - Banco de Investimento Brasil, S.A. por 35,5 milhões de euros. O Grupo passou a deter 100% do capital e dos direitos de voto deste banco de investimento.

Com o aumento da incerteza no mercado internacional, a instituição diminuiu a actividade de *trading* e concentrou os esforços na venda de derivativos para clientes e na estruturação de operações com garantias reais.

O ano de 2008 caracterizou-se pelo aumento da procura pelos clientes, de operações de protecção para as suas dívidas e receitas. O resultado da Mesa de "*Sales*" aumentou 21% quando comparado com o ano de 2007. O bom desempenho pode ser atribuído não só ao crescimento da carteira de derivativos mas também à excelência na assessoria aos clientes nas suas tomadas de decisão. Com a contínua desvalorização do Real no 2.º semestre, muitas empresas optaram por diminuir a exposição ou transformar as suas operações de derivativos noutras modalidades de crédito, ainda num patamar bastante atraente.

Na área de Operações Estruturadas e Agronegócio, o Banif BI (Brasil) destacou-se na originação e parceria com outras instituições financeiras, na qualidade de originadores de créditos do agronegócio, possibilitando a emissão de Letra de Crédito do Agronegócio, título este que, no último semestre superou globalmente a marca de R$ 4,5 mil milhões em stock na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

No final do ano existia no mercado um total de activos estruturados de aproximadamente R$ 138 milhões, mantendo-se o volume da carteira de 2007.

Milhares de Reais

	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	976.534	828.223	+18%
Crédito Concedido Bruto	137.266	172.635	-20%
Depósitos de Clientes	102.794	86.519	19%
Capitais Próprios	112.429	346.941	-68%
Margem Financeira	(4.248)	(4.462)	+5%
Produto da Actividade	94.321	157.730	-40%
Cash Flow de Exploração	56.032	103.103	-46%
Resultado do Exercício	72.093	101.938	-29%
ROA	7,99%	17,50%	n.a.
ROE	31,39%	52,80%	n.a.
Crédito Vencido / Crédito Total	15,40%	0,00%	n.a.
Cost to Income	40,59%	34,55%	n.a.
Número de Agências	2	2	
Número de Empregados	213	208	

NOTA: Em 31-12-2008: 1 Euro equivalente a Reais 3,23815
Em 31-12-2007: 1 Euro equivalente a Reais 2,60859

2.4.4 Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)

O Bankpime investiu 3,5 milhões de euros no primeiro ano de implementação do Projecto Bankpime 2008-2011 com a finalidade de desenvolver um novo modelo de negócio no qual o empresário é o principal foco do negócio.

Esta estratégia foi reforçada mediante uma nova definição da estrutura da instituição, subordinada a um claro objectivo: oferecer um serviço de 360.º baseado na qualidade de resposta às necessidades dos empresários em todas as suas esferas: particular, empresarial e familiar.

Apesar do aumento de negócio, o contexto da crise económica actual e o investimento inicial de implementação do Projecto Bankpime 2008-2011 afectaram negativamente a conta de resultados do Bankpime, o qual fechou o exercício de 2008 com um resultado consolidado de -4,7 milhões de euros, contrastando com os 4,49 milhões de euros de lucro obtidos no exercício anterior.

No entanto, é de referir que o Bankpime regista um rácio de solvabilidade total bastante elevado (18%) bem como uma situação de liquidez bastante folgada, que o colocam numa posição favorável, com uma boa oportunidade de crescimento a partir do exercício de 2009.

Milhares de Euros

	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	591.612	580.397	1,93%
Crédito Concedido Bruto	427.803	367.142	16,52%
Depósitos de Clientes	475.868	489.992	-2,88%
Capitais Próprios	68.000	72.752	-6,53%
Margem Financeira	14.703	13.248	10,98%
Produto da Actividade	26.055	31.607	-17,57%
Cash Flow de Exploração	-1.736	5.315	-132,66%
Resultado Líquido	-4.750	4.490	-205,79%
ROA	-0,80%	0,77%	-
ROE	-6,99%	6,17%	-
Crédito Vencido / Crédito Total	5,23%	2,32%	
Cost to Income	106,66%	83,18%	-
Número de Agências	23	22	4,5%
Número de Empregados	252	263	-4,19%

2.5 SEGUROS

2.5.1 Companhia de Seguros Açoreana, SA

O exercício de 2008, o 117.º da história da Companhia de Seguros Açoreana, desenvolveu-se em condições da envolvente extremamente desafiantes, fruto da evolução, primeiro financeira e depois marcadamente económica que afecta o mundo de forma global e, igualmente, o nosso país.

A nível do mercado segurador nacional, e em resultado desse ambiente económico-financeiro, observam-se duas tendências claras de evolução: uma contracção do volume de negócios Não Vida superior a 1,3%, com quebras significativas nos principais ramos (Automóvel e Acidentes de Trabalho) e, por outro lado, um crescimento acentuado ao nível do Ramo Vida, especialmente evidente nos produtos financeiros, fruto de uma transferência de aplicações de outras instituições do sector financeiro para o sector segurador.

Neste contexto, a *performance* evidenciada pela Açoreana em 2008 corroborou a sua dinâmica e capacidade de desenvolvimento sustentado, merecendo destaque:

- A evolução muito positiva do volume de negócios em Não Vida, que registou um crescimento de 2,8% face ao ano anterior, permitindo à Açoreana reforçar a sua quota de mercado para

4,15% (considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS – Associação Portuguesa de Seguradoras).

- O crescimento obtido nos produtos estratégicos do Ramo Vida, onde merecem destaque o Plano Poupança Reforma (PPR) com um incremento de 24,2% e os produtos de risco, com uma variação de 7,3% face ao exercício de 2007.

- A obtenção da extensão da certificação de qualidade à totalidade da actividade dos ramos Vida e Automóvel.

Um dos vectores de actuação privilegiado, em 2008, foi o do aprofundamento da interligação entre a Companhia e as demais empresas do Grupo

Em termos de evolução económica, o volume de produção da Açoreana, medido através dos prémios brutos emitidos, alcançou, em 2008, os 447 441 milhares de euros, num acréscimo de 105,1% face ao ano anterior [note-se que, em virtude da implementação do novo PCES (Plano de Contas para Empresas de Seguros) e para efeitos de comparabilidade, o histórico de 2007 foi recalculado, pelo que os valores aqui apresentados para esse ano não são comparáveis com os anteriormente divulgados].

O ramo Vida registou uma produção de 274 026 milhares de euros (acréscimo de 455% face a 2007), enquanto o volume de prémios Não Vida ascendeu a 173 414 milhares de euros (crescimento de 2,8%).

A quota global de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, é de 3,27%, sendo de 4,15% nos Ramos Não Vida e 2,94% no ramo Vida.

A distribuição dos produtos de seguros, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser efectuada através da rede de mediação, das agências do Banif e do Banif Açores e de 51 Escritórios próprios.

A rede de mediação, que integra mais de 5 000 mediadores, com apólices em vigor, representava, no final de 2008, 34,3% na estrutura de distribuição da CSA.

O canal bancário foi responsável pela distribuição de 85,2% da produção do ramo Vida e por 4,3% da produção dos ramos Não Vida.
Os resultados líquidos obtidos, no valor de 3.026 milhares de euros, inferiores aos registados em exercícios anteriores, reflectem o contexto muito difícil em que a actividade se desenvolveu, especialmente a partir do final do Verão de 2008, com a emergência da crise financeira, grande volatilidade dos mercados e desvalorizações da carteira de activos, que geraram o registo de algumas imparidades.

A evolução do *cash-flow* operacional reflecte, também, esta realidade.

O activo líquido atingiu os 915 519 milhares de euros, e os capitais próprios alcançaram os 37 092 milhares de euros, fruto de um aumento de capital ocorrido no exercício, de 21.000 milhares de euros, e penalizados com o registo das desvalorizações potenciais da carteira de investimentos, com a adopção das normas contabilísticas IAS/IFRS no exercício de 2008.

Principais Indicadores Económico-Financeiros

(Em milhares de euros)

Variação 2008/2007	2008	2007	Var %
Prémios Vida	274.026	49.373	455,01%
Prémios Não Vida	173.414	168.736	2,77%
Prémios Totais	447.441	218.109	105,15%
Cash Flow Operacional	7.199	25.512	-71,78%
Activo Líquido	915.519	915.917	-0,04%
Investimentos Líquidos	752.097	773.215	-2,73%
Capitais Próprios	37.092	42.265	-12,24%
Resultados Líquidos	3.026	15.631	-80,64%

a) Por via da aplicação da IAS, os valores referentes a 2007 não coincidem com os anteriormente publicados

2.6 OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

2.6.1 Banif Imobiliária, SA

A actividade da Banif Imobiliária está centrada na gestão dos imóveis "afectos à exploração" das sociedades integradas no Banif - Grupo Financeiro, em particular daquelas dependentes da Banif Comercial, SGPS, SA, e é desenvolvida essencialmente através do arrendamento de tais imóveis aos Bancos comerciais do Grupo (Banif e Banif Açores).

A Banif Imobiliária desenvolve também a sua actividade no âmbito dos imóveis "não afectos à exploração" que são propriedade das sociedades do Grupo, localizados no Continente e nas Regiões Autónomas, tendo como principal objectivo proceder à sua venda, arrendamento e, ainda, à sua valorização para posterior alienação ou arrendamento. Neste âmbito, a Banif Imobiliária desenvolveu um conjunto de acções, em diferentes domínios, tendentes à valorização, alienação e arrendamento dos imóveis de maior expressão financeira, tendo, para o efeito, estabelecido contactos com as entidades competentes e com potenciais interessados, encontrando-se em curso alguns processos negociais referentes a imóveis de elevado valor.

O valor total do conjunto dos activos imobiliários, próprios e alheios, sob gestão na Banif Imobiliária, reportados a 31 de Dezembro de 2008, para os imóveis *"não afectos à exploração"* era de 75.086 milhares de euros contra 45.358 milhares de euros em igual período do ano transacto. Para os imóveis *"afectos à exploração"* aquele valor era de 46.082 milhares de euros, o qual compara com o verificado no final de 2007, em que atingiu o valor de 31.918 milhares de euros. Durante 2008, a Banif Imobiliária adquiriu imóveis para venda, parte dos quais a empresas do Grupo, no montante de cerca de 43 milhões de euros, sendo que a maioria destes imóveis se encontram arrendados a empresas do Grupo. Também vendeu, ao Banif Property - FEIIF, um novo conjunto de imóveis, no valor de 7.912 milhares de euros, tendo apurado uma mais valia de cerca de 1.323 milhares de euros.

Quanto aos imóveis para *"desinvestimento"* a Banif Imobiliária promoveu vendas durante o ano de 2008 no montante de 4.598 milhares de euros contra 8.840 milhares de euros no ano anterior,

o que representa um decréscimo de 48 % na actividade de promoção e vendas desenvolvida pela sociedade.

Em resultado desta actividade, durante o exercício de 2008 a Banif Imobiliária obteve proveitos no montante de 9.483 milhares de euros, provenientes essencialmente de vendas de imóveis em carteira, no montante de 5.975 milhares de euros, do arrendamento do seu património imobiliário, no montante de 2.945 milhares de euros e de mais valias obtidas com a venda de parte do seu património no valor de 505 milhares de euros. Os custos da Banif Imobiliária atingiram o montante de 9.459 milhares de euros contra 11.201 milhares de euros em 2007.

No que concerne à aquisição de imóveis *"afectos à exploração"*, destinando-se os mesmos à revenda e/ou arrendamento, o investimento total realizado durante o ano de 2008 ascendeu ao valor de 4.666 milhares de euros.

Milhares de Euros

	2008	**2007**	**Variação %**
Activo Líquido	80.259	53.486	50%
Capitais Próprios	2.917	7.397	-61%
Resultado do exercício	19	5.207	-

2.6.2 Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

O plano de actividades da Banifserv para 2008 comportou 54 projectos, aos quais foram adicionados, ao longo do ano, outros 7 projectos adicionais, decorrentes de necessidades específicas das áreas de negócio. Destes, 27 foram concluídos, 8 anulados, 6 suspensos e 20 encontram-se em curso.

Merecem referência os seguintes projectos, alguns deles englobando mais do que uma empresa do Grupo:

- Fusão do Banif Açores e do Banif, através da integração dos sistemas de informação do Banif Açores no Banif. Projecto estruturante, de dimensão e complexidade muito elevadas, composto por mais de 110 sub-projectos distintos – concluído a 31 de Dezembro;

- Disponibilização de uma nova solução de Gestão dos Registos Prediais – concluído em Dezembro;

- Desenvolvimento de um novo sistema de pagamento de âmbito comunitário, referente às transferências SEPA – concluído em Julho;
- Continuação do desenvolvimento do Sistema de Informação de Gestão do Banif, reforçando a qualidade e o tipo de informação ao dispor do negócio;

- Disponibilização de novas funcionalidades na Banca Electrónica, das quais se destaca a disponibilização de documentos em formato electrónico (ex: extracto integrado), alargando dessa forma o leque de operações ao dispor dos clientes – concluído em Novembro;

- Estudo e avaliação de uma solução de suporte à actividade seguradora nos balcões do Banif e do Banif Açores, envolvendo as Agrupadas Banif, Banif Açores e CSA e a Genius – Mediação de Seguros, S.A. – em curso;

O número de colaboradores da Banifserv é de 87, dos quais 5 em regime de contrato a termo. Destes, 44 elementos estão afectos ao desenvolvimento de projectos, 33 à Exploração dos Sistemas, 5 ao Suporte Administrativo e 5 são elementos de gestão.
No ano 2008, a BanifServ apresentou proveitos de 15.589 milhares de euros, sendo 13.895 milhares de euros respeitantes à prestação de serviços às Agrupadas e 1.681 milhares de euros de trabalhos para o próprio ACE.
O imobilizado no termo do ano de 2008 era de 34.004 milhares de euros, dos quais 11.950 milhares de euros imobilizados em curso.

II.3 RENTICAPITAL – INVESTIMENTOS FINANCEIROS, S.A.

A actividade desenvolvida pela Renticapital em 2008 consistiu na gestão de uma carteira de acções da BANIF - SGPS, S.A. ("Banif"), entidade cotada em bolsa, participação esta que ascendia no final de 2008 a 10,29% do seu capital.

A participação detida permitiu-lhe receber em 2008 cerca de 3,7 milhões de euros de dividendos, contra um valor de 2,9 milhões euros recebidos no ano anterior.

O resultado negativo de 4,3 milhões de euros, registado no final do exercício, é inferior aos 9.831 milhões de euros registados no exercício anterior. Esta variação resulta, por um lado, da apropriação proporcional do resultado consolidado do Banif em 2008, resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial ao resultado deste exercício, o qual foi inferior ao de 2007 em 41% e por outro pela necessidade de registar um montante de 13 milhões de euros na conta de resultados para fazer face a desvalorizações, para o valor de mercado no final do ano, de uma carteira de Títulos Negociáveis.

A evolução dos principais indicadores da Renticapital foi a seguinte:

(Em milhares de euros)	2008	2007	%
Activo líquido	82.774	79.470	4%
Capitais próprios	49.647	69.884	-29%
Volume de negócios	6.341	14.091	-55%
Resultados Líquidos	-4.370	9.831	-144%

II.4 VESTIBAN – GESTÃO E INVESTIMENTOS, S.A.

A actividade desenvolvida pela Vestiban em 2008 consistiu na gestão de uma carteira de acções da BANIF - SGPS, S.A. ("Banif"), entidade cotada em bolsa, ascendendo no final do exercício a participação a 3,46% do seu capital.

A participação detida permitiu-lhe receber em 2008 cerca de 1,296 milhões de euros de dividendos, contra um valor de 1,037 mil euros recebidos no ano anterior.
O resultado positivo de 549 mil euros, registado no final do exercício, é superior em 17% aos 470 mil euros registados no exercício anterior. Esta variação está influenciada pelo aumento dos dividendos recebidos em 2008, relativamente ao exercício anterior, conforme acima referido.

A evolução dos principais indicadores da Vestiban foi a seguinte:

(Em milhares de euros)	2008	2007	%
Activo líquido	15.276	12.344	24%
Capitais próprios	1.648	1.099	50%
Capital social	250	250	0%
Volume de negócios	1.323	1.065	24%
Resultados Líquidos	549	470	17%

II.5 FINPRO - SGPS, S.A.

A evolução dos principais indicadores, consolidados e auditados, desta participada foi a seguinte:

(Em milhares de euros)	2008	2007	%
Activo líquido	525.509	611.692	-14%
Capitais próprios	214.434	248.096	-14%
Capital social	137.500	137.500	0%
Volume de negócios	37.276	39.091	-5%
Resultados Líquidos	11.869	-2.770	n/a

Esta sociedade foi constituída em 1998 e está vocacionada para operações nas áreas de *"project finance"* e *"private equity"*.

A variação dos resultados líquidos consolidados da FINPRO – SGPS, S.A., entre anos, ficou a dever-se sobretudo a uma evolução positiva nos resultados financeiros, relacionada com variações cambiais positivas no âmbito das participações detidas no Reino Unido e com o registo de impostos diferidos activos de montante superior ao registado em 2007.

Durante o ano de 2008 a actividade da Finpro, SGPS, SA foi, obviamente, influenciada pela envolvente macroeconómica, pelo que a estratégia adoptada continuou a pautar-se por uma prudente análise das oportunidades de investimento. Simultaneamente, continuou a assegurar-se a gestão das sociedades participadas e a dinamização de processos de *due diligence.*

A área de Infraestruturas continuou a ser, exclusivamente, o segmento onde a sociedade concentra os seus esforços de *deal flow* e análise de oportunidades, confirmando-se o segmento de *Private Equity* como não estratégico.

INFRAESTRUTURAS

De acordo com a estratégia definida, a qual foi divulgada nos Relatórios e Contas referentes aos anos transactos, a Finpro, SGPS, SA no ano de 2008, continuou a concentrar a sua análise em "infraestruturas maduras" e não cotadas. Assim, continuou a privilegiar-se a análise de investimento em activos que prestem serviços essenciais às comunidades, que possuam contratos de concessão ou de prestação de serviços a longo prazo, que garantam *cash-flows* projectáveis, sólidos, estáveis e

fiáveis, de baixa volatilidade e indexados à inflação, com planos de investimento e expansão definidos e, finalmente, de *cash-flows* com baixa correlação relativamente aos de outras classes de activos.

Durante o ano de 2008 não se registaram problemas significativos de valorização das sociedades ou dos Fundos (principalmente os não cotados) que investiram em activos não cotados e que não operavam com elevado grau de *leverage* a curto prazo. Quando se registaram vendas de activos que não necessitavam de refinanciamento a curto/médio prazos (mesmo em leilões competitivos), constatou-se que os preços foram pouco inferiores aos registados durante 2007, embora a existência de cláusulas de salvaguarda de mudança de titularidade introduzidas pelos Bancos financiadores viessem a constituir adicionais focos de quebras de valor. O problema mais significativo ocorreu nas sociedades ou Fundos cotados detentores de activos de infraestruturas (principalmente activos cotados). As cotações caíram de uma forma generalizada atendendo a que o mercado avaliava aquelas sociedades ou Fundos cotados numa perspectiva de refinanciamento perpétuo. Com a imposição da redução dramática do nível de *leverage* e a impossibilidade de refinanciamento sistemático as sociedades ou Fundos cotados que mais resistiram foram os que tinham investido em activos de infraestruturas não cotados. A crise veio, assim, demonstrar que, mesmo neste sector, terá de usar-se alguma prudência quanto ao crescimento. Por outro lado, é evidente que quer no presente, quer no futuro, será necessário assegurar uma maior componente de capitais próprios.

O mercado das infraestruturas continua a apresentar uma dimensão considerável e, face à situação de profunda crise dos segmentos dos mercados de acções, obrigações e imobiliário, deverá continuar a registar um nível claro de crescimento. A maior parte dos Governos de quase todos os países cada vez mais necessita de investimentos significativos em infraestruturas e debatem-se com sérias limitações provocadas pela escassez de crédito e deterioração dos *ratings* provocados pelos elevados défices que vêem registando. A solução poderá ser a utilização do sector privado no desenvolvimento, financiamento e operação dos activos de infraestruturas, pelo que é de esperar que o sector continue a despertar nos próximos anos a atenção dos investidores em geral e dos fundos de pensões, em particular.

Confirma-se a bondade da estratégia definida pela Finpro, SGPS, SA nos anos transactos, baseada numa política de alianças e parcerias muito bem definida. Os quase onze anos de experiência da Finpro, SGPS, SA neste segmento de infraestrututas continuam a conferir-lhe um significativo grau de eficácia em todos os domínios do processo de investimento, minimizando os riscos dos factores críticos de sucesso e potenciando os resultados. A geração de novas oportunidades, a análise e escolha dos projectos procurando, simultaneamente, os mais interessantes e os com maior probabilidade de sucesso com o objectivo de minimizar custos com trabalhos de *due diligence*, a construção de um *portfolio* equilibrado, rentável e dinamizador, ele próprio, de novas oportunidades, o acompanhamento da gestão das participadas procurando maximizar os recursos disponíveis, a disponibilidade incondicional que continuou a permitir que fosse garantida de forma permanente um saudável relacionamento com as respectivas equipas de gestão. A procura do alinhamento dos interesses da Finpro com o dos restantes parceiros continuou a ser uma das tónicas em destaque na estratégia que a Finpro concebeu e executou durante o ano de 2008, onde a intensa actividade desenvolvida pode sintetizar-se da seguinte forma:

i) Foram estudadas trinta e uma oportunidades de investimento localizadas na Europa (vinte e cinco, das quais cinco em Portugal), na América do Norte (três), na Austrália (duas) e na América Latina (uma);

ii) As oportunidades analisadas distribuíram-se por seis sub-sectores diferentes: energia (quinze processos), transporte (sete processos), águas e *utilities* (três processos), logística (três processos), serviços de infraestruturas (dois processos) e PFI (um processo);

Os *dossiers* de investimento atrás mencionados originaram dois processos de *due diligence* dos quais, durante o ano de 2008, não se materializaram em investimento.

Refira-se, ainda, que não se encontram incluídos nas estatísticas acima indicadas os processos estudados e os investimentos realizados pelas participadas Viking Consortium Holdings Limited (Cory Environmental) e Portobar Capital Limited (Grup Maritim TCB), sociedades que garantem um dos objectivos que a Finpro estabeleceu quando das respectivas aquisições e que era o de servir de veículos de investimento para as oportunidades nos domínios dos resíduos sólidos e incineração e das concessões portuárias, respectivamente.

"PRIVATE EQUITY"

No decorrer do ano a Finpro, SGPS, SA, atendendo a que deixou se ser um segmento estratégico, não estudou novas oportunidades de investimento, limitando-se a gerir as participadas que possui neste segmento até que se proceda à sua alienação.

III – ANÁLISE ÀS CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

De acordo com as disposições legais aplicáveis, a Rentipar Financeira - SGPS, S.A. é a empresa mãe do Grupo Banif e, consequentemente, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal numa base consolidada.

Em consequência do disposto no Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, que determina que as sociedades cujos valores mobiliários estiverem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado Membro elaborem as suas contas consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC/NIRF), tal como adoptadas em cada momento na União Europeia, em relação a cada exercício com início em, ou após 1 de Janeiro de 2005, a Rentipar Financeira e a Banif - SGPS, SA prepararam as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a partir de 2005, de acordo com as referidas normas, com as excepções aplicáveis às demonstrações financeiras individuais que foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme determina o Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005. As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas em cada momento na União Europeia, com as excepções previstas no n.º 3º do referido aviso do Banco de Portugal.

III.1 – Contas Individuais

1.1. Balanço

No que respeita à estrutura financeira global no final de 2008, refira-se que o montante dos capitais próprios ascendia a cerca de 309 milhões de euros, cobrindo 62% do valor dos activos naquela data. Comparando este valor com o montante do recurso a capitais alheios remunerados (191 milhões de euros), verifica-se que o rácio de cobertura destes por capitais próprios é de 1,6, evidenciando a sólida estrutura financeira da Rentipar Financeira e a sua capacidade de endividamento, para suportar financeiramente futuros investimentos de expansão das suas actividades.

Efectuando uma comparação, entre 2008 e 2007, das rubricas do activo no balanço da Rentipar Financeira, as variações mais relevantes, aumentos, verificam-se nas rubricas de "Outros créditos e valores a receber" e "Investimentos em filiais e associadas" e, diminuição, na rubrica de "Outros activos", resultando estes movimentos da aplicação dos fundos provenientes do empréstimo obrigacionista e do reforço na participação na Banif SGPS, sendo a diminuição resultante do reembolso de operações de suprimento aquela entidade, utilizadas no âmbito do aumento de capital verificado em 2008. Nas rubricas de passivo, é de realçar a variação ocorrida na rubrica de "Responsabilidades representadas por títulos", resultante da emissão, em Dezembro de 2008, do empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros.

1.2. Demonstração de resultados

O lucro de 14,944 milhões de euros, obtido em 2008 representa uma variação significativa em relação ao lucro de 2007, 101,191 milhões de euros, sendo de realçar nesta comparação:

- A operação de alienação, em 2007, de 10% da participação detida na Banif – SGPS, S.A., operação efectuada em bolsa, por um valor global de 132,2 milhões de euros, da qual resultou naquele exercício, uma mais-valia de 87,5 milhões de euros. Em 2008, para além de não ocorrência de uma operação daquela natureza, verificou-se uma perda de 1,06 milhões de euros na venda de títulos;

- Decréscimo da margem financeira, de 1,965 mil para 948 mil euros, resultante de uma diminuição dos juros credores e de um aumento dos juros devedores. Estas variações resultam da redução do montante das operações activas, e da subida acentuada das taxas de juro de referência do mercado monetário durante grande parte do ano de 2008. A redução dos juros credores deveu-se à utilização de fundos no reforço das participações;

- Acréscimo dos rendimentos obtidos das participadas de 14,4 milhões para 18,4 milhões de euros. Em 2007 e 2008 o montante corresponde a dividendos pagos pela Banif – SGPS, S.A.;

Face ao acima exposto, verifica-se em 2007 um decréscimo significativo no *cash flow* bruto de exploração, o qual passou de 103,4 para 17,9 milhões de euros, sendo a operação de alienação de parte da participação na Banif – SGPS, S.A., ocorrida em 2007, o facto mais relevante para esta variação.

III. 2 – Contas Consolidadas

Relativamente às contas consolidadas da Rentipar Financeira - SGPS, SA, no exercício de 2008, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, destacam-se, em primeiro lugar, os factos mais relevantes que caracterizaram a actividade neste exercício, a saber:

- O Lucro consolidado ascendeu a 27,091 milhões de euros, traduzindo-se numa diminuição de 82%, quando comparado com o resultado obtido no ano anterior, explicado pela realização de mais valias em 2007 que não ocorreram em 2008 (90,8 milhões de euros) e pelo acréscimo das provisões e imparidades líquidas registado entre anos (29,8 milhões de euros).

- O Crédito a Clientes elevou-se a 10.420 milhões de euros, mais 21% do que no fecho do exercício de 2007 e o rácio de "Imparidade do Crédito/Crédito Total" passou de 2,37% para 2,44%;

- No final do exercício de 2008 os Fundos Próprios de Base do Grupo permitiam um rácio de Tier 1 de 6,53%, contra 7,2% um ano antes. Considerando os Fundos Próprios Totais, o rácio de solvabilidade total ascendia na mesma data a 9,13% (10,8% em 31 de Dezembro de 2007).

2.1. Balanço Consolidado

Activo

- O Activo Líquido consolidado da Rentipar Financeira ascendia a 13.011,57 milhões de euros, no final de 2008, registando um crescimento de 20% em comparação com o final de 2007, como reflexo da expansão verificada.

- O saldo da rubrica "Caixa e disponibilidades" ascendeu a 313,2 milhões de euros, um aumento de 13,0% quando comparado com o final de 2007.

- O "Crédito a Clientes", líquido de imparidade, elevou-se a 10.420,5 milhões de euros, mais 1.801,0 milhões de euros do que em 2007, correspondendo a uma subida de 21%. Este agregado continua a ser a principal rubrica do Activo Líquido, apresentando um ligeiro aumento do seu peso relativo, que passou de 79,6%, em 2007, para 80,0% no final de 2008. Na composição desta rubrica:

- O crédito a empresas subiu 23,9% de 2007 para 2008, aumentando o seu peso no total do crédito concedido, passando de 53% para 56,6%;

- No crédito a particulares a subida não foi além de 7,2%, perdendo representatividade no crédito concedido, que passou de 47% em 2007 para 43,4% no exercício que terminou. Dentro do crédito a particulares, merece destaque o crédito à habitação, que representa 64,9% do crédito concedido a este segmento, mais 7,1% do que no exercício anterior. Este é um produto que contribui para nivelar o perfil de risco da carteira, para além de ser âncora na fidelização de clientes, proporcionando o aprofundamento da relação e favorecendo o *cross-selling* de produtos de várias empresas do Grupo.

- O rácio de "Imparidade do Crédito/Crédito Total", degradou-se em 2008, passando para 2,44% que compara com 2,23% no exercício anterior, em consequência da crise económica.

- O saldo de "Imobilizações", registou um aumento de 116,3 milhões de euros em 2008, ascendendo a 379,2 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 44%. Este agregado integra, além das rubricas referentes a activos tangíveis e intangíveis do Banif – Grupo Financeiro, as propriedades de investimento. Esta última rubrica é responsável por 55% do aumento verificado, em consequência do fundo imobiliário "Imogest" passar a integrar o perímetro de consolidação da Banif SGPS. O peso de "Imobilizações" no total do Activo Líquido passou de 2,1% em 2007 para 3,1% em 2008.

Passivo

- Os Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito subiram 71,5% face a 2007, ganhando representatividade como fonte de financiamento, tendo passado de 16,4% em 2007 para 23,4% em 2008 no conjunto do Passivo e Situação Líquida. No aumento verificado, 76% reportam-se a tomadas de fundos em operações de refinanciamento do Banco Central Europeu, realizadas pela banca comercial do Grupo, que utilizou, como colateral, obrigações adquiridas no âmbito de operações de securitização de crédito à habitação, concretizadas em 2008, no valor global de 1.275 milhões de euros.
- Os Recursos de Clientes, que integram "Depósitos de Clientes", "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Responsabilidades representadas por títulos" subiram 10,2% relativamente a 31 de Dezembro de 2007, o que representa um aumento de 756,3 milhões de euros. Os "Depósitos de clientes" apresentam uma subida de 22,2%, representando um aumento de 1.183 milhões de euros. Os saldos das outras componentes deste agregado, "Responsabilidades representadas por títulos" e "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados", diminuíram 18,6% e 29,2%, respectivamente. A evolução favorável dos recursos de clientes beneficiou, em especial, do crescimento do número de pontos de venda do Banif – Grupo Financeiro, que passou de 423 para 510[1] entre 2007 e 2008. No mesmo período, o número de agências bancárias em Portugal passou de 270 para 324. De salientar, também, o continuado crescimento do número de produtos vendidos, com

[1] Excluindo a Banca Pueyo (Espanha), com 82 agências e Bankpime (Espanha), com 23 agências nos quais a Banif-SGPS, SA não detém a maioria do capital social.

impacto na maior fidelização dos clientes, o que também contribuiu favoravelmente para a taxa de crescimento alcançada na captação de recursos primários.

- Por outro lado, os recursos fora de balanço progrediram negativamente, passando o saldo sob gestão de 2.855 milhões de euros, em 2007, para 2.130 milhões de euros no final de 2008. Esta redução, -25,5%, é explicada pela instabilidade dos mercados financeiros, que motivou, como alternativa, a procura de produtos de depósitos com rendimento fixo.

Capitais Próprios

- Os capitais próprios consolidados da Rentipar Financeira (deduzidos de Interesses Minoritários) ascendiam a 400,1 milhões de euros no final do exercício de 2008, o que representa uma diminuição de 18% relativamente ao final do ano anterior. A variação verificada, - 86,4 milhões de euros, é principalmente explicada pelas seguintes situações:

  - Resultado de 2008, no montante de 27,091 milhões de euros;
  - Variação desfavorável em 62,810 milhões de euros na rubrica de "Reservas de reavaliação", decorrente na sua quase totalidade de ajustamentos efectuados na rubrica de balanço "Activos financeiros disponíveis para venda" no universo consolidado da Banif SGPS, S.A.;
  - Diminuição na rubrica de "Outras reservas" no montante de 52,029 milhões de euros, resultante por um lado de variações negativas ocorridas em 2008 nos capitais próprios de empresas associadas, 14,648 milhões de euros e 38,962 milhões de euros relativos a diversas diferenças de consolidação e diferenças cambiais geradas em 2008.

- Em 31 de Dezembro de 2008, os Fundos Próprios de Base do Grupo Rentipar (Tier 1), em base IAS/IFRS, totalizavam 499,1 milhões de euros, enquanto os Activos Ponderados (Risk Weighted Assets) ascendiam a 10.949,7 milhões de euros, a que correspondia um rácio de Tier 1 de 4,56% (6,23% na mesma data do ano anterior). Por seu turno, os Fundos Próprios Totais do Grupo Rentipar elevavam-se a 888,4 milhões de euros, a que correspondia um rácio de solvabilidade total de 8,11% (10,4 % em 31 de Dezembro de 2007).

2.2 Demonstração de Resultados Consolidada

A Margem Financeira, aumentou 12% para 268,5 milhões de euros. Esta rubrica beneficiou do forte crescimento da actividade creditícia, mas viria a ser afectada negativamente pela redução da margem de intermediação total (margem da carteira de crédito adicionada da margem da carteira de recursos de clientes de balanço) que desceu continuamente ao longo do ano, de 2,91%, em Dezembro de 2007, para 2,63%, em Dezembro de 2008.

Os Lucros em Operações Financeiras diminuíram 26,2%, fixando-se em 50,0 milhões de euros, beneficiando da realização de mais-valias na alienação de participações financeiras no Brasil, mas tendo sido afectados negativamente por perdas associadas à actualização a valores de mercado das carteiras de investimento e negociação do Grupo Rentipar.

Os rendimentos de serviços e comissões, aumentaram 9%, para 116,2 milhões de euros. A evolução desta rubrica foi também favorecida com o aumento da actividade comercial do Grupo, mas em parte prejudicada pela crise continuada que se vem registando ao nível dos principais mercados financeiros internacionais, que teve como consequência uma redução do nível de actividade das áreas de banca de investimento e de gestão de activos.

Apesar da degradação económica, o Produto da Actividade atingiu 452 milhões de euros em 2008, correspondendo a um decréscimo de 13% em relação ao exercício anterior, que se situou nos 521 milhões de euros. Na análise entre anos deste indicador, temos de relevar os Resultados de Alienação de Outros Activos no montante de 90,8 milhões de euros em 2007, que incluem o montante de 81,4 milhões de euros relacionados com a alienação em bolsa de 10% da participação na Banif SGPS, S.A.. Retirando esse resultado extraordinário, entre anos, o Produto da Actividade, como resultado da expansão da actividade e do aprofundamento da relação com os clientes, cresceu 2,7%.

Os custos de funcionamento, que compreendem os Gastos Gerais Administrativos e os Custos com Pessoal, ascenderam a 296,9 milhões de euros, mais 22,7% que em igual período de 2007, em resultado: (i) da expansão das redes de distribuição em Portugal, Cabo Verde, Brasil e Malta, (ii) dos custos com o *rebranding* do Banif – Grupo Financeiro e sua divulgação, (iii) da celebração do 20º aniversário do Grupo que incluiu um prémio especial aos respectivos colaboradores, (iv) da concretização do projecto de fusão por incorporação do Banif Açores, no Banif, cujo projecto decorreu praticamente durante todo o ano de 2008, tendo envolvido mais de 200 pessoas e mais de 110 subprojectos – legais, de organização e de informática e (v) do custo com projectos de modernização da infraestrutura tecnológica, bem como de modelos de controlo de avaliação de risco. Os encargos directos com o *rebranding* e o 20.º aniversário do Grupo ascenderam a mais de 13 milhões de euros.

O *Cash Flow* de Exploração Consolidado da Rentipar ascendeu a 154,9 milhões de euros, menos 44,5% do que no exercício anterior. Esta variação, à semelhança do acima referido, é fortemente influenciada pelo resultado extraordinário verificado em 2007.

No mesmo período, o rácio *Cost to Income* (Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade) subiu de 51,6% em 2007, para 72,6%, como reflexo dos investimentos efectuados com a expansão das redes de agências e dos outros elevados encargos suportados, decorrentes das situações descritas.

As provisões e imparidade líquidas do exercício apresentam um acréscimo de 88,6%, elevando-se a 63,3 milhões de euros, no exercício de 2008, em consequência da deterioração da conjuntura macroeconómica nacional e internacional, que obrigou, inclusive, a uma política de maior prudência na avaliação de alguns coeficientes de análise colectiva da imparidade do crédito.

IV ANÁLISE DE RISCOS

A análise de riscos de actividade do Grupo Rentipar encontra-se divulgada na nota 43 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

V - FACTOS RELEVANTES

Tanto quanto é do conhecimento da Administração, no período que medeia entre o encerramento do exercício e a data deste relatório, não ocorreram quaisquer outros factos, para além do referido, que pela sua relevância, tenham impacto nas demonstrações financeiras da Empresa reportadas a 31 de Dezembro de 2008.

VI – PERSPECTIVAS FUTURAS

No âmbito do plano estratégico de actividades, a Rentipar Financeira prosseguirá, em 2009, a gestão dos seus investimentos, com especial incidência na especialização e potenciação do desenvolvimento do sector financeiro, incluindo ligações a nível internacional.

Neste contexto, assumem particular relevância os seguintes objectivos que pretendemos concretizar durante o ano de 2009:

- Manter uma estrutura financeira equilibrada que permita suportar os investimentos perspectivados, sem comprometer os indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade;

- Acompanhar os negócios e o apoio financeiro às nossas participadas, quer através do acompanhamento de operações de aumento de capital, quer através da concessão de suprimentos, contribuindo dessas formas para o crescimento sustentado das suas actividades;

- Conseguir uma maior racionalização na utilização de recursos e potenciação de sinergias entre as empresas do Grupo financeiro;

- Desenvolvimento de projectos nas áreas das novas tecnologias, que permitam uma maior eficiência nas operações do Grupo financeiro, quer internamente, quer com o exterior.

VII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos do exercício de 2008, numa base individual, registaram um lucro de € 14.944.260,38. Tendo em consideração as disposições legais e estatutárias, estando cumprido o requisito de reserva legal, e visando o fortalecimento da situação financeira da Rentipar Financeira, propomos que os resultados líquidos do exercício sejam transferidos na integra para a rubrica de resultados transitados.

VIII - NOTAS FINAIS

Aos Conselhos de Administração, quadros directivos e restantes colaboradores das empresas do Grupo Rentipar, agradecemos a forma como se empenharam na condução e desenvolvimento dos negócios sociais, assim como no zelo e dedicação colocados ao serviço do Grupo.

Ao Fiscal Único e aos membros da Mesa da Assembleia Geral agradecemos o apoio prestado.

Lisboa, 16 de Março de 2009

O Conselho de Administração

Horácio da Silva Roque – *Presidente*

Fernando José Inverno da Piedade - *Vice – Presidente*

Victor Hugo Simons

José Marques de Almeida

Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro

RENTIPAR FINANCEIRA – SGPS, S.A.
ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Informação sobre as acções e obrigações da Rentipar Financeira, SGPS, S.A., e das sociedades com as quais a Rentipar esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Empresa, em conformidade com o disposto no art.º 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais e ainda das sociedades incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral:

1.1. Relativa a membros do Conselho de Administração da Empresa

1.1.1. Horácio da Silva Roque *(Presidente)* — Em 31.12.2008, detinha 4.550.000 acções ao portador da Rentipar Financeira.

No que respeita às acções de que era titular, em 31.12.2008, na Banif – SGPS, S.A., há a referir que:

a) Detinha directamente 1.090.740 acções da Banif - SGPS, S.A.;

b) É presidente do Conselho de Administração e indirectamente detentor da maioria do capital social da Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., a qual detinha, naquela data, 36.020.093 acções da Banif – SGPS, S.A.;

c) É titular de 500 acções da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A. e indirectamente detentor da maioria do seu capital social, a qual, detinha, naquela data 12.100.655 acções da Banif, SGPS, S.A.;

d) É indirectamente detentor da maioria do capital social da Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda., sociedade que detinha, naquela data, um total de 223.125 acções da Banif – SGPS, S.A.;

e) Detinha ainda, 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A., 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A. e 1 acção da Banif Corretora Valores e Câmbio, S.A., acções preferenciais e sem direito de voto;

1.1.2. Fernando José Inverno da Piedade *(Vice – presidente)* - no que respeita às acções e obrigações de que era titular, em 31.12.2008, na Banif – SGPS, S.A. e no Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.há a referir que:

a) Relativamente à Banif – SGPS, S.A.:

Detinha directamente, naquela data, 14.644 acções da Banif – SGPS, S.A.;

É membro do Conselho de Administração da Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., a qual detinha, naquela data, 36.020.093 acções da Banif – SGPS, S.A.;

Era titular naquela data de 2.500 acções da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A., e membro do seu Conselho de Administração, a qual detinha, naquela data, 12.100.655 acções da Banif – SGPS, S.A.;

b) Relativamente ao Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.:

- Era titular, naquela data, de 200 obrigações Banif (Brasil) 2006/2009.

1.1.3. Vitor Hugo Simons *(Vogal)* — no que respeita às acções de que era titular, em 31.12.2008, na Banif - SGPS, S.A. há a referir que:

a) Detinha directamente, naquela data, 9.618 acções da Banif – SGPS, S.A.;

b) É membro do Conselho de Administração da Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., a qual detinha, naquela data, 36.020.093 acções da Banif – SGPS, S.A.;

c) É membro do Conselho de Administração da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A., a qual detinha, naquela data, 12.100.655 acções da Banif – SGPS, S.A.;

d) É gerente da Espaço Dez, Lda., a qual detinha, naquela data, 223.125 acções da Banif – SGPS, S.A.;

1.1.4. José Marques de Almeida

Detinha, em 31/12/2008, um total de 814.800 acções da Banif - SGPS, SA;

Era titular de 40 acções da Banif Finance Ltd.

É membro do Conselho de Administração Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A., a qual detinha, naquela data, 12.100.655 acções da Banif – SGPS, S.A.;

2. Informação sobre os accionistas titulares de acções representativas de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital da Empresa, em conformidade com o disposto no art.º 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais:

– *Accionistas detentores de mais de metade do Capital da Empresa, com referência a 31.12.2008.*

Horácio da Silva Roque

– *Accionistas detentores de mais de um décimo e menos de um terço do capital da Empresa, com referência a 31.12.2008.*

Rentipar Investimentos, SGPS, S.A.
Fundação Horácio Roque
Tercris Foundation

1 – Demonstrações Financeiras Separadas
1.1- Balanço

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2008			31-12-2007
		Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	6	-	6	6
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	17.133	-	17.133	350
Activos financeiros detidos para negociação	7	69	-	69	137
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	4.728	-	4.728	10.027
Activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	9	20.028	-	20.028	37.587
Crédito a clientes	10	83.573	-	83.573	-
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	11	55	(52)	3	4
Activos intangíveis		-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	332.650	(1.870)	330.780	261.350
Activos por impostos correntes	13	748	-	748	-
Activos por impostos diferidos		-	-	-	-
Outros activos	14	42.195	(122)	42.073	75.593
Total do Activo		501.185	(2.044)	499.141	385.054
Recursos de Bancos Centrais		-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito		-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	15	-	-	190.216	91.208
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões		-	-	-	-
Passivos por impostos correntes		-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-	-
Outros passivos	16	-	-	185	53
Total do Passivo		-	-	190.401	91.259
Capital	17	-	-	45.000	45.000
Prémios de emissão		-	-	-	-
Outros instrumentos de capital		-	-	-	-
Acções próprias		-	-	-	-
Reservas de reavaliação		-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	17	-	-	248.795	147.604
Resultado do exercício	17	-	-	14.945	101.191
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Total do Capital		-	-	308.740	293.795
Total do Passivo + Capital		-	-	499.141	385.054

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.2- Demonstração de Resultados

RENTIPAR FINANÇEIRA, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2008	31-12-2007
Juros e rendimentos similares	18	5.727	6.154
Juros e encargos similares	18	(4.779)	(4.189)
Margem financeira		948	1.965
Rendimentos de instrumentos de capital	19	18.370	14.471
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões	20	(385)	(491)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	21	(3.888)	(6)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos	22	-	87.595
Outros resultados de exploração	23	127	24
Produto bancário		15.172	103.558
Custos com pessoal		-	-
Gastos gerais administrativos	24	(105)	(135)
Amortizações do exercício	11	(1)	(1)
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (liquidas de reposições e anulações)		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	14	(122)	(1.870)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-
Resultado antes de impostos		14.944	101.552
Impostos		1	(361)
Correntes		1	(361)
Diferidos		-	-
Resultado após impostos		14.945	101.191
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		14.945	101.191
Quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação		9.000.000	9.000.000
Resultados por acção (€/ acção)	25	1,66	11,24

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.3- Demonstração de Variações em Capitais Próprios

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

DEMONSTRAÇOES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Prémios Emissão	Reservas Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31-12-2007		45.000	-	8.650	12.608	126.346	101.191	293.795
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas		-	-	350	-	100.841	(101.191)	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	14.945	14.945
Saldos em 31-12-2008	17	45.000	-	9.000	12.608	227.187	14.945	308.740
Saldos em 31-12-2006		45.000	-	8.000	12.608	114.964	12.032	192.604
Aplicação do Resultado liquido do exercício anterior								
Transferência para reservas		-	-	650	-	11.382	(12.032)	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	101.191	101.191
Saldos em 31-12-2007	17	45.000	-	8.650	12.608	126.346	101.191	293.795

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.4- Demonstração de Fluxos de Caixa

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2008	31-12-2007
Resultados de Exploração:			
Resultado Líquido do Exercício		14.945	101.191
Amortizações do Exercício	11	1	1
Imparidade Activos Financeiros	14	122	1.870
Dotação para Impostos do Exercício		(1)	361
Dividendos Recebidos	19	18.370	14.471
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de aplicações em instituições de crédito	9	17.559	(36.585)
(Aumento)/Diminuição de Crédito a clientes	10	(83.573)	-
(Aumento)/Diminuição de Outros Activos		38.018	(22.087)
Aumento/(Diminuição) de passivos financeiros representados por títulos	15	99.010	(11.976)
(Diminuição)/Aumento de outros Passivos		132	44
Fluxos das actividades operacionais		104.583	47.290
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Aquisição de acções Banif - SGPS, SA	12	(68.893)	(3.755)
Aquisição de acções Vestiban - Gestão de Investimentos, SA	12	(537)	(5.510)
Aquisição de acções FINPRO, SGPS, SA (aumento de capital)		-	(35.927)
Alienação de acções Banif - SGPS, SA		-	42.388
Concessão de prestações suplementares Renticapital		-	(30.000)
Dividendos recebidos	19	(18.370)	(14.471)
Fluxos das actividades de investimento		(87.800)	(47.275)
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Fluxos das actividades de financiamento		-	-
TOTAL		16.783	15
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	5,6	356	341
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5,6	17.139	356
		16.783	15
Valor do balanço das rubricas de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro			
Caixa	5	6	6
Depósitos à ordem em Outras Instituições de Crédito	6	17.133	350

O Técnico Oficial de Contas **O Conselho de Administração**

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Rentipar Financeira, SGPS, S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anónima, com sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 85, 5º, 1050 – 030 Lisboa, que tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades.

Em 16 de Março de 2009, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2008 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 01 de Abril de 2009.

2. ADOPÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

Em 2008 entraram em vigor as seguintes Normas:

IAS 39 Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração
Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. Estas emendas permitiram, face às circunstâncias excepcionais de mercado, reclassificar certos instrumentos financeiros da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para Activos Financeiros Detidos até à maturidade ou Empréstimos e Valores a Receber.

IFRIC 11 – Transacções com acções próprias
A IFRIC 11 na medida em que se aplique a demonstrações financeiras consolidadas. Esta interpretação requer que os acordos em que são atribuídos direitos sobre as acções da entidade a empregados sejam contabilizados como esquemas de liquidação em acções, mesmo que a entidade compre os instrumentos a uma parte independente, ou os accionistas entreguem os instrumentos de capital necessários. À data de 31 de Dezembro de 2008, a Sociedade não tinha acordos desta natureza.

IFRIC 12 – Acordos de concessão
Esta interpretação, ainda não adoptada pela União Europeia, aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão. Esta interpretação não tem impacto na Sociedade.

Na Nota 49 encontram-se descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras.

A Sociedade não espera que estas normas e interpretações tenham impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLITÍCAS CONTABILISTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;

- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

3.4 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos à ordem junto de outros bancos no país.

3.5 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.6 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica "Investimentos em filiais e associadas" corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Activos financeiros

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui os activos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option),* desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch)*;
ii) os activos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos avaliados ao justo valor através de resultados".

3.7.2 Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente Responsabilidades representadas por títulos, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

3.8 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui outros equipamentos.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com o disposto no Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, que é:

Outro equipamento	4 anos

3.9 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que a Sociedade opera.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

3.10 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.11 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade.

4. RELATO POR SEGMENTOS

A actividade desenvolvida pela Sociedade em 2008 e 2007 resulta da gestão de participações sociais e foi integralmente realizada em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Caixa em euros	6	6
	6	6

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Depósitos à ordem		
No País	17.133	350
	17.133	350

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31-12-2008		31-12-2007	
	Quantidade	Valor de balanço	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de capital				
REN, SGPS, SA	25.000	69	50.000	137

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008		31-12-2007	
	Quantidade	Valor de balanço	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de dívida				
Banif - SGPS, SA 03/08	-	-	100.000	10.027
Instrumentos de capital				
EDP Renováveis	945.000	4.728	-	-

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Depósitos		
No País	20.000	37.329
Juros de aplicações	28	258
	20.028	37.587

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Crédito a clientes		
Outros créditos e valores a receber	83.573	-
	83.573	-

Em "Outros créditos e valores a receber" estão registadas apólices Top Invest emitidas pela Companhia de Seguros Açoreana.

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

	Saldo em 31-12-2007		Aumentos		Amortizações do exercício	Valor (líquido) em 31-12-2008
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)		
Equipamento	1	1	-	-	-	-
Instalações interiores	6	2	-	-	1	3
Material de transporte	48	48	-	-	-	-
TOTAL	55	51	-	-	1	3

12. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Nome da sociedade	Quantidade	% de participação	31-12-2008 Valor participação	31-12-2008 Imparidade	31-12-2007 Valor participação	31-12-2007 Imparidade
Banif, SGPS, SA	180.543.414	51,58%	219.740	-	150.847	-
Renticapital, Investimentos Financeiros, S.A.	9.000	90,00%	9.389	-	9.389	-
Renticapital, Investimentos Financeiros, S.A.- Prestações suplementares	-	-	30.000	-	30.000	-
Finpro, SGPS, SA	8.774.913	31,91%	55.563	1.870	55.563	1.870
Vestiban - Gestão de Investimentos, S.A	242.000	96,80%	17.958	-	17.421	-
			332.650	1.870	263.220	1.870

Operações realizadas no exercício de 2008:

- Aquisição de 59.051.894 acções da Banif – SGPS, SA pelo montante de 68.893 milhares de euros.
- Aquisição de 39.150 acções da sociedade Vestiban – Gestão de Investimentos, SA pelo montante de 537 milhares de euros.

O valor das participações directas e indirectas na BANIF SGPS, S.A. foram objecto de teste de imparidade, tendo para o efeito sido utilizado a metodologia de "discount cash flows" com os seguintes pressupostos:
CoE = 9,1%, taxa de crescimento em perpetuidade = 1,5%

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Pagamentos especiais por conta	14	-
Outros	734	-
	748	-

14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Suprimentos	38.877	74.127
Proveitos a receber	1.179	7
Outros activos	2.139	1.459
Imparidade	(122)	-
	42.073	75.593

Em 31 de Dezembro de 2008, os suprimentos, remunerados, respeitam a 21.575 milhares de euros à Renticapital, Investimentos Financeiros, SA, 15.052 milhares de euros à Banif – SGPS, SA e 2.250 milhares de euros à Vestiban – Gestão de Investimentos, SA.

Foi registado uma imparidade no montante de 122 milhares de euros relacionado com devedores.

15. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Papel Comercial	62.632	49.436
Obrigações	127.584	41.770
	190.216	91.206

a) Em 30 de Dezembro de 2008, a Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros com maturidade em 30 de Dezembro de 2012.
A taxa de juro nominal bruta das Obrigações será equivalente a:
- 6,25% p.a. no primeiro semestre de vida do Empréstimo Obrigacionista; e - "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,50% no segundo semestre de vida do Empréstimo Obrigacionista.
- "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,50% no terceiro e quarto semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.
- "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,75% no quinto e sexto semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.
- "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 2,00% no sétimo e oitavo semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.

Os juros serão pagos semestral e postecipadamente, a partir da data de subscrição, em 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano, sujeito à ocorrência do reembolso antecipado, ocorrendo a primeira data de pagamento de juros em 30 de Junho de 2009 e a última data de pagamento de juros na data de maturidade do Empréstimo Obrigacionista ou na data de reembolso antecipado, caso este se verifique.
O Empréstimo Obrigacionista tem uma duração máxima de 4 (quatro) anos a contar da data de subscrição e será reembolsado, ao par, com reembolso de 50% do montante da Emissão em 30 de Dezembro de 2011 no sexto semestre de vida das Obrigações (€ 50.000.000) e os 50% remanescentes do montante da Emissão na Data de Maturidade, ou seja, em 30 de Dezembro de 2012 (€ 50.000.000), desde que não ocorra o reembolso antecipado.
A Sociedade poderá reembolsar antecipadamente, ao par, o Empréstimo Obrigacionista, total ou parcialmente, no último caso por redução ao valor nominal, em qualquer Data de Pagamento de Juros ("Datas de Reembolso Antecipado"), inclusive, a partir de 30 de Junho de 2009. Para o efeito, a Sociedade deverá anunciar o Reembolso Antecipado mediante um pré-aviso de no mínimo 30 (trinta) dias e no máximo 60 (sessenta) dias relativamente à Data de Reembolso Antecipado, aos titulares das Obrigações (sendo tal
aviso irrevogável).

b) Em 16 de Janeiro de 2006, a Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 40.000.000 euros com maturidade em 14 de Janeiro de 2011.
Os juros são pagos anual e postecipadamente à taxa de juro correspondente à EURIBOR a 12 meses acrescida de 0,50%.
O Emitente pode reembolsar as Obrigações, ao par, com juros acrescidos, na sua totalidade em cada data de aniversário da data de emissão, mediante aviso prévio.
O Investidor pode solicitar o reembolso antecipado das Obrigações, ao par, com juros acrescidos, na sua totalidade a partir de 16 de Janeiro de 2008, mediante aviso prévio.
Em 2008, a Sociedade reembolsou 13.754 milhares de euros.

c) A Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu 5 programas de papel comercial no montante de 62.500 milhares euros (-147 milhares euros de despesas com encargo diferido e 279 milhares de euros de encargos financeiros), com o seguinte detalhe:

Entidade	Montante	Vencimento	Taxa de juro
Millennium	15.000	05-03-2013	5,665%
Banco BPI	10.000	30-01-2009	5,401%
Santander	10.000	20-01-2009	5,158%
Santander	15.000	20-01-2009	2,873%
CGD	12.500	31-08-2010	5,473%

A Sociedade utilizou 62.151.074 acções da Banif – SGPS, SA como caução das operações de emissão de obrigações e papel comercial.

16. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Credores e outros recursos	184	52
Outros	1	1
	185	53

17. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Capital	45.000	45.000
Prémios de emissão	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-
Acções próprias	-	-
Rerserva legal	9.000	8.650
Reservas de reavaliação	-	-
Outras reservas e resultados transitados	239.795	138.954
Resultado do exercício	14.945	101.191
Dividendos antecipados	-	-
Total do Capital	308.740	293.795

O capital social é constituído por 9.000.000 acções, de valor nominal de €5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

18. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Juros de aplicações em IC	1.072	4.252
Juros de títulos	536	709
Juros de suprimentos	4.119	1.193
	5.727	6.154

JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Juros de recursos em IC	1	8
Juros de responsabilidades representadas por títulos	4.778	4.181
	4.779	4.189

19. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Dividendos		
Banif - SGPS, SA	18.370	14.471
	18.370	14.471

20. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Garantias e avales	309	425
Outras	76	66
	385	491

21. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Instrumentos de dívida	-	(6)
Instrumentos de capital	(3.888)	-
	(3.888)	(6)

Nesta rubrica foram registadas perdas, relacionadas com a desvalorização de cotação das acções da EDP Renováveis, no montante de 3.910 milhares de euros.

22. RESULTADO DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

	31-12-2008	31-12-2007
Ganhos em Investimentos em associadas	-	87.595
	-	87.595

Em 14 de Fevereiro de 2007, a Rentipar Financeira, SGPS, SA alienou 25 milhões de acções da Banif – SGPS, SA, representativas de 10% do capital social e dos direitos de votos. Esta operação originou uma mais - valia contabilística de 87.595 milhares de euros.

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Outros proveitos	6	15
Reembolso de despesas	139	111
Outros Impostos	(17)	(101)
Quotização	(1)	(1)
	127	24

24. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Serviços especializados	53	88
Comunicação	4	4
Publicidade e edições de publicações	23	1
Deslocações, estadas e representação	1	1
Outros	24	41
	105	135

25. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos:

	31-12-2008	31-12-2007
Básicos		
Resultados do exercício	14.945	101.191
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	9.000.000	9.000.000
Ganhos por acção (expresso em euros por acção)	1,66	11,24

26. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	Empresas do grupo	
	31-12-2008	31-12-2007
Disponibilidades em IC	16.970	48
Aplicações em IC	20.028	37.587
Suprimentos	40.056	74.171
Outros créditos e valores a receber	83.573	-
Outros Activos	5	10.027
Custos	5	3
Proveitos	24.091	20.637

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

27. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento que exigisse ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos referentes a 31-12-2008.

28. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e adoptadas pela União Europeia, mas que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras
O IASB emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "*comprehensive income*".

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Sociedade será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos
O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Março de 2007, a IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) é parte integrante do seu custo.

Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada. A Sociedade não espera qualquer impacto da introdução desta alteração.

IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação
O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda (*"puttable instruments"*) e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira das normas internacionais de relato financeiro vez e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas
As alterações ao IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior .

A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição
Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

A Sociedade não espera quaisquer impactos da introdução da alteração desta norma.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais
O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá

reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Sociedade será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto impacto de tais alterações.

IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes
O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta Norma não se estima qualquer impacto ao nível da Sociedade.

IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 14 que clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo. Um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. A IAS 19 limita a mensuração desses activos ao valor presente de benefícios económicos disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo. A data de efectiva aplicação desta interpretação é 1 de Janeiro de 2009 e a Sociedade não espera impactos significativos na sua aplicação.

Annual Improvement Project
Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* apresentam-se em seguida:

Alteração à IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na

categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 16 Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 19 Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 20 Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 23 Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Alteração à IAS 28 Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 38 Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso

aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas da Sociedade.

Alteração à IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 40 Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas e ainda não adoptadas pela União Europeia e consequentemente que ainda não entraram em vigor podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura
O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas
O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos

step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis
O IFRIC 15 Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contracto para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira
O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o método directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A Sociedade não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Sociedade não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes
O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
o reconhecimento de proveitos;
a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Sociedade não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

2 – Demonstrações Financeiras Consolidadas
2.1 - Balanço

RENTIPAR FINANCEIRA - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2008			31-12-2007
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	313.206	-	313.206	276.831
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	149.593	-	149.593	118.918
Activos financeiros detidos para negociação	8,15	274.724	-	274.724	253.584
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	262.860	-	262.860	301.224
Activos financeiros disponíveis para venda	10,41	163.255	(3.779)	159.476	218.537
Aplicações em instituições de crédito	11	149.668	-	149.668	189.891
Crédito a clientes	12,41	10.674.236	(253.714)	10.420.522	8.619.775
Investimentos detidos até à maturidade	13	84.003	-	84.003	-
Activos com acordo de recompra	14	91.283	-	91.283	31.131
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	16,41	10.170	(1.538)	8.632	68.404
Propriedades de investimento	17	107.990	-	107.990	9.042
Outros activos tangíveis	18	378.212	(115.672)	262.540	185.408
Activos intangíveis	19	80.175	(52.664)	27.511	26.731
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	20	139.896	(1.614)	138.282	147.518
Activos por impostos correntes	21	31.835	-	31.835	33.254
Activos por impostos diferidos	21	46.638	-	46.638	21.030
Provisões técnicas de resseguro cedido		-	-	-	-
Outros activos		492.586	(11.343)	481.243	316.374
Devedores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-
Outros activos	22,41	492.586	(11.343)	481.243	316.374
Total do Activo		13.450.330	(440.324)	13.010.006	10.817.652
Recursos de Bancos Centrais	23	-	-	965.843	-
Passivos financeiros detidos para negociação	15,24	-	-	41.934	44.747
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	25	-	-	267.196	367.416
Recursos de outras instituições de crédito	26	-	-	2.081.009	1.777.023
Recursos de clientes e outros empréstimos	27	-	-	6.484.060	5.237.718
Responsabilidades representadas por títulos	28	-	-	1.565.642	1.793.880
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	29	-	-	13.224	16.564
Provisões técnicas		-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	21	-	-	6.811	33.743
Passivos por impostos diferidos	21	-	-	16.415	61.497
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-
Outros passivos subordinados	30	-	-	323.105	353.856
Outros passivos		-	-	398.000	272.294
Credores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-
Outros passivos	31	-	-	398.000	272.294
Total do Passivo		-	-	12.163.239	9.958.738
Capital	32	-	-	45.000	45.000
Prémios de emissão		-	-	-	-
Outros instrumentos de capital		-	-	-	-
Acções próprias		-	-	-	-
Reservas de reavaliação	32	-	-	(446)	62.364
Outras reservas e resultados transitados	32	-	-	328.506	231.375
Resultado do exercício	32	-	-	27.091	147.820
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Interesses minoritários	33	-	-	446.616	372.355
Total do Capital		-	-	846.767	858.914
Total do Passivo + Capital		-	-	13.010.006	10.817.652

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.2 – Demonstrações de Resultados

RENTIPAR FINANCEIRA - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2008	31-12-2007
Juros e rendimentos similares	34	944.442	701.065
Juros e encargos similares	34	(675.867)	(460.711)
Margem financeira		268.575	240.354
Rendimentos de instrumentos de capital	35	2.883	2.800
Rendimentos de serviços e comissões	36	116.237	106.989
Encargos com serviços e comissões	36	(13.871)	(12.742)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37	6.089	8.523
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	37	63.996	53.287
Resultados de reavaliação cambial	37	(19.988)	6.177
Resultados de alienação de outros activos	38	1.786	90.816
Prémios líquidos de resseguro		-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros		-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	-
Outros resultados de exploração	38	26.186	24.874
Produto da actividade		451.893	521.078
Custos com pessoal	39	(162.606)	(136.323)
Gastos gerais administrativos	40	(134.362)	(105.629)
Amortizações do exercício	18,19	(31.286)	(26.750)
Provisões líquidas de reposições e anulações	29	(1.791)	(5.938)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	41	(53.707)	(27.407)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	41	(2.713)	(818)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	41	(5.168)	567
Diferenças de consolidação negativas		-	12.366
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	20	5.894	6.497
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		66.154	237.643
Impostos		(11.418)	(38.500)
Correntes	21	(27.581)	(45.448)
Diferidos	21	16.163	6.948
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		54.736	199.143
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Interesses minoritários	33	(27.645)	(51.323)
Resultado consolidado do exercício		27.091	147.820
Quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação		9.000.000	9.000.000
Resultados por acção (€/ acção)	42	3,01	16,42

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.3- Demonstração de Variações em Capitais Próprios

RENTIPAR FINANÇEIRA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas de Reavaliação	Resultados Transitados	Outras Reservas	Resultado do exercício deduzido de interesses minoritários	Total
Saldos em 31-12-2007	45.000	-	-	62.364	233.073	(1.698)	147.820	486.559
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-		147.820		(147.820)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(62.810)			-	(62.810)
Correcção Capitais Próprios em associadas	-	-	-	-		(14.648)	-	(14.648)
Reavaliação cambial	-	-	-			(27.183)	-	(27.183)
Diferenças de consolidação: operações IM	-	-	-			(9.809)	-	(9.809)
Outras variações em capital próprio	-	-	-			951	-	951
Resultado líquido do período	-	-	-				27.091	27.091
Saldos em 31-12-2008	45.000	-	-	(448)	380.893	(52.387)	27.091	400.151
Saldos em 31-12-2006	45.000	-	-	11.482	180.337	(10.690)	52.736	278.865
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-		52.736		(52.736)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	50.882			-	50.882
Variações em capitais próprios de associadas	-	-	-			9.243	-	9.243
Outras variações em capital próprio	-	-	-	-		(251)	-	(251)
Resultado líquido do período	-	-	-				147.820	147.820
Saldos em 31-12-2007	45.000	-	-	62.364	233.073	(1.698)	147.820	486.559

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.4- Demonstração de Fluxos de Caixa

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS S.A. e SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2008	31-12-2007
ACTIVIDADE OPERACIONAL			
Resultados de Exploração:			
Resultado líquido do exercício	32	27.091	147.820
Imparidade em Crédito Concedido	41	53.707	27.407
Outras perdas por imparidade	41	7.881	251
Provisões do exercício	29	1.791	5.938
Amortizações do Exercício	18,19	31.286	26.750
Dotação para impostos do exercício	21	11.418	38.500
Interesses minoritários	33	27.645	51.323
Derivados (líquido)		59.098	63.789
Resultados de empresas excluídas da consolidação	20	(5.894)	(6.497)
Dividendos recebidos	35	(2.883)	(2.800)
Juros pagos de Passivos subordinados		21.098	25.943
		232.238	378.424
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros detidos para negociação	8,15	(21.140)	(88.493)
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	38.364	161.112
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros disponíveis para venda	10	59.118	(188.122)
(Aumento)/Diminuição de Aplicações em Outras Instituições de Crédito	11	40.223	300.527
(Aumento)/Diminuição de Investimentos detidos até à maturidade	13	(84.003)	1.075
(Aumento)/Diminuição de Empréstimos a Clientes	12	(1.858.068)	(1.605.688)
(Aumento)/Diminuição de Activos não correntes detidos para venda	16	64.705	(7.675)
(Aumento)/Diminuição de Activos com acordo de recompra	14	(60.152)	(16.830)
(Aumento)/Diminuição de Outros activos		(68.206)	(223.285)
Diminuição/(Aumento) de Recursos de Bancos Centrais	23	965.843	-
Diminuição/(Aumento) de Passivos financeiros detidos para negociação	15,24	(2.813)	17.403
Diminuição/(Aumento) de Outros Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	25	(100.220)	(53.419)
Diminuição/(Aumento) de Recursos de Outras Instituições de Crédito	26	303.985	211.307
Diminuição/(Aumento) de Recursos de Clientes	27	1.246.342	815.139
Diminuição/(Aumento) de Responsabilidades representadas por títulos	28	(228.238)	160.215
Diminuição/(Aumento) de Outros Passivos		488	139.274
Impostos sobre o Rendimento		(107.621)	11.369
		188.607	(366.091)
Fluxos das actividades operacionais		420.845	12.333
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Investimento em Subsidiárias	4,20	(69.430)	(4.277)
Investimento em Activos Tangíveis	18	(126.044)	(11.289)
Investimento em Activos Intangíveis	19	(10.408)	759
Investimento em Propriedades de Investimento	17	(98.947)	(428)
Dividendos recebidos	35	2.883	2.800
Fluxos das actividades de investimento		(301.946)	(12.435)
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Emissão/(Reembolso) de Passivos subordinados		(30.751)	(13.918)
Juros pagos de Passivos subordinados		(21.098)	(25.943)
Fluxos das actividades de financiamento		(51.849)	(39.861)
		67.050	(39.963)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	6,7	395.749	435.712
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6,7	462.799	395.749
		67.050	(39.963)
Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro			
Caixa	6	57.772	50.398
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais	6	255.433	226.433
Depósitos à Ordem em Outras Instituições de Crédito	7	106.294	75.391
Cheques a cobrar	7	43.300	43.527
		462.799	395.749
Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade		-	-

O Técnico Oficial de Contas **O Conselho de Administração**

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
RENTIPAR FINANCEIRA - SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Grupo Rentipar (Grupo) é composto por Sociedades de competência especializada nos sectores bancário e segurador, apoiadas num conjunto de outras sociedades que operam em diversas áreas do sector financeiro. As principais entidades do Grupo e a natureza das actividades que desenvolvem são descritas em maior detalhe no Relatório de Gestão.

A Rentipar Financeira, SGPS, S.A., empresa-mãe do Grupo, com sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 85 – 5º, 1050 – 030 Lisboa, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades, conforme descrito nas Notas 4 e 20.

Em 16 de Março de 2009, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2008 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 01 de Abril de 2009.

2. ADOPÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

Em 2008 entraram em vigor as seguintes Normas:

IAS 39 Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração
O Grupo adoptou as alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. Estas emendas permitiram, face às circunstâncias excepcionais de mercado, reclassificar certos instrumentos financeiros da categoria de Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda para Activos Financeiros Detidos até à maturidade ou Empréstimos e Valores a Receber (Notas 8, 10 e 13).

IFRIC 11 – Transacções com acções próprias
O Grupo adoptou a IFRIC 11 na medida em que se aplique a demonstrações financeiras consolidadas. Esta interpretação requer que os acordos em que são atribuídos direitos sobre as acções da entidade a empregados sejam contabilizados como esquemas de liquidação em acções, mesmo que a entidade compre os instrumentos a uma parte independente, ou os accionistas entreguem os instrumentos de capital necessários. À data de 31 de Dezembro de 2008, o Grupo não tinha acordos desta natureza.

IFRIC 12 – Acordos de concessão
Esta interpretação, ainda não adoptada pela União Europeia, aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão. Nenhum membro do Grupo é um operador de concessões e consequentemente esta interpretação não tem impacto no grupo.

Na Nota 49 encontram-se descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras.

O Grupo não espera que estas normas e interpretações tenham impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLITÍCAS CONTABILISTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Rentipar estão preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*) tal como adoptadas na União Europeia, em 31 de Dezembro de 2008, no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros detidos para negociação (incluindo derivados), activos e passivos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda, imóveis registados em activos tangíveis e propriedades de investimento que são mensurados ao justo valor. As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

Excepto quanto ao disposto na Nota 3.3 sobre "Imparidade em instrumentos de capital", que não requer ajustamentos nos valores comparativos, o Grupo não procedeu a outras alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

Em "Activos não correntes detidos para venda" e conforme estabelecido na Nota 3.10, o Grupo procedeu à transferência de 88.766 milhares de euros para "Outros activos", pelo que a comparação entre os valores do ano e do ano anterior devem ser analisados em conjunto com a informação da Nota 16 e Nota 22.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão do Grupo, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market)* nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos de *discounted cash-flows* (*marked to model).* O dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem

modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito com características e riscos similares e determinadas perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas para o mesmo tipo de activos.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (20% em 2007) ou um declínio por mais de 1 ano (6 meses em 2007) pode ser considerado significativo ou prolongado. Contudo, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos. A alteração dos critérios de verificação da existência de prova objectiva de imparidade, de 20% para 30% e de 6 meses para 1 ano, reflecte um ajustamento adequado face às condições extraordinárias de volatilidade e falta de liquidez do mercado, enquadrado na Carta Circular N.º 105/08/DSBDR de 18/12/2008 do Banco de Portugal. Esta alteração não tem quaisquer impactos nos comparativos do ano anterior.

Propriedades de investimento e imóveis de serviço próprio

O justo valor das propriedades de investimento e de imóveis de serviço próprio, classificados em Outros Activos Tangíveis, são determinados com base em avaliações efectuadas por peritos independentes, tendo por base estimativas de rendimento e de custos de manutenção ou substituição e ainda valores comparáveis de mercado.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma (planos de benefícios definidos) é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na Nota 45 são apresentados os pressupostos utilizados.

3.4 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Rentipar Financeira, SGPS, S.A. e entidades por si controladas (denominadas "subsidiárias"), incluindo entidades de propósito especial (SPE'S), preparadas para a mesma data de referência das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando o Grupo detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade. As entidades de finalidades especiais, relativamente às quais o Grupo retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade, são também incluídas na consolidação. Incluem-se neste âmbito,

essencialmente, entidades utilizadas pelo Grupo no âmbito de operações de titularização de créditos e emissão de dívida estruturada.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo Rentipar.

Os saldos e transacções significativos existentes entre as empresas do Grupo são eliminados no decorrer do processo de consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", incluída no capital próprio.

3.5 Concentrações de actividades empresariais e goodwill

A aquisição de subsidiárias é registada de acordo com o método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transacção, de activos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida devem ser medidos pelo justo valor na data de aquisição.

O goodwill corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pelo Grupo do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que, se verifique que o justo valor excede o custo de aquisição ("goodwill negativo"), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, o goodwill positivo é registado no activo, não sendo amortizado. No entanto, é objecto de testes de imparidade numa base anual, sendo reflectidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização do teste de imparidade, o goodwill apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O goodwill imputado a cada Unidade é objecto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do goodwill é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o goodwill respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em goodwill não podem ser revertidas em períodos futuros.

3.6 Investimentos em associadas

Trata-se de investimentos em entidades em que o Grupo tem influência significativa e que não sejam nem subsidiárias nem "Joint ventures". Considera-se que existe influência significativa sempre que o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados de acordo com o método da equivalência patrimonial. O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. Deste modo, o goodwill originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento, sendo objecto de análise de imparidade como parte do valor do investimento. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

3.7 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbios indicativas da moeda funcional na data da transacção. Na data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

Na data de balanço os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação das respectivas entidades.

3.8 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

3.9 Instrumentos financeiros

3.9.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.9.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no

passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Grupo de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option),* desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch)*;
ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O Grupo classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.
Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratar de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que o Grupo não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital". Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

É efectuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em cada data de referência das demonstrações financeiras. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Grupo.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" ou "Juros e encargos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Os empréstimos concedidos e contas a receber apenas são abatidos ao activo (write-off), quando não há expectativas realísticas de recuperação desses montantes, incluindo através das garantias associadas (colaterais). Esta avaliação é independente dos procedimentos de abate ao activo de empréstimos nas contas individuais das subsidiárias, ao abrigo das normas locais aplicáveis a essas entidades.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e encargos similares".

Justo valor

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("bid") conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.
Sempre que num período subsequente, se registe uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:
exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.
Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

a) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito

considerada significativa. Para cada cliente o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- situação económico-financeira do cliente;
- exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- informações comerciais relativas ao cliente;
- análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os crédito analisados individualmente para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e, avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade, não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões". Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais, reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) <u>Análise colectiva</u>

Os créditos avaliados numa base colectiva, são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas.
O Grupo, com uma periodicidade regular, procede à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito, é assim, abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões" acima referida.

Derivados

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela norma IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos ("Coberturas de justo valor"). Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

O Grupo não efectua, por sistema, *trading short / long* sobre estes instrumentos financeiros. Os instrumentos derivados têm sido utilizados no Grupo Rentipar, principalmente, nas seguintes situações:

1) Cobertura de passivos com indexação a activos de referência: na prática o Grupo emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de capital estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juro, etc.) e faz a cobertura contratando derivativos OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor. Estes derivados embutidos são valorizados em conjunto com o passivo financeiro ("A opção do justo valor"), classificados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

2) Cobertura do risco de operações de derivativos com clientes: o Grupo contrata derivativos OTC (cross currency swap, interest rate swap, equity swap, etc.) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado.

3) Cobertura de risco de activos financeiros com derivados embutidos e cuja valorização é efectuada, de uma forma global, ao justo valor por contrapartida de resultados: o Grupo contrata operações de back-to-back (cross currency swap, interest rate swap, etc.) com contrapartes no mercado de derivativos OTC, para cobertura do risco subjacente a estes activos.

4) Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos e de contratos de leasing efectuadas pelo Grupo Rentipar, encontrando-se os swaps com risco significativo (taxa fixa contra taxa variável) cobertos na integra com contrapartes no mercado.

Nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

3.9.3 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

I. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
II. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
III. Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de "pass-through" e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

3.10 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo e se mantiver o compromisso de venda do activo.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, nomeadamente por ter decorrido mais de 1 ano e o Grupo não ter recebido ofertas razoáveis, estes activos são reclassificados para a rubrica "Outros activos", mantendo o critério de mensuração, conforme disposto nas IAS 36 – Imparidade de activos – paragráfos 7 a 17.

3.11 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.
Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas ao justo valor, que reflecte as condições de mercado na data de balanço.
Os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor das propriedades de investimento são incluídas nos resultados do ano a que respeitam.
As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor liquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.
As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

3.12 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pelo Grupo no desenvolvimento das suas actividades. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se como referência um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas em reservas de reavaliação, incluídas em capital próprio, excepto e até à medida em que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo reconhecidas em resultados, em que essa variação positiva deve ser reconhecida em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que possam ser compensados com reservas de reavaliação positivas existentes para o mesmo activo.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	[2 – 15] anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como "custo estimado" de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004 ao abrigo da legislação portuguesa.

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica "Outros Resultados de exploração".

3.13 Locação

O Grupo classifica as operações de locação financeiras ou locação operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificados como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

3.13.1 Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

3.13.2 Locações financeiras

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados em "Outros activos fixos tangíveis", pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do leasing.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas em encargos financeiros e amortizações, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo. Os juros suportados são registados como custos financeiros. Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros, de acordo com a taxa efectiva do contrato.

3.14 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a "software", encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.15 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que o Grupo opera.

O Grupo regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, reavaliações de títulos e derivados apenas tributáveis no momento da sua realização, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento. Adicionalmente, são reconhecidos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis apresentados por algumas empresas do Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

3.16 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 são as seguintes:

Responsabilidades com pensões

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo nomeadamente planos de benefício definido e, num reduzido número de situações, de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a Companhias de Seguros.

As entidades do Grupo Rentipar, seguidamente identificadas, apresentam responsabilidades relativamente ao pagamento de pensões:

- Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

  Na sequência do Acordo de Empresa celebrado com os Sindicatos do Sector em 2008, conforme descrito na Nota 45, a Sociedade assume a obrigação com três Planos de Pensões:

  - Plano de Pensões I, de benefício definido, ao abrigo do qual a Sociedade financia a sua responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados abrangidos pelo plano de benefícios definido, em regime de complementaridade da Segurança Social, e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS, com uma taxa de contribuição de 6,5%) abrangendo todos os seus empregados no activo e os pensionistas do Fundo;
  - Plano de Pensões II, de contribuição definida, ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
  - Plano de Pensões III, de contribuição definida, ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência.

- Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.

  De acordo com as condições estabelecidas no Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões (plano de benefício definido), e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário, esta entidade assume responsabilidades no pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos seus funcionários ou às suas famílias. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a referida sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS, com uma taxa de contribuição de 6,5%).

- Outras entidades do Grupo:
  As sociedades Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A., o Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., proporcionam aos seus empregados planos de pensões de contribuição definida, financiados através de fundos de pensões.

Para os planos de benefício definido, o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 45). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do periodo médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica, prémios de antiguidade e outros subsídios.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de "Outros passivos" por contrapartida da rubrica de Resultados.

3.17 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflicta o risco especifico do passivo. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.18 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras (Nota 32).

3.19 Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing,* para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

3.20 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

As comissões e encargos associados a instrumentos financeiros são incluídas na taxa de juro efectiva dos mesmos.

3.21 Garantias Financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Grupo presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários.

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas em resultados, na rubrica "rendimento de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as empresas do Grupo incluídas no processo de consolidação são as seguintes:

			31-12-2008			31-12-2007		
Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	% participação efectiva	% participação directa	Interesses minoritários	% participação efectiva	% participação directa	Interesses minoritários
Rentiacapital, Investimentos Financeiros, SA	Portugal	Rentipar Financeira, SGPS, SA	90,00%	90,00%	10,00%	90,00%	90,00%	10,00%
Vestiban, Gestão e Investimentos, SA	Portugal	Rentipar Financeira, SGPS, SA	96,80%	96,80%	3,20%	81,14%	81,14%	18,86%
Banif - SGPS, SA	Portugal	Rentipar Financeira, SGPS, SA Rentiacapital, Investimentos Financeiros, SA Vestiban, Gestão e Investimentos, SA	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif Comercial, SGPS, S A.	Portugal	Banif SGPS, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif - Banco Internacional do Funchal, S A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S A. Banif Comercial, SGPS, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif (Açores) SGPS, S A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S A	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif Finance, Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif e Comercial Açores, Inc San José	E U.A	Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif e Comercial Açores, Inc Fall River	E U A	Banco Banif e Comercial dos Açores, S A	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Investaçor, SGPS, S A.	Portugal	Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.	38,00%	38,00%	62,00%	35,75%	35,75%	64,25%
Investaçor Hoteis S.A.	Portugal	Investaçor, SGPS, SA	38,00%	38,00%	62,00%	35,75%	35,75%	64,25%
Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, S A.	Portugal	Investaçor, SGPS, SA	31,69%	31,69%	68,31%	29,81%	29,81%	70,19%
Turotel, Turismo e Hoteis dos Açores, S.A.	Portugal	Investaçor, SGPS, SA	37,28%	37,28%	62,72%	35,07%	35,07%	64,93%
Investimentos Turísticos e Similares e Apart-Hotel Pico Lda.	Portugal	Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, S A	31,69%	31,69%	68,31%	29,81%	29,81%	70,19%
Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S A	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S A.	Brasil	Banif Comercial, SGPS Banif International Holdings, Ltd	63,23%	63,23%	36,77%	59,48%	59,48%	40,52%
Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif - Banco de Investimento, S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif Gestão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliario, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S A.	Portugal	Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimentos, S.A.	39,73%	39,73%	60,27%	35,74%	35,74%	64,26%
Banif Capital - Soc de Capital de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	51,35%	51,35%	48,65%	45,29%	45,29%	54,71%
Centro Venture - Soc Capital de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	32,74%	32,74%	67,26%	30,80%	30,80%	69,20%
Gamma - Soc Titularização de Créditos, S A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Numberone SGPS, Lda	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif International Asset Management Ltd.	Ilhas Cayman	Numberone SGPS, Lda	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif Multifund Ltd	Ilhas Cayman	Banif International Asset Management Ltd.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif Internacional Holdings, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	54,56%	54,56%	45,44%	51,33%	51,33%	48,67%
Banif Financial Services, Inc	E U A	Banif Internacional Holdings Ltd	54,56%	54,56%	45,44%	51,33%	51,33%	48,67%
Banif Finance (USA) corp	E U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	54,56%	54,56%	45,44%	51,33%	51,33%	48,67%
Banif Forfaiting Company, Ltd.	Bahamas	Banif Internacional Holdings Ltd	54,56%	54,56%	45,44%	51,33%	51,33%	48,67%
Banif Forfaiting (USA), Inc.	E.U A	Banif Internacional Holdings Ltd	-	-	-	51,33%	51,33%	48,67%
Banif Trading, Inc.	E U A	Banif Internacional Holdings Ltd	54,56%	54,56%	45,44%	51,33%	51,33%	48,67%
FINAB - International Corporate Management Services, Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd.	38,51%	38,51%	61,49%	36,23%	36,23%	63,77%
Banif Securities, Inc.	E U.A	Banif Securities Holding, Ltd	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Econofinance, S.A	Brasil	Banif Securities Holding, Ltd	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif Investimento México, S.A. de C V.	México	Banif Securities Holding, Ltd	-	-	-	59,79%	59,79%	40,21%
Banif Securities Holding, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif (Brasil), Ltd.	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif International Bank, Ltd	Bahamas	Banif - Banco Internacional do Funchal, S A. Banif Comercial - SGPS, S A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S A. Banif - Investimentos - SGPS, S A. Banif Securities Holding, Ltd	64,19%	64,19%	35,81%	45,29%	45,29%	54,71%
Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	45,29%	45,29%	54,71%
Banif Nitor Asset Management S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	23,10%	23,10%	76,90%
Nitor Administração de Recursos	Brasil	Banif Nitor Asset Management S. A	-	-	-	23,10%	23,10%	76,90%
Banif Private Equity S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S A.	64,19%	64,19%	35,81%	-	-	-
Banif - Imobiliária, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Sociedade Imobiliária Predade, S.A.	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banifsen-Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de	Portugal	ACE (*)	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Banif - SGPS, S.A.	46,22%	46,22%	53,78%	60,39%	60,39%	39,61%
Banco Caboverdiano de Negócios S.A.	Cabo Verde	Banif - SGPS, S.A.	33,18%	33,18%	66,82%	27,78%	27,78%	72,22%
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Banif - SGPS, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
RENTIPAR FINANCEIRA - SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

			31-12-2008			31-12-2007		
Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	% participação efectiva	% participação directa	Interesses minoritários	% participação efectiva	% participação directa	Interesses minoritários
Global Cash Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	63,53%	63,53%	36,47%	54,15%	54,15%	45,85%
Agressive Strategy Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Balanced Strategy Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Brazilian Bond Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal S.A. Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Brazilian Equity Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Conservative Strategy Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
European Bond Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	63,58%	63,58%	36,42%	59,97%	59,97%	40,03%
European Equity Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal S.A. Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Banif US Real Estate	Brasil	Banif - Banco de Investimento, S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	60,39%	60,39%	39,61%
Beta Securitizadora	Brasil	FIP Banif Real Estate	63,71%	63,71%	36,29%	55,67%	55,67%	44,33%
FIP Banif Real Estate	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	63,71%	63,71%	36,29%	55,67%	55,67%	44,33%
SPE Panorama	Brasil	FIP Banif Real Estate	60,51%	60,51%	39,49%	52,89%	52,89%	47,11%
FIP Banif Real Estate II	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	-	-	-
FIP Amazónia Energia II	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	32,10%	32,10%	67,90%	-	-	-
Banif Nitor Caravelas		Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	64,19%	64,19%	35,81%	-	-	-
Art Invest	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	38,89%	38,89%	61,11%	-	-	-
Global Real State	Ilhas Cayman	Banif - Banco de Investimento S.A.	33,95%	33,95%	66,05%	-	-	-
Banif Nitor Port. Crédito Privado	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	59,86%	59,86%	40,14%	-	-	-
Imogest	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	37,48%	37,48%	62,52%	-	-	-
Capven	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif Capital - Soc. de Capital de Risco S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	37,70%	37,70%	62,30%	-	-	-

(*) A Banifserv – ACE tem como agrupadas as seguintes empresas do Grupo Rentipar:

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA	60,0%
Banco Banif & Comercial dos Açores, SA	25,0%
Companhia de Seguros Açoreana, SA	1,5%
Banif GO	8,0%
Banif Banco de Investimento, SA	1,5%
Banif Rent - Aluguer, gestão e Comércio de Veiculos Automóveis	4,0%

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
RENTIPAR FINANCEIRA - SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as entidades de propósitos especiais incluídas na consolidação são as seguintes:

Nome da Sociedade	Natureza	31-12-2008 % participação	31-12-2007 % participação
Atlantes Nº1 Limited	Veículos de Securitização	64,19%	60,39%
Atlantes Nº2 plc	Veículos de Securitização	64,19%	60,39%
Atlantes Mortgage Nº1 plc	Veículos de Securitização	64,19%	60,39%
Atlantes Mortgage Nº2 plc	Veículos de Securitização	64,19%	-
Atlantes Mortgage Nº3 plc	Veículos de Securitização	64,19%	-
Azor Mortgage Nº 1	Veículos de Securitização	64,19%	60,39%
Azor Mortgage Nº 2	Veículos de Securitização	64,19%	-
Trade Invest Series 10	Emissão de Dívida Estruturada	-	60,39%
Euro Invest Series 2	Emissão de Dívida Estruturada	-	60,39%
Euro Invest Series 3A, 3B, 5, 6, 7, 8 e 9	Emissão de Dívida Estruturada	64,19%	60,39%
Trade Invest Series 12, 13, 14	Emissão de Dívida Estruturada	64,19%	60,39%

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2008, as alterações verificadas no Grupo foram as seguintes:

- Aquisição de 59.051.894 acções da Banif – SGPS, SA, pela Sociedade Rentipar Financeira, pelo montante de 68.893 milhares de euros.
- Aquisição de 39.150 acções da Sociedade Vestiban – Gestão de Investimentos, SA, pela Sociedade Rentipar Financeira, pelo montante de 537 milhares de euros.
- Aquisição de 11.059.753 acções da Banif – SGPS, SA, pela Sociedade Renticapital, pelo montante de 12.142 milhares de euros.
- Aquisição de 3.457.330 acções da Banif – SGPS, SA, pela Sociedade Vestiban, pelo montante de 3.459 milhares de euros.
- A Banif – SGPS, SA procedeu a um aumento do capital social de 250.000 milhares de euros para 350.000 milhares de euros, em Junho de 2008.
- Aquisição de 25% do Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA pela sociedade Banif Securities Holdings, Ltd, pelo montante de 35,5 milhões de euros. Após esta operação o Grupo passou a deter 100% do Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA.
- Aumento do capital social da sociedade Banif Bank (Malta), no montante de 6 milhões de euros. A Banif – SGPS, SA subscreveu 1,8 milhões de euros. Após o aumento de capital a Banif – SGPS, SA passou a deter 72% do Banif Bank (Malta).

- Aumento do capital social da sociedade Companhia de Seguros Açoreana, no montante de 21 milhões de euros. A Banif – SGPS, SA e o Banco Banif e Comercial dos Açores, SA subscreveram 10 milhões de euros, tendo actualmente o Grupo a mesma percentagem de controlo que antes do referido aumento de capital.
- Aumento do capital social do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, no montante de 50 milhões de euros. Este aumento foi realizado pelo Banif Comercial, SGPS, SA.
- Aquisição pela Banif comercial, SGPS, SA da Banif (Açores), SGPS, SA ao Banif – Banco Internacional do Funchal, SA pelo montante de 20.735 milhares de euros.
- Fusão por incorporação da Banif Forfaiting (USA) Inc na Banif Mortgage Comapny. Após a fusão a sociedade passou a designar-se por Banif Finance (USA).
- Aquisição de 5,69% do Banco Caboverdiano de Negócios pela Banif – SGPS, SA pelo montante de 1,7 milhões de euros.
- Aumento de capital do Banif International Holdings, Ltd no montante de 3,6 milhões de USD. O Banif (Cayman), Ltd subscreveu 85% do referido aumento do capital.
- Aquisição de 49% da Banif Nitor Asset Management pelo Banif – Banco de Investimento (Brasil).
- Incorporação da sociedade Nitor Administração Recursos na sociedade Banif Nitor Asset Management.

5. RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo Rentipar encontra-se organizado por áreas autónomas de negócio, através de duas sub-holdings: Banif Comercial, SGPS, SA, que agrega a actividade bancária e de crédito especializado, e Banif – Investimentos - SGPS, SA, que engloba a área da banca de investimentos e outras actividades financeiras. O Grupo detém ainda uma unidade autónoma que se dedica exclusivamente à gestão dos imóveis do Grupo.

No relato por segmentos do Grupo, o *reporting* primário é feito por áreas de negócio, as quais incluem *Corporate Finance*, *Negociações e vendas*, Corretagem, Banca de Retalho, Banca Comercial, Pagamentos e Liquidações, Custódia, Gestão de Activos, e outras actividades (rubrica residual).

O *reporting* secundário é feito por áreas geográficas, nas quais o Grupo desenvolve a sua actividade: Portugal, América do Norte, América Latina, União Europeia e resto do mundo.

5.1 – Segmentos de negócio

CATEGORIA	CORPORATE FINANCE	NEGOCIAÇÃO E VENDAS	CORRETAGEM (RETALHO)	BANCA DE RETALHO	BANCA COMERCIAL	PAGAMENTOS E LIQUIDAÇÕES	CUSTÓDIA	GESTÃO DE ACTIVOS	OUTROS	TOTAL
ACTIVO										
Aplicações e Disp. junto de Bancos Centrais e de I.C.	-	123.705	-	113.827	373.740	-	-	527	688	612.487
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	274.724	-	-	-	-	-	-	-	274.724
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	159.476	-	-	-	-	-	-	-	159.476
Empréstimos a Clientes (Líquido)	-	-	-	6.127.956	4.208.893	-	-	-	-	10.420.522
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	84.003	-	-	-	-	-	-	-	84.003
Outros activos (dos quais):	-	635.812	15.451	97.235	63.418	-	-	5.649	641.249	1.458.814
Activos Tangíveis	-	19.798	406	42.106	7.581	-	-	874	191.773	262.540
Activos Intangíveis	-	2.903	66	631	941	-	-	66	22.904	27.511
TOTAL do ACTIVO LÍQUIDO	-	1.277.720	15.451	6.339.018	4.646.151	-	-	6.178	725.490	13.010.006
PASSIVO										
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	-	598.091	-	4.025	2.440.490	-	-	-	4.246	3.046.852
Depósitos de clientes	-	-	-	5.394.443	1.089.214	403	-	-	-	6.484.060
Débitos representados por títulos	-	63.806	-	427.807	694.282	-	-	-	-	1.185.642
Outros Passivos	-	429.264	80.648	146.691	229.586	-	-	6.151	174.345	1.066.685
TOTAL do PASSIVO	-	1.091.161	80.648	5.972.966	4.653.572	403	-	6.151	358.338	12.163.239

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
RENTIPAR FINANCEIRA - SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

	Corporate finance	Negociação e Vendas	Corretagem (retalho)	Banca de Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	TOTAL
Juros e Rendimentos Similares	549	285.793	7	321.966	330.910	-	-	375	4.852	944.442
Juros e Encargos Similares	(85)	(263.262)	(2)	(184.849)	(213.440)	-	-	-	(14.229)	(675.867)
Margem financeira	**464**	**22.531**	**5**	**137.107**	**117.470**	-	-	**375**	**(9.377)**	**268.575**
Rendimento de instrumentos de capital	-	2.883	-	-	-	-	-	-	-	2.883
Rendimento de serviços e comissões	2.549	6.909	5.135	47.850	30.937	2.223	744	17.562	2.328	116.237
Encargos com serviços e comissões	(14)	(182)	(1.244)	(4.179)	(623)	(3.300)	(104)	(3.939)	(286)	(13.871)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao J. V. através de resultad	-	6.135	(46)	-	-	-	-	-	-	6.089
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	63.996	-	-	-	-	-	-	-	63.996
Resultados de Reavaliação Cambial	-	(20.974)	-	-	2.354	-	-	-	(1.368)	(19.988)
Resultados de Alienação de Outros Activos	-	168	(2)	(1.161)	(976)	-	-	-	3.767	1.786
Outros Resultados de Exploração	(291)	(1.118)	1.532	5.143	14.007	9.080	37	(29)	(2.776)	26.186
Produto da Actividade	**2.708**	**80.338**	**5.380**	**184.760**	**163.169**	**8.603**	**677**	**13.969**	**(7.711)**	**451.893**
Custos com Pessoal	(1.291)	(20.905)	(1.407)	(77.094)	(54.715)	(2.162)	(266)	(2.695)	(2.299)	(162.606)
Outros gastos administrativos	(1.004)	(21.603)	(1.747)	(54.614)	(37.247)	(1.876)	(208)	(7.699)	(6.163)	(134.362)
Cash Flow de Exploração	**413**	**37.830**	**2.226**	**53.052**	**71.207**	**4.573**	**261**	**3.476**	**(18.173)**	**154.925**
Depreciações e Amortizações	(67)	(1.306)	(149)	(13.852)	(13.587)	(286)	(32)	(328)	(1.679)	(31.286)
Provisões líquidas de anulações	(143)	250	(535)	7.057	(7.593)	-	-	(232)	(805)	(1.791)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(21.291)	(32.416)	-	-	-	-	(53.707)
Imparidade de outros activos finan. líquida de reversões e recuperações	(29)	(2.023)	-	(262)	(399)	-	-	-	-	(2.713)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	(2.471)	-	(1.673)	(435)	-	-	(8)	(580)	(5.168)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	-	-	-	-	-	-	-	-	5.894	5.894
Resultados antes de Impostos e Interesses Minoritários	**174**	**32.280**	**1.542**	**23.031**	**16.786**	**4.287**	**229**	**2.908**	**(15.083)**	**66.154**
Impostos										
Correntes	(48)	(13.682)	(428)	(6.388)	(4.977)	(1.189)	(64)	(805)	-	(27.581)
Diferidos	135	7.890	247	1.221	1.132	514	86	442	4.497	16.163
Resultados depois de impostos e Interesses Minoritários	**261**	**26.488**	**1.361**	**17.864**	**12.941**	**3.612**	**250**	**2.545**	**(10.586)**	**54.736**
Interesses Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.645)	(27.645)
Resultado do Exercício	**261**	**26.488**	**1.361**	**17.864**	**12.941**	**3.612**	**250**	**2.545**	**(38.231)**	**27.091**

5.2 – Segmentos geográficos

CATEGORIA	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
ACTIVO						
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de Instituições de Crédito	451.069	105.849	4.054	35.437	16.058	612.467
Activos Financeiros Detidos para Negociação	17.586	77		242.582	14.479	274.724
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	69.605	10		47.673	42.188	159.476
Empréstimos a Clientes (Líquido)	8.108.983	1.568.373	158.497	290.710	293.959	10.420.522
Investimentos Detidos até à Maturidade	84.003					84.003
Outros activos (dos quais)	1.199.608	64.977	2.813	142.129	49.287	1.458.814
Activos Tangíveis	237.117	5.051	332	15.699	4.341	262.540
Activos Intangíveis	25.942	462		731	376	27.511
TOTAL do ACTIVO LÍQUIDO	**9.930.854**	**1.739.286**	**165.364**	**758.531**	**415.971**	**13.010.006**
PASSIVO	0	0	0	0	0	
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	2.885.235			152.286	9.331	3.046.852
Depósitos de clientes	5.974.627	22.170		4.622	482.641	6.484.060
Débitos representados por títulos	1.041.618	356.370		135.534	32.120	1.565.642
Outros Passivos	543.861	67.799	6.189	157.830	291.006	1.066.685
TOTAL do PASSIVO	**10.445.341**	**446.339**	**6.189**	**450.272**	**815.098**	**12.163.239**

	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Juros e Rendimentos Similares	658.134	933	43.329	56.861	185.185	944.442
Juros e Encargos Similares	(460.463)	(331)	(36.280)	(10.831)	(167.962)	(675.867)
Margem financeira	**197.671**	**602**	**7.049**	**46.030**	**17.223**	**268.575**
Rendimento de instrumentos de capital	2.880	0	-	3	-	2.883
Rendimento de serviços e comissões	90.714	17	2.692	19.267	3.547	116.237
Encargos com serviços e comissões	(9.565)	(11)	(1.042)	(2.530)	(723)	(13.871)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao J. V. através de resultados	811	0	3.847	6.976	(5.545)	6.089
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	0	-	63.996	-	63.996
Resultados de Reavaliação Cambial	(12.273)	13	137	(7.350)	(515)	(19.988)
Resultados de Alienação de Outros Activos	1.410	-	-	376	-	1.786
Outros Resultados de Exploração	29.024	(73)	(3.196)	2.277	(1.846)	26.186
Produto da Actividade	**300.672**	**548**	**9.487**	**129.045**	**12.141**	**451.893**
Custos com Pessoal	(126.925)	(3.173)	(3.509)	(27.327)	(1.672)	(162.606)
Outros gastos administrativos	(96.025)	(3.663)	(3.486)	(28.870)	(2.318)	(134.362)
Cash Flow de Exploração	**77.722**	**(6.288)**	**2.492**	**72.848**	**8.151**	**154.925**
Depreciações e Amortizações	(27.320)	(510)	(120)	(2.748)	(588)	(31.286)
Provisões líquidas de anulações	(1.791)	-	-	-	-	(1.791)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(29.370)	(298)	(3.408)	(20.831)	198	(53.707)
Imparidade de outros activos finan. líquida de reversões e recuperações	(2.713)	-	-	-	-	(2.713)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(5.165)	-	(3)	-	-	(5.168)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	0
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	4.078	1.816	-	-	-	5.894
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários	**15.441**	**(5.280)**	**(1.037)**	**49.269**	**7.761**	**66.154**
Impostos						
Correntes	(7.166)	-	-	(20.415)	-	(27.581)
Diferidos	(258)	1.638	942	12.345	1.496	16.163
Resultados depois de impostos e Interesses Minoritários	**8.017**	**(3.642)**	**(95)**	**41.199**	**9.257**	**54.736**
Interesses Minoritários	(3.367)	2.063	36	(17.632)	(8.745)	(27.645)
Resultado do Exercício	**4.650**	**(1.579)**	**(59)**	**23.567**	**512**	**27.091**

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Caixa	57.773	50.398
Depositos à ordem em Banco Centrais	255.393	226.391
Juros de disponibilidades	40	42
	313.206	276.831

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal, no montante de 244.385 milhares de euros, incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Cheques a cobrar	43.300	43.527
No país	41.821	41.915
No estrangeiro	1.479	1.612
Déposito à ordem	106.141	74.980
No país	3.737	2.165
No estrangeiro	102.404	72.815
Outros	152	411
	149.593	118.918

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País em 31 de Dezembro de 2008 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2009.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	71.848	36.395
Instrumentos de dívida	159.529	189.357
Instrumentos de capital	43.347	27.832
	274.724	253.584

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
RENTIPAR FINANCEIRA - SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A carteira de títulos de negociação em 31 de Dezembro de 2008 tem a seguinte composição (Valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos, a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida			
LETRAS DO TESOURO NACIONAL - BRASIL	71.805	284,21	20.408
CERTIFICADO DEPÓSITO BANCÁRIO	610.699	3,07	1.873
FED REPUBLIC OF BRASIL 10/09	2.000.000	1,09	1.608
FED REPUBLIC OF BRASIL 10/09	143.000	1,09	115
FED REPUBLIC OF BRASIL 03/30	220.000	1,62	262
FED REPUBLIC OF BRAZIL 04/24	120.000	1,24	108
BANCO NAC DESENV ECON 04/10	350.000.000	0,99	188
FED REPUBLIC OF BRAZIL 09	100.000	1,02	111
FED REPUBLIC OF BRAZIL 04/10	339.000	1,10	274
FED REPUBLIC OF BRASIL	160.000	1,15	136
FED REPUBLIC OF BRASIL 10	2.176.000	1,09	1.733
FED REPUBLIC OF BRASIL 34	31.000	1,22	28
FED REPUBLIC OF BRAZIL 08/40	1.235.000	1,31	1.194
FED REPUBLIC OF BRASIL	100.000	1,26	94
FED REPUBLIC OF BRASIL 02/25	230.000	1,22	208
FED REPUBLIC OF BRASIL	10.000	1,13	8
FED REPUBLIC OF BRASIL	790.000	1,13	659
BANCO DO ESTADO SAO PAULO	369.000	0,92	243
PETROBRAS ENERGIA SA	33.000	0,87	21
FED REPUBLIC OF BRASIL	303.000	1,13	253
REPUBLIC OF BRAZIL 01/17/17	158.000	1,03	120
EUROPEAN INVEST BANK 02/14/2013	140.000	1,01	48
EUROPEAN INVEST BANK 24/08/09	200.000	1,00	64
PETROBRAS INTL FINANCE 12/18	429.000	1,07	331
BRASKEM SA	110.000	1,03	85
CIA SIDERURGICA PAULISTA	40.000	1,00	30
BRASTURINVEST INV TUR 04/09	2.026.000	1,00	2.120
CSN ISLANDS IX CORP	37.000	1,01	28
COSAN SA INDUSTRIA E COM	100.000	0,96	70
UNIBANCO 7 3/8 12/15/13 USD	30.000	1,02	22
TELE N L PARTICIPACOES	10.000	1,00	7
GERDAU AMERISTEL CORP	1.353.000	1,02	1.038
BRASKEM SA	606.000	0,82	358
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	100.000	0,88	63
BANCO VOTORANTIM SA	250.000	0,90	163
BRASKEM INTL LTD	20.000	0,96	14
GERDAU SA	153.000	0,85	94
FED REPUBLIC OF BRAZIL	250.000	1,03	191
BANCO VOTORANTIM SA	15.000	0,96	10
BANCO BRADESCO (CAYMAN)	100.000	1,01	73
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA	745.000	0,99	533
VALE OVERSEAS LIMITED 01/16	379.000	0,95	267
COSAN SA INDUSTRIA E COM	177.000	0,58	74
NATIONAL STEEL SA	50.000	0,63	23
BRASKEM SA	30.000	0,76	17
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	60.000	0,92	40
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	55.000	1,01	41
BANCO VOTORANTIM SA	950.000	0,96	668
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	359.000	0,97	254
BERTIN LTDA 10/05/16	340.000	0,56	143
CIA SANEAMENTO BÁSICO 11/16	89.000	0,96	62
BANCO BBM INVESTIMENTOS 11/21/09	8.000	0,99	6
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	100.000	0,95	70
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	66.000	0,89	43
EURO INVEST LIMITED 0 12/07/09	249.000	0,98	245
GP INVESTMENTS LTD 12/23/2049	387.000	0,80	228
MINERVA OVERSEAS LTD 02/01/2017	50.000	0,54	21
BANCO SAFRA SA (CAYMAN) 04/03/2017	500.000	0,70	112
BANCO VOTORANTIM NASSAU 04/10/2014	10.000	0,86	3
SADIA OVERSEAS LTD 05/24/2017	550.000	0,89	354
ODEBRECHT FINANCE LTD 10/18/2017	1.000	0,85	1
PETROBRAS INTL FIN CO 03/01/2018	134.000	0,92	90
USIMINAS COMMERCAIL LTD	200.000	0,89	133
BANCO FIBRA SA 04/22/2010	400.000	0,93	270

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
RENTIPAR FINANCEIRA - SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
INTL BK RECON & DEVELOP	145.000	0,99	49
BRASKEM FINANCE SA	220.000	0,71	113
EMPRESA MADEIRENSE DE TABACOS 05/10	9.554.000	1,00	9.578
CIA SEG ACORES SA 17/12/2017	150.000	0,95	143
CDCA POS-T	12864991	0,33	4.221
CDCA PRE-T	1879997	0,30	557
CPR FINANCEIRA	19620993	0,31	6.159
CPR-POS-T	10118018	0,34	3.399
DEBENTURES	16452	905,36	14.895
LFT	36192	1.148,96	41.583
TITULOS PUBLICOS FEDERAIS - LFT	5870	1.148,89	6.744
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - LFT	2126	1.149,11	2.443
DISCOVERY 5% 09/08	5000000	1,01	5.053
PREFF-PAN EURO R EST	12750	103,84	1.324
JP MORGAN EUROP PROP	18,9175	9.937,89	188
GREENWIC 5% 09/09	331	1.000,00	331
GENEVA 5% 05/09	735	1.000,00	735
MIAMI REAL 5% 06/10	2596	1.000,00	2.596
LETRAS DO TESOURO NACIONAL	818	1.143,03	935
LETRAS DO TESOURO NACIONAL	2900	1.168,97	3.390
LETRAS DO TESOURO NACIONAL	240	1.150,00	276
LETRAS DO TESOURO NACIONAL	265	1.147,17	304
CRED DIR CRED AGRONE	171	94.532,16	16.165
PTCL FLOAT	200000	0,99	197
			159.529

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Capital			
REN	25.000	2,76	69
BMF	10.000	1,90	19
PARMALAT FINANZIARIA SPA	30.000	0	0
CIPAN	27.451	0,5	14
B.EURO TESOURARIA	176.054	7,0	1.233
B.EURO ACCOES	119.007	1,7	198
B.GESTAO PATRIMONIAL	91.753	6,3	417
BANIF GESTAO ACTIVA	73.484	5,4	283
BANIF GESTÃO DINAMIC	54.562	3,5	139
COTAS AMAZONIA FIP	190.000	0,33	63
COTAS BANIF FIDC AGRO1	14	159.571,43	2.234
COTAS BANIF NITOR FI AÇOES	970.512	0,21	208
COTAS INSTITUCIONAL FIM	13.012.850	0,37	4.860
COTAS MAESTRO FIM	7.727.435	0,34	2.633
COTAS NITOR 30	10.503.423	0,44	4.596
NITOR FIM	4.774.875	0,65	3.100
LINDENCORP	794.018	12,28	9.751
LDI	949.500	6,60	6.264
PDI ON CLASSE A	9.860.400	0,31	3.040
JOÃO FORTES ON	4.130.424	0,77	3.184
MELLON	65.733	3,48	229
FIP CAIXA AMBIENTAL	1250	285,60	357
GOVERNANCA	1500	304,00	456
			43.347

No exercício foram reclassificados desta rubrica para "Investimentos detido até à maturidade" o montante de 4.178 milhares de euros conforme Nota 13.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Instrumentos de capital	195.010	113.620
Instrumentos de dívida	67.850	187.604
	262.860	301.224

A carteira de títulos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2008 tem a seguinte composição (Valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos, a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida			
OT JUL 3,95% 2009	963.680.000	1,01	38.254
EURO INVEST	9.000	1,00	9.032
O.T. Setembro/1998-2013	498.798.000	1,08	5.473
REP ANGOLA FLT 15NOV2012 (USD)	5.000.000	1,00	3.609
O.T. PGB 3.2% 04/15/11	3.000.000	1,01	3.086
CLARIS LTD/MILLESIME CDO	2.000.000	0,74	1.487
OT-MAIO 5,85% 2010	1.255.000	1,04	1.355
BAYER HIPO 05MAI2014	1.250.000	1,00	1.247
DEUTSCHE BANK AG LONDON	2.000.000	0,80	1.196
EURO INVEST S10 6 29DEZ11	1.089.000	1,00	1.089
CSA	950.000	0,95	901
EMT 2005/2010	382.000	1,00	383
EURO INVEST 12DEZ2049	371.000	1,00	371
EURO INVEST S11 5 29DEZ11	511.000	1,00	367
			67.850

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Capital			
BANIF IMOPREDIAL	13.192.642	7	93.975
FUNDO INV PART AMAZONIA ENERGIA	95.000.000	1	29.288
APLICAÇÃO URBANA XIV	11.856	1	11.856
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	82	61.130	5.013
BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA	1.524	10.000	4.698
PORTO NOVO F.I.I.F.	22.370	176	3.942
FINE ART INVEST	1	3.248.000	3.248
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND 2	300.000	10	2.930
HOZAR PORTUGAL, SA	269.058	8	2.074
ESPIRITO SANTO FINL	250.000	11	2.738
BANIF GESTÃO PATRIMONIAL	528.169	5	2.406
BANIF NITOR MULTI-STRATEGY A 09/08	3.000	1.039	2.239
BANIFUNDO EURO ACÇÕES	1.299.278	2	2.191
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	1.543.012	1	2.052
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII (CL B)	40.000	51	2.035
NEW ENERGY FUND-FEIF	39	50.251	1.960
BANIF NITOR MULTI-STRATEGY A 08/08	2.000	1.026	1.475
FUNDO NORFIN VISION ESCRITORIOS	192.063	7	1.256

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
BANIF PROPRETY	1.226	1	1.226
GED SUR FCR-CL B	229.900	5	1.150
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	3.000	276	829
PORTUVINIUS, SA	360.000	2	711
BANIF ASIA	155.070	4	546
BANIF AMERICA LATINA	153.712	3	516
CARADOR PLC	500.000	1	250
MOU-MIAMI TUNNEL PROJECT	1	235.000	169
TEIXEIRA DUARTE	259.737	1	156
INAPA - Inv. Part. Gestão	416.372	0	142
OTP BANK RT	5.000	2.875	54
PEDIDOS LIZ LDA	38	1	38
FUTEBOL CLUBE DO PORTO	23.000	1	32
RAIFFEISEN INT BK HL	1.000	19	19
EDP	2.350	3	6
WESTERN ASSET US MONEY FUND	1.428.937	1	5
BRISA	360	5	2
GED SUR FCR-CL A	100	5	1
SHOTGUN PICTURES	10.000	0	0
GALERIAS NAZONI	750	0	0
BANCO BPI	183.215	1,75	321
IMPRESA	565.000	0,84	475
EDP	50.000	2,70	135
BCP	7.767.132	0,82	6.330
MARTIFER	90	3,76	0
CIMPOR	155.000	3,48	539
EDP RENOVAVEIS	945.500	5,00	4.730
SLN	558.639	1,16	650
MOTA-ENGIL	160.000	2,35	376
JERÓNIMO MARTINS	52.448	3,97	208
COFINA	40.000	0,45	18
			195.010

Do montante de 48.168 milhares de euros de Obrigações do Tesouro, 41.557 milhares de euros correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores e o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Instrumentos de dívida	99.213	5.533
Instrumentos de capital	64.042	216.840
Imparidade	(3.779)	(3.836)
	159.476	218.537

A carteira de títulos disponíveis para venda tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2008:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade	Custo Aquisição
Instrumentos de dívida				
AQUEDUCT TRADING SERVICES CO	28.131.478	21.103	-	20.214
SPDH - SERV. PORTUGUESES HANDLING	120.800	9.524	-	9.524
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	7.500.000	7.485	-	7.481
OBRIGAÇÕES TESOURO CABO VERDE	6.154.976	6.047	-	6.047
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	5.900.000	5.906	-	5.936
TELE N L PARTICIPACOES	3.774.000	2.718	-	2.776
O.T. PGB 3.2% 04/15/11	2.100.000	2.161	-	2.082
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	2.000.000	2.010	-	2.007
FOMENTINVEST SGPS	1.538.462	1.789	-	1.788
BUONI POLIENNALI DEL TES 02/01/2013	1.500.000	1.589	-	1.541
BRASIL TELECOM S/A	2.100.000	1.560	-	1.574
BELGIUM KINGDOM 4 03/28/2022	1.500.000	1.556	-	1.406
BUONI POLIENNALI DEL TES 02/01/2017	1.500.000	1.517	-	1.452
BES FINANCE LTD 09	1.500.000	1.509	-	1.485
BES FINANCE LTD 04/27/2010	1.535.000	1.484	-	1.502
GOVT OF FRANCE 10/25/2038	1.400.000	1.471	-	1.258
DEUTSCHE TEL FIN 3 02/02/09	1.428.000	1.470	-	1.410
EDP FINANCE BV 06/14/10	1.500.000	1.439	-	1.476
BANCO INDUSTR E COMRCL	2.178.000	1.375	-	1.541
MONTE DEI PASCHI SIENA 10/26/2009	1.300.000	1.302	-	1.277
UNICREDITO ITALIANO SPA 09/22/2009	1.300.000	1.284	-	1.271
CAS DEPOSITI E PRESTITI 01/31/13	1.200.000	1.202	-	1.123
BANCO ESPIRITO SANTO 5 1/2 07/10	1.000.000	1.051	-	1.010
BELGIUM KINGDOM 09/28/2013	1.000.000	1.050	-	1.008
BANCO SABADELL SA	1.000.000	1.049	-	998
BANCO PINE SA	1.500.000	993	-	1.053
AUTOSTRADE SPA	1.000.000	939	-	960
HELLENIC REPUBLIC 09/20/2037	1.000.000	821	-	890
CIA BRAS BEBIDAS 12/11	1.000.000	787	-	825
FTA SANTANDER EMPRESAS 2 A2	1.000.000	784	-	837
BUONI POLIENNALI DEL TES 10/15/2012	750.000	773	-	754
HELLENIC REPUBLIC	800.000	740	-	748
CAIXA GERAL DEPÓSITOS FINANCE	1.150.000	731	-	932
BBVASM 2,75% 2010/06/07	700.000	721	-	684
BCP FINANCE BANK LTD 03/09	700.000	696	-	694
BANCO BMG SA	1.000.000	627	-	714
BANCO PANAMERICANO SA	1.000.000	624	-	717
IBERDROLA FINANZAS SAL	600.000	604	-	598
BANCO BMG S.A.	920.000	586	-	653
BANCO ESPIRITO SANTO 4 3/8 01/25/11	500.000	529	-	495
BANCO BPI SA	500.000	528	-	509
BNPPCB 4% 22/03/2010	500.000	520	-	497
REPUBLIC OF AUSTRIA 10/20/2013	500.000	519	-	498
BONDS Y OBLIG DEL ESTADO 01/31/37	500.000	519	-	443
HYPOBANK MUNHYP 2,75% 2010-05-04	500.000	510	-	493
HYPESS 2,50% 2010/05/07	500.000	503	-	489

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade	Custo Aquisição
INTESA SANPAOLO IRELAND 04/2010	500.000	499	-	494
CAIXA GERAL DEPO	500.000	497	-	500
UNICREDIT SPA	500.000	492	-	486
ALPHA CREDIT GROUP PLC	500.000	484	-	488
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	1.654.000	447	-	779
BTPS 02/01/37	500.000	433	-	425
BANCO BRADESCO SA 04/15/14	350.000	352	-	369
BANCO BPI SA CAYMAN 01/10	290.000	287	-	285
ISA CAPITAL DO BRASIL 01/30/2012	400.000	285	-	301
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	250.000	158	-	162
CAIXA GERAL FIN	209.000	142	-	176
VIGOR 02/23/2017	410.000	139	-	280
INDEPENDENCIA INTERNAT 01/31/2017	300.000	136	-	207
SUL AMERICA PARTICIPAÇÕES 02/15/12	220.000	102	-	95
GED SUR CAPITAL S.A., SGECR	30.000	30	-	30
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII, SA	5.062	25	-	25
		99.213	-	98.772

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade	Custo Aquisição
Instrumentos de capital				
FINIBANCO HOLDING SGPS, SA	11.119.874	26.132	-	35.889
ZON MADEIRA	97.147	14.086	-	1.535
ZON AÇORES	66.000	5.947	-	356
VIA LITORAL, SA	4.750	3.320	-	792
AÇORLINE	3.254	3.254	3.254	3.254
PITHECIA PARTICIPAÇÕES S/A	8.600.000	2.437	-	2.437
LEAK EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA.	7.000	2.286	-	2.286
HABIPREDE	1.250	1.250	-	1.250
LOYIDONTA PARTICIPAÇÕES S/A	4.287	1.212	-	1.212
JOÃO FORTES	868.676	691	-	691
FINANGEST	526	535	180	535
MILLENNIUM	41.900.000	517	-	990
UNICRE- CARTÃO INTERNACIONAL DE CRÉDITO, SA	28.628	497	-	497
SIBS-SOC. INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS	103.436	445	-	445
IMOVALOR	19.890	280	-	280
REAL SEGUROS	2.116	228	129	228
NOVA COMPANHIA GRANDE HOTEL	50.300	185	71	185
COMPANHIS DAS QUINTAS SGPS, S.A.	34.317	171	103	171
DIDIER & QUEIROZ, S.A.	50.000	150	2	150
SOGEO-SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES	24.529	122	-	122
SISP	108	108	-	108
VISA CLASS C	2.533	63	-	63
NORMA AÇORES-SOC. EST. APOIO DES. REG.	10.000	50	-	50
AMBELIS	400	20	20	20
TRANSINSULAR (AÇORES)-TRANSP.M.INSUL.	2.000	11	-	11
SWIFT SOC WOELDWIDE INTERBANK FINANCIAL TELECOMUNICATIONS,SC	13	10	-	10
BEIRA VOUGA ACÇÕES PREFERENCIAIS	21.500	10	10	10
BEIRA VOUGA	20.317	10	10	10
PRETÓRIA - VIAGENS E TURISMOS LDA	5.736	6	-	6
NYSE EURONEXT	201	4	-	4
CENTRO DE EMPRESAS E INOVAÇÃO DA MADEIRA, LDA	800	4	-	4
S.W.I.F.T.	1	1	-	1
VISA EUROPE	1	-	-	-
TEATRO MICAELENSE	83	-	-	-
SC BRAGA SAD	20	-	-	-
NORGARANTE	500	-	-	-
MACEDO & COELHO	188	-	-	-
LISGARANTE	500	-	-	-
GRAVAL	500	-	-	-
COLISEU MICAELENSE	83	-	-	-
BENFICA SAD	20	-	-	-
		64.042	3.779	53.582

No exercício foram reclassificados desta rubrica para "Investimentos detido até à maturidade" o montante de 71.219 milhares de euros conforme Nota 13 e para a rubrica "empréstimos concedidos e contas a receber" o montante de 30.350 milhares de euros conforme Nota 12.

Títulos no montante de 39.257 milhões de euros estão sendo utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 23.

O movimento da imparidade de activos financeiros disponíveis para venda, durante o exercício de 2008, é apresentado na Nota 41.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇOES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Mercado monetário interbancário	-	-
Operações de compra com acordo de revenda		
No país	-	-
No estrangeiro	-	9.394
Depósitos		
No país	13.318	31.464
No estrangeiro	96.576	13.542
Empréstimos		
No país	12.500	-
No estrangeiro	1.936	112.294
Aplicações a muito curto prazo		
No país		-
No estrangeiro	16.096	21.417
Outros	9.242	1.780
	149.668	189.891

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas de Crédito	31-12-2008	31-12-2007
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	1.791.105	1.393.711
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	460.229	393.288
Empréstimos	2.211.076	1.705.994
Descobertos	117.804	102.022
Factoring	173.287	142.360
Locação Financeira	452.346	406.749
Outros	307.341	209.553
Crédito a Particulares		
Habitação	2.854.648	2.371.526
Consumo	439.441	412.983
Outras finalidades		
Empréstimos	691.149	834.878
Contas Correntes	201.261	292.256
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	36.281	41.455
Descobertos	50.521	61.157
Outros	125.701	97.226
Outros créditos e valores a receber (titulados)	362.723	59.646
Crédito e juros vencidos	329.760	244.726
Rendimentos a receber	80.051	58.214
Despesas com rendimento diferido	9.967	6.118
Receitas com rendimento diferido	(20.455)	(17.693)
Imparidade em Crédito Concedido	(253.714)	(196.393)
Total	**10.420.522**	**8.619.775**

Em empréstimos a empresas, o montante de 35 milhões de euros está sendo utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 23.

A rubrica de crédito a clientes inclui o montante de 1.556.709 milhares de euros de créditos objecto de securitização (Nota 28).

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica com reflexos na liquidez e disponibilidade de preços correntes no mercado, o Grupo reclassificou com data de 30 de Setembro de 2008, tendo em conta as alterações da IAS 39 descritas na nota 2, na rubrica "Outros Créditos e Valores a receber" instrumentos financeiros retirando-os da categoria de "Activos Financeiros Disponíveis para Venda". Os títulos reclassificados nesta rubrica são os seguintes:

Título	Justo valor na data de reclassificação	Valor Contabilístico 31 -12-2008	Justo valor 31-12-2008
ALFA BANK	598	621	645
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	1.421	1.427	1.500
AMSTEL SECURITISATION 2006-1X D	1.189	1.214	1.528
ATHLON SECURITISATION BV	2.940	2.950	3.052
B-TRA	358	358	361
GAMA RECEIVABLES FUNDING PLC	4.965	4.969	4.836
GRANITE MORTGAGES PLC	979	980	1.082
GRANITE MORTGAGES PLC	739	739	855
HARBOURMASTER CLO	2.128	2.049	2.027
HARVEST CLO SA	1.425	1.433	1.116
LEEK FINANCE PLC	1.413	1.420	1.506
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	1.146	1.149	1.228
MARLIN (EMC-II) BV	514	516	540
MDM DPR FINANCE COMPANY S.A. 2011	1.417	1.429	1.496
MDM DPR FINANCE COMPANY S.A. 2012	232	240	251
PILLAR FUNDING PLC	1.278	1.348	1.441
PILLAR FUNDING PLC	1.649	1.763	1.953
RUSSIAN CONSUMER FINANCE NO.1 S.A.	1.947	1.979	2.008
SAGRES SOCIEDADE DE TITULARIZACAO	2.712	2.876	2.829
UBB DIVERSIFIED PAYMENT RIGTHS FIN	1.300	1.342	1.265
	30.350	30.802	31.519

Na data da reclassificação, estavam reconhecidas reservas de justo valor negativas de 837 milhares de euros. Deste valor, até 31 de Dezembro de 2008, foram transferidos 100 milhares de euros para resultados. Da aplicação do método do custo amortizado foram reconhecidos proveitos de 452 milhares de euros. Caso os títulos tivessem permanecido na categoria de activos financeiros disponíveis para venda, teriam sido levados 1.168 milhares de euros a reservas de justo valor, como reservas de justo valor positivo. A taxa de juro efectiva destes títulos situa-se entre 5,82% e 31,75% e os fluxos de caixa estimados não são inferiores ao valor nominal dos títulos.

O crédito relativo à locação financeira é o seguinte:

	Valor Balanço - Crédito Concedido	Valor actual dos pagamentos mínimos de locação a receber	Rendimento financeiro não recebido	Rendas contingentes reconhecidas em resultados	Valor residuais não garantidos que acrescam ao benefício do locador
OPERACÕES EM LOCACAO FINANCEIRA MOBILIARIA - ADIANTAMENTOS	**1.904**	-	-	-	-
Empresas e Administração públicas	1.904	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	1.904	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	-	-	-	-	-
Particulares	-	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	-	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	-	-	-	-	-
OPERACOES EM LOCACAO FINANCEIRA IMOBILIARIA - CONTRATOS CELEBRADOS	**176.879**	**261.539**	**84.660**	-	**9.930**
Empresas e administrações públicas	161.153	238.307	77.154	-	9.189
Inferior a 1 Ano	771	793	22	-	415
Entre 1 e 5 Anos	8.105	9.372	1.267	-	545
Superior a 5 Anos	152.278	228.143	75.865	-	8.229
Particulares	15.726	23.232	7.505	-	741
Inferior a 1 Ano	138	139	1	-	7
Entre 1 e 5 Anos	1.003	1.161	159	-	55
Superior a 5 Anos	14.585	21.931	7.345	-	679
OPERACÕES EM LOCACÃO FINANCEIRA IMOBILIARIA - ADIANTAMENTOS	**316.821**	**358.853**	**42.032**	-	**26.223**
Particulares	41.118	47.235	6.117	-	4.050
Inferior a 1 Ano	2.185	2.239	54	-	456
Entre 1 e 5 Anos	30.847	34.900	4.053	-	2.603
Superior a 5 Anos	8.086	10.096	2.010	-	991
Outros Activos em Locação Financeira	275.704	311.618	35.915	-	22.173
Inferior a 1 Ano	12.015	12.346	331	-	2.382
Entre 1 e 5 Anos	230.990	258.685	27.695	-	17.922
Superior a 5 Anos	32.699	40.587	7.889	-	1 870
OPERACOES EM LOCACAO FINANCEIRA MOBILIARIA - CONTRATOS CELEBRADOS	**5 322**	-	-	-	-
Particulares	3.036	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	74	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	2.962	-	-	-	-
Outros Activos em Locação Financeira	2 286	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	516	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	1 770	-	-	-	-
	500.927	**620.392**	**126.691**	-	**38.153**

13. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Instrumentos de dívida	84.003	-
	84.003	-

A carteira de títulos de investimentos detidos até à maturidade tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2008:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de dívida		
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL	4.500.000	4.405
KOREA DEVELOPMENT BANK	6.000.000	6.024
BRISA FINANCE BV 09/13	2.500.000	2.366
GE CAPITAL EURO FUNDING	4.200.000	4.212
LANSFORSAKRINGAR BANK	4.000.000	3.997
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.426
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.363
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	3.000.000	2.963
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.818
COCA-COLA HBC FIN PLC	6.000.000	6.001
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.276
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.399
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.417
SAG DO BRASIL SA 10/06/09	1.800.000	1.319
MOSCOW NARODNY FINANCE 10/09/09	2.000.000	1.419
CAJA GENERAL GRANADA 03/08/2012	3.000.000	2.961
BANCO BMG S.A.	1.000.000	715
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5.000.000	4.947
BES FINANCE LTD	5.000.000	4.945
BANCO INDUSTR E COMRCL	3.000.000	2.129
BANCO ESPIRITO SANTO	2.000.000	2.011
CAIXA GERAL DEPO	8.000.000	8.048
BANCO PANAMERICANO SA	1.000.000	704
BANCO BMG SA	1.000.000	651
BANCO FIBRA SA 06/06/2011	800.000	535
BANCO PINE SA	1.500.000	1.055
BANCO DAYCOVAL SA	1.310.000	904
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	5.000.000	4.993
		84.003

Títulos no montante de 52.236 milhões de euros estão sendo utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 23.

Na sequência da crise vivida nos mercados, nas condições actuais de volatilidade dos preços, o grupo optou por reclassificar o título GE Capital Euro Funding da carteira de detidos para negociação para a carteira de detidos até à maturidade. Esta reclassificação reconhece a existência de circunstâncias raras nos mercados provocadas pela falência da Lehman Brothers e intervenção de diversos Governos em diversas instituições financeiras e seguradoras. Em consequência destas situações, que não se prevê venham a ocorrer no futuro, o Grupo optou por reduzir o volume de títulos na carteira de negociação.

O referido título tinha, na data da reclassificação, o valor de 4.178 milhares de euros (Nota 9). Em 31 de Dezembro de 2008, o valor contabilístico do título era de 4.212 milhares de euros e o justo valor de 3.839 milhares de euros. Antes da reclassificação foram reconhecidos em resultados, proveitos de justo valor de 4 milhares de euros (menos 7 milhares de euros em 2007). Pela aplicação do método do custo amortizado foram reconhecidos 2 milhares de euros de proveitos até 31 de Dezembro de 2008. Caso o título tivesse permanecido na carteira de negociação, teriam sido reconhecidos 339 milhares de euros de custos em resultados de justo

valor. Os fluxos de caixa futuros estimados para este título são de 4.764 milhares de euros até à maturidade, dos quais resulta uma taxa efectiva de 5.19%.

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica, o Grupo mudou a intenção sobre a detenção de alguns títulos detidos na categoria de disponíveis para venda, tendo agora a intenção e capacidade de os deter até ao seu vencimento. Nesse sentido, os títulos na tabela anexa foram reclassificados para a categoria de detidos até à maturidade:

Título	Justo valor na reclassificação	Valor Contabilístico 31 -12-2008	Justo valor 31-12-2008
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	2.953	2.959	2.958
BANCO ESPIRITO SANTO	1.998	1.998	1.997
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	4.895	4.906	4.906
BES FINANCE LTD	4.882	4.893	4.894
BRISA FINANCE BV 09/13	2.326	2.334	2.323
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL	4.391	4.405	4.408
CAIXA GERAL DEPO	8.007	8.006	7.918
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	4.990	4.992	4.991
CAJA GENERAL GRANADA 03/08/2012	2.950	2.953	2.952
CITIGROUP INC 06/14/12	2.413	2.422	2.372
COCA-COLA HBC FIN PLC	5.994	5.997	5.996
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	5.207	5.217	5.051
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.369	2.376	2.371
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.407	1.410	1.256
KOREA DEVELOPMENT BANK	5.974	5.979	5.975
LANSFORSAKRINGAR BANK	3.993	3.994	3.993
MORGAN STANLEY & CO INTL	2.796	2.808	2.567
MOSCOW NARODNY FINANCE 10/09/09	1.399	1.409	1.411
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.275	2.291	2.444
	71.219	71.349	70.783

14. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Os activos com Acordo de Recompra, cujo valor ascende a 91.283 milhares de euros (em 2007 o valor ascendia a 31.131 milhares de euros), correspondem a títulos adquiridos, sobre os quais existe o acordo de os revender por um preço pré-estabelecido, que estão registados no Banco Banif Brasil, Banif - Banco de Investimento e Banif - Banco de Investimento (Brasil). O valor registado corresponde ao valor de compra acrescido do juro implícito no preço de revenda que está a ser reconhecido de acordo com o princípio da especialização. O Grupo não reconhece os títulos na sua carteira, uma vez que não assume os riscos ou benefícios da detenção dos mesmos.

15. DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados, em que o Grupo é contraparte, estão na sua totalidade classificados como detidos para negociação, com as variações do justo valor reconhecidas por contrapartida de resultados, correspondentes aos seguintes tipos de instrumentos:

Descrição	Valores Nocionais	31-12-2008		31-12-2007	
		Justo Valor		Justo Valor	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbios					
Compras	657.715	20.319	11.738	17.051	14.755
Vendas	650.527				
Contratos sobre taxas de juro	3.360.167	5.926	6.667	12.889	16.219
Contratos sobre acções / índices	40.500	871	3.151	2.508	716
Contratos sobre crédito	65.000	14.021	6.903	2.651	3.024
Futuros e outras operações a prazo	93.712	30.711	9.711	1.296	5.121
Total		**71.848**	**38.170**	**36.395**	**39.835**

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço em rubricas separadas do Activo e do Passivo. O justo valor positivo é reconhecido em "Activos financeiros detidos para negociação" (Nota 8) e o justo valor negativo em "Passivos financeiros detidos para negociação" (Nota 24).

16. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2007	Movimento do exercício					Saldo em 31-12-2008	Imparidade
		Aquisições	Alienações	Tranferência para outros activos	Perdas de imparidade reconhecidas	Perdas de imparidade revertidas		
Imóveis e equipamento	65.503	49.698	(19.188)	(88.777)	(894)	693	7.035	1.538
Equipamento	1.940	-	-	(364)	-	-	1.576	-
Outros activos tangíveis	961	11	-	(951)	-	-	21	-
Total	68.404	49.709	(19.188)	(90.092)	(894)	693	8.632	1.538

No período em referência, as aquisições correspondem ao montante recuperado por meio de execução ou arrematação de garantias colaterais associadas a crédito concedido, correspondendo essencialmente a imóveis.

As "transferências para outros activos" correspondem a reclassificações de activos detidos há mais de 1 ano, para os quais o Grupo não recebeu ofertas razoáveis, devido à deterioração das condições de mercado. Estas reclassificações forma efectuadas pelas quantias pelos quais estes activos se encontravam escriturados, não existindo impactos no resultado do exercício ou de exercícios anteriores (Nota 22).

17. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

		Movimentos do exercício						
					Transferências			
Categoria de activo	Saldo em 31-12-2007	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reavaliações	Alienações	Imóveis de serviço próprio	Activos detidos p/ venda	Diferenças de câmbio	Saldo em 31-12-2008
Em locação operacional (locador)								
Edifícios	9.042	102.698	-	(3.751)	-	-	-	107.990
	9.042	102.698	-	(3.751)	-	-	-	107.990

Os imóveis temporariamente não arrendados elevam-se a 11.471 milhares de euros.

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

18. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido na Nota 3.12, os imóveis de serviço próprio são registados pelo justo valor, actualizado de 3 em 3 anos. A última reavaliação foi efectuada com referência a 31/12/2006.

18.1 – Movimento ocorrido no período

			Aumentos							
Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2007	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Reavaliações (líquido)	Transf.	Amortizações do exercício	Abates	Outros movimentos	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 31-12-2008
Imóveis	89.127	-	64.049	-	5.367	6.223	3.341	(1.634)	(1.370)	145.995
Equipamento	23.280	-	9.485	-	2.272	7.888	2.355	2	32	24.828
Activos em locação operacional	43.446	-	37.574	-	2.199	8.599	8.012	-	-	66.608
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos tangíveis em curso	28.185	6.514	6.010	-	(17.256)	-	214	-	(1.344)	21.893
Outros activos tangíveis	1.370	-	2.412	-	-	394	158	(14)	-	3.218
Total	185.408	6.514	119.530	-	(7.403)	23.104	14.080	(1.646)	(2.682)	262.540

18.2 – Activos fixos tangíveis em regime de locação operacional

Maturidade Residual	Valor Bruto	Pagamentos futuros em locação operacional não cancelável	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Inferior a 1 Ano	1.544	14	-
Entre 1 e 5 Anos	55.458	20.226	-
Superior a 5 Anos	-	-	-
Total	57.002	20.240	-

19. GOODWILL E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2007	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aumentos		Transf.	Amortizações do exercício	Reg.	Saldo líquido em 31-12-2008
			Aquisições	Reavaliações (líquido)				
Goodwill	4.039	-	137	-	-	-	(1.446)	2.730
Activos intangíveis em curso	11.676	-	3.660	-	(3.356)	-	-	11.980
Sistemas de tratamento automátic	10.722	-	6.463	-	3.356	8.134	-	12.407
Outros activos intangíveis	294	-	148	-	-	48	-	394
Total	26.731	0	10.408	-	-	8.182	(1.446)	27.511

Relativamente ao goodwill, em 31 de Dezembro de 2008:

- Para a sociedade Investaçor, SGPS, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 2.218 milhares de euros), e foi efectuado em 2008 uma actualização do mesmo, concluindo-se não existir razões para registo de imparidade. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows, tendo por base a análise prospectiva da actividade futura da Empresa e dos seus negócios consubstanciada em projecções económicas e financeiras a médio e longo prazo (6 anos) e à determinação dos respectivos fluxos financeiros previsionais. Na avaliação foi utilizada uma taxa de capitalização de 7,69%.

- Para a sociedade Banif Nitor Asset Management, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 949 milhares de euros), e foi efectuado em 2008 uma actualização do mesmo, concluindo-se não existir razões para registo de imparidade. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows. Na avaliação foi utilizada os seguintes parâmetros: Taxa desconto real anual: 12,91%, Inflação projectada: 5,23% e taxa de desconto nominal anual: 18,81%

- Para a sociedade Banco Caboverdiano de Negócios, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 872 milhares de euros, 274 milhares de euros referentes à aquisição em 2008 de 5,7%), e foi efectuado em 2008 uma actualização do mesmo, concluindo-se não existir razões para registo de imparidade. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows. Na avaliação foi utilizada os seguintes parâmetros: Euro Risk free Rate (Rf) 3,30%, Mature Market Risk Premium (Rm - Rf) 5,00%, Country Rating B1, Default spread 6,50%, Relative Volatility Equity vs Fixed Income Markets 1,5, Adjusted Risk Premium 14,75%, Implied KE 17,32%, Perpetual growth rate 3,00%.

O mapa referente ao goodwill e outros activos intangíveis apresentam um valor de 1.446 milhares de euros negativo referente a regularizações ao goodwill, porque o saldo de 2007 estava incorrecto. O valor apresentado em 2007 correspondia ao saldo do Banif – Grupo financeiro.

No exercício de 2008 não foram registas perdas por imparidade em activos intangíveis.

20. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica de Investimentos em Associadas apresenta a seguinte composição:

				31-12-2008						
Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido	Imparidade goodwill
FINPRO, SGPS, SA	Av. Barbosa du Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Holding	Rentipar Financeira, SGPS, SA	31,91%	68 423	2 546	214 424	11 869	3.787	1.614
Companhia de Seguros Açoreana, SA	Largo da Matriz 45-52 1500 Ponta Delgada	Seguradora	Banif - SGPS, SA Banco Comercial dos Açores S. A.	30,61%	11.833	-	39.658	3 122	956	-
Banco Pueyo	Virgen de Guadalupe , 2 Villanues de la Serena, Badajoz	Banca	Banif - SGPS, SA	21,39%	15.647	18.231	73 155	9 701	1 968	-
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11 Barcelona	Banca	Banif - SGPS, SA	17,65%	11 788	9 729	66 774	(4.750)	(838)	-
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 9 Villanueva de la Serena	Imobiliário	Banif - SGPS, SA	21,39%	1 640	-	7.666	169	38	-
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos - SGPS, SA	16,05%	-	-	(674)	(91)	(15)	-
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Investimentos	Banif - Banco de Investimento, SA	12,84%	59	-	450	-	-	-
					109.390	30.506	400 463	19.520	5.894	1 614

Para goodwill registado nas participações da Banca Pueyo e Bankpime foram realizados teste de imparidade, com recurso à metodologia dos *"Discouted Free Cash Flows to Equity"*. Na sequência desta análise não foi registado imparidade no goodwill.

Pressupostos do teste de imparidade ao Bankpime: CoE = 11.0%, Tx. Crescimento Anual do Terminal Value = 2.0%.

Pressupostos do teste de imparidade à Banca Pueyo: CoE = 9.1%, Tx. Crescimento Anual do Valor Terminal = 2.0%.

Pressupostos do teste de imparidade à FINPRO, SGPS, SA: Taxa de Actualização de 9,2% para a Prado Karton, SA e Taxa de Actualização de 10,3% para a Prado – Cartolinas da Lousã, SA.

				31-12-2007						
Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido	Imparidade goodwill
FINPRO, SGPS, SA	Av. Barbosa du Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Holding	Rentipar Financeira, SGPS, SA	31,91%	80.391	2.546	251.941	(1.306)	(417)	1.614
Companhia de Seguros Açoreana, SA	Largo da Matriz 45-52 1500 Ponta Delgada	Seguradora	Banif - SGPS, SA Banco Comercial dos Açores S. A.	28,80%	11.722	-	40.703	18.093	4.680	-
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe , 2 Villanuevi de la Serena, Badajoz	Banca	Banif - SGPS, SA	20,12%	14.519	17.151	72 156	9 163	1 844	-
Bankpime	Travessera de Gràcia nº 11 Barcelona	Banca	Banif - SGPS, SA	16,81%	12.092	9.153	72.809	4 670	340	-
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 9 Villanueva de la Serena	Imobiliário	Banif - SGPS, SA	20,13%	1 558	-	7.738	160	-	-
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos - SGPS, SA	15,09%	-	-	(563)	333	50	-
					120.282	28.850	444 764	31.113	6.497	1.614

As Sociedades registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial reportam os seus dados de acordo com as políticas contabilísticas do Grupo Rentipar (Nota 3), não existindo problemas na harmonização das políticas contabilísticas.

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

21.1 Impostos corrente

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Banif	11.529	467
Banco Banif Brasil	6.487	7.721
Banif Go	606	399
Banif Banco de Investimento	3	326
Banco Banif e Comercial dos Açores SA	1.513	-
Econofinance SA	3	4
Banif Gestão de Activos	989	1.124
Banif Capital	2	28
Centro Venture	1	-
Banif Banco de Investimento (Brasil) SA	2.030	1.793
Gamma	8	16
Banif Forfaiting Inc	72	108
Banif Corretora Valores Cambios	3.593	16.626
Banif Nitor Asset Management	80	34
Nitor Administracao Recursos	-	5
Banif Açor Pensões	47	85
Banif Investimentos - SGPS SA	74	45
Banif (Açores) SGPS SA	22	37
BanifServ	1	1
Banif Imobiliária	458	-
Banif Comercial - SGPS SA	16	17
Banif - SGPS SA	3.093	4.016
Soc Imobiliária Piedade	5	5
Banif Rent SA	53	34
Investaçor SGPS SA	6	6
Numberone SGPS	5	3
Investaçor Hoteis SA	24	16
Açortur	44	42
Turotel	29	22
Hotel do Pico	8	2
Renticapital	34	69
Rentipar Financeira	748	-
Vestiban	252	203
	31.835	33.254

21.2 Impostos diferidos – movimento no período

DESCRIÇÃO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO			FINAL DO EXERCÍCIO
	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	CAPITAIS PRÓPRIOS	ENCARGOS	RENDIMENTOS	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente	**1.091**	-	**(142)**	**8.045**	**8.994**
Outros riscos e encargos	101	-	0	0	101
Imparidade de crédito concedido	990	-	(142)	8.045	8.893
Outros	-	-		-	-
Diferimento de tributação de mais valias	**(3)**	-	-	-	**(3)**
Alienação de imobilizado	(3)	-		-	(3)
Prejuizos fiscais reportaveis	**7.210**	-	**(30)**	**13.626**	**20.806**
Prejuizos fiscais reportaveis	7.210	-	(30)	13.626	20.806
Valorizações não aceites para efeitos fiscais	**(59.501)**	**54.527**	**43**	**1.157**	**(3.774)**
Propriedades de investimento	(1.317)	-	0	953	(364)
Imóveis de serviço próprio	360	0	(559)	0	(199)
Derivados	(169)	-	0	65	(104)
Activos disponíveis para venda	(57.470)	54.527	-	-	(2.943)
Activos ao justo valor através de resultados	(897)	-	2.208	139	1.450
Outros	(8)	-	(1.606)	-	(1.614)
Outros	**10.736**	-	**(5.918)**	**(618)**	**4.200**
Benefícios dos empregados	4.076	-	458	(751)	3.783
Comissões	1.013	-	(256)	15	772
Activos Intangíveis	226	-	(25)	118	319
Outros	5.421	-	(6.095)	0	(674)
TOTAL	(40.467)	54.527	(6.047)	22.210	30.223

O Banif – Banco de Investimento (Brasil) tem contabilizado imposto diferido activo, no montante de 10.115 milhares de euros, oriundos de prejuízo fiscal, cuja realização depende da apuração de lucros tributáveis futuros. È da convicção da Sociedade que estes valores serão recuperados.

21.3 Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva

	Taxa	Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses minoritários		66.154
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	17.531
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-3,92%	-2.595
Benefícios fiscais	-1,93%	-1.278
Outras diferenças definitivas:		
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	-1,31%	-870
Outros custos não aceites	-0,27%	-182
Fundo Pensões	-2,46%	-1.625
Outros	0,66%	437
	17,26%	11.418

Perdas fiscais não usadas relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço:

- Banif Investimentos 1.716 milhares de euros (reporte prejuízos fiscais 2003-2008)
- Banif Comercial 726 milhares de euros (reporte prejuízos fiscais 2004 e 2008)

22. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Ouro	22	14
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	514	552
Outras disponibilidades sobre residentes	1	4
	537	570
Bonificações a receber	8.053	9.341
	8.053	9.341
Suprimentos	22.470	17.508
Devedores diversos	55.300	41.929
Sector público administrativo	12.378	8.024
Outros rendimentos a receber	11.035	4.115
Fundo de pensões (Nota 45.1, 4)) e (Nota 45.2 c))	11.755	9.795
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	7.150	50.736
Seguros	1.958	1.230
Posição cambial	28.779	29.616
Aplicações - conta caução	1.362	2.442
Devedores por operações sobre futuros e opções	723	7.540
Imóveis	88.776	-
Outros activos	242.310	136.923
	483.996	309.858
Perdas de imparidade	(11.343)	(3.395)
	481.243	316.374

Em "Imóveis" o montante de 88.776 milhares de euros respeitam a imóveis reclassificados da rubrica "Activos não correntes detidos para venda", conforme Nota 3.2 e Nota 16.

23. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Recursos de Bancos Centrais	961.334	-
Juros de recursos de Bancos Centrais	4.509	-
	965.843	-

Os "Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis, conforme indicado na Nota 28 relativo a títulos emitidos no âmbito de operações de securitização, Nota 12 relativo a Crédito a clientes e Notas 10 e 13 relativas a títulos.

24. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo (nota 15)	38.170	39.835
Posições a descoberto	3.764	4.912
	41.934	44.747

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

25. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados respeitam a instrumentos de dívida emitida pelo Grupo, com um ou mais derivados implícitos que de acordo com a emenda ao texto da IAS 39 – "Fair Value Option", foram designados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2008	31-12-2007
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	22.629	63.432
Banco Banif e Comercial dos Açores, SA	5.070	4.955
Euro Invest Série 5	-	60.012
Euro Invest Série 6	28.097	29.115
Euro Invest Série 7	20.956	22.100
Euro Invest Série 8	25.910	32.618
Euro Invest Série 9	35.219	46.828
Trade Invest Série 12	28.002	27.926
Trade Invest Série 13	6.925	17.342
Trade Invest Série 14	78.988	61.521
Banif - SGPS, SA	-	69.990
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	36.503	33.216
Banif - Banco Investimento (Brasil)	41.266	34.418
Banif Cayman	38.701	-
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(101.070)	(136.057)
	267.196	367.416

As emissões do Grupo tem a seguinte composição:

Emissão	Emissão	Detidas pelo Grupo	Total
BANIF EURO MULTI-ACTIVOS 2005/2010	4.819	-	4.819
BANIF EUROSTOXX 50 2005/2010	5.889	(2.410)	3.478
BANIF SFE 2006 2009	8.168	(6.336)	1.832
BANIF SFE DÓLAR MULTI-ACTIVOS 2005-2010	3.753	(2.414)	1.339
BBCA 2006 - 2011	5.070	(205)	4.865
Euro Invest Série 6	28.097	(376)	27.721
Euro Invest Série 7	20.956	(1.076)	19.880
Euro Invest Série 8	25.910	(8.311)	17.599
Euro Invest Série 9	35.219	(641)	34.578
Trade Invest Série 12	28.002	(7.023)	20.979
Trade Invest Série 13	6.925	-	6.925
Trade Invest Série 14	78.988	(6.474)	72.514
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) 2006 - 2009	19.258	(19.258)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) 2006 - 2009	11.497	(11.497)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) 2004 - 2009	5.748	-	5.748
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2007 - 2009	22.810	(22.810)	-
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2007 - 2009	12.133	(12.133)	-
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2008 - 2009	6.323	-	6.323
Banif Cayman 2008 - 2010 USD	7.264	(73)	7.191
Banif Cayman 2008 - 2010 EUR	2.148	(33)	2.115
Banif Cayman zero coupon 2008 - 2018	29.289	-	29.289
	368.266	(101.070)	267.196

As emissões de títulos de dívida pelo Grupo apresentam as seguintes características:

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

Emissões reembolsadas no exercício findo em 31-12-2008:

- Reembolso de obrigações de Caixa Banif SFE Rendimento dinâmico 2004-2008 no montante de 18 milhões de Dólares americanos.

- Reembolso antecipado de obrigações de Caixa Banif SFE Step Up 2005 – 2010 no montante de 15 milhões de Dólares americanos.

- Reembolso obrigações de Caixa Banif SFE Dólar – Multi Activos 2005 –2008 no montante de 10 milhões de Dólares americanos.

Emissões realizadas em exercícios anteriores:

- Em 28 de Fevereiro de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. emitiu Obrigações de Caixa no montante de 10 milhões de Euros por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 28 de Fevereiro de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado a totalidade da emissão, pelo seu valor nominal ("call option"), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 2º cupão (28 de Fevereiro de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A taxa de juro nominal bruta encontra-se sujeita à evolução de um cabaz subjacente, o qual integra três índices de acções

(S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index e Nikkei 225 Index), um índice de commodity (Contrato Genérico de Futuro sobre o preço do petróleo) e um índice de obrigações (Citigroup World Government Bond índex), com um valor mínimo de 1%. O Banif, SA readquiriu em 2008 o montante de 4,5 milhões de euros.

- Em 28 de Fevereiro de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. – SFE emitiu Obrigações de Caixa no montante de 5 milhões de Dólares por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 28 de Fevereiro de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado a totalidade da emissão, pelo seu valor nominal ("call option"), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 2º cupão (28 de Fevereiro de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A taxa de juro nominal bruta encontra-se sujeita à evolução de um cabaz subjacente, o qual integra três índices de acções (S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index e Nikkei 225 Index), um índice de commodity (Contrato Genérico de Futuro sobre o preço do petróleo) e um índice de obrigações (Citigroup World Government Bond índex), com um valor mínimo de 1%.

- Em 01 de Julho de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. emitiu Obrigações de Caixa no montante de 10 milhões de Euros por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 01 de Julho de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado da totalidade da emissão, pelo seu valor nominal ("call option"), em qualquer data a partir do 2º aniversário da data de subscrição (23 de Maio de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A remuneração é composta por uma percentagem fixa de 1% ao ano acrescida de uma percentagem variável associada ao Índice DJ Eurostoxx 50. O Banif, SA readquiriu em 2008 o montante de 4,1 milhões de euros

- Em 30 de Março de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., SFE, emitiu Obrigações de Caixa no montante de 7.500 mil euros por prazo de três anos. Os juros serão pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição em 30 de Março de cada ano. A taxa de juro nominal bruta é de 1% p.a.. Na data de maturidade, o investidor terá direito a receber 50% da performance da melhor de 3 estratégicas de investimento (três índices).

Banco Banif e Comercial dos Açores

- Em 31 de Março de 2006, o BBCA emitiu Obrigações de Caixa no montante de 5.000.000 Euros, representado por 5.000 títulos de 1.000 Euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 31 de Março e 30 de Setembro e são calculados durante o 1º ano a uma taxa fixa de 3,25% e nos restantes 4 anos, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 1,00%. O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 31 de Março de 2011, podendo ser reembolsado antecipadamente por opção da Sociedade, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a partir de 31 de Março de 2008 (inclusive).

Veículos de emissão de dívida: Trade Invest, Ltd. e Euro Invest, Ltd.

Dentro da sua estratégia global de captação de *funding*, o Banif – Grupo Financeiro tem recorrido à emissão de títulos de dívida com remuneração e reembolso indexados a um ou mais instrumentos financeiros (produtos estruturados), através de sociedades veículo com sede nas Ilhas Caimão designadas Trade Invest, Ltd. e Euro Invest, Ltd., que possuem um programa de emissão de dívida nos mercados internacionais (EMTN).

As emissões de dívida efectuadas por estes veículos são tituladas através de "Notes".

Nas diferentes emissões efectuadas por estas entidades existe uma compartimentação estanque entre activos e passivos relacionados que não contemplam benefícios residuais associados, pelo que são igualmente utilizadas para a estruturação e colocação de operações para Clientes.

Neste contexto procedeu-se à consolidação integral das emissões destes veículos associadas a *funding* do Grupo dado que, apenas nesses casos, se verifica a efectiva retenção dos benefícios da actividade.

Classificadas como passivos ao justo valor nas contas do Grupo em 31-12-2008 existiam as seguintes emissões de "Notes", cujos riscos subjacentes foram assumidos pelos respectivos detentores:

Emissão	*Valor Nominal*	*Cupão **	*Data de Emissão*	*Data de Vencimento*	*Risco Subjacente*
Euro Invest Série 6	EUR 25.000.000	Variável	26/05/2006	26/05/2009	Risco de Crédito de *Corporates*, Bancos e Soberano (Brasil)
Euro Invest Série 7	EUR 20.000.000	Variável	07/12/2006	07/12/2009	Risco de Crédito de Bancos (Brasil)
Euro Invest Série 8	EUR 35.000.000	5%	13/04/2007	13/04/2012	Risco de Crédito de *Corporates* (Ibérico)
Euro Invest Série 9	EUR 50.000.000	6%	22/10/2007	22/10/2012	Risco de Crédito de *Corporates*
Trade Invest Série 12	EUR 7.500.000 USD 19.000.000	EUR-3,8% USD– 6%	16/02/2006	16/02/2009	Risco de Crédito de Bancos (Brasil)
Trade Invest Série 13	USD 16.505.000 USD 9.415.000	USD-3,25% USD –3,7%	25/08/2006 25/08/2006	25/10/2008 08/06/2009	Risco de Crédito de *Corporates*, Bancos e Soberano
Trade Invest Série 14	EUR 60.000.000	Variável	30/07/2007	30/07/2010	Risco de crédito de *Corporates* (EU e EUA)

** - pagamento sujeito a condições*

Emissões reembolsadas no exercício findo em 31-12-2008:

- Reembolsado do Euro Invest Série 5, no montante de 50.000 milhares de euros.

Banif SGPS

Emissões reembolsadas no exercício findo em 31-12-2008:

- Reembolso de obrigações Banif – SGPS, SA 2003-2008 no montante de 70 milhões de euros.

Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil)

- Em 7 de Dezembro de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), emitiu obrigações no montante de 26,65 milhões dólares, com data de reembolso em 7 de Dezembro de 2009. A taxa do cupão em vigor é 7%.

- Em 26 de Maio de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), emitiu obrigações no montante de 16 milhões dólares, com data de reembolso em 26 de Maio de 2009. A taxa do cupão em vigor é 6,6%.

- Em 17 de Dezembro de 2004, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA emitiu dívida subordinada no montante de 8 milhões de dólares, com prazo de 10 anos e juros de 7% a.a. nos primeiros 5 anos e USD Libor acrescido de 4,5% nos últimos 5 anos. O pagamento dos juros é anual, a partir da data de emissão, em 17 de Dezembro de cada ano.

Banif – Banco de Investimento (Brasil)

- Em 16 de Fevereiro de 2007, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A., emitiu obrigações no montante de 30,102 milhões dólares, com data de reembolso em 19 de Fevereiro de 2009. A taxa do cupão em vigor é 6,0625%.

- Em 26 de Maio de 2007, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A., emitiu obrigações no montante de 16 milhões dólares, com data de reembolso em 26 de Maio de 2009. A taxa do cupão em vigor é 6,6%.

- Em 17 de Dezembro de 2008, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A., emitiu obrigações no montante de 8,8 milhões dólares, com data de reembolso em 17 de Junho de 2009. A taxa do cupão em vigor é 1,75%.

Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman)

- Em 2 de Maio de 2008, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman) emitiu Zero Coupon Notes, pelo prazo de 10 anos, no montante de 56.263 milhares de dólares.

- Em 28 de Abril de 2008, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman) emitiu o montante de 2.000 milhares de euros, com prazo de 2,5 anos. A remuneração está indexada à performance de um cabaz de cinco acções do sector financeiro.

- Em 28 de Março de 2008, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman) emitiu o montante de 10.000 milhares de dólares, com prazo de 2 anos. A remuneração está indexada ao risco de crédito de um conjunto de entidades brasileiras com participação de grupos empresariais portugueses. A taxa de juro fixa de 4,50% p.a.

26. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
De Instituições de crédito do país		
Depósitos	290.913	249.762
Empréstimos	260.180	158.321
Outros	1.640	57.731
	552.733	465.814
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	328.489	30.151
Empréstimos	939.456	1.114.839
Operações de venda com acordo de recompra	146.969	93.457
Outros	97.700	56.552
	1.512.614	1.294.999
Juros	15.662	16.210
	2.081.009	1.777.023

27. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Depositos		
À Vista	1.398.636	1.582.665
A prazo	4.479.332	3.293.400
Poupança	181.801	200.496
Outros	334.884	113.919
	6.394.653	5.190.480
Outros débitos		
Empréstimos	25.240	11.401
Outros	64.167	35.837
	89.407	47.238
	6.484.060	5.237.718

28. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2008	31-12-2007
Rentipar Financeira, SGPS	188.746	89.964
Banif Finance	812.008	1.025.000
Atlantes Mortgage N.º3	600.000	-
Atlantes Mortgage N.º2	353.667	-
Azor Mortgage N.º2	289.478	-
Atlantes Mortgage N.º1	233.198	281.334
Azor Mortgage N.º1	100.095	135.338
Banif - SGPS	50.000	-
Banif Go	42.800	40.000
Banif Cayman	32.355	-
Beta Securitizadora	3.242	3.901
SPE Panorama	1.956	2.696
Atlantes n.º2	-	20.554
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(1.326.213)	(73.199)
Sub - Total	1.381.332	1.525.588
Certificados de depósito	173.754	257.962
Encargos Financeiros	10.556	10.330
	1.565.642	1.793.880

As emissões do Grupo tem a seguinte composição:

Emissão	Emissão	Detidas pelo Grupo	Total
Rentipar Financeira, SGPS 2008-2012	100.000	(10.469)	89.531
Rentipar Financeira, SGPS 2006-2011	26.246	-	26.246
Rentipar Financeira, SGPS Papel Comercial	62.500	-	62.500
Banif Finance 2004 - 2009	225.000	(23.205)	201.795
Banif Finance 2006 - 2010	300.000	(27.833)	272.167
Banif Finance 2007 - 2012	287.008	-	287.008
Atlantes Mortgage N.º3	600.000	(600.000)	-
Atlantes Mortgage N.º2	353.667	(353.667)	-
Azor Mortgage N.º2	289.478	(289.478)	-
Atlantes Mortgage N.º1	233.198	-	233.198
Azor Mortgage N.º1	100.095	(1.561)	98.534
Banif - SGPS, SA 2008 - 2011	50.000	-	50.000
Banif Go 2005	20.000	(20.000)	-
Banif Go 2006	22.800	-	22.800
Banif Cayman Zero Coupon 2008 - 2011	20.000	-	20.000
Banif Cayman Zero Coupon 2008 - 2011	12.355	-	12.355
Beta securitizadora 2017	2.302	-	2.302
Beta securitizadora 2018	940	-	940
SPE Panorama	1.956	-	1.956
	2.707.545	(1.326.213)	1.381.332

As emissões de títulos de dívida pelo Grupo apresentam as seguintes características:

Rentipar Financeira, SGPS

- Em 30 de Dezembro de 2008, a Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros com maturidade em 30 de Dezembro de 2012.
  A taxa de juro nominal bruta das Obrigações será equivalente a:
  - 6,25% p.a. no primeiro semestre de vida do Empréstimo Obrigacionista; e -
  "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,50% no segundo semestre de vida do Empréstimo Obrigacionista.
  - "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,50% no terceiro e quarto semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.
  - "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,75% no quinto e sexto semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.
  - "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 2,00% no sétimo e oitavo semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.

  Os juros serão pagos semestral e postecipadamente, a partir da data de subscrição, em 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano, sujeito à ocorrência do reembolso antecipado, ocorrendo a primeira data de pagamento de juros em 30 de Junho de 2009 e a última data de pagamento de juros na data de maturidade do Empréstimo Obrigacionista ou na data de reembolso antecipado, caso este se verifique.
  O Empréstimo Obrigacionista tem uma duração máxima de 4 (quatro) anos a contar da data de subscrição e será reembolsado, ao par, com reembolso de 50% do montante da Emissão em 30 de Dezembro de 2011 no sexto semestre de vida das Obrigações (€ 50.000.000) e os 50% remanescentes do montante da Emissão na Data de Maturidade, ou seja, em 30 de Dezembro de 2012 (€ 50.000.000), desde que não ocorra o reembolso antecipado.
  A Sociedade poderá reembolsar antecipadamente, ao par, o Empréstimo Obrigacionista, total ou parcialmente, no último caso por redução ao valor nominal, em qualquer Data de Pagamento de Juros ("Datas de Reembolso Antecipado"), inclusive, a partir de 30 de Junho de 2009. Para o efeito, a Sociedade deverá anunciar o Reembolso Antecipado mediante um pré-aviso de no mínimo 30 (trinta) dias e no máximo 60 (sessenta) dias relativamente à Data de Reembolso Antecipado, aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável).

- Em 16 de Janeiro de 2006, a Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 40.000.000 euros com maturidade em 14 de Janeiro de 2011.
  Os juros são pagos anual e postecipadamente à taxa de juro correspondente à EURIBOR a 12 meses acrescida de 0,50%.
  O Emitente pode reembolsar as Obrigações, ao par, com juros acrescidos, na sua totalidade em cada data de aniversário da data de emissão, mediante aviso prévio.
  O Investidor pode solicitar o reembolso antecipado das Obrigações, ao par, com juros acrescidos, na sua totalidade a partir de 16 de Janeiro de 2008, mediante aviso prévio.
  Em 2008, a Sociedade reembolsou 13.754 milhares de euros.

- A Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu 5 programas de papel comercial no montante de 62.500 milhares euros (-147 milhares euros de despesas com encargo diferido e 279 milhares de euros de encargos financeiros), com o seguinte detalhe:

Entidade	Montante	Vencimento	Taxa de juro
Millennium	15.000	05-03-2013	5,665%
Banco BPI	10.000	30-01-2009	5,401%
Santander	10.000	20-01-2009	5,158%
Santander	15.000	20-01-2009	2,873%
CGD	12.500	31-08-2010	5,473%

A Sociedade Rentipar Financeira, SGPS, SA utilizou 62.151.074 acções da Banif – SGPS, SA como caução das operações de emissão de obrigações e papel comercial.

Banif Finance

Emissões reembolsadas no exercício findo em 31-12-2008:

- Reembolso de obrigações Banif Finance 2005-2008 no montante de 200 milhões de euros.

Emissões realizadas em exercícios anteriores:

- Em 05 de Agosto de 2004, o Banif Finance LTD, emitiu Floating Rate Notes, no montante global de 225 milhões de Euros, cujo valor de emissão foi de 99,668% e duração de cinco anos. Os juros são pagos em 05 de Fevereiro, 05 de Maio, 05 de Agosto e 05 de Novembro de cada ano.
  A taxa de juro está indexada à Euribor a 3 meses mais uma margem de 0,45%.

- Em 3 de Novembro de 2006, o Banif Finance LTD emitiu Floating Rate Notes, no montante global de 300 milhões de Euros, cujo valor de emissão foi de 99,925% e duração de quatro anos. Os juros são pagos em 3 de Fevereiro, 3 de Maio, 3 de Agosto e 3 de Novembro de cada ano.
  A taxa de juro está indexada à Euribor a 3 meses mais uma margem de 0,35%.

- Em 22 de Maio de 2007, o Banif Finance LTD emitiu Floating Rate Notes, no montante global de 300 milhões de Euros, cujo valor de emissão foi de 99,729% e duração de cinco anos. Os juros são pagos em 22 de Fevereiro, 22 de Maio, 22 de Agosto e 22 de Novembro de cada ano.
  A taxa de juro está indexada à Euribor a 3 meses mais uma margem de 0,30%.
  A Banif Finance readquiriu em 2008 o montante de 12,9 milhões de euros.

Operações de Titularização

O Grupo realizou operações titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. O interesse residual nos activos titularizados é usualmente retido pelo Grupo através da detenção de títulos de natureza residual. Os veículos constituídos no âmbito de operações de titularização são incluídos nas contas consolidadas do Grupo Rentipar, na medida em que o Grupo detém substancialmente todos os riscos (riscos de crédito e

taxa de juro) e benefícios (margem taxa de juro de crédito), estando por isso sujeito ao efeito do comportamento das operações em causa.

As operações de titularização de créditos em que o Grupo Rentipar participou através do Banif, SA, Banco Banif e Comercial dos Açores e Banif Go, como forma de financiamento das respectivas actividades correntes foram:

- Atlantes Finance No. 1: Novembro 1999 (terminada em 2005)
- Atlantes Finance No. 2: Maio 2002 (terminada em 2008);
- Atlantes Mortgage No. 1: Fevereiro 2003;
- Azor Mortgages: Novembro 2004;
- Atlantes Mortgage No. 2: Março de 2008;
- Azor Mortgage No. 2: Julho de 2008;
- Atlantes Mortgage No. 3: Outubro de 2008.

Através destas operações de titularização, as três entidades do Grupo Rentipar acima referidas cederam contratos de crédito pessoal, de crédito à habitação e de leasing às seguintes sociedades veículo:

- Atlantes Finance No. 1, para a sociedade Atlantes No. 1 Limited, sediada em Jersey
- Atlantes Finance No. 2, para a sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc, sediada em Dublin
- Atlantes Mortgage No. 1, para a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc, sediada em Dublin.
- Azor Mortgages, para a sociedade Azor Mortgages Plc, sediada em Dublin.
- Atlantes Mortgage No. 2, para a sociedade Gamma, sediada em Portugal.
- Azor Mortgage No. 2, para a sociedade Gamma, sediada em Portugal.
- Atlantes Mortgage No. 3, para a sociedade Gamma, sediada em Portugal.

Na operação Atlantes Finance No. 1, foram cedidos inicialmente créditos num valor total de 200 milhões de euros. Adicionalmente, foram cedidos mais 245 milhões de Euros em rollovers até Maio 2002, data em que terminou o período de revolving da Operação. A operação de titularização Atlantes Finance No. 1, terminou em Agosto de 2005, com o exercício da respectiva clean-up call.

No âmbito da operação Atlantes Finance No. 2 foram cedidos inicialmente créditos no valor de 150 milhões de Euros. Adicionalmente foram cedidos mais 203 milhões de Euros em rollovers até Abril 2005, data em que terminou o período de revolving da Operação. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Finance No. 2 Fundo, actualmente administrado pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, SA, que adquiriu aos cedentes os créditos pessoais e os contratos de leasing, e emitiu unidades de participação do Fundo, subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Atlantes Finance No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 150 milhões de Euros.

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi igualmente constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, administrado pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foi a primeira operação de securitização de créditos imobiliários levada a cabo pelo BBCA (a 2ª do Grupo Rentipar) com um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a recentemente constituída sociedade de titularização do Grupo Rentipar, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, da sociedade de securitização original, agências de rating, CMVM, dos investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi igualmente constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

Em Julho do corrente ano, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma a carteira de crédito imobiliário originado pelo BBCA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.

Nesta emissão, o BBCA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

No final de Outubro do corrente ano foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, uma emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.

A estrutura foi semelhante à Atlantes Mortgage No. 2, ou seja, o Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes Mortgage No. 2 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de Euros.

As sociedades Atlantes Finance No. 2 Plc, Atlantes Mortgage No. 1 Plc, Azor Mortgages Plc e Atlantes Mortgage No. 2 Plc, Azor Mortgage No.2 e Atlantes Mortgage No. 3 têm como única actividade deter Unidades de Participação ou Notas indexadas às carteiras de créditos cedidas pelo Grupo Rentipar e emitir Obrigações colocadas nos mercados financeiros internacionais, pelo que o pagamento do capital e juros destas Obrigações dependerá exclusivamente da performance das carteiras de créditos cedidos.

A sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc emitiu 150 milhões de Euros de Obrigações às quais foram atribuídas as seguintes notações de risco pelas agências Standard & Poor´s, Moody's e Fitch Ratings:

	S&P	Moody's	Fitch	% do Total
Obrigações Class A	AAA	Aaa	AAA	93%
Obrigações Class B	A	A1	A+	5%
Obrigações Class C	BBB	Baa2	BBB	2%

Estas Obrigações foram emitidas a taxa de juro variável indexada à Euribor a 3 meses.

A sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu 500 milhões de Euros de Obrigações às quais foram atribuídas as seguintes notações de risco:

	S&P	Moody's	Fitch	% do Total
Obrigações Class A	AAA	Aaa	AAA	92.5%
Obrigações Class B	A	A2	A	4.5%
Obrigações Class C	BBB	Baa3	BBB	2.5%
Obrigações Class D	BB	Ba2	BB	0.5%

Estas Obrigações foram emitidas a taxa de juro variável indexada à Euribor a 3 meses.

A sociedade Azor Mortgages Plc emitiu 281 milhões de Euros de Obrigações às quais foram atribuídas a seguinte notação de risco:

	S&P	Moody's	Fitch	% do Total
Obrigações Class A	AAA	Aaa	AAA	90.04%
Obrigações Class B	A	Aa2	A+	6.76%
Obrigações Class C	BBB	Baa1	BBB+	3.20%

Estas Obrigações foram emitidas a taxa de juro variável indexada à Euribor a 3 meses.

A sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu 375 milhões de Euros de Obrigações às quais foram atribuídas as seguintes notações de risco:

	S&P	Fitch	% do Total
Obrigações Class A	AAA	AAA	93%
Obrigações Class B	A	A	5%
Obrigações Class C	BBB	BBB	2%

Estas Obrigações foram emitidas a taxa de juro variável indexada à Euribor a 3 meses.

À Azor Mortgages No. 2 Class A, com um valor nominal de 253, 5 milhões de Euros foi atribuído um *rating* de AAA pela Standard & Poor's.

Todas as obrigações Azor Mortgages e Azor Mortgages No. 2 têm a sua remuneração indexada, neste caso à Euribor a 3 meses, excepto as classe mais júnior (Class D e C respectivamente), cuja remuneração é residual.

As obrigações Atlantes Mortgage No. 3 Class A e B, pagam uma remuneração trimestral indexada à taxa de juro Euribor a 3 meses. Refira-se que a classe A, com um valor nominal de 558,6 milhões de Euros, obteve da Standard & Poor's uma notação de risco de AAA. As Atlantes Mortgage No. 3 Classe C com um valor nominal inicial de 23,7 milhões de Euros, são obrigações de remuneração residual.

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2008 o valor do reembolso de capital das obrigações emitidas pelos veículos de titularização foi de 125.266 milhares de Euros, de acordo com a evolução evidenciada no quadro abaixo apresentado:

		Obrigações vivas		
Operação	**Valor emitido**	**31-12-2008**	**31-12-2007**	**Crédito Securitizado**
Atlantes Nº. 1	200.000	-	-	-
Atlantes Finance N.º2	150.000	-	20.554	-
Atlantes Mortgage N.º1	500.000	233.198	281.334	232.969
Azor Mortgage	281.000	100.095	135.338	97.212
Atlantes Mortgage N.º2	375.000	353.667	-	352.359
Azor Mortgage N.º2	300.000	289.478	-	282.958
Atlantes Mortgage N.º3	600.000	600.000	-	591.211
	2.406.000	1.576.438	437.226	1.556.709

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3 e Azor Mortgage N.º2 estão detidas por entidades do Grupo, sendo utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE, conforme Nota 23.

Banif – SGPS

- Em 15 de Julho de 2008, a Banif – SGPS, SA, emitiu obrigações no montante de 50 milhões euros. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente. Para o 1º ano de vida a taxa de juro é 6,25% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 0,75%. O empréstimo obrigacionista tem uma duração máxima de três anos a contar da data de subscrição e será reembolsado integralmente, ao par, de uma só vez, na data de vencimento do 6º cupão, ou seja a 15 de Julho de 2011, salvo se ocorrer o reembolso antecipado.

Banif Go

- Em 25 de Novembro de 2006, a Banif Go, emitiu Papel Comercial no montante de 20 milhões Euros por um prazo de três anos, prorrogável automaticamente por períodos de três anos, com taxa de juro igual à Euribor em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, para o período de emissão respectivo, adicionada de 0,5%.

- Em 26 de Maio de 2006, a Banif Go, emitiu Papel Comercial no montante de 22,8 milhões Euros por um prazo de três anos, prorrogável automaticamente por períodos de três anos, com taxa de juro igual à Euribor em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, para o período de emissão respectivo, adicionada de 0,5%.

Banif Cayman

- Em 22 de Dezembro de 2008, o Banif Cayman emitiu obrigações Zero Coupon Notes 2008/2011 no montante de 20 milhões euros. Reembolso ao par na data de maturidade desde que não ocorra o reembolso antecipado.

- Em 22 de Dezembro de 2008, o Banif Cayman emitiu obrigações Zero Coupon Notes 2008/2011 no montante de 20 milhões dólares americanos. Reembolso ao par na data de maturidade desde que não ocorra o reembolso antecipado.

Beta Securitizadora

- A Sociedade Beta Securitizadora emitiu duas emissões de 7.219 milhares de BRL (tx. Juro: 11%) e 2.861 milhares de BRL (tx. Juro: 10,50%) com maturidade 06/06/2017 e 06/11/2018 respectivamente.

SPE Panorama

- A Sociedade SPE Panorama emitiu duas emissões de 7.000 milhares de BRL e 1.000 milhares BRL com maturidade em 14/04/2009.

29. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 31 de Dezembro de 2008 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2007	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2008
Contingências fiscais	11.777	2.699	-	(4.115)	(1.953)	8.408
Outras provisões	2.372	1.565	-	(1.016)	(1.316)	1.605
Provisões para garantias e compromissos	2.415	796	-	-	-	3.211
Total	16.564	5.060	-	(5.131)	(3.269)	13.224

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica "provisões para contingências fiscais", encontra-se registado, o montante de 1.632 milhares de euros (4.885 milhares de euros em 2007), relativo ao diferendo que opõe o BBCA à Comissão Europeia no contexto da decisão desta entidade relativamente à adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da natureza das obrigações em causa:

Encargos com benefícios a empregados: responsabilidades assumidas relativamente ao pagamento de subsídio por morte previstos no âmbito do ACT do Sector Bancário.

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

Provisões para garantias e compromissos: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com a prestação de garantias e compromissos.

Outras provisões: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos (processos judiciais contra o Grupo e outros riscos bancários).

As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Garantias prestadas (das quais:)	**1.030.119**	**779.829**
Garantias e avales	914.398	745.176
Aceites e endossos	85.467	-
Cartas de Crédito e Stand-by	2.844	3.386
Créditos documentários abertos	27.410	31.267

As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Outros passivos eventuais (dos quais:)	**1.204.888**	**38.674**
Fianças e Indemenizações	538	27
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	-	5.165
Activos dados em Garantia	1.204.350	33.482
Compromissos perante terceiros (dos quais:)	**1.575.955**	**1.729.777**
Compromissos irrevogáveis	462.651	787.575
Compromissos revogáveis	1.113.304	942.202
	2.780.843	1.768.451

Os "Activos dados em garantia" correspondem a títulos cedidos em *repo's* e Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal e as operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu.

30. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2008	31-12-2007
Banif - Banco de Investimento	30.000	30.000
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman)	-	10.189
Banif - Banco Internacional do Funchal	268.893	237.500
Banif Go	21.000	6.000
Banco Banif e Comercial dos Açores	65.000	55.000
Banif Finance	198.249	225.000
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(261.158)	(210.462)
Sub total	321.984	353.227
Encargos Financeiros	1.121	629
	323.105	353.856

As emissões do Grupo tem a seguinte composição:

Emissão	Emissão	Detidas pelo Grupo	Total
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	15.000	-	15.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2001-2011	3.893	-	3.893
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2010	50.000	(50.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	75.000	(75.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	50.000	-	50.000
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007 -2016	50.000	(50.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008 -2017	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2018	25.000	-	25.000
Banif Go 2005 -2010	6.000	(6.000)	-
Banif Go 2008 - 2017	15.000	(15.000)	-
BBCA 2006 - 2016	20.000	-	20.000
BBCA 2007 - 2017	10.000	-	10.000
BBCA 2007 - perpétua	25.000	(25.000)	-
BBCA 2007 - 2017	10.000	(10.000)	-
Banif Finance 2004 - 2014	50.000	-	50.000
Banif Finance 2006 - perpétua	98.249	(158)	98.091
Banif Finance 2006 - 2016	50.000	-	50.000
	583.142	(261.158)	321.984

As emissões de títulos de dívida subordinada pelo Grupo apresentam as seguintes características:

Banif - Banco de Investimento

- Em 29 de Junho de 2006, o Banif Banco de Investimento, SA, emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas, Taxa Variável 2006/2016 no montante de 15.000.000 Euros. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 29 de Dezembro e 29 de Junho de cada ano e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,875%. A partir do 11° cupão (inclusive) e até ao final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%.

- Em 5 de Maio de 2007, o Banif Banco de Investimento, SA, emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas, Taxa Variável 2007/perpétua no montante de 15.000.000 Euros. Os juros destas obrigações vencem-se trimestralmente e postecipadamente, sendo a primeiro cupão em 28 de Agosto. A taxa de juro aplicada é Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,35%.

Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman)

- Reembolso de obrigações de caixa subordinadas Banif (Cayman). Ltd. totalmente detidas pelo Banif-Banco Internacional do Funchal. SA (de um montante total de 15 milhões USD) efectuada em 30 de Junho de 2008.

Banif - Banco Internacional do Funchal

- Em 16 de Julho de 2001, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, emitiu, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 12,5 milhões euros representado por 12.500 títulos de 1.000 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 16 de Janeiro e 16 de Julho de cada ano e foram

calculadas para o 1º cupão com base na taxa de 5,375% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 0,75%. O empréstimo será amortizado ao par de uma só vez, em 16 de Julho de 2011 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco ("call option"), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º e 18º cupões, aos quais não acresce nenhum prémio sobre o valor reembolsado. O Banif, SA readquiriu em 2008 o montante de 8,6 milhões de euros.

- Em 30 de Dezembro de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA , emitiu, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 50 milhões euros. Nos períodos de pagamento de juros anterior a 30 de Dezembro de 2010 (primeira data de reembolso antecipado por opção do emitente), o emitente pagará uma taxa de juro correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 0,75% por ano. Para cada período posterior o emitente pagará uma taxa correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 1,25% por ano.

- Em 22 de Junho de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA , contratou um Empréstimo Subordinado no montante de 75 milhões euros com prazo indeterminado, concedido pela Banif Finance. Os juros são pagos trimestralmente e postecipadamente em 22 de Março, 22 de Junho, 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano. O Banco pagará juros a uma taxa variável correspondente a Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 1%. Para cada período posterior a 22 de Dezembro de 2014, a taxa de juro será equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 2% (incremento de 1% por ano (Step up) sobre a Euribor a 3 meses acrescida de 1% paga até à primeira data de reembolso). A partir de 22 de Dezembro de 2014 o Empréstimo Subordinado poderá ser reembolsado por iniciativa do Mutuário, total ou parcialmente, em qualquer data de pagamento de juros.

- Em 22 de Dezembro de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA , contratou um Empréstimo Subordinado no montante de 50 milhões euros com prazo de dez anos, concedido pela Banif Finance. Os juros são pagos trimestralmente e postecipadamente em 22 de Dezembro, 22 de Março, 22 de Junho e 22 de Setembro de cada ano. O Banco pagará juros a uma taxa variável correspondente a Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 0,75%. Para cada período posterior a 22 de Dezembro de 2011, a taxa de juro será equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 1,25%. A partir de 22 de Dezembro de 2011 o Empréstimo Subordinado poderá ser reembolsado por iniciativa do Mutuário, na sua totalidade, em qualquer data de pagamento de juros.

- Em 22 de Dezembro de 2007, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA - SFE, contratou um empréstimo subordinado no montante de 50 milhões de euros com vencimento indeterminado, concedido pela Banif Finance. Nos períodos de pagamento de juros anterior a 22 de Dezembro de 2016 (primeira data de reembolso antecipado por opção do emitente), o emitente pagará uma taxa de juro correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 1,37% por ano. Para cada período posterior o emitente pagará uma taxa correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 2,37% por ano.

- Em 30 de Junho de 2008, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA - SFE, contratou um empréstimo subordinado no montante de 15 milhões de euros com vencimento indeterminado, concedido pela Banif Finance. Nos períodos de pagamento de juros anterior a 28 de Dezembro de 2017 (primeira data de reembolso antecipado por opção do emitente), o emitente pagará uma taxa de juro correspondente à Euribor a 3

meses acrescida de 3,0362% por ano. Para cada período posterior o emitente pagará uma taxa correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 4,0362% por ano.

- Em 18 de Agosto de 2008, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, emitiu, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 25 milhões euros representado por 25.000 títulos de 1.000 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 18 de Agosto e 18 de Fevereiro de cada ano e foram calculadas para o 1º ano de vida 6,25% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 1%. A partir do 11.º cupão (inclusive) e até à data de maturidade à Euribor a 6 meses é acrescido 1,15%. O empréstimo será amortizado ao par de uma só vez, na data de maturidade, contudo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco ("call option"), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a partir do 10.º cupaão (inclusive).

Banif Go

- Em 30 de Junho de 2005, a Banif Go emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 6 milhões de Euros por um prazo de dez anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 30 de Junho de cada ano. A Banif Go. poderá proceder ao reembolso antecipado da totalidade da emissão, pelo seu valor nominal ("call option"), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 5º cupão (30 de Junho de 2010), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A taxa de juro nominal bruta é igual à Euribor a doze meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início do período de juros, adicionada de 1,5%.

- Em 30 de Junho de 2008, a Banif Go, contratou um empréstimo subordinado no montante de 15 milhões de euros com vencimento indeterminado, concedido pela Banif, SA. Nos períodos de pagamento de juros anterior a 28 de Dezembro de 2017 (primeira data de reembolso antecipado por opção do emitente), o emitente pagará uma taxa de juro correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 3,0362% por ano. Para cada período posterior o emitente pagará uma taxa correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 4,0362% por ano.

Banco Banif e Comercial dos Açores

- Obrigações de Caixa Subordinadas BBCA/06 Taxa Variável – 2006 –2016
  A Sociedade emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 20.000.000 Euros representado por 400.000 títulos de 50 Euros cada.
  A emissão das obrigações em causa foi efectuada em 3 séries sendo a data de subscrição de cada uma das séries, 23 de Outubro, 27 de Novembro e 4 de Dezembro de 2006 respectivamente.
  Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 23 de Abril e 23 de Outubro e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,00%. Caso não ocorra o reembolso antecipado, e a partir do 11º cupão (inclusive) e até final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,25%. A taxa de juro do 1º cupão é de 4,647%. O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 23 de Outubro de 2016, podendo ser reembolsado antecipadamente por opção da Sociedade ("call option"), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a partir do vencimento do 10º cupão (inclusive).

- Obrigações de Caixa Subordinadas BBCA/06 Taxa Variável – 2007 – 2017
  Em 25 de Setembro de 2007 a Sociedade emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 10.000.000 Euros representado por 200.000 títulos de 50 Euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 25 de Setembro e 25 de Março e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,00%. Caso não ocorra o reembolso antecipado, e a partir do 11º cupão (inclusive) e até final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,25%. A taxa de juro do 1º cupão é de 5,72%. O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 25 de Setembro de 2017, podendo ser reembolsado antecipadamente por opção da Sociedade ("call option"), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a partir do vencimento do 10º cupão (inclusive).

- Em 22 de Dezembro de 2007 o BBCA contratou um Empréstimo Subordinado no montante de 25.000.000 Euros com prazo indeterminado, concedido pela Banif Finance Plc.
  Os juros são pagos trimestralmente e postecipadamente em 22 de Março, 22 de Junho, 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano. A sociedade pagará juros a uma taxa variável correspondente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data início de cada período de juros, acrescida de 1,37% por ano. Para cada período posterior a 22 de Dezembro de 2016, a taxa de juro será equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo "Dia Útil Target" anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 2,37% por ano (Step-up de 1%). A taxa de juro do 1º período é de 6,16%. A partir de 22 de Dezembro de 2016 o Empréstimo Subordinado poderá ser reembolsado por iniciativa do Mutuário, em qualquer data de pagamento de juros.

- Em 30 de Junho de 2008, o BBCA, contratou um empréstimo subordinado no montante de 10 milhões de euros com vencimento indeterminado, concedido pela Banif Finance. Nos períodos de pagamento de juros anterior a 28 de Dezembro de 2017 (primeira data de reembolso antecipado por opção do emitente), o emitente pagará uma taxa de juro correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 3,0362% por ano. Para cada período posterior o emitente pagará uma taxa correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 4,0362% por ano.

Banif Finance

- Obrigações de Caixa da Banif Finance, Ltd Taxa Variável - 2004 / 2014.
  Em 29 de Dezembro de 2004, a Banif Finance Ltd, emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 50.000.000 Euros representado por 50.000 Títulos de 1.000 Euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se trimestral e postecipadamente em 29 de Março, 29 de Junho, 29 de Setembro e 29 de Dezembro de cada ano, com início em 29 de Março de 2005 e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,80%. A partir do 21º cupão (inclusive) e até ao final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 3 meses acrescida de 1,30%. O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 29 de Dezembro de 2014, podendo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banif Finance (call option), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, em qualquer data de pagamento de juros a partir do vencimento do 20º cupão. O empréstimo poderá também ser reembolsado antecipadamente por motivos fiscais (tax option), em qualquer data de pagamento de juros mediante pré-aviso de 30 a 60 dias aos titulares das obrigações, se por motivo de alteração das leis aplicáveis a Banif Finance fique

obrigada a pagamentos adicionais e tal não possa ser evitado através da tomada de medidas razoáveis.

- Em 22 de Dezembro de 2006, a Banif Finance LTD , emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 125.000 milhares euros com prazo indeterminado. Os juros são pagos trimestralmente e postecipadamente em 22 de Março, 22 de Junho e 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano e são calculados a uma taxa variável correspondente a Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 1,37%. Para cada período posterior a 22 de Dezembro de 2016, a taxa de juro será equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 2,37%. A partir de 22 de Dezembro de 2016 o Empréstimo Subordinado poderá ser reembolsado por iniciativa do Mutuário, na sua totalidade, em qualquer data de pagamento de juros. A Banif Finance readquiriu em 2008 o montante de 26,8 milhões de euros.

- Em 22 de Dezembro de 2006, a Banif Finance LTD , emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 50.000 milhares euros com prazo de dez anos. Os juros são pagos trimestralmente e postecipadamente em 22 de Março, 22 de Junho e 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano e são calculados a uma taxa variável correspondente a Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 0,75%. Para cada período posterior a 22 de Dezembro de 2011, a taxa de juro será equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 1,25%. A partir de 22 de Dezembro de 2011 o Empréstimo Subordinado poderá ser reembolsado por iniciativa do Mutuário, na sua totalidade, em qualquer data de pagamento de juros.

31. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Credores e Outros Recursos	50.458	53.172
Por gastos com pessoal	25.800	23.895
Por gastos gerais administrativos	3.832	677
Outros juros e encargos similares	11.086	4.205
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	67.908	82.505
De garantias prestadas o outros passivos eventuais	305	324
Posição cambial	24.110	9.710
Cobranças por conta de terceiros	134	122
Contribuições para outros sistemas de saúde	323	281
Credores por operações sobre futuros o opções	706	9.594
Sector público administrativo	33.742	14.818
Outros	179.596	72.991
	398.000	272.294

32. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Capital	45.000	45.000
Prémios de emissão	-	-
Outros instrumentos de capital		-
Acções próprias	-	-
Reservas de reavaliação	(446)	62.364
Reserva Legal	9.000	8.650
Outras reservas e resultados transitados (livres)	319.506	222.725
Resultado do exercício	27.091	147.820
Dividendos antecipados	-	
Interesses minoritários	446.616	372.355
Total do Capital	846.767	858.914

O capital social é constituído por 9.000.000 acções, de valor nominal de €5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

As reservas de reavaliação registadas correspondem às seguinte situações (valores líquidos de impostos): Via Litoral (1.210 milhares de euros), Finibanco Holdings (-4.688 milhares de euros), Zon Madeira (5.913 milhares de euros), Zon Açores (2.638 milhares de euros), carteira títulos CSA (-21.703 milhares de euros), carteira títulos Banif – Banco de Investimento (-1.327 milhares de euros), carteira títulos FINPRO (15.305 milhares de euros) e outros (2.206 milhares de euros).

A informação sobre o rácio de solvabilidade está apresentada no capítulo III – Análise às Contas Separadas e Consolidadas do Relatório de Gestão.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
RENTIPAR FINANCEIRA - SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O resultado consolidado do Grupo Rentipar, foi determinado da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Rentipar Financeira, SGPS, SA	14.945	101.191
Banif - Grupo Financeiro	38.026	61.042
Renticapital, Investimentos Financeiros, SA	(9.420)	(364)
Vestiban, Gestão e Investimentos, SA	531	381
FINPRO, SGPS, SA	3.787	(417)
Anulação de dividendos	(19.625)	(15.091)
Ajustamentos de consolidação	(1.153)	1.078
	27.091	147.820

33. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica de interesses minoritários (IM) apresenta a seguinte composição:

Entidade	31-12-2008		31-12-2007	
	Valor balanço	Resultado de IM	Valor balanço	Resultado de IM
Banif - SGPS, SA	163.883	(21.148)	193.137	(35.652)
Renticapital - Investimentos Financeiros, SA	3.279	1.047	3.952	(40)
Vestiban - Gestão e Investimentos, SA	53	(18)	207	89
Banif Finance	176.941	(6.792)	104.668	(4.668)
Imogest	56.345	-	-	-
Banif Cayman	12.863	(930)	11.731	(961)
Fundos Banif Multi Fund	4.840	0	166	(3)
Banco Caboverdiano de Negocios	4.438	(645)	3.260	(349)
Açortur - Investimentos Turísticos dos Açores	3.457	12	3.469	(2)
Investaçor Hoteis SA	3.262	(67)	3.196	(73)
Banif Bank (Malta)	2.972	884	-	-
Investaçor SGPS SA	2.738	151	2.884	52
Capven	2.528	-	-	-
Banif Açor Pensões	1.395	(48)	1.444	(67)
Banif International Holdings	1.269	89	992	(54)
Art Invest	1.241	-	-	-
Turotel - turismo e Hóteis dos Açores	1.147	(3)	1.144	49
Banif Portofolio	1.133	(107)	-	-
Banif Finance (USA)	759	(2)	648	(148)
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil)	615	(27)	493	(64)
Investimentos Turísticos e Similares Hóteis e Apart-Hotel Pico	431	10	433	20
Centro Venture	259	(6)	253	(4)
SPE Panorama	214	3	343	11
FIP Banif Real Estate	172	(4)	1.822	(138)
Finab	156	(72)	109	(54)
Banif Capital	139	28	168	75
Banif Forfaiting	37	(7)	29	(4)
Banif Trading Inc	23	9	31	5
Beta Securitizadora	20	(2)	170	(26)
Banif Financial Services Inc	6	-	3	(2)
Amazonia Energia II	1	-	-	-
Banif - Banco Investimento (Brasil)	-	-	13.186	(88)
Banif Corretora Valores Cambios	-	-	23.728	(8.812)
Banif Nitor Asset Management	-	-	(157)	512
Banif Investimento México	-	-	(1)	1
Banif Forfaiting Inc	-	-	47	(20)
Nitor Administração Recursos	-	-	800	(908)
	446.616	(27.645)	372.355	(51.323)

A rubrica de interesses minoritários relativa à Banif Finance respeita:

- à emissão, em 22 de Dezembro de 2004, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 75 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (22 de Dezembro de 2014), acrescido: (i) de uma quantia correspondente ao dividendo preferencial acumulado e não pago respeitante ao período de dividendo preferencial mais recente, declarado ou não, até à data fixada para o reembolso, e (ii) de quaisquer quantias

adicionais, desde que previamente autorizado pelo Banco de Portugal, pelo Garante da Emissão (Banif – Banco Internacional do Funchal), e em conformidade com os requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- à emissão, em 28 de Dezembro de 2007, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (28 de Dezembro de 2017). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- à emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 20 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- à emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 35 milhões de Dólares Americanos. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- à emissão, em 31 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (31 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

A rubrica de interesses minoritários relativa ao Banif Cayman respeita:

- à emissão, em 12 de Novembro de 2003, de 16.000.000 Acções Preferenciais com um valor de liquidação preferencial unitário de 1 Dólar, emitidas em dois montantes de 10 milhões Dólares e 6 milhões Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anual e postecipadamente em 12 de Dezembro de cada ano.

34. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Juros e rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades	8.105	8.007
Juros de aplicações em IC	37.446	40.770
Juros de crédito a clientes	693.579	527.208
Juros de crédito vencido	9.899	7.578
Juros e rendimentos similares de outros activos	187.856	111.829
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	7.557	5.673
	944.442	701.065
Juros e encargos Similares		
Juros de recursos de bancos centrais	9.828	-
Juros de recursos de outras IC	111.812	89.182
Juros de recursos de clientes	251.710	150.314
Juros de emprestimos	2.517	23
Juros responsabilidades representadas por títulos sem caracter subordinado	120.806	110.344
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	84.053	48.080
Juros de passivos subordinados	21.098	25.943
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	6.023	3.415
Outros	68.020	33.410
	675.867	460.711

35. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Dividendos de activos financeiros disponiveis para venda	2.883	2.800
	2.883	2.800

36. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Rendimentos com comissões		
Garantias prestadas	10.007	9.568
Outros serviços prestados	28.172	28.217
Operações de crédito	1.396	1.205
Anuidades	3.120	2.737
Gestão de cartões	2.466	3.002
Transferência de valores	788	683
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	17.697	18.630
Administração de valores	1.390	30
Cobrança de valores	2.702	3.459
Depósito e guarda de valores	362	500
Outras comissões recebidas	48.137	38.958
	116.237	106.989
Encargos com comissões		
Garantias recebidas	559	577
Por outros serviços recebidos	7.900	7.278
Outras comissões pagas	5.412	4.887
	13.871	12.742

Em rendimento com comissões encontram-se registados 17.697 milhares de euros (18.630 milhares de euros em 2007) de gestão de investimentos colectivos em valores mobiliários.

37. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	20.317	16.768
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	697.345	459.563
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	24.171	14.112
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	687.402	453.696
	6.089	8.523
Resultados dde activos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	65.856	53.557
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	1.860	270
	63.996	53.287
Resultados de reavaliação cambial		
Ganhos em diferenças cambiais	75.037	24.984
Perdas em diferenças cambiais	95.025	18.807
	(19.988)	6.177

38. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Outros proveitos		
Prestação de Serviços	5.462	8.221
Recuperação de crédito e juros	3.307	3.547
Reembolso de despesas	19.398	14.600
Ganhos na alienação de outros activos não financeiros	2.839	99.263
Outros	51.337	48.105
	82.343	173.736
Outros custos		
Quotizações e donativos	817	674
Contribuições para FGD e FGCAM	1.495	1.185
Outros impostos	9.489	7.471
Perdas na alienação de créditos a clientes	1.053	8.447
Outros	41.517	40.269
	54.371	58.046

Em 14 de Fevereiro de 2007, a Rentipar Financeira, SGPS, SA alienou 25 milhões de acções da Banif – SGPS, SA, representativas de 10% do capital social e dos direitos de votos. Esta operação originou uma mais valia contabilística de 81.418 milhares de euros registada em "Ganhos na alienação de outros activos".

39. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Remuneração dos orgãos de gestão e fiscalização	9.384	8.858
Remuneração de empregados	110.201	91.978
	119.585	100.836
Encargos sociais obrigatórios:		
Encargos relativos a remunerações	25.322	22.066
Encargos com pensões:		
- Banif (Nota 45.1 5))	2.964	3.191
- Banco Banif e Comercial dos Açores (Nota 45.2 d))	4.673	2.681
- Outros (Planos de contribuições definidas)	139	140
Outros encargos sociais	1.694	1.916
	34.792	29.994
Outros custos com pessoal	8.229	5.493
	162.606	136.323

40. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Serviços especializados	33.533	27.219
Comunicações	13.902	12.071
Publicidade e edição de publicações	17.210	10.871
Deslocações, estadas e representação	7.144	5.591
Conservação e reparação	6.717	5.441
Água, energia e combustíveis	4.830	4.255
Rendas e alugueres	21.139	17.841
Seguros	2.472	2.246
Transportes	2.424	1.746
Material de consumo corrente	2.081	1.682
Formação de pessoal	1.553	1.313
Outros	21.357	15.353
	134.362	105.629

41. IMPARIDADE EM CRÉDITO E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em Crédito a Clientes no período findo em 31 de Dezembro de 2008 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2007	Reforços	Utilizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2008
Imparidade em crédito concedido	196.393	82.437	(6.738)	(18.378)	253.714
Total	196.393	82.437	(6.738)	(18.378)	253.714

No exercício de 2008, o Grupo Rentipar recuperou 10.352 milhares de euros de crédito abatido ao activo, incluídos na rubrica "Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações" da demonstração de resultados.

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em outros Activos no período findo em 31 de Dezembro de 2008 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2007	Reforços	Tranferências	Utilizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2008
Activos Financeiros disponíveis para venda	3.836	242	-	(299)	-	3.779
Activos não correntes detidos para venda	6.471	894	(3.415)	(1.718)	(694)	1.538
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	1.614	-	-	-	-	1.614
Devedores e outras aplicações	3.395	7.779	3.415	(2.906)	(340)	11.343
Total	15.316	8.915	-	(4.923)	(1.034)	18.274

42. RESULTADOS POR ACÇÃO

42.1 Resultados por acção básicos

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Básicos		
Resultado do exercício	27.091	147.820
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	9.000.000	9.000.000
Ganho por acção básico (expresso em € por acção)	**3,01**	**16,42**

42.2 Resultados por acção diluídos

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Diluídos		
Resultado do exercício	27.091	147.820
Resultado do exercício corrigido para cálculo do ganho por acção diluído (em €)	27.091	147.820
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	9.000.000	9.000.000
Numero médio ponderado de acções ordinárias ajustadas para cálculo do ganho por acção diluído	9.000.000	9.000.000
Ganho por acção diluído (expresso em € por acção)	**3,01**	**16,42**

43. RISCOS DAS ACTIVIDADES DO GRUPO

Controlo dos Riscos de Actividade

O Grupo reconhece, desde há muito, a importância da gestão dos riscos na sua actividade, garantindo que o desenvolvimento dos seus negócios se encontra suportado numa cultura de risco assumida por toda a organização, constituindo um pilar importante para a implementação das estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração, alinhadas com as orientações emanadas pelos Órgãos de Supervisão.

O Grupo tem vindo a promover, ao longo dos últimos anos, diversos projectos com vista ao progressivo aperfeiçoamento das práticas de gestão e monitorização dos riscos, considerando a cadência e complexidade evolutiva dos riscos a que o Grupo se encontra exposto e a prioridade da sua implementação.

Por outro lado, prosseguem as acções que visam o progressivo e contínuo desenvolvimento de um sistema de informação de risco completo e tempestivo, suportado por tecnologias de informação específicas para a gestão dos diversos riscos das actividades desenvolvidas. O Grupo tem vindo a efectuar um investimento gradual, mas consistente, e integrado em tecnologias de informação e gestão de risco, com vista a dar resposta aos mais exigentes padrões de informação neste domínio.

Em 2008, o Grupo implementou, no âmbito do novo Modelo de Governação, a função de Risco Corporativo, formalizando assim a constituição de um órgão central para a gestão de riscos, dando assim continuidade a muitos dos projectos que vinham a ser desenvolvidos no enquadramento do Programa Basileia II.

Cada entidade do grupo, possui a sua própria estrutura orgânica de gestão de riscos, dimensionada em função da actividade e dos respectivos riscos associados, seguindo as políticas emanadas pelo órgão de Administração da Rentipar Financeira SGPS.

O Conselho de Administração é responsável pela definição das políticas de risco apoiado pela avaliação e monitorização dos riscos realizada pela Função Corporativa, acompanhando os riscos mais significativos – risco de crédito, de mercado, liquidez e operacional, entre outros – e, propondo sempre que necessário novas políticas e medidas correctivas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

Procedeu-se à realização de exercícios de *self-assessment*, para o sistema de gestão de riscos e para o sistema de controlo de riscos em linha com as orientações do Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, identificando-se as principais deficiências encontradas em cada entidade do Grupo e ao nível Corporativo, tendo-se inventariado e classificado quer as categorias de risco quer o seu grau. Deste exercício, resultaram acções de mitigação e de remediação identificadas e planeadas no tempo em função da importância, severidade e frequência dos riscos identificados.

O Grupo procedeu à realização de testes de esforço em conformidade com a Instrução n.º 18/2007 do Banco de Portugal, seleccionando os testes em função da sua dimensão, dos produtos comercializados, das características dos clientes, das principais massas de balanço, do seu plano estratégico e das ferramentas disponíveis para a gestão dos riscos. Assim os testes foram aplicados aos principais riscos a que o grupo se encontra exposto. O resultado dos testes constitui, assim, mais um instrumento de gestão, contribuindo para a planificação de medidas correctivas em todos os casos considerados materiais.

Basileia II

No exercício de 2008, o Grupo manteve o desenvolvimento e preparação interna para atender às novas exigências em matéria de reporte prudencial solicitadas no Novo Acordo de Capital (Basileia II), tendo sido o primeiro exercício onde se adoptaram as regras previstas no conjunto de Avisos e Instruções regulamentares do Acordo.

Consciente dos desafios e oportunidades que este Novo Acordo vem trazer para o Grupo, têm sido promovidas diversas actividades com vista a dotar o Grupo de ferramentas e uma estrutura de informação indispensável à adaptação das práticas requeridas pelas entidades de Supervisão e pelos Órgãos de Gestão.

As metodologias utilizadas pelo Grupo para o cálculo dos requisitos regulamentares de fundos próprios ao nível do Pilar I, situam-se, ainda, na óptica menos sofisticada. Os métodos utilizados são:

- O Método *Standard* para o risco de Crédito;
- O Método do Indicador Básico para o risco Operacional;
- Método de Avaliação ao Preço de Mercado para risco de Mercado.

O Grupo dispõe, à data, de Modelos Internos de Notação de Risco para uma parte significativa do crédito concedido e para os segmentos mais relevantes. Os modelos foram desenvolvidos considerando as metodologias mais adequadas e preditivas para cada um dos segmentos e/ou produtos. O Grupo pretende, no futuro, adoptar ao nível do risco de crédito, o Método Avançado (*IRB*), contudo somente apresentará a sua candidatura formal após um período de *use test* que considere suficiente para garantir a adequada conformidade das metodologias desenvolvidas, dos mecanismos de avaliação de performance e actualização e da sua aplicação efectiva no processo de decisão.

Os sistemas internos de notação de risco desenvolvidos subdividem-se nas seguintes categorias:

Segmentos	Momento da Utilização	
	Concessão	Acompanhamento
Retalho		
Crédito à Habitação	*Scoring* de concessão CH	*Scoring* comportamental CH
Crédito Pessoal	*Scoring* de concessão CP	*Scoring* comportamental CP
Pequenos Negócios	*Scoring* de concessão PN	*Scoring* comportamental PN
Empresas		
PME's	*Rating* de PMEs	

- Modelos Internos de *Scoring* – Admissão e Comportamental

Os modelos de *Scoring* de Concessão permitem associar a cada proposta de crédito uma probabilidade de incumprimento (*Probability of Default – PD*), sendo utilizados no momento da concessão do crédito. Estes modelos permitem também classificar uma operação, em termos de exposição ao risco, até esta perfazer um ano de vida.

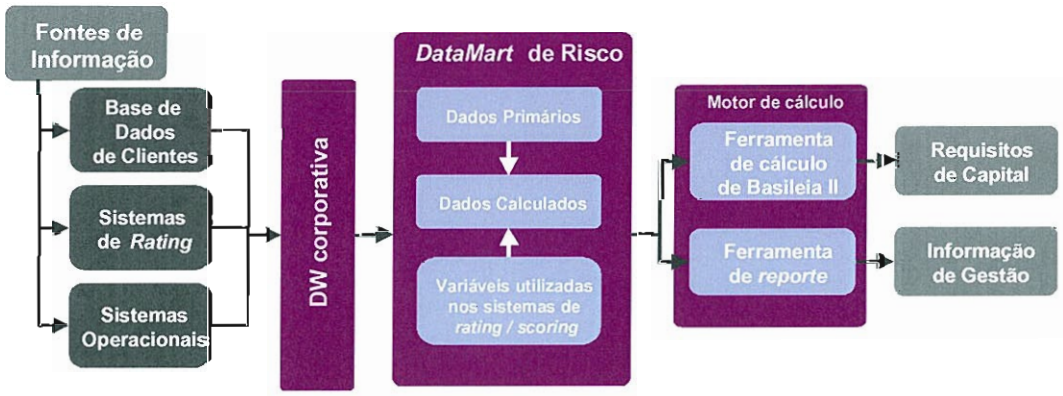
Os modelos de *Scoring* Comportamental têm como objectivo medir o risco das operações de crédito ao longo da sua vida útil, através do comportamento irregular ou não, da contraparte da operação, com mais de um ano de vida.

- Modelo Interno de *Rating* para carteiras de Empresas

O modelo de *Rating* atribui a cada cliente (Empresa), uma classificação de risco de acordo com a sua probabilidade de incumprimento, medindo assim o risco de *default* da contraparte. Este modelo comporta as vertentes de admissão e comportamental, considerando a regularidade de actualização para cada entidade.

Tendo em conta as exigências que envolvem o processo de cálculo dos requisitos de capital, o Grupo segue um conjunto de procedimentos sistematizados num Manual desenvolvido para o efeito, designado de *Reporting Package*, onde constam de forma analítica todas as tarefas, responsabilidades e informação indispensáveis ao cálculo requerido.

As principais fases do processo de cálculo dos requisitos regulamentares de fundos próprios pode ser sintetizada, como segue:



Este processo é realizado centralmente, resultado da entrada de dados de todas as filiais que concorrem para o cálculo consolidado de requisitos de fundos próprios, disponibilizando a Equipa Central os cálculos individuais a cada uma das entidades.

Capital Económico

No contexto do Pilar II do Acordo de Basileia II e em particular na resposta aos requisitos da Instrução n.º 15/2007 do Banco de Portugal, o Grupo Rentipar iniciou um conjunto de actividades que conduzem ao cumprimento dos normativos regulamentares e visam dotar o Órgão de Administração de instrumentos que possibilitem uma gestão adequada dos níveis de capital interno face aos riscos das suas actividades e da sua capacidade para absorver impactos adversos.

O Grupo encontra-se a desenvolver o Processo Interno para a Avaliação da Adequação do Capital Interno, centrando a sua particular atenção para o conjunto de filiais que concorrem para a definição do seu perfil de risco, no âmbito do Modelo de Avaliação de Riscos.

Este processo tem como objectivos dotar o Grupo de um Planeamento de capital económico, adequado à sua estratégia de risco, acompanhado pela realização de exercícios que permitam a quantificação de perdas inesperadas para a globalidade do seu activo e a consequente adequação da estrutura organizacional de governo, processos e controlos. A especificação do perfil de riscos do Grupo irá permitir a criação de cenários para avaliar o capital económico em conjunturas adversas, adoptando planos de contingências de capital que mitiguem as suas consequências.

Este desafio permitirá ao Grupo, em breve, uma melhor percepção dos riscos da sua actividade e a sua incorporação mais activa na tomada de decisões, considerando o processo de aculturação alinhado com a estratégia de gestão de riscos.

Risco de Crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante o Grupo, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

A estratégia de risco de crédito no Grupo assenta num conjunto de políticas que orientam a actividade de concessão e acompanhamento do crédito que, sempre que necessário, são ajustadas em função do desenvolvimento do negócio e das condições de mercado.

A gestão do risco de crédito e, bem assim, a delegação de competências desenvolvem-se de acordo com os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos concedidos a clientes previstos em normativos, os quais são alvo de actualizações e ajustamentos sempre que tal se mostre necessário.

Os normativos são de aplicação genérica no Grupo porquanto, incluem regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e às suas redes de comercialização assim como, regras de preparação, análise e seguimento do crédito concedido aos clientes.

Gestão do Risco de Crédito

O Grupo promove a monitorização contínua do risco de crédito, pela avaliação regular da estrutura global do crédito concedido e de um conjunto de operações consideradas significativas.

A avaliação da carteira é realizada tendo em conta os objectivos qualitativos estabelecidos anualmente e, visa orientar os objectivos quantitativos definidos para a actividade comercial. Assim, fazem parte deste enquadramento, a definição de objectivos de notação de risco da carteira, de concentração/dispersão de exposição ao risco, de distribuição geográfica, sectorial, de grandes riscos, de riscos por colateral/garantias, entre outros.

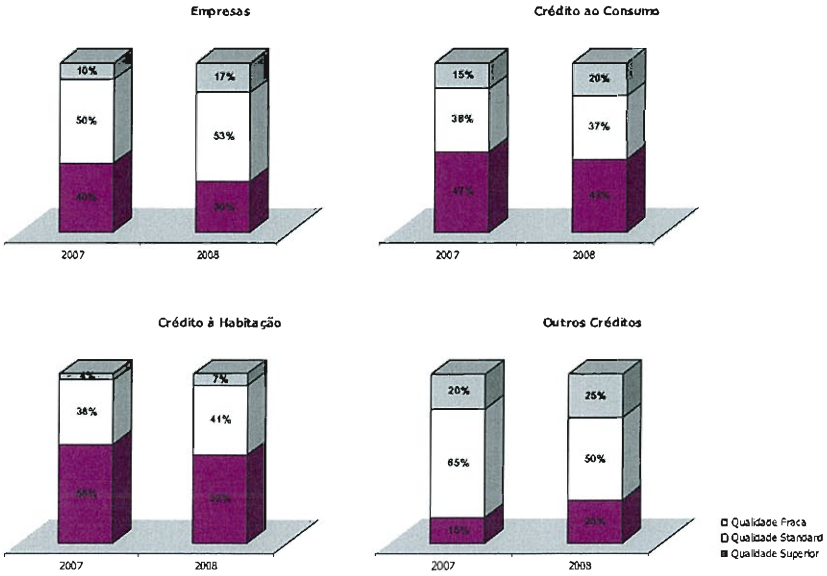
O Grupo tem prosseguido com o desenvolvimento de projectos no âmbito da modelização de sistemas internos de notação de risco, que têm evidenciado uma capacidade adequada no que concerne à identificação e predição do risco de crédito.

Considerando as particularidades do *Portfolio* de crédito do Grupo, os modelos internos de notação de risco atendem às características específicas dos clientes, a variáveis históricas e de relacionamento e às características das operações quer qualitativas quer quantitativas.

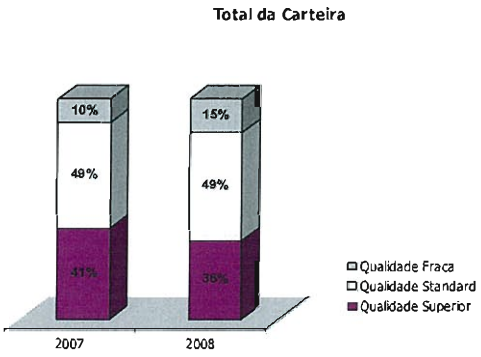
a) Qualidade dos activos financeiros

Crédito Concedido

A repartição da carteira de crédito do Grupo por notação de risco para os principais segmentos de negócio, a 31 de Dezembro de 2008, apresenta a seguinte estrutura ao nível da qualidade do crédito:



A evolução da carteira total do crédito apresenta a seguinte distribuição:



A distribuição da qualidade do crédito a clientes, baseia-se na classificação atribuída às carteiras das Entidades mais representativas do Grupo, desagregadas pelos segmentos mais significativos e qualificadas em três níveis de risco. A carteira de crédito do Grupo foi objecto de avaliação interna de risco, baseada nas Probabilidades de *Default* (*PD*) aplicáveis aos principais produtos e segmentos de negócio. As *PD*'s foram agregadas por níveis de risco de modo a serem classificadas nas categorias de Risco de Qualidade Superior, de Qualidade Standard e de Qualidade Fraca.

Ainda e, no que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade apresentam a 31 de Dezembro de 2008, os seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

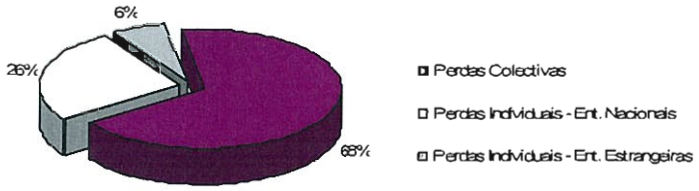
	2008	2007
Crédito a Clientes, do qual:	10.590.663	8.816.168
Crédito e juros vencidos	329.760	244.726
Crédito vencido há mais de 90 dias	299.480	225.441
Imparidade do crédito	(253.714)	(196.393)
Indicadores (%)		
Crédito e juros vencidos/Crédito a clientes	3,11%	2,78%
Imparidade do crédito/Crédito a clientes	2,40%	2,23%
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito e juros vencidos	90,82%	92,12%

Avaliação de imparidade

À data de 31 de Dezembro de 2008, o valor das perdas por imparidade colectiva e individual, incluindo as perdas extrapatrimoniais, ascendem a 175.072 milhares de euros (2007 - 158.061 milhares de euros) e 81.852 milhares de euros (2007 - 40.950 milhares de euros), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008, o crédito analisado individualmente ascendeu a 287.795 milhares de euros, correspondendo a 386 clientes com responsabilidades acima dos 250 milhares de euros.

No final do exercício, a contribuição para o montante total das perdas estimadas para o crédito concedido pelas Entidades nacionais e estrangeiras do Grupo, é apresentado como segue:

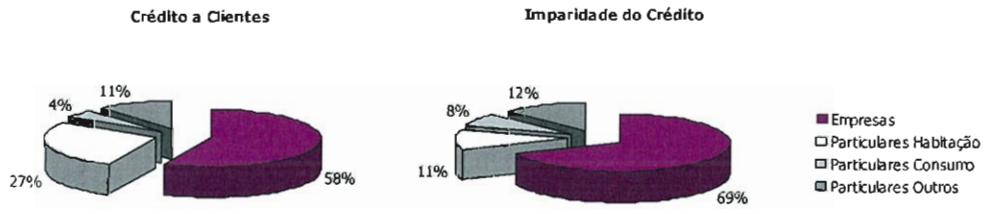


À data, a avaliação da imparidade do crédito concedido e valores a receber pelas Entidades estrangeiras do Grupo, é efectuada em base casuística, apurando-se apenas um total de perdas individuais, considerando a inexistência de histórico de incumprimento que possibilite a obtenção de factores de risco (*PD*'s e *LGD*'s) para uma avaliação colectiva das carteiras.

Ainda, no exercício findo em 2008, o justo valor dos colaterais associados às operações analisadas individualmente, para efeitos do apuramento da imparidade individual, ascendem a 231.918 milhares de euros (2007: 153.159 milhares de euros). Os colaterais associados a estas operações são representados, essencialmente, por hipotecas, títulos e depósitos.

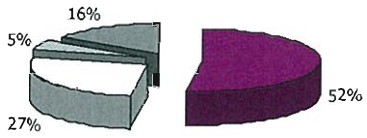
O montante do crédito concedido face às perdas estimadas por segmento, para os exercícios de 2008 e 2007, apresenta os seguintes valores:

2008



2007

Crédito a Clientes



Imparidade do Crédito

Em 31 de Dezembro de 2008, a imparidade do crédito concedido apresenta a seguinte movimentação face a 2007:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2007	131.421	26.080	15.139	23.753	196.393
Reforços	55.383	7.253	5.554	14.246	82.437
Utilizações	(6.661)	(18)	0	(59)	(6.738)
Reversões e Recuperações	(5.468)	(5.027)	(1.161)	(6.722)	(18.378)
Saldo 2008	**174.675**	**28.288**	**19.533**	**31.218**	**253.714**

(valores expressos em milhares de Euros)

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2006	126.148	14.900	4.890	18.802	164.740
Reforços	48.156	11.258	10.885	14.899	85.198
Utilizações	(561)	(78)	-	(729)	(1.368)
Reversões e Recuperações	(42.322)	-	(636)	(9.219)	(52.177)
Saldo 2007	**131.421**	**26.080**	**15.139**	**23.753**	**196.393**

Crédito e juros vencidos

À data de 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante de crédito e juros vencidos por antiguidade apresenta a seguinte desagregação:

2008 (valores expressos em milhares de Euros)

Classe	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	20.944	2.816	2.730	3.790	30.280
3 - 6 m	13.129	1.916	2.549	4.898	22.492
6 - 9 m	19.280	3.555	2.161	5.866	30.862
9 - 12 m	12.231	3.069	1.891	3.842	21.033
12 - 15 m	14.447	1.613	2.316	3.694	22.070
15 - 18 m	9.528	1.413	1.946	3.326	16.213
18 - 24 m	22.015	2.433	2.286	8.706	35.440
24 - 30 m	11.209	1.239	1.866	8.364	22.678
30 - 36 m	18.612	767	982	5.477	25.838
36 - 48 m	19.030	695	2.384	7.013	29.122
48 - 60 m	17.289	747	1.308	7.836	27.180
> 60 m	25.885	7.325	2.407	10.935	46.552
Total	**203.599**	**27.588**	**24.826**	**73.747**	**329.760**

2007 (valores expressos em milhares de Euros)

Classe	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	11.702	2.788	3.152	1.643	19.285
3 - 6 m	12.187	2.400	2.088	2.666	19.341
6 - 9 m	11.112	2.809	2.254	1.850	18.025
9 - 12 m	11.203	2.478	1.169	3.012	17.862
12 - 15 m	6.579	1.643	728	5.558	14.508
15 - 18 m	7.186	1.092	1.607	1.657	11.542
18 - 24 m	20.796	2.042	1.653	4.709	29.200
24 - 30 m	12.872	1.939	1.040	3.853	19.704
30 - 36 m	7.160	2.502	2.046	503	12.211
36 - 48 m	16.879	3.412	2.526	5.261	28.078
48 - 60 m	13.224	2.352	1.718	3.692	20.986
> 60 m	17.551	6.638	2.242	7.553	33.984
Total	**148.451**	**32.095**	**22.223**	**41.957**	**244.726**

Créditos Renegociados

As políticas seguidas pelo Grupo para a renegociação de créditos, em situação de crédito vencido, pressupõem a realização de procedimentos de regularização, como seguem:

- Pagamento dos juros vencidos;
- Reforço de garantias;
- Reclamação junto das Instâncias Judiciais com vista à recuperação dos valores em dívida;
- Reclamação, quando aplicável, de montantes a receber relativo a indemnizações decorrentes de sinistros reclamados.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito não vencido, mas cujas condições foram renegociadas ascendem aos seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

Créditos renegociados	2008	2007
Empresas	8.677	12.116
Particulares - Consumo	290	229
Particulares - Imobiliário	3.566	2.750
Particulares - Outros	2.054	3.006
Total	14.587	18.101

Títulos e Derivados

Os quadros seguintes apresentam as carteiras de títulos de dívida e derivados ventiladas por *ratings* externos (emissão/emitente). Os *ratings* das carteiras foram apurados com base nos *ratings* das agências internacionais Moody's, Fitch e S&P, segundo as regras de Basileia II.

2008 (valores expressos em milhares de euros)

	Classificação Interna				
	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	182	9.637	75.018	74.692	159.529
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	50.611	1.487	-	15.752	67.850
Activos financeiros disponíveis para venda	38.617	6.693	11.468	42.435	99.213
Investimentos detidos até à maturidade	69.843	6.148	6.693	1.319	84.003
Total	**159.253**	**23.965**	**93.179**	**134.198**	**410.595**
Em %	38,8%	5,8%	22,7%	32,7%	100,0%

2007 (valores expressos em milhares de euros)

	Classificação Interna				
	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	1.163	4.535	57.241	126.418	189.357
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	160.917	18.523	4.106	4.058	187.604
Activos financeiros disponíveis para venda			5.533	-	5.533
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-
Total	**162.080**	**23.058**	**66.880**	**130.476**	**382.494**
Em %	42,4%	6,0%	17,5%	34,1%	100,0%

A identificação dos títulos incluídos nas diversas carteiras encontra-se descrita nas notas 8,9 e 10.

b) Processo de avaliação do risco de crédito

A avaliação do crédito não padronizado é realizada individualmente e, desenvolvida considerando as condições dos mercados onde os clientes operam, a evolução das suas notações de risco e a qualidade dos indicadores de transacção com o Grupo. Os créditos padronizados - crédito habitação, crédito pessoal, crédito a pequenos negócios – são avaliados com regularidade de forma colectiva, estando cada *portfolio* monitorizado no que se refere ao risco e qualidade do crédito.

Ainda e, no que se refere ao controlo dos riscos, o Grupo realizou no exercício, testes de esforço no âmbito dos diversos riscos que vieram contribuir para uma gestão mais eficaz e eficiente dos riscos. Os testes de esforço são considerados para o Grupo como instrumentos de gestão e de apoio à tomada de decisão pelo que contribuem para uma gestão mais sã e prudente dos riscos aos quais as Entidades do Grupo se encontram expostas.

As acções desenvolvidas no âmbito de Basileia II, para dar resposta à prestação de informação adicional de âmbito prudencial, vieram contribuir para a melhoria dos sistemas de informação e dos demais modelos preditivos de factores de risco, promovendo uma melhoria das condições ao exercício da gestão e mitigação dos riscos da actividade.

c) Monitorização do risco de crédito

A monitorização do risco de crédito assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito da carteira do Grupo e, na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos.

No exercício de 2008, o Grupo iniciou um projecto para a implementação de sinais de alerta num sistema central de informação do Grupo.

Esta iniciativa assenta num projecto de reestruturação das práticas, políticas e procedimentos inerentes à gestão de recuperação do crédito vencido que envolve o desenvolvimento de um conjunto de ferramentas com vista a proporcionar melhorias na gestão preventiva do incumprimento e respectiva recuperação.

Através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras segmentadas é efectuada a monitorização do risco de crédito, avaliando-se a eficácia das políticas instituídas, a rendibilidade ajustada ao risco e eventual aplicação de medidas correctivas.

d) Mitigação do risco de crédito

O valor e natureza dos colaterais – garantias do crédito concedido - bem como o grau de cobertura necessário depende do resultado da avaliação do risco de crédito da contraparte.

O Grupo dispõe de procedimentos internos no que respeita à aceitação de determinados tipos de colaterais com critérios específicos de avaliação.

No entanto, existem certo tipo de colaterais que, por natureza, estão associados a determinado tipo de crédito concedido, a saber:

- No crédito de médio/longo prazo a Particulares, como o crédito imobiliário, o colateral tem normalmente a natureza de garantia real, nomeadamente a hipoteca do imóvel e/ou penhor de depósitos;
- No crédito de curto prazo a Particulares são normalmente exigidas apenas garantias pessoais.
- No caso do crédito a Empresas, nomeadamente o crédito *revolving,* são solicitadas garantias pessoais dos sócios/accionistas sendo que, nalguns casos, são exigidas garantias reais, tais como a hipoteca de imóveis ou penhor de depósitos ou títulos. Estas situações variam em função do risco atribuído ao cliente e da maturidade do crédito concedido a Empresas.

Os colaterais que, por incumprimento do cliente, são executados e passam para a posse do Grupo são, na sua generalidade, vendidos para o cumprimento total ou parcial da dívida, sendo raras as situações em que o Grupo permanece com a propriedade desses bens executados para seu uso comercial.

Análise do Risco de Crédito

(valores Expressos em milhares de Euros)

	2008		2007	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Activos Financeiros detidos para negociação	274.724	274.724	253.584	253.584
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	262.860	262.860	301.224	301.224
Activos Financeiros disponíveis para venda	159.476	159.476	218.537	218.537
Crédito a Clientes	10.420.522	5.654.031	8.619.775	4.629.292
Investimentos detidos até à maturidade	84.003	84.003	-	-
Activos não correntes detidos para venda	41.885	41.885	68.404	68.404
Outros Activos	1.766.536	1.766.536	1.356.128	1.356.128
Sub-Total	**13.010.006**	**8.243.515**	**10.817.652**	**6.827.169**
Passivos contigentes	2.235.007	2.235.007	818.503	818.503
Compromissos assumidos	1.575.955	1.575.955	1.729.777	1.729.777
Sub-Total	**3.810.962**	**3.810.962**	**2.548.280**	**2.548.280**
Total de exposição a risco de crédito	**16.820.968**	**12.054.477**	**13.365.932**	**9.375.449**

A exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2008, face ao final do ano anterior é apresentada como segue:

Relativamente à exposição ao risco de crédito por segmentos, de acordo com Basileia II, a exposição patrimonial bruta ao risco, à data de 31 de Dezembro de 2008, apresenta a seguinte distribuição:

(valores Expressos em milhares de Euros)

		2008	
Segmento		**Exposição**	**RWA**
Administrações regionais ou autoridades locais		83.003	16.601
Administrações Centrais e Bancos Centrais		120.273	48.073
Carteira de Retalho		2.207.402	1.591.201
Corporate	Corporate	703.221	649.199
	SME	3.399.443	3.138.295
Instituições		282.589	156.672
OIC		279.559	279.559
Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos		35.880	5.047
Outros Elementos		2.072.758	1.618.485
Posições garantidas por bens imóveis	Comercial	301.234	122.385
	Residencial	3.034.802	1.232.972
Elementos Vencidos (definição de Basileia II)		599.301	520.939
Total de Exposição Bruta a riscos de crédito		**13.119.465**	**9.379.428**

Os segmentos "Corporate" e "Posições Garantidas por Bens Imóveis", apresentam-se como os segmentos mais representativos com 31% e 25%, respectivamente, face ao total da exposição ao risco de crédito.

O Segmento "Carteira de Retalho" apresenta um valor relevante, evidenciando a disseminação do risco de crédito por Pequenas Empresas e Particulares.(excepto Crédito à Habitação).

No exercício de 2008, o segmento com maior consumo de capital é o segmento "Corporate" com um *RWA* de 3,8 mil milhões de Euros (40 % face ao total de *RWA)*, destacando-se em termos opostos, o segmento de "Posições Garantidas por Bens Imóveis", o qual apresenta um RWA de 14 %, apesar do seu peso no total da exposição ser de 25 %, resultando esta situação da menor ponderação de risco dos activos incluídos neste segmento, nomeadamente dos Imóveis Residenciais.

a) Estrutura da carteira de crédito

À data de 31 de Dezembro de 2008, o crédito a clientes apresenta a seguinte distribuição

(valores expressos em milhares de Euros)

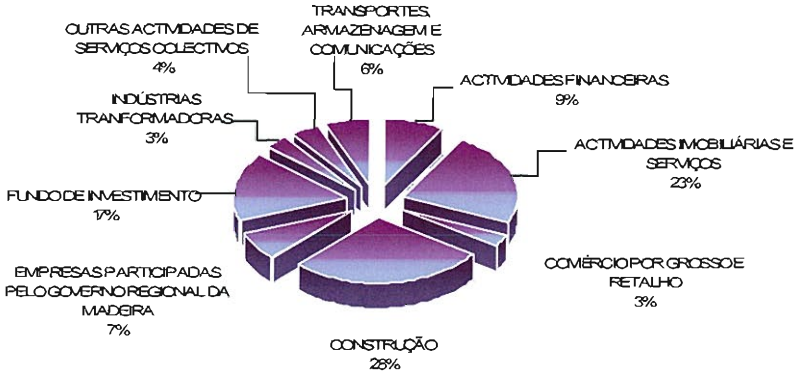
	2008		2007	
	Exposição máxima	**Exposição líquida**	**Exposição máxima**	**Exposição líquida**
Indústria	742.719	630.571	774.122	670.534
Construção	940.905	622.420	674.642	347.352
Vendas a Retalho	400.527	300.693	350.809	230.189
Serviços	1.843.756	1.110.880	1.019.537	313.983
Instituições financeiras e seguradoras	245.171	218.913	265.231	198.802
Sector Público	84.365	83.474	175.023	165.583
Outros (inclui Particulares)	6.163.079	2.687.080	5.360.411	2.702.850
Total de Exposição a riscos de crédito	**10.420.522**	**5.654.031**	**8.619.775**	**4.629.293**

sectorial:

O segmento "Serviços" representa 18% do total da exposição máxima em 2008, considerando que engloba também valores referentes a exposições de actividades imobiliárias.

Ainda, e no que se refere à exposição de risco por sector, salientamos que a exposição ao risco de crédito dos top-20 clientes e/ou grupos económicos ascende, à data de 31 de Dezembro de 2008 (incluindo crédito directo e garantias prestadas), a 1.079 milhões de euros. A distribuição do crédito pelos diversos sectores é apresentada, como segue:

Distribuição sectorial - TOP 20



b) Exposição aos Mercados

Em 31 de Dezembro de 2008, a exposição ao risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado português, assumindo uma representatividade de 88%, destacando-se o expressivo contributo das Regiões Autónomas (29% do total do crédito concedido):

(valores expressos em milhares de Euros)

	2008		2007	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Portugal Continental	6.140.610	3.275.452	6.534.632	3.545.721
Regiões Autónomas	3.056.842	1.559.739	1.489.870	826.653
União Europeia	313.217	36.995	293.249	98.879
Resto da Europa	145.507	136.208	60.244	53.911
América do Norte	142.622	109.042	140.128	41.924
América Latina	398.422	373.997	59.157	31.599
Resto do Mundo	223.302	162.598	42.495	30.605
Total de exposição a riscos de crédito	**10.420.522**	**5.654.031**	**8.619.775**	**4.629.292**

Relativamente aos restantes mercados, o mercado da América Latina, reflecte a representatividade que o Grupo tem no Brasil de 4% e, sendo também de salientar o mercado da União Europeia com uma expressividade de 3%.

c) **Exposição aos mercados por distribuição sectorial**

Em 31 de Dezembro de 2008, é de destacar a já referida concentração do crédito em Portugal, bem como o peso significativo das Instituições Financeiras e Seguradoras no Resto da Europa (39 % neste segmento).

(valores expressos em milhares de Euros)

						2008	
	Portugal	Resto da Europa	América latina	União Europeia	Resto do Mundo	América do Norte	Total
Serviços*	1.825.413	7.702	5.949	3.838	4	850	**1.843.756**
Construção	940.705	200	-	-	-	-	**940.905**
Instituições financeiras e seguradoras	141.909	94.685	1.777	5.861	939	-	**245.171**
Indústria	742.574	107	3	35	-	-	**742.719**
Vendas a Retalho	399.235	532	-	760	-	-	**400.527**
Sector público	84.365	-	-	-	-	-	**84.365**
Outros (inclui Particulares)	5.063.251	42.281	390.693	302.723	222.359	141.772	**6.163.079**
Total Exposição por Sector de Actividade / Áreas Geográficas	**9.197.452**	**145.507**	**398.422**	**313.217**	**223.302**	**142.622**	**10.420.522**

* Serviços inclui Actividades Imobiliarias e outros serviços prestados às empresas.

d) Montantes médios por intervalos de exposição

Em 31 de Dezembro de 2008, a exposição média da carteira de crédito por intervalos de valor de operação, apresenta os seguintes montantes:

(valores Expressos em milhares de Euros)

	2008			
Intervalo de valor por Operação	**Nr Clientes**	**Crédito**	**Exposição média**	**Peso**
] 0M a 0,5M]	743.515	6.320.566	9	60,7%
] 0,5M a 2,5M]	1.785	1.817.272	1.018	17,4%
] 2,5M a 5M]	229	766.347	3.346	7,4%
] 5M a 10M]	85	565.469	6.653	5,4%
] > 10M [	46	950.868	20.671	9,1%
Total	**745.660**	**10.420.522**		

Face aos valores apresentados, 78% do montante total do crédito resulta de operações com uma exposição ao risco de crédito até 2,5 milhões de Euros, o que denota a disseminação existente no crédito concedido.

Risco de Mercado

Risco de mercado entende-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias.

A gestão de risco de mercado no Grupo define-se como prudente e é monitorizada de forma contínua. Em base sistemática, os limites de actuação nos mercados são revistos e ajustados pelo Órgão de Gestão, sempre que necessário. A sua actuação assenta em regras de funcionamento e controlo internas e nas normas emanadas pelas Órgão de Supervisão.

Gestão do Risco de Mercado

A política de gestão do risco de mercado no Grupo caracteriza-se pela cobertura de risco nos activos de maior volatilidade, nomeadamente nos produtos de taxa fixa e taxa de câmbio das operações contratadas com clientes. As posições registadas na carteira de negociação do Banco incluem riscos de natureza cambial, taxa fixa e taxa variável cujas oscilações são relevadas contabilisticamente a preços de mercado.

São realizadas periodicamente análises de sensibilidade à taxa de juro, com recurso a cenários para medição do seu impacto ao nível da margem de juros e nos fundos próprios, de acordo com as recomendações do Órgão de Supervisão.

Análise do Risco de Mercado

a) Análise de sensibilidade à taxa de juro

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro tem como objectivo avaliar a exposição do Grupo a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos, sendo que, no exercício, manteve-se dentro dos limites superiormente aprovados.

Foram realizados no exercício testes de esforço ao risco de taxa de juro da carteira bancária, com base nas metodologias preconizadas na Instrução 19/2005 e Instrução 18/2007 do Banco de Portugal. A magnitude dos impactos simulados não é considerada significativa.

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro dos instrumentos financeiros tem por base a análise efectuada para efeitos do reporte a entidades de supervisão. A análise considera um choque standard de 200 p.b. na taxa de juro positiva ou negativa, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), contudo o Grupo determina o impacto nos seus indicadores de outras magnitudes de choque.

Desta análise foram excluídos todos os instrumentos financeiros patrimoniais e extrapatrimoniais que, por definição, não são afectados pelas variações ocorridas nas taxas de juro.

Análise de sensibilidade
Impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas de juro
por moedas relevantes

		2008	2007
EUR	Impacto na Situação Líquida	-64.607	-42.609
	Fundos Próprios	888.366	956.884
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	**-7%**	**-4%**
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-7.141	29.925
	Margem Financeira	268.575	240.354
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	**-3%**	**12%**
USD	Impacto na Situação Líquida	-4.842	2.153
	Fundos Próprios	888.366	956.884
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	**-1%**	**0%**
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	332	-6.351
	Margem Financeira	268.575	240.354
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	**0%**	**-3%**
TOTAL	Impacto na Situação Líquida	-69.449	-40.456
	Fundos Próprios	888.366	956.884
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	**-8%**	**-4%**
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-6.809	23.574
	Margem Financeira	268.575	240.354
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	**-3%**	**10%**

b) Análise de sensibilidade à taxa de câmbio

O risco cambial representa o risco de que o valor de instrumentos financeiros expressos em moeda estrangeira apresentem flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Grupo monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas, e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

A maior exposição ao risco de crédito em moeda estrangeira, centra-se na carteira de crédito concedido em USD, conforme divulgado no quadro seguinte:

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2008
Moeda	**Crédito**
EUR	9.634.928
USD	393.827
BRL	306.696
CVE	74.957
JPY	5.521
CHF	3.189
GBP	1.383
CAD	9
DKK	8
SEK	4
Total	**10.420.522**

Apesar do montante não ser significativo, representando menos de 5% da exposição, é de referir que existem, no Grupo, instrumentos de cobertura do risco cambial.

c) Análise de sensibildade aos riscos de preços

Os riscos de preços resultam essencialmente do negócio da Banca de Investimento, tendo um peso pouco significativo no total consolidado do Grupo.

Reflectindo este reduzido peso em termos relativos, a generalidade das entidades do Grupo sujeitas a reporte prudencial com excepção do Banco de Investimento, está a fazer uso da disposição constante da regulamentação do Banco de Portugal (cf. DL 103/2007), que permite que os requisitos de capital relativos à carteira de negociação sejam calculados de acordo com os requisitos de capital para risco de crédito, caso se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- A actividade da carteira de negociação não ser normalmente superior a 5% da actividade global;
- A exposição total da carteira de negociação ser normalmente inferior a 15 milhões de euros;
- A actividade da carteira de negociação não exceder 6% da actividade global e o valor não ultrapassar os 20 milhões de euros.

Relativamente ao Banco de Investimento, no âmbito do controlo e avaliação do risco de mercado, existe uma rotina diária do cálculo do VaR (*value-at-risk*), para a sua carteira de negociação, a qual é composta essencialmente por títulos de renda fixa e acções, e que visa medir a volatilidade e o risco destas carteiras, não existindo, contudo, uma gestão diária de limites de exposição com base na metodologia VaR.

Nos quadros seguintes, apresenta-se o cálculo do *Value-at-Risk* (VaR) para carteira de títulos de negociação detidos pelo Banco de Investimento que, a 31 de Dezembro de 2008, ascendia a cerca de 40 milhões de euros, composta essencialmente por títulos de renda fixa, em que a componente de acções apresenta um valor residual.

Para o cálculo desta métrica de risco foi utilizado o software especializado BarraOne, propriedade da "MSCI Barra", tendo sido calculado o *VaR* com um horizonte de 10 dias e uma probabilidade de 99%, em linha com as boas práticas internacionais, em particular, seguindo as recomendações constantes do acordo de capital de Basileia.

A 31 de Dezembro 2008, o *VaR* da carteira de negociação ascendia a cerca de 1,1 milhões de euros, representando 3.2% do valor de mercado da carteira (foram excluídos 3 títulos por insuficiência de informação de mercado para aferir o risco, correspondendo a 7% do valor da carteira total em análise). O *VaR* global da carteira de negociação do BBI correspondia a 2,5% dos fundos próprios de base (*Tier 1*) da instituição.

A decomposição do *VaR* por tipo de títulos a 31 de Dezembro de 2008 é a seguinte:

(valores expressos em milhares de euros)

	2008	
	VaR	**VaR%**
Acções	4	4,38%
Obrigações	1.224	3,60%
Efeito diversificação	-152	n.a.
Total	**1.076**	**3,16%**

A decomposição do *VaR* por tipo de risco, a 31 de Dezembro de 2008 é a seguinte:

(valores expressos em milhares de euros)

	2008			
Fontes de Risco	**Desvio Padrão**	**% Risco da Carteira**	**Variância da Carteira**	**VaR da Carteira**
Risco de Mercado	6,39	87,80%	40,77	1.008
Risco Global (factores comuns)	**6,29**	**85,10%**	**39,54**	**993**
Indústria	0,01	0,00%	0	2
Taxa de Juro (*Yield Curve*)	1,36	4,00%	1,85	215
Spread	0,59	0,70%	0,34	93
Mercados Emergentes	6,23	83,60%	38,82	984
Commodities	0	0,00%	0	0
Correlação - factores comuns	N/A	-3,20%	-1,48	N/A
Risco Específico	**1,11**	**2,70%**	**1,23**	**175**
Risco Cambial	**4,76**	**48,80%**	**22,66**	**752**
Correlação Moeda / Mercado	N/A	-36,60%	-16,99	N/A
Risco Total	**6,81**	**100%**	**46,44**	**1.076**

Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada.

Gestão do Risco de Liquidez

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *Gaps* de liquidez.

As políticas de obtenção de *funding*, quer junto dos Clientes, quer no mercado financeiro e Banco Central Europeu, têm garantido, apesar de uma redução generalizada dos níveis de liquidez no sistema financeiro, a estabilidade dos recursos, mantendo-se quer o *liquidity gap* quer o *cumulative gap* dentro dos limites aceitáveis para os vários períodos analisados.

A volatilidade nos mercados no ano de 2008, obrigou a um acompanhamento mais apertado na situação de liquidez corrente, não apenas pelos indicadores presentes nas disposições emanadas do Banco de Portugal, mas também pelos indicadores internos orientados a uma gestão eficiente diária.

Análise do Risco de Liquidez

À semelhança do risco de taxa de juro, foram realizados também testes de esforço relativos ao risco de liquidez. A magnitude dos impactos simulados permitiram concluir que a exposição a este risco é aceitável dado o enquadramento macro-económico verificado.

No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Grupo, têm sido elaboradas regularmente análises quantitativas e qualitativas e *stress testings* que permitem identificar debilidades e preconizar a tomada de medidas, consagradas num Plano de Contingência, que visem o restabelecimento da situação de liquidez, sempre que se julgue necessário.

a) Concentração de risco por data de maturidade

2008	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
Passivo	**2.835.911**	**2.151.038**	**1.659.109**	**1.272.452**	**2.871.446**	**1.373.283**	**12.163.239**
Recursos de IC´s	644.452	406.384	242.475	364.100	1.321.707	67.734	3.046.852
Debitos para com Clientes	2.113.734	1.707.048	1.315.277	628.523	579.550	139.928	6.484.060
Debitos representados por Titulos	52.187	20.116	72.289	259.395	858.515	303.140	1.565.642
Passivos Subordinados	-	15.202	15.231	-	109.539	183.133	323.105
Outros Passivos	25.538	2.288	13.837	20.434	2.135	666.124	730.356
Provisões	-	-	-	-	-	13.224	13.224
Capital e reservas	-	-	-	-	-	846.767	846.767
Total	**2.835.911**	**2.151.038**	**1.659.109**	**1.272.452**	**2.871.446**	**2.220.050**	**13.010.006**
Activo							
Credito sobre Ic´s	45.998	31.077	20.211	14.687	-	187.288	299.261
Credito sobre Clientes	922.424	908.907	812.548	1.169.732	2.551.845	4.055.066	10.420.522
Titulos de Rend fixo e variavel	61.424	73.230	91.551	139.894	189.652	141.309	697.060
Participações e Imobilizações	736	-	-	-	-	427.597	428.333
Outros Activos	270.211	59.923	3.137	117.020	43.988	670.551	1.164.830
Total	**1.300.793**	**1.073.137**	**927.447**	**1.441.333**	**2.785.485**	**5.481.811**	**13.010.006**

(valores Expressos em milhares de Euros)

2007	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
Passivo							
Recursos de IC´s	1.059.043	258.260	75.450	174.802	45.913	163.555	1.777.023
Debitos para com Clientes	1.753.041	1.104.736	897.585	929.243	546.919	6.194	5.237.718
Debitos representados por Titulos	39.538	16.602	12.765	26.572	1.690.847	7.556	1.793.880
Passivos Subordinados	0	193	216	0	112.960	240.487	353.856
Outros Passivos	321.734	78.057	6.074	16.860	17.123	339.849	779.697
Provisões	0	0	0	0	16.564	0	16.564
Capital e reservas	0	0	0	0	0	858.914	858.914
Total	**3.173.356**	**1.457.848**	**992.090**	**1.147.477**	**2.430.326**	**1.616.555**	**10.817.652**
Activo							
Credito sobre Ic´s	103.360	23.231	77.875	16.015	29.892	58.436	308.809
Credito sobre Clientes	728.970	849.211	867.655	1.109.769	1.763.780	3.300.390	8.619.775
Titulos de Rend fixo e variavel	237.096	31.858	25.867	161.460	163.868	153.196	773.345
Participações e Imobilizações	0	0	0	0	0	368.699	368.699
Outros Activos	366.244	4.272	4.011	41.127	2.624	328.746	747.024
Total	**1.435.670**	**908.572**	**975.408**	**1.328.371**	**1.960.164**	**4.209.467**	**10.817.652**

A análise dos desfasamentos (Gap) verificados entre os prazos de refixação ou revisão das taxas de juro dos instrumentos financeiros considerados, permite também verificar concentrações de riscos de taxa de juro nos vários prazos.

2008 (valores expressos em milhares de euros)

	GAP	GAP Acumulado	% GAP /Total Activo	% GAP acumulado /Total Activo
Até 1m	(1.535.118)	(1.535.118)	-11,8%	-11,8%
1-3m	(1.077.901)	(2.613.019)	-8,3%	-20,1%
3-6m	(731.662)	(3.344.681)	-5,6%	-25,7%
6-12m	168.881	(3.175.800)	1,3%	-24,4%
1-5y	(85.961)	(3.261.761)	-0,7%	-25,1%
>5Y	3.261.761	-	25,1%	-

2007 (valores expressos em milhares de euros)

	GAP	GAP Acumulado	% GAP /Total Activo	% GAP acumulado /Total Activo
Até 1m	(1.737.686)	(1.737.686)	-16,1%	-16,1%
1-3m	(549.276)	(2.286.962)	-5,1%	-21,1%
3-6m	(16.682)	(2.303.644)	-0,2%	-21,3%
6-12m	180.894	(2.122.750)	1,7%	-19,6%
1-5y	(470.162)	(2.592.912)	-4,3%	-24,0%
>5Y	2.592.912	-	24,0%	-

Considerando o interesse do Grupo em aperfeiçoar as metodologias que permitem desenvolver a actividade de medição e gestão dos vários riscos de balanço e, bem assim, alinhar os procedimentos e estrutura organizacional de acordo com as melhores práticas de mercado,

iniciou-se no exercício, um projecto para o desenvolvimento de um Modelo de *ALM - Asset and Liabillity Management* que permitirá uma melhoria efectiva da actividade de gestão de activos e passivos no Grupo.

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo é desenvolvida por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica para gestão do risco operacional, ajustada à estrutura do Grupo e que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

O conhecimento, actualmente, em várias entidades do Grupo a nível nacional, a orientação para a identificação de focos de risco e respectiva mitigação está presente através da acção dos seus GestoresRO, seleccionados para as áreas de negócio, funcionalmente mais relevantes no território nacional.

Dos reporte

s realizados pelas principais entidades do Grupo a nível nacional, encontra-se disponível uma base de dados de eventos que permite avaliar a sua distribuição por categorias de risco, por tipos de eventos e por linha de negócio possibilitando a sua medição, em frequência e severidade, promovendo-se as acções correctivas adequadas à prevenção e mitigação dos riscos percepcionados ou ocorridos.

Relativamente às Entidades/Filias no exterior está programado a manutenção das acções de *Roll-Out* tendo–se já iniciado diversas acções de formação dedicados ao reporte de eventos críticos.

No exercício de 2008, foram identificadas as principais deficiências das filiais que concorrem mais significativamente para o perfil de risco do Grupo e efectuada a sua relação com os eventos de risco operacional, monitorizando-se as acções de remediação a nível central.

Mantêm-se em curso o desenvolvimento de acções com vista à implementação do interface com aplicações que dispõem de informação relevante para a medição do risco operacional, bem como, para o aprofundamento das diferentes fontes de risco operacional.

44. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros ao justo valor

Nos quadros seguintes, apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 e respectivos métodos de valorização:

31-12-2008

		Técnicas de avaliação		
	Valor de mercado ou cotação	Análise de mercado	Outras	Total
Activos				
Activos financeiros detidos para negociação	146.126	128.598	-	274.724
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	248.520	14.340	-	262.860
Activos financeios disponíveis para venda	89.881	53.980	15.615	159.476
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	41.934	-	41.934
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	267.196	-	267.196

31-12-2007

		Técnicas de avaliação		
	Valor de mercado ou cotação	Análise de mercado	Outras	Total
Activos				
Activos financeiros detidos para negociação	215.568	38.016	-	253.584
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	294.892	6.332	-	301.224
Activos financeios disponíveis para venda	184.714	23.220	10.603	218.537
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	44.747	-	44.747
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	367.416	-	367.416

O justo valor segue as políticas definidas na Nota 3.9.2.

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna "outros".

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto que os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2008, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

	Moeda	
Prazo	EUR	USD
1 dia	2,05%	0,13%
7 dias	2,25%	0,38%
15 dias	2,32%	0,42%
1 mês	2,53%	0,55%
2 meses	2,78%	1,06%
3 meses	2,83%	1,35%
4 meses	2,89%	1,52%
5 meses	2,96%	1,71%
6 meses	3,03%	1,88%
7 meses	3,03%	1,95%
8 meses	3,03%	2,03%
9 meses	3,03%	2,10%
10 meses	3,00%	1,81%
11 meses	2,98%	1,56%
1 ano	2,95%	1,28%
2 anos	2,68%	1,48%
3 anos	2,96%	1,75%
4 anos	3,10%	1,94%
5 anos	3,25%	2,13%
6 anos	3,36%	2,22%
7 anos	3,48%	2,31%
8 anos	3,57%	2,39%
9 anos	3,65%	2,48%
10 anos	3,74%	2,56%
20 anos	3,88%	2,74%
30 anos	3,57%	2,71%

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros disponíveis para venda é adoptada a metodologia dos "*discounted cash-flows*", procedendo-se à análise do valor intrínseco do negócio, actualizando, à data de referência, os cash-flows previsionais à taxa de desconto que reflecte o risco dos mesmos (Zon Madeira: WACC Médio = 10% e *Perpetual Growth Rate* = 2,0%; Zon Açores: WACC Médio = 10% e *Perpetual Growth Rate* = 2,0% e Via Litoral: TIR Accionista = 12%).

As alterações ao justo valor de "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" tiveram um impacto de 9.558 milhares de euros nos resultados de 2008 (-2.844 milhares de euros em 2007).

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

Nos quadros seguintes apresenta-se uma análise comparativa entre o valor de balanço e o justo valor das categorias de instrumentos financeiros que se encontram reconhecidos ao custo ou custo amortizado.

31-12-2008	Valor de balanço	Justo valor	Ganho/perda não reconhecido
Activos			
Aplicações e Disponibilidades em IC's	612.467	612.467	-
Créditos e outros valores a receber	10.420.522	10.420.497	-25
Outros activos financeiros	872.346	873.196	850
Passivos			
Recursos de IC's	3.046.852	3.046.852	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.485.165	6.485.270	105
Responsabilidade representadas por títulos	1.565.642	1.565.642	-

31-12-2007	Valor de balanço	Justo valor	Ganho/perda não reconhecido
Activos			
Aplicações e Disponibilidades em IC's	585.640	585.640	-
Créditos e outros valores a receber	8.619.775	8.620.012	237
Outros activos financeiros	68.778	68.778	-
Passivos			
Recursos de IC's	1.777.023	1.777.023	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.237.718	5.237.696	-22
Responsabilidade representadas por títulos	1.793.880	1.794.184	304

Para as disponibilidades, aplicações e créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Para o crédito a taxa fixa superior a um ano, estimou-se o justo valor pela actualização dos fluxos de caixa esperados, à taxa média das operações efectuadas em Dezembro de 2008 (condições correntes de mercado).

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se incluem depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

45. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

45.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

a) Acordo de Empresa celebrado em 2008 e transformação do Plano de Pensões

Em 2008, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Sociedade) celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social.

Em matéria de Segurança Social, todos os trabalhadores do Banif encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS).

O fundo e o respectivo Plano de Pensões, em vigor até à aprovação do referido Acordo de Empresa (AE), davam cumprimento ao conjunto de benefícios estipulados no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT) em matéria de Segurança Social, designadamente nas cláusulas 136ª e seguintes. Tratava-se de um Plano de Benefício Definido (BD) cujo financiamento era suportado pelo Associado (Sociedade) e pelos Participantes (colaboradores enquadráveis no âmbito da clausula 137ª-A do ACT).

Na sequência da entrada em vigor do AE em 1 de Outubro de 2008, o Fundo foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III.

O Plano de Pensões I deu continuidade ao anterior Plano de Pensões de BD, integrando não só os reformados – como decorre directamente da legislação aplicável – como também os colaboradores ao serviço activo da Sociedade que, à data de 31 de Dezembro de 2006, se encontravam a 5 ou menos anos da reforma por invalidez presumível (65 anos).

O Plano de Pensões II, de Contribuição Definida (CD), abrangeu todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade antes de 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, o Associado definiu não só um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários, como também a atribuição de uma contribuição inicial a afectar às respectivas contas individuais, calculada em função (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efectuada pelo Actuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de Dezembro de 2006 e devidamente reportada ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Banco de Portugal, e (ii) do valor actual das contribuições futuras.

O Plano de Pensões III, também de Contribuição Definida (CD), abrangeu todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade após 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, o Associado definiu um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários.

O Plano II e o Plano III iniciaram-se em 1 de Outubro de 2008, assim como as respectivas contribuições regulares do Associado e dos Participantes.

Em consequência da transformação do Plano de Pensões, houve uma redução material no número de empregados no activo abrangidos para efeitos da atribuição de complementos de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência (benefícios prometidos) ao abrigo pelo Plano de Benefício Definido. Para avaliar o impacto deste corte, foram

efectuados estudos actuariais com referência a 1 de Outubro de 2008, tendo a Sociedade reconhecido até essa data as responsabilidades com o anterior Plano de Benefício Definido e, após essa data, as responsabilidades com o Plano de Pensões I.

Na data da transformação do Fundo, a Sociedade reconheceu também a totalidade das contribuições iniciais para o Plano de Pensões II (de Contribuição Definida).

b) Descrição geral

Na sequência do Acordo de Empresa celebrado em 2008, conforme descrito no ponto anterior, em 31 de Dezembro de 2008, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA assume a obrigação com três Planos de Pensões:

- Plano de Pensões I, de benefício definido, ao abrigo do qual a Sociedade financia a sua responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados abrangidos pelo plano de benefícios definido, em regime de complementaridade da Segurança Social, e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS, com uma taxa de contribuição de 6,5%) abrangendo todos os seus empregados no activo e os pensionistas do Fundo;

- Plano de Pensões II, de contribuição definida, ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;

- Plano de Pensões III, de contribuição definida, ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência.

O Fundo de Pensões Banif é um fundo fechado que tem por objecto financiar as obrigações previstas nos respectivos Planos de Pensões que o integram (Decreto-Lei nº 12/2006, de 20 de Janeiro, que actualmente regula a constituição, gestão e comercialização de Fundos de Pensões). O Fundo foi constituído em 7 de Dezembro de 1989, ao abrigo do Decreto-Lei nº 396/86, de 25 de Novembro.

A entidade gestora do Fundo de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que subcontratou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos do fundo.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades do plano de benefícios definidos, efectuados com referência à data do corte e a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são da responsabilidade da actuária Drª Ana Marta Vasa, da Watson Wyatt Internacional Limited - Sucursal em Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Plano de Benefício Definido abrangia uma população de 76 Pensionistas (66, em 2007) e 26 Activos (1.741, em 2007).

c) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2008		2007
	31/12/08	1/10/08	
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:			
- Homens	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,75%	6,00%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,75%	6,00%	5,50%
Taxa de Crescimento dos Salários	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada	Não aplicada

Na determinação da taxa de desconto são utilizadas as taxas de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e que tenham maturidade aproximada daquela correspondente às responsabilidades a financiar. A maturidade das responsabilidades deverá ser calculada com base na média da esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo, que no caso do Fundo de Pensões do Banif se situa em cerca de 10 anos.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

d) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço e o impacto do corte eram:

	2008				2007
	31/12/08	1/10/08	Corte	1/10/08	
Valor Actual das Responsabilidades:					
Pensões em pagamento	12.573	12.386	0	12.386	11.158
Serviços passados de activos	8.346	8.167	(42.185)	50.352	52.413
Encargos com SAMS	5.204	4.982	(4.882)	9.864	9.996
Total	26.123	25.535	(47.067)	72.602	73.567
Justo valor dos activos do Plano	(25.913)	(28.217)	(39.114)	(67.331)	(71.140)
Deficit	210	(2.682)		5.271	2.427
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos					
"Corredor"	(2.612)	(2.554)	(4.707)	(7.260)	(7.357)
Excesso ao "Corredor"	(3.651)	(1.191)	(2.196)	(3.387)	(3.132)
Total	(6.263)	(3.745)	(6.903)	(10.647)	(10.489)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	(6.053)	(6.427)		(5.377)	(8.062)
Efeito líquido do "corte" e transformação do Fundo:		1.050			

O efeito líquido do corte e transformação do Fundo de Pensões corresponde a:

- ganho com a redução de responsabilidades, no montante de 47.067 milhares de euros, deduzido da fracção proporcional das responsabilidades não reconhecidas ("corredor" e excesso ao "corredor") no montante de 6.903 milhares de euros;

- perda pela contribuição inicial efectuada para o Plano de Pensões II (CD), no montante de 39.114 milhares de euros, e que correspondeu a uma redução dos activos afectos ao plano de benefício definido.

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2008, era de 3.051 milhares de euros (57.946 milhares de euros, em 2007).

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 2.612 milhares de euros (7.357 milhares de euros, em 2007) está incluído no "corredor" e o excedente, no montante de 3.651 milhares de euros (3.132 milhares de euros, em 2007), será amortizado por 1,8 anos, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano.

Em 31 de Dezembro de 2008, o acréscimo, ou redução, de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 805 milhares de euros (1.536 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2007), ou a redução de 797 milhares de euros (1.536 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2007) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 24 milhares de euros (92 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2007), ou a redução 25 milhares de euros (79 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2007).

e) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2008 e 2007, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com os planos de pensões:

i. Plano de Benefício Definido, apresentando-se separadamente os custos suportados até 1 de Outubro de 2008 e após essa data:

	2008		2007
	31/12/08	1/10/08	
Custo do serviço corrente	245	2.959	3.339
Custo dos juros	383	3.035	3.444
Rendimento esperado	(370)	(2.858)	(3.074)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	21	100	238
Encargos suportados pelos beneficiários	0	(551)	(756)
Total gastos do exercício	279	2.685	3.191

ii. Planos de Pensões de Contribuição Definida (Planos de Pensões II e III): as contribuições efectuadas para estes planos a partir de 1 de Outubro de 2008 são reconhecidas como custos do exercício e ascenderam a 800 milhares de euros.

iii. Efeito líquido do corte e transformação do Fundo de Pensões, conforme descrito na alínea d) anterior, que ascendeu a 1.050 milhares de euros de redução de encargos.

O custo de serviço corrente do Plano de Benefício Definido relativo a responsabilidades com pensões de Administradores do Grupo é nulo (224 milhares de euros em 2007) na medida em que todos se reformam por invalidez presumível (65 anos) em 2009. A não verificação deste pressuposto não invalida a não afectação de qualquer montante a

título de custo de serviço corrente na medida em que a responsabilidade a financiar passa a ser calculado em função dos serviços totais.

O custo com contribuições para os Planos de Pensões II ou III, relativas a Administradores do Grupo, foram 2.160 milhares de euros de contribuição inicial (valor alocado na transformação do fundo de pensões) e 11 milhares de euros de contribuição corrente.

f) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto, incluindo o efeito do corte:

	2008			2007
	31/12/08	Corte	1/10/08	
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	25.535	(47.067)	73.567	72.499
Custo do serviço corrente	245	-	2.959	3.339
Custo dos juros	383	-	3.035	3.444
Perdas (ganhos) actuariais	351	-	(6.287)	(4.888)
Pensões Pagas	(391)	-	(672)	(826)
Valor Actual das Responsabilidades finais	26.123	(47.067)	72.602	73.567

g) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2008			2007
	31/12/08	Corte	1/10/08	
Valor do Fundo no início do ano	28.217	(39.114)	71.140	65.881
Rendimento esperado	370	-	2.858	3.074
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(2.283)	-	(6.545)	(2.169)
Contribuição entregue ao fundo	0	-	551	5.180
Pensões pagas pelo fundo	(391)	-	(672)	(826)
Valor do Fundo no final do ano	25.913	(39.114)	67.331	71.140

As contribuições realizadas em 2008, no montante de 551 milhares de euros (5.180 milhares de euros, em 2007), foram realizadas em numerário.

Em 2009, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 521 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2008		2007	
	Montante	%	Montante	%
Acções	539	2,1%	5.036	7,1%
Fundos de Investimento	8.240	31,8%	36.732	51,6%
Dívida Pública	0	0,0%	6.139	8,6%
Obrigações diversas	3.275	12,6%	12.025	16,9%
Imóveis	9.332	36,0%	9.347	13,1%
Mercado monetário	4.293	16,6%	2.672	3,8%
Outros	235	0,9%	(811)	-1,1%
Total	25.913	100,0%	71.140	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 6.049 milhares de euros (6.049 milhares de euros, em 2007).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2008, 1.875 milhares de euros (2.439 milhares de euros, em 2007) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 3.825 milhares de euros (2.067 milhares de euros, em 2007) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

h) Benefícios garantidos por seguros de vida

Para além do Fundo de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

i) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício, apresentando separadamente os períodos até 1 de Outubro de 2008 e após essa data, foram:

	2008		2007
	31/12/08	1/10/08	
Taxa de Mortalidade	0,06%	0,06%	0,12%
Taxa de Invalidez	0,35%	0,35%	0,13%
Taxa de Rendimento do Fundo	-11,66%	-4,95%	1,39%
Taxa Crescimento Salários	4,01%	4,43%	6,56%
Taxa Crescimento Pensões	11,87%	11,87%	-0,30%
Taxa de 'turnover'	6,00%	2,97%	2,79%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido, nos últimos 5 anos, apresenta-se da seguinte forma:

	2008	2007	2006	2005	2004
Valor Actual das Responsabilidades	26.123	73.567	72.499	64.941	48.821
Valor do Fundo	25.913	71.140	65.881	54.426	38.112
(Déficit) Superávit	(210)	(2.427)	(6.618)	(10.516)	(10.709)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidade:	(351)	4.888	(2.121)	(11.033)	(2.446)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(2.283)	(2.169)	828	817	283

45.2 Banco Banif e Comercial dos Açores

a) Descrição geral

O Banco Banif e Comercial dos Açores, SA, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário (ACTVSB), assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência dos seus empregados (plano de benefício definido), uma vez que estes não se encontram integrados no Sistema de Segurança Social nacional. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento futuro das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS) relativas a cuidados de saúde pós-emprego, que ascende a 6,5% das pensões pagas.

Com vista ao financiamento das suas responsabilidades neste domínio, a Sociedade constituiu, em 30 de Dezembro de 1988, um Fundo de Pensões ao abrigo da legislação nacional. A partir de 2007, o Fundo passou a assegurar também o financiamento das responsabilidades com o subsídio por morte previsto no ACTVSB.

A entidade gestora deste Fundo de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que subcontratou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos do fundo.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades do plano de benefícios definido, efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são da responsabilidade da actuária Drª Ana Marta Vasa, da Watson Wyatt Interncional Limited - Sucursal em Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Fundo abrangia uma população de 241 Pensionistas (215, em 2007) e 407 Activos (418, em 2007).

b) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2008	2007
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,75%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,75%	5,50%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Na determinação da taxa de desconto são utilizadas as taxas de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e que tenham maturidade aproximada daquela correspondente às responsabilidades a financiar. A maturidade das responsabilidades deverá ser calculada com base na média da esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo, que no caso do Fundo de Pensões do BBCA se situa em cerca de 16 anos.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

c) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	2008	2007
Valor Actual das Responsabilidades:		
Pensões em pagamento	47.907	41.260
Serviços passados de activos	48.737	49.758
Encargos com SAMS	6.211	5.960
Subsídio por Morte	0	1.692
Total	102.855	98.670
Justo valor dos activos do Plano	(92.046)	(97.597)
Deficit	10.809	1.073
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos		
"Corredor"	(10.286)	(2.806)
Excesso ao "Corredor"	(6.226)	0
Total	(16.511)	(2.806)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	(5.702)	(1.733)

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2008, era de 27.210 milhares de euros (29.067 milhares de euros, em 2007).

Em 31 de Dezembro de 2008, o acréscimo (ou redução) de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 957 milhares de euros (918 milhares de euros, em 2007), ou redução de 955 milhares de euros (917 milhares de euros, em 2007) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 19 milhares de euros (24 milhares de euros, em 2007), ou redução de 18 milhares de euros (15 milhares de euros, em 2007).

d) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2008 e 2007, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

	2008	2007
Custo do serviço corrente	2.004	2.053
Custo dos juros	5.427	4.863
Rendimento esperado	(5.188)	(4.145)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	0	0
Custos Reformas Antecipadas	2.547	0
Encargos suportados pelos beneficiários	(117)	(90)
Total gastos do exercício	4.673	2.681

e) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2008	2007
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	98.670	102.374
Custo do serviço corrente	2.004	2.053
Custo dos juros	5.427	4.863
Perdas (ganhos) actuariais	(2.752)	(9.477)
Acr. responsabilidades c/ reformas antecipadas	2.547	0
Acr. Responsabilidades c/ Subsídio por Morte	0	1.692
Pensões Pagas	(3.041)	(2.834)
Valor Actual das Responsabilidades finais	102.855	98.670

f) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2008	2007
Valor do Fundo no início do ano	97.597	90.854
Rendimento esperado	5.188	4.145
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(16.456)	(2.575)
Contribuição entregue ao fundo	8.758	8.008
Pensões pagas pelo fundo	(3.041)	(2.834)
Valor do Fundo no final do ano	92.046	97.597

As contribuições realizadas em 2008, no montante de 8.758 milhares de euros, foram realizadas em numerário.

Em 2009, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 3.434 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2008		2007	
	Montante	%	Montante	%
Acções	1.721	1,9%	6.795	7,0%
Fundos de Investimento	43.477	47,2%	49.753	51,0%
Dívida Pública	0	0,0%	7.637	7,8%
Obrigações diversas	10.939	11,9%	15.650	16,0%
Imóveis	14.231	15,5%	14.231	14,6%
Mercado monetário	22.202	24,1%	4.395	4,5%
Outros	(525)	-0,6%	(864)	-0,9%
Total	92.046	100,0%	97.597	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 9.185 milhares de euros (9.185 milhares de euros, em 2007).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2008, 6.095 milhares de euros (3.343 milhares de euros, em, 2006) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 21.875 milhares de euros (3.435 milhares de euros, em 2006) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

g) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

	2008	2007
Taxa de Mortalidade	0,79%	0,48%
Taxa de Invalidez	0,00%	0,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	-11,64%	1,74%
Taxa Crescimento Salários	4,12%	4,76%
Taxa Crescimento Pensões	3,83%	1,71%
Taxa de 'turnover'	1,21%	1,44%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo nos últimos 5 anos apresenta-se da seguinte forma:

	2008	2007	2006	2005	2004
Valor Actual das Responsabilidades	102.855	98.670	102.374	100.256	83.865
Valor do Fundo	92.046	97.597	90.854	82.140	67.255
(Déficit) Superávit	(10.809)	(1.073)	(11.520)	(18.116)	(16.610)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	2.752	9.477	2.094	(12.483)	(2.750)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(16.456)	(2.575)	1.638	1.271	343

45.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

A Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA celebrou, em 31 de Dezembro de 2008, com o Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa e Banif Reforma Sénior. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

O número inicial de unidades de participação desta adesão colectiva, no montante de 1.124,5 milhares de euros, corresponde ao montante das provisões matemáticas existentes à data do início deste contrato, no anterior contrato de Seguro Grupo celebrado com a Companhia de Seguros Açoreana, denominado "Plano Investimento Futuro", as quais foram transferidas para o actual contrato.

45.4 Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas

O Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., na qualidade de Associados, constituíram, em 26

de Dezembro de 2003, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o fundo de pensões BBI & Associadas. Trata-se de um fundo de pensões fechado que tem por objecto financiar as obrigações previstas no respectivo plano de pensões, de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 160,2 milhares de euros, sendo 138,6 pelo Banif – Banco de Investimento, 19,3 milhares de euros pela Banif Gestão de Activos e 2,3 milhares de euros pela Banif Açor Pensões.

O custo com contribuições para o plano de pensões destas entidades, relativas a Administradores do Grupo, foram 27 milhares de euros.

46. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os activos utilizados em regime de locação operacional e respectivos gastos para os exercícios futuros são os seguintes:

Outros activos em locação operacional	Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável	Pagamentos mínimos em locação	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	126	358	142
Entre 1 e 5 Anos	2.407	506	254
Superior a 5 Anos	-	-	-
Total	2.533	864	396

47. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

No curso normal da sua actividade financeira, o Grupo efectua transacções com partes relacionadas. Estas incluem créditos e aplicações bancárias, depósitos, suprimentos, garantias e outras operações e serviços bancários.

O saldo dessas transacções com partes relacionadas no balanço e respectivos custos e proveitos no exercício findo são os seguintes:

	Elementos chave de gestão		Associadas		Outras Entidades	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Crédito e aplicações	1.884	2.199	1.894	1.933	30.775	15.688
Depósitos	5.747	5.259	42.970	34.088	2.335	7.324
Suprimentos	-	-	6.677	985	13.750	13.750
Emprestimos obtidos	-	-	-	-	-	-
Garantias prestadas	-	250	915	878	15.802	6.511
Comissões e serviçoes prestados	1	1	413	339	817	44
Juros e encargos similares	149	126	2.278	270	361	77
Juros e Rendimentos similares	38	57	681	99	117	719

Para além do referido no quadro acima, a rubrica de crédito e aplicações inclui cerca de 191 milhões de euros relativos a produtos financeiros emitidos por associada que não se encontravam colocados junto de clientes da rede do Grupo em 31 de Dezembro de 2008.

Adicionalmente, a rubrica de Activos com acordos de Recompra inclui 56,5 milhões de euros relativos a títulos adquiridos com acordo de venda por um preço pré estabelecido com a mesma associada.

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação da Comissão Executiva.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Remunerações do pessoal chave de gestão

	Elementos chave de gestão	
	2008	**2007**
Benefícios de curto prazo	9.122	8.010
Benefícios pós-emprego (benefício definido)	-	224
Benefícios de cessação de emprego	-	540
Pagamentos com base em acções	-	-

As partes relacionadas do Grupo Rentipar são as seguintes:

Elementos chaves de gestão

Comendador Horácio da Silva Roque
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Sr. Vitor Hugo Simons
Dr. José Marques de Almeida
Dra. Maria Teresa Henrique da Silva Moura Roque Dal Fabbro
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Dr. António Manuel Rocha Moreira
Engº Diogo António Rodrigues da Silveira
Dr. Paulo Cézar Rodrigues Pinho da Silva
Dr. Raúl Manuel Nunes C. Simões Marques
Dr. António Júlio Machado Rodrigues
Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz
Dr. Sérgio Luis Teles de Almeida Capela
Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge
Dr. Hugo Barreto Del Priore
Dr. Gonçalo Cristóvam Meireles de Araújo Dias
Dr. José António Vinhas Mouquinho
Dra. Isabel Maria da Costa Franco de Sousa
Edward DeCaso
Dr. Carlos Alberto R. Ballesteros A. Firme
Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos
Dr. Luis Filipe Saramago Carita
Dr. Gladstone Medeiros de Siqueira
Dr. Kiyoshi Miyagi
Dr.António Manuel Rocha Moreira
Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal
Eng. Fernando André Belchior Rodrigues
Dr. Abraão dos Santos Lima
Dr. Alfonso G. Finocchiaro
Dr. Almerindo Aniceto Fernandes Fonseca

Dr. Carlos Alberto Costa Martins
Dr. Carlos Alberto Viveiros dos Reis
Dr. Guilherme Ferreira de Menezes
Dr. João Carlos Neves Ribeiro
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida
Dr. Jorge Manuel dos Santos Matos
Dr. José António Machado de Andrade
Dr. José Carlos Carvalho Brites
Dr. Paulo Humberto Marques Pinto Balsa
Dr. Vasco Pinto Ferreira
Eng. Gonçalo da Costa Monteiro M.Baptista
Engº Eduardo Augusto Fonseca Marques
Engº. Nuno Martins
Ermelinda Albergaria
Joaquim Faneca
Joaquim Silva Pinto
Jordi Conejos Sancho
Peter Van Nuys
Richard J. Kailer
Rui Manuel Gouveia da Costa Taborda
Valdemar B. Lopes
Walter Fraze, Jr.
Aguinaldo Rocha
Chevalier Maurice Mizzi
D. Francisco Javier Del Puyo Cortijo
D. Francisco Ruiz Benítez-Cano
D. José Antonio Iturriaga Miñon
D. José Maria Rodrígues Treceño
D. Ricardo Del Pueyo Cortijo
Dr. Angelo Scupino
Dr. António Joaquim de Almeida Henriques
Dr. Átila Noaldo Serejo Alves da Silva
Dr. Carlos Manuel C. Cruz Ferreira
Dr. David Augusto da Fonte
Dr. Dionísio Guisado Escudero
Dr. Edson Ferraz de Freitas
Dr. Eduardo Ippolito
Dr. Fábio Feola
Dr. Fernando Loureiro Brandão
Dr. João Luiz de Morais Erze
Dr. José António Castro Sousa
Dr. José Paulo Baptista Fontes
Dr. José Pedro Lopes Trindade
Dr. José Roberto Ferreira da Cunha
Dr. Júlio Erse
Dr. Luiz Marcos Santiago
Dr. Manuel Casimiro de Jesus Chantre
Dr. Marco Vera
Dr. Marcos Rechtman
Dr. Miguel Salgado Valadão do Vale
Dr. Nuno Henrique Oliveira Pimentel
Dr. Pedro Brandão de Melo e Castro
Dr. Pedro Manuel Correia de Rodrigues Filipe
Dr. Pedro Mendes de Barros
Dr. Pedro Schiappa Pietra Ferreira Cabral
Dr. Ricardo José Macedo Ferreira

Dr. Rodrigo Lopes
Dr. Tiago Mateus das Neves
Dra. Mercedes Busquets Alted
Edward Cachia Carouana
Eng. José Manuel Almeida Braz
Eng. José Romão Leite Braz
Félix Millet Tussell
Joseph Sammut
Keneth Mizzi
Luís Alberto Câmara Carvalho Viveiros Rego
Mark Portelli
Miguel Navas Moreno
Rodrigo Boulos Dumans e Mello
Simon Tortell

Associadas

CSA
Espaço Dez
Banco Pueyo
BankPime
Inmobiliaria Vegas Altas
MCO2
FINPRO SGPS, SA

Outras entidades

Fundação Horário Roque
Instituto de Seguros de Portugal - Fundo garantia automóvel
Jorge Sá
J. Sá & Filhos, Lda
Oliveira, Freitas & Ferreira Lda
Evalesco - SGPS SA
SOIL SGPS, AS
Habiprede - Sociedade de Construções SA
Mundiglobo - Habitação e investimento SA
Rentimundis - Investimento Imobiliário SA
Rentipar Industria SGPS, SA
Rentiglobo SGPS, SA
Empresa Madeirense de Tabacos SA
SIET SAVOI, SA
VITECAF- Fabrica Rações da Madeira, SA
RAMA - Rações para Animais, SA
SODIPRAVE - Soc. Dist. De Produtos Avícolas, SA
Genius - Mediação de Seguros, SA
Rentimedis - Mediação de Seguros, SA
Aviatlântico - Avicultura S.A.
Rentipar Seguros SGPS

48. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2008, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

Com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, o Grupo procedeu à fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, SA no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, filiais cujo capital é detido integralmente pela Banif Comercial, SGPS, SA.

49. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e adoptadas pela União Europeia, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras
O IASB emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "*comprehensive income*".

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pelo Grupo será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos
O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Março de 2007, a IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) é parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada. O Grupo não espera qualquer impacto da introdução desta alteração.

IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação
O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda ("*puttable instruments*") e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do

instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira das normas internacionais de relato financeiro vez e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas
As alterações ao IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior .

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição
Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

O Grupo não espera quaisquer impactos da introdução da alteração desta norma.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais
O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pelo Grupo será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto impacto de tais alterações.
IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes
O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória

para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta Norma não se estima qualquer impacto ao nível do Grupo.

IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 14 que clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo. Um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. A IAS 19 limita a mensuração desses activos ao valor presente de benefícios económicos disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo. A data de efectiva aplicação desta interpretação é 1 de Janeiro de 2009 e o Grupo não espera impactos significativos na sua aplicação.

Annual Improvement Project
Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Grupo em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* apresentam-se em seguida:

Alteração à IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 16 Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 19 Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre

benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações do IAS 19 serão adoptadas pelo Grupo em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras

Alteração à IAS 20 Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 23 Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração à IAS 28 Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 38 Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas do Grupo.

Alteração à IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii)

alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 40 Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas e ainda não adoptadas pela União Europeia e consequentemente que ainda não entraram em vigor podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura
O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas
O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à

perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis
O IFRIC 15 Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contracto para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira
O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o método directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas
O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
o reconhecimento de proveitos;
a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

(Contas individuais e consolidadas)

Senhores Accionistas:

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente o Fiscal Único apresenta o seu Relatório e Parecer sobre as Contas individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho de Administração da Rentipar Financeira - SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Ao longo do exercício, acompanhámos os negócios e a gestão da Sociedade, inteirámo-nos dos actos do Conselho de Administração, do qual sempre recebemos todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, compreendendo o Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração de Variações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respectivo anexo.

Nesta mesma data emitimos as Certificações Legais das Contas individuais e consolidadas, os quais endereçámos ao Conselho de Administração.

Nesta conformidade entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da Rentipar Financeira - SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2008, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela Sociedade, que constam das Notas às Demonstrações Financeiras.

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer:

ERNST & YOUNG

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Variações em capitais próprios, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respectivo anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 (contas individuais e consolidadas).

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Finalmente desejamos agradecer ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Sociedade com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 17 de Março de 2009

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, (SROC nº 178)
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas
(Contas individuais)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 499.141 milhares de Euros e um total de capital próprio de 308.740 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 14.945 milhares de Euros), a Demonstração de variações em capitais próprios, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

ERNST & YOUNG

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

Lisboa, 17 de Março de 2009

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas
(Contas consolidadas)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de balanço de 13.010.006 milhares de Euros e um total de capital próprio de 400.151 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 27.091 milhares de Euros), a Demonstração Consolidada de Variações nos Capitais Próprios, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das sociedades englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação de as demonstrações financeiras das sociedades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não

ERNST & YOUNG

tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Rentipar Financeira - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 17 de Março de 2009

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)